



FAGNER LIRA BIZERRA

A territorialização do MST no Mato Grosso do Sul (1979-2019): o debate
paradigmático como método de análise

São Paulo
2020

FAGNER LIRA BIZERRA

A territorialização do MST no Mato Grosso do Sul (1979-2019): o debate
paradigmático como método de análise

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Território, Educação e Cultura”.
Orientador: Bernardo Mançano Fernandes.

São Paulo

2020

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Bizerra, Fagner Lira.

B625 A territorialização do MST no Mato Grosso do Sul (1979-2019) :
o debate paradigmático como método de análise / Fagner Lira
Bizerra. – São Paulo, 2020.

222 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual
Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e
Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL),
São Paulo, 2020.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3.
Desenvolvimento rural – Mato Grosso do Sul. 4. Reforma agrária –
Mato Grosso do Sul. 5. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem
Terra. I. Título.

CDD 301.35098171

FAGNER LIRA BIZERRA

A territorialização do MST no Mato Grosso do Sul (1979-2019): o debate
paradigmático como método de análise

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Território, educação e cultura”.
Orientador: Bernardo Mançano Fernandes.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dra. Maria Nalva Rodrigues de Araujo Bogo (Universidade Estadual da Bahia)

Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho (Universidade Federal da Grande Dourados)

São Paulo, 30 de junho de 2020.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O auxílio foi fundamental para o pagamento dos custos de pesquisa como compras de livros, transporte para as aulas, passagens para participar de eventos científicos e pagar as inscrições em congressos nacionais em Geografia, onde apresentei resultados parciais desta pesquisa e publiquei artigos nos anais desses eventos. Sem a bolsa, teriam sido bem menores minhas contribuições e intercâmbios científicos, sendo que são essas atividades externas e coletivas que transmitem a segurança necessária para se desenvolver um trabalho coerente, haja visto que, os custos com alimentação, hospedagem, transporte, e tudo que envolve o tempo dedicado a pesquisa é algo que impõe limites materiais aos pesquisadores. Acredito, portanto, que as bolsas de estudo são indispensáveis para o desenvolvimento da ciência brasileira.

Em nome da minha mãe Maria Izaura Lira agradeço a toda minha família que sempre me apoiou, como pode, para que fosse possível dar continuidade aos estudos desde o maternal à pós-graduação. Esse é um tipo de apoio que muda futuros, então não poderia deixar de dizer que sou grato pela família e companheirada que tenho, que sempre disponíveis, subsidiaram as minhas demandas como estudante, com muito carinho e atenção sem medidas. Amo vocês.

A minha família MST que faz parte do meu desenvolvimento individual, pessoal, coletivo e profissional, pois a experiência com o movimento transforma vidas e transforma a sociedade, fazendo do individual o coletivo e do coletivo o individual, ou seja, rompe as barreiras da indiferença e da apatia. Nos coloca como sujeitos da nossa história, com o poder de transformá-la todos os dias. Agradeço camaradas pelo apoio, espero poder contribuir cada vez mais e que este trabalho dê frutos que possamos compartilhar com nossas vivências e lutas.

Agradeço ao professor Bernardo Mançano Fernandes que me orientou a desenvolver esta pesquisa e dedicou sua experiência e tempo, num caminho, que pode ser de muita escuridão, sendo uma luz guia para que eu possa avançar passo a passo em direção ao conhecimento científico.

RESUMO

O debate paradigmático diz respeito a reflexões construídas por um conjunto de pesquisadores a partir de dois paradigmas que disputam visões de mundo distintas acerca do campo brasileiro: o paradigma do capitalismo agrário (PCA) e o paradigma da questão agrária (PQA). Com foco no estado de Mato Grosso do Sul (MS), objetivamos, a partir do debate paradigmático, analisar os conflitos territoriais no campo e a atuação dos Movimentos Socioterritoriais, enfatizando a compreensão do processo de formação e de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e tendo como recorte temporal os anos de 1979 a 2019. Construimos uma análise histórica da territorialização do MST-MS a partir das ocupações de terra e das conquistas dos territórios da reforma agrária de 1984 a 2019. Nossa metodologia contou com os seguintes instrumentos: revisão bibliográfica dos temas estudados, confrontação dos dados da Rede DATALUTA, da CPT, do CIMI, do IBGE, do MPF, do INCRA, da FUNAI e de documentos das Confederações Sindicais, dos Movimentos Socioterritoriais, das matérias e notícias dos jornais e mídias digitais. Especificamente sobre o MST-MS, utilizamos como fonte: o Jornal Sem Terra, documentos históricos do MST, a pesquisa participante e entrevistas realizadas com pessoas que vivenciaram e participaram desta trajetória. Por meio desta metodologia identificamos que tivemos mais de 100 ocupações terra realizadas pelo MST-MS que se vinculam diretamente com a conquista de 55 territórios da reforma agrária, de um total de 204 territórios de assentamentos rurais existentes no estado até o ano de 2020.

Palavras-chave: Territorialização do MST. Mato Grosso do Sul. Debate paradigmático.

ABSTRACT

The paradigmatic debate concerns reflections constructed by a group of researchers based on two paradigms that dispute different world views about the Brazilian field: the agrarian capitalism paradigm (PCA) and the agrarian question paradigm (PQA). Focusing on the state of Mato Grosso do Sul (MS), we aim, from the paradigmatic debate, to analyze the territorial conflicts in the field and the performance of the Socioterritorial Movements, emphasizing the understanding of the process of formation and territorialization of the Movement of Landless Rural Workers (MST) and with the time cut from 1979 to 2019. We constructed a historical analysis of the territorialization of the MST-MS from the land occupations and the conquests of the territories of the agrarian reform from 1984 to 2019. Our methodology included the following instruments: bibliographic review of the topics studied, confrontation of data from the DATALUTA Network, CPT, CIMI, IBGE, MPF, INCRA, FUNAI and documents from the Trade Union Confederations, Socioterritorial Movements, articles and news from newspapers and digital media. Specifically about the MST-MS, we used as source: the *Jornal Sem Terra*, historical documents from the MST, the participant research and interviews with people who experienced and participated in this trajectory. Through this methodology, we identified that we had more than 100 land occupations carried out by the MST-MS that are directly linked to the conquest of 55 territories of agrarian reform, out of a total of 204 rural settlement territories existing in the state until 2020.

Keywords: MST' territorialization. Mato Grosso do Sul. Paradigmatic debate.

RESUMEN

El debate paradigmático se refiere a reflexiones construidas por un grupo de investigadores basados en dos paradigmas que disputan diferentes visiones del mundo sobre el campo brasileño: el paradigma del capitalismo agrario (PCA) y el paradigma de la cuestión agraria (PQA). Centrándonos en el estado de Mato Grosso do Sul (MS), nuestro objetivo, desde el debate paradigmático, es analizar los conflictos territoriales en el campo y el desempeño de los movimientos socioterritoriales, enfatizando la comprensión del proceso de formación y territorialización del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y con el corte de tiempo de 1979 a 2019. Construimos un análisis histórico de la territorialización del MST-MS a partir de las ocupaciones de tierras y las conquistas de los territorios de la reforma agraria de 1984 a 2019. Nuestra metodología incluyó los siguientes instrumentos: revisión bibliográfica de los temas estudiados, confrontación de datos de la red DATALUTA, CPT, CIMI, IBGE, MPF, INCRA, FUNAI y documentos de las confederaciones sindicales, movimientos socioterritoriales, artículos y noticias de periódicos y medios digitales. Específicamente sobre el MST-MS, utilizamos como fuente: Jornal Sem Terra, documentos históricos del MST, investigación participante y entrevistas con personas que experimentaron y participaron en esta trayectoria. Mediante esta metodología, identificamos que teníamos más de 100 ocupaciones de tierras llevadas a cabo por el MST-MS que están directamente vinculadas a la conquista de 55 territorios de reforma agraria, de un total de 204 territorios de asentamiento rural existentes en el estado hasta 2020.

Palabras clave: Territorialización del MST. Mato Grosso do Sul. Debate paradigmático.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	O DEBATE PARADIGMÁTICO.....	15
2.1	O paradigma do capitalismo agrário.....	16
2.2	O paradigma da questão agrária.....	26
2.3	O paradigma do capitalismo agrário no MS.....	33
2.3.1	As entidades que representam o patronato rural no MS	37
2.4	O paradigma da questão agrária no MS.....	51
2.4.1	Os povos indígenas, comunidades tradicionais e sem terra no MS.....	54
3	OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E DISPUTAS TERRITORIAIS NO MS	65
3.1	Território e terra.....	65
3.1.1	Território e terra no MS.....	72
3.2	Os Movimentos Socioterritoriais.....	76
3.3	As disputas territoriais.....	85
4	FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO MATO GROSSO DO SUL (MST-MS)	99
4.1	O nascimento, a autonomia, os avanços e a consolidação do MST-MS (1979-1999)	100
4.1.1	Dos conflitos espontâneos ao nascimento da organização (1979-1984)	100
4.1.2	Assumindo o protagonismo da luta pela terra (1985-1989)	107
4.1.3	A construção do plano nacional (1990-1994)	114
4.1.4	O acúmulo de forças e de experiência (1995-1999)	127
4.2	O crescimento, o refluxo e a resistência ativa no MST-MS (2000-2019)	141
4.2.1	Os reflexos do MST do século XX no século XXI (2000-2004)	142
4.2.2	O refluxo da luta pela terra (2005-2009)	152
4.2.3	A conquista de novos territórios (2010-2014)	159
4.2.4	A resistência ativa (2015-2019)	172
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
	REFERÊNCIAS.....	205

1 INTRODUÇÃO

Sou filho de camponeses nascido em Fátima do Sul-MS, meus pais também nasceram nessa região, porém meus avós maternos e paternos vieram do Nordeste durante a marcha para o Oeste na década de 1950. Como muitos outros posseiros e arrendatários que chegaram no Mato Grosso (MT) naquela época, passando por São Paulo ou pelo Paraná, parando por aqui, no Mato Grosso do Sul (MS), ou seguindo para o Paraguai, Rondônia (RO), ou outra colônia e fronteira agrícola do Brasil. Meus avós conseguiram um pequeno lote nos moldes da agricultura familiar da época e criaram seus filhos, estes não puderam dar continuidade nesse caminho de agricultores por muito tempo.

A geração dos meus pais e tios foi expulsa do campo, porque naquela microrregião da Grande Dourados, município de Fátima do Sul, não havia mais onde ficar e nem trabalho para que pudessem se manter e manter a nova família, pois haviam se casado e aumentava o número de pessoas nas famílias. O caminho alternativo foi vir para a capital do estado de Mato Grosso do Sul, no município de Campo Grande, viver na periferia da cidade morando de aluguel e trabalhando nos mais variados serviços “*braçais*” como se dizia na época. Essa realidade se repetiu com todas as famílias daquela região em proporções maiores ou menores. Podemos observar isso nos bairros de Campo Grande, através dos laços que ainda existem com a terra de trabalho e a vida que lá tiveram, assim como, com suas comunidades que ainda se mantêm mesmo na cidade, por meio de laços de afetividade e identidade, traços da cultura camponesa que se reconhecem, se visitam, se gostam, mantendo assim um vínculo correspondente àquele determinado grupo social.

Felizmente, minha mãe havia estudado o magistério e podia dar aulas, foi professora na escola rural que havia perto do sítio aonde foi criada, minha avó foi merendeira dessa mesma escola, por um tempo. O fato da minha mãe ter sido professora até se aposentar, foi um fator de grande relevância na minha vida escolar, pois motivo de que ela cobrava muito, sempre dizendo que, apesar de eu já trabalhar, desde os doze anos de idade, jamais deveria abandonar os estudos.

Com essa motivação, cheguei à universidade particular, trabalhando e

estudando, não tinha nenhuma consciência política, muito menos de classe, assim como minha família, que não discutia política, nem religião, como a maioria dos brasileiros da época.

Durante o tempo de universidade, me envolvi com o movimento estudantil, com isso fui cada vez mais me identificando com os movimentos e organizações de classe trabalhadora, até conhecer o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as comunidades quilombolas e os povos indígenas do Mato Grosso do Sul, isso fez com que eu fizesse parte de um fórum chamado: Tribunal Popular da Terra (TPT), em que pude contribuir e aprender em diversas atividades.

Após participar da marcha com o MST-MS em 2012, me envolvi também com o Coletivo de Cultura Juventude e Comunicação do MST no estado (CCJC/MST-MS) até terminar a faculdade, quando já com certa consciência política decidi conhecer a realidade dos povos da América Latina e Caribe, fazendo uma viagem por 15 países da América Latina e Caribe e 4 regiões do Brasil, durante todo ano de 2014, através do CCJC/MST, obtendo experiências incríveis com diversos movimentos socioterritoriais do campo e da cidade.

Quando voltei a tempo de participar do Encontro Estadual do MST-MS, passei a integrar o setor de formação do movimento, onde continuo contribuindo na organização, com tarefas de formação e estudos, entre outras, organizamos escolas estaduais de formação, escolas regionais e nas áreas de assentamento e de acampamentos. Também fiz assessoria jurídica junto com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI/MS) para as comunidades indígenas do estado de Mato Grosso do Sul e nacional, onde participei de diversas atividades de resistência na luta pela terra e demais direitos sociais.

A motivação para me inscrever neste programa de mestrado foi a consciência da necessidade de aprender mais para contribuir mais com a classe trabalhadora. Participar deste mestrado é um desafio, mais um, dentre àqueles que já fazem parte da minha luta diária. No entanto, todo processo tem superado minhas expectativas, seja pelo autoconhecimento, seja pelas possibilidades de olhar para o mesmo objeto ou espaço e vê-lo de uma nova forma.

Este trabalho tem como escopo compreender o processo de formação e de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Mato Grosso do Sul sob a perspectiva do Paradigma da Questão Agrária entre os anos de 1979 a 2019. Para este fim, traçamos um caminho com três objetivos específicos, são eles, 1. Fazer uma análise teórica dos Paradigmas do Capitalismo Agrário e da Questão Agrária em escalas nacional e no estado de Mato Grosso do Sul; 2. Realizar um estudo teórico e comparativo do território e da terra a partir dos conflitos territoriais e da atuação dos movimentos socioterritoriais no Mato Grosso do Sul; 3. Construir uma avaliação histórica e mapear o processo de territorialização do MST no Mato Grosso do Sul a partir das ocupações de terra e conquistas de territórios da reforma agrária de 1984 a 2019.

Tendo em vista esses objetivos expostos, apresentamos uma discussão paradigmática compreendendo os paradigmas como visões de mundo, modos de pensar que se desdobram em ações concretas, no caso dessa pesquisa com relação ao campo brasileiro. Destarte, trabalhamos com o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA), em escala nacional e o no estado de Mato Grosso do Sul (MS). Analisamos o campo sul-matogrossense a partir do método do debate paradigmático com destaque para a territorialização do MST.

Na abordagem do PCA, discutimos os autores que defendem esse paradigma como Ricardo Abramovay e Zander Navarro, assim como estes autores influenciam as políticas públicas com seus pensamentos, em secretarias nacionais e estaduais do poder executivo, em universidades, na mídia e em atuação direta no campo com projetos de pesquisa e extensão. Analisamos livros e teses publicados por esses autores, suas ideias e repercussões, seus sites na internet, entrevistas em canais de notícias rurais e matérias publicadas em sites de sindicatos patronais rurais.

Quanto ao PQA apresentamos ele desde os conflitos originados pelo PCA e de suas contradições, diante disso temos os movimentos socioterritoriais como maiores referências desse paradigma, pois estes surgem desses conflitos, trazendo assim uma recusa em aceitar o monólogo do PCA como única alternativa. Para compreender melhor esse paradigma trabalhamos com as teses de Munir Jorge Felício e Janaina

Francisca de Sousa Campos que têm trabalhos atuais sobre o tema.

O PCA como paradigma hegemônico está na mente da maioria das pessoas e na maioria dos espaços por exercer um maior poder de influência, essa influência está na flexibilização das leis em favor do agronegócio, que usa como instrumento para isso as bancadas ruralistas no poder legislativo, também com enormes investimentos em publicidade nos meios de propaganda em massa, passando uma grande desinformação a toda população brasileira, que em sua maioria aceita esse modelo sem muitos questionamentos. Com grande influência também no poder executivo o PCA consegue isenção de impostos, perdão de dívidas e todo crédito de que precisam para lucrar. No poder judiciário conseguem criminalizar movimentos que possam atrapalhar seus planos de expansão, assim como negociar terras e indenizações sobre propriedades, que nem deveriam ter sido de sua posse ou que haviam sido tomadas de outras populações. Colocam as universidades, e outrossim, entidades governamentais a sua disposição para a pesquisa de desenvolvimento do agronegócio, produzindo tecnologias novas e novas formas de atuar que podem potencializar seus negócios.

Do outro lado, o PQA como paradigma contra hegemônico, nesses espaços institucionalizados tem pouca influência ou quase nada, com sindicatos rurais e suas confederações que fazem um trabalho importante, com instituições e entidades religiosas que tentam proteger os povos do campo da violência com denúncias e relatórios sobre a realidade no campo. E a atuação dos movimentos socioterritoriais que nas últimas décadas lograram o que parecia impossível, uma distribuição minimamente justa da terra por meio de assentamentos da reforma agrária, de demarcações de terras indígenas, titulação de terras quilombolas, políticas públicas de crédito, educação, moradia, e seu próprio desenvolvimento no modo de pensar e fazer luta pela terra, nacionalmente e com articulações internacionais.

Apesar dessas conquistas dos camponeses, indígenas e quilombolas por meio de lutas árduas, com um grande histórico de assassinatos, prisões, expulsões de áreas ocupadas, essas conquistas estão sempre a ponto de serem revogadas, usurpadas, a medida em que o agronegócio avança nos espaços de poder, ele não se contenta em ganhar mais, ele retira as conquistas dos povos da terra, e mantém

seu objetivo de desterritorialização desses povos, para a territorialização do seu complexo de sistemas. Com as mudanças e alterações políticas que favorecem sempre este modelo do capitalismo agrário, a diferença é que em tempos favorecem mais em outros um pouco menos, toda luta e conquista dos povos da terra sofrem choques e derrotas, recuos, isso exige releituras da realidade, reorganização e novas lutas e conquistas.

Por esses e outros motivos o debate paradigmático é um debate territorial, a disputa de paradigmas é uma disputa por território. Todo território é passível de desterritorialização e reterritorialização, por isso essas disputas não cessam com conquistas pontuais, elas são constantes e permanentes. A compreensão do debate paradigmático e da categoria território é fundamental para a luta pela terra.

Após uma compreensão mais ampla desse debate temos uma leitura de como ele se desdobra no estado do Mato Grosso do Sul, nos espaços de poder, na luta pela terra, na indústria, no comércio, nos serviços, nas instituições de ensino, nas instituições religiosas, nos movimentos socioterritoriais, nas empresas do agronegócio nacionais e multinacionais, nos usos (posses e propriedades) diferenciados da terra, com os povos indígenas, com os povos tradicionais, com o campesinato e com as políticas públicas para o campo.

Trabalhamos com a categoria território a partir dos trabalhos de Fernandes e Saquet, que se apoiam em autores como Lefebvre, Raffestin, Santos, Harvey, entre outros, para analisar os tipos de território, as multiterritorialidades, multiescalaridades do território, os territórios materiais e imateriais, as multidimensões do território, assim como a territorialização a desterritorialização e a reterritorialização, ou seja, falamos das disputas territoriais e do território como meio de luta pela terra e de transformação da realidade.

No estado de Mato Grosso do Sul, as visões do PCA e do PQA apresentam e representam seus territórios de forma diferenciada. Como os territórios dos povos indígenas, território dos povos tradicionais, território dos camponeses e os territórios do agronegócio. Assim com a ajuda de autores como, Almeida (2008), Brand (2005), Corrado (2018) e Camacho (2012), podemos fazer uma análise desses territórios e

territorialidades no MS.

Após fazer o estudo para compreensão dos dois paradigmas, e dos usos da terra e do território, passamos a identificação dos Movimentos Socioterritoriais que fazem luta pela terra no Mato Grosso do Sul. Suas origens e desdobramentos no “estado do agronegócio”. Suas articulações, ocupações de terra, e outras informações que complementam este trabalho.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Mato Grosso do Sul, que tem como data oficial de nascimento em janeiro de 1984, foi nosso foco nesta pesquisa, para compreender como foi a formação desse movimento voltamos aos anos de 1979 para começar a pesquisa a partir das primeiras movimentações de conflitos por terra que desembocaram nos anos de 1980, sempre houveram conflitos por terra neste lugar, no entanto, a partir desse momento se inicia um movimento que em 5 anos se organiza em escala nacional.

Do nascimento do MST no MS à data de apresentação desta pesquisa se passaram 36 anos, buscamos fazer uma análise dessa trajetória no tempo e no espaço, avaliando o processo de territorialização do MST-MS, a partir da primeira ocupação de terra do movimento em 1984 até a mais recente em 2018, e os conflitos que permearam cada ocupação e conquista de novos territórios da reforma agrária, para alcançar esse objetivo com a leitura paradigmática e a categoria território da Geografia, estudamos as disputas territoriais do campo brasileiro e no Mato Grosso do Sul abordando o MST como movimento socioterritorial pois tem o território como fonte de sua origem e de sua própria existência material. Utilizamos como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica dos temas em debate, necessária para fazer a leitura da realidade no contexto agrário nacional e no Mato Grosso do Sul, como fontes quantitativas e qualitativas buscamos na Rede de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Atlas do Agronegócio, do Ministério Público Federal (MPF), do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), das Confederações Sindicais, dos Movimentos Socioterritoriais, das notícias jornalísticas, principalmente do Jornal Sem Terra (JST), de documentos dos Movimentos

Socioterritoriais e documentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por meio de pesquisa participante e de entrevistas realizadas com pessoas que vivenciaram e participaram desta trajetória que se passou em mais de 40 anos.

Com isso, construímos uma fonte de pesquisa para novos estudos que podem ser realizados em diversas escalas de forma mais ampla ou mais específica, esperamos também que este trabalho possa ser utilizado para atividades de formação e como estímulo para novas pesquisas setoriais. A transmissão e compartilhamento do conhecimento seguiu como intencionalidade desta tarefa de estudo e prática, que segue em continuidade permanente, com o objetivo de contribuir com a luta pela terra, pela reforma agrária popular e pela transformação social.

O texto desenvolvido foi separado em três partes de forma a alcançar os objetivos traçados, sendo assim, na primeira parte o capítulo (2) aborda o debate paradigmático de forma geral e no estado de Mato Grosso do Sul, de maneira que se possa compreender os desdobramentos do Paradigma do Capitalismo Agrário e do Paradigma da Questão Agrária, desde o pensamento às suas materializações. Na segunda parte o capítulo (3) sobre os Movimentos Socioterritoriais e as disputas territoriais no Mato Grosso do Sul, onde também, foi elaborado um estudo sobre o território e a terra pois esses são os objetos dos conflitos territoriais nesse estado.

Já na terceira parte, no capítulo (4), temos o processo de formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Mato Grosso do Sul a partir do ano de 1979 até o ano de 2019, para isso seguimos os caminhos das ocupações de terra e das conquistas de território da reforma agrária do MST-MS. Separamos este capítulo em duas partes uma do nascimento, avanços e consolidação do movimento no MS, e outra, do crescimento, do refluxo da luta pela terra e da resistência ativa do MST. As três partes do desenvolvimento se complementam para atingir o objetivo geral da pesquisa, o que fica mais explícito nas considerações finais do trabalho.

2 O DEBATE PARADIGMÁTICO

Fazer o debate paradigmático é necessário para tratar de temas agrários no Brasil. Quando falamos em paradigmas, nos referimos às diferentes visões de mundo, aos processos de transformação das realidades, ou seja, os paradigmas influenciam nossa forma de pensar, mesmo quando não percebemos isso. Normalmente as ações humanas são guiadas antes de tudo por pensamentos, logo, nossa forma de pensar tem consequências na realidade, se materializando em ações concretas. E, em consequência dessas ações, temos reações que se desdobram muito além do que pensamos inicialmente, por isso, saber em qual paradigma estamos inseridos é tão importante quanto as ações que queremos desenvolver. “Os paradigmas representam as visões de mundo, que contêm interesses e ideologias, desejos e determinações que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais.” (FERNANDES; WELCH; GOLÇALVES, 2014, p. 47).

Estão em debate dois paradigmas no que se refere aos assuntos agrários no Brasil. O Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA),

O debate paradigmático é, primeiro, uma proposta para se compreender os pensamentos que defendem os modelos de desenvolvimento do agronegócio e da agricultura camponesa. O ponto de partida para o debate paradigmático é a intencionalidade. O que nos conduz ao debate é tanto a intenção de defender nossas visões de mundo, nossos paradigmas, nossas posições políticas, quanto de conhecer outras posições teórico-políticas e suas visões de mundo, respectivos estilos de pensamento e distintos paradigmas. (FERNANDES, 2015, p. 23-24).

Organizações sociais como por exemplo, os partidos, as associações, fundações, empresas, sindicatos, igrejas, universidades, escolas, seja de maneira direta ou indireta são parte e participam das disputas de poder e das formas de pensar, são instituições públicas, privadas, religiosas, de categorias profissionais, de ensino, que sofrem influência do Estado e ao mesmo tempo o podem influenciar. Outras formas de influenciar e disputar o Estado e os modos de pensar, são por meio e através dos movimentos socioterritoriais de acordo com seus interesses originais e dos quais vão se inteirando no decorrer de suas trajetórias. Estes não estão imunes aos paradigmas e como coletivos de pessoas que são, carregam em si ou

representam a forma de pensar, de sua maioria de participantes ou de seus núcleos de decisão, o que transcende em suas ações.

Esses paradigmas têm contribuído para a elaboração de distintas leituras sobre o campo brasileiro, realizadas pelas universidades, pelos governos, pelas empresas e organizações do agronegócio e pelos movimentos camponeses. Na atualidade, as organizações mais influentes do agronegócio são a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Entre as organizações camponesas estão a Via Campesina (formada pelo MST, MPA, MAB, MMC e CPT), a Contag e a Fetraf (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar). O Governo federal pode ser representado pelos dois ministérios que tratam das políticas de desenvolvimento para o campo: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Entre as universidades mais influentes, destacamos: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). (FERNANDES, 2015, p. 27).

As instituições citadas por Fernandes no ano de 2015 demonstram como o debate paradigmático se expõe em parte implicitamente com as diretrizes e princípios de cada entidades e explicitamente com as suas práticas, por exemplo, depois do “impedimento” ou golpe contra o governo Dilma, o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto e suas políticas transferidas ou descontinuadas, essas ações fortaleceram o Paradigma do Capitalismo Agrário e repercutiram na realidade brasileira.

Por isso, o debate paradigmático é indispensável em nossos estudos. Outro elemento que devemos acrescentar é o tempo, falamos de espaços de influência dos pensamentos, porém esses espaços e pensamentos se transformam com o tempo. Por essa lógica, os pensamentos e paradigmas se movimentam em seus espaços de disputa.

2.1 O paradigma do capitalismo agrário

No campo, o capitalismo explora os recursos naturais como a terra, a água, os minerais, a floresta, tudo que possa ser comercializado, e transformado em mercadoria. Recentemente, vento e luz solar foram transformadas em commodities e a poluição é usada como moeda de troca com os créditos de carbono. São exemplos

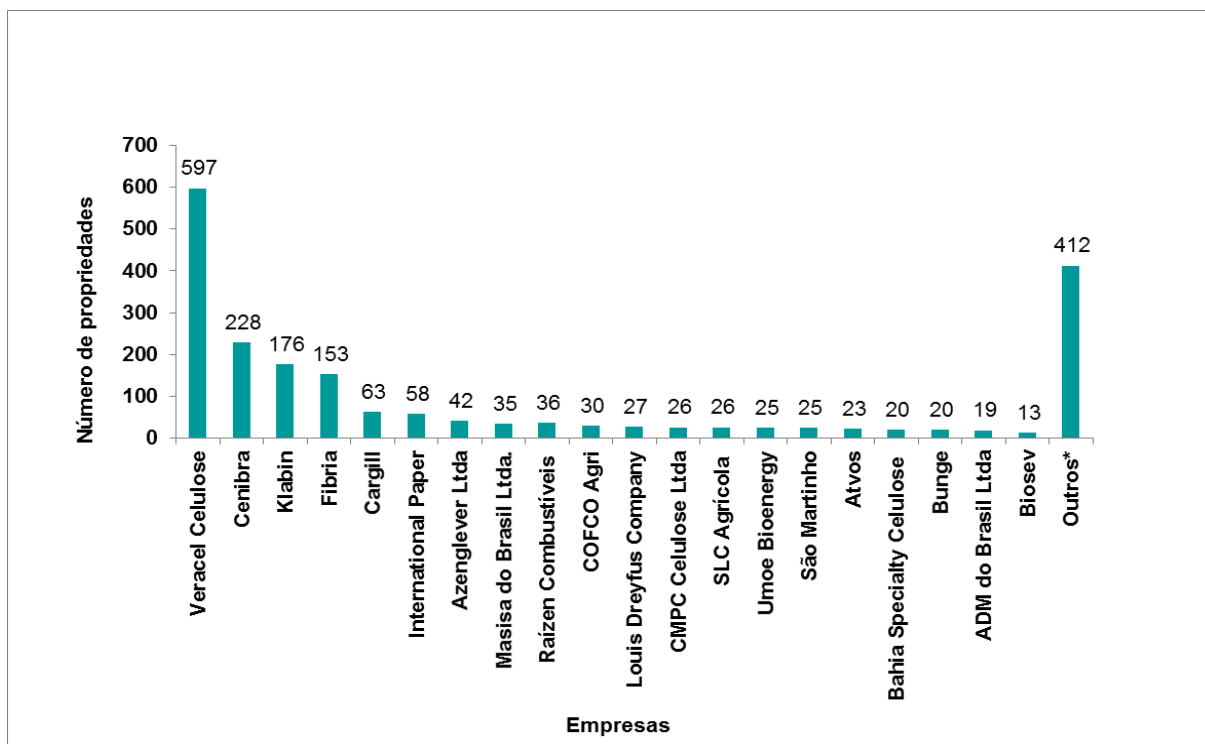
de como no sistema capitalista a natureza e resíduos dos processos produtivos são transformados em mercadoria.

A terra, para o paradigma do capitalismo agrário, é vista como recurso para produzir lucro e acumulação de riqueza, por meio da agricultura, da pecuária, da silvicultura etc. Com a “modernização” da agricultura e a produção em grande escala de *commodities*, os grandes produtores agrícolas têm investido nos monocultivos, como a soja, o milho, o algodão, a cana, o eucalipto, etc.

Com a territorialização do neoliberalismo pelo mundo, se ampliou um novo elemento da questão agrária no início do século XXI, conhecido como a estrangeirização de terras, com grandes empresas internacionais investindo em terras para o monocultivo. No Brasil, corporações de diversos países estão comprando grandes propriedades para produção de *commodities* para exportação, valorizados no mercado internacional.

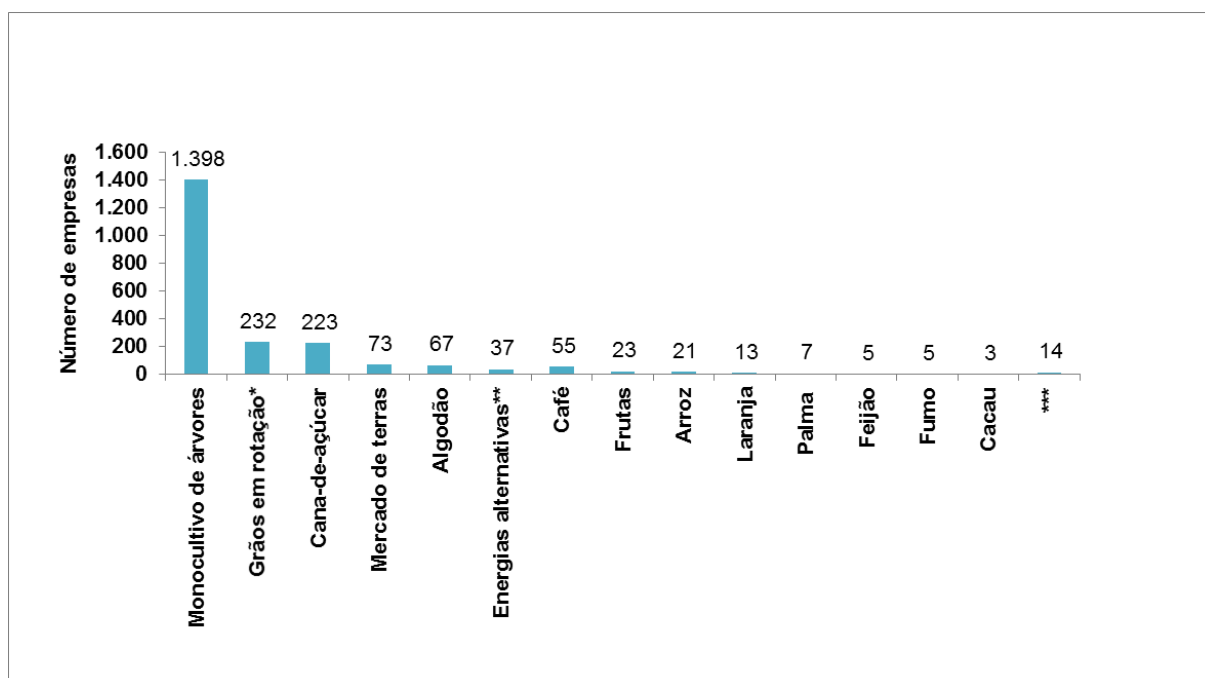
Como demonstrado pelo relatório do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), foram adquiridas centenas de propriedades por empresas de capital internacional de exploração de recursos naturais entre os anos de 2013 a 2018. Assim como, a quantidade de propriedades de empresas do agronegócio de capital internacional de exploração de recursos naturais por *commodities* no mesmo período, onde se destacam o monocultivo de árvores, grãos e cana-de-açúcar em maiores proporções, como podemos observar nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 – Brasil – Número de propriedades de empresas de capital internacional de exploração de recursos naturais – 2013-2018



Fonte: Dataluta (2018, p. 69).

Gráfico 2 – Brasil – Número de propriedades de empresas do agronegócio de capital internacional de exploração de recursos naturais por commodity – 2013-2018



*Soja, milho, canola, colza e sorgo.

**Eólica, solar, hidrelétrica e termoeletrica.

***Outros usos relacionados a agricultura.

Fonte: Dataluta (2018, p. 66).

Os defensores do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) argumentam que o agronegócio movimenta a economia nacional, gera empregos, é responsável por uma parte significativa do produto interno bruto (PIB), que o agronegócio gera riqueza para o país, que precisa ser incentivado e que não deve haver intervenções que limitem suas atuações, tentando construir uma visão do agronegócio como totalidade:

Essa busca pela construção de uma imagem perante a opinião pública, reveladora de posições no debate político, também se expressa na disputa pelo tamanho que o agronegócio tem na economia brasileira, o que geralmente leva a infundáveis controvérsias metodológicas sobre como medir o peso desse segmento (Nunes e Contini, 2001). Por trás dessa guerra metodológica e de números, esconde-se uma disputa pelo acesso aos recursos públicos, tão mais legitimado quanto maior for o peso que se atribui ao agronegócio. Assim, como aponta José Graziano da Silva (2010), a dimensão simbólica construída pelo setor faz que se acredite num tamanho e numa dimensão muito maiores do que o segmento efetivamente representa, quer em termos econômicos, na mensuração do produto, quer em termos políticos, quando tomada sua expressão no Congresso Nacional, por meio da chamada Bancada Ruralista. (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 86).

Como dissemos acima, é uma forma de pensar, que é construída por pessoas, coletivos de pensamento, organizações sociais, instituições públicas e privadas, universidades e a mídia que tem enorme influência em sua propagação para toda sociedade. Para entender melhor como têm atuado os defensores desse paradigma e seus argumentos vamos tentar detalhar um pouco mais nossas explicações, ainda gerais e de amplitude nacional.

Em sua tese, Felicio (2011), intitulada “Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário”, o autor elencou pesquisadores do PCA desde sua gênese com Henri Mendras e Hugues Lamarque aos teóricos contemporâneos como: Ricardo Abramovay, José Eli Veiga, José Graziano da Silva, Zander Navarro, Sergio Schineider, Marcel Jollivet, entre outros.

Esses autores por meio de suas pesquisas em universidades e outros espaços, contribuíram com o pensamento do Paradigma do Capitalismo Agrário. Podemos observar como isso acontece, através de suas produções textuais, entrevistas, assessorias e práticas profissionais.

O autor Ricardo Abramovay (1990), em sua tese de doutorado “De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão.” Afirma que só existe o paradigma do capitalismo agrário, e que não há, rigorosamente, uma teoria marxista da questão agrária. Essa afirmação pode ser vista na página 313 de sua tese. Que ao longo da mesma o autor busca desconstruir os valores da agricultura camponesa, argumentando que ela seja atrasada, primitiva e impossível de ter continuidade nos próximos anos, pelo fato da agricultura “moderna” não permitir tais condições de existência.

Como para este autor só existe o PCA, para ele, é o próprio capitalismo que resolve os problemas que surgem atrapalhando seu crescimento ou qualquer outro que advenha,

Por este raciocínio, apesar dos problemas de preços e de oferta alimentares vividos no início dos anos 1960, não havia qualquer impedimento a que a agricultura reagisse com aumento da produção aos estímulos emanados do mercado (Pastore, 1971, Barros de Castro, 1975). Nenhuma reforma de estrutura era necessária para que a agricultura acompanhasse e apoiasse a expansão capitalista na sociedade como um todo. O crescimento extensivo (Dias, 1979 – baseado fundamentalmente na incorporação de terras – alcançava resultados que, com todos seus limites, estavam longe de situar a agricultura como empecilho ao crescimento. (ABRAMOVAY, 1990, p. 324).

Mesmo com os preços altos em função da falta de alimentos, a agricultura obtinha aumento de produção de acordo com as demandas do mercado. Não sendo necessárias reformas na estrutura capitalista para que a agricultura continuasse a crescer, baseada na acumulação de terras.

Essa defesa do PCA é contraditória por seus próprios fundamentos, haja vista que o aumento de preços, a falta de alimentos e a acumulação de terras são vistos como vantagens de certa forma. Onde a agricultura aumenta sua produção “mesmo com seus limites”, não atrapalhando o crescimento. Podemos destacar uma crítica nesse ponto, onde o PCA se fortalece em cima de problemas causados por ele mesmo, e se julga capaz de resolver esses mesmos problemas, assim, não sendo necessárias reformas estruturais.

Quando a natureza deste crescimento por fim alterou-se, ao final dos anos 1960, e a base técnica da agricultura sofreu transformações decisivas, o mesmo diagnóstico foi mantido, ao menos por uma parte dos economistas: o

desenvolvimento do capitalismo no campo encarrega-se de resolver a “questão agrícola” brasileira. Ele não opunha qualquer obstáculo a que a oferta agrícola crescesse e que a agricultura se integrasse aos ditames “do capital”. O custo social desta integração e as exclusões nela embutidas situavam-se numa esfera que, de alguma forma, deixava de ser econômica. Embora o desafio da questão agrária (referente, em última análise à estrutura fundiária e ao problema da justiça social) subsistisse para a sociedade, a questão agrícola (o problema da produção de alimentos, seus custos e sua base técnica) estava solucionada, ou prestes a sê-lo. (ABRAMOVAY, 1990, p. 324-325).

É possível observar que o autor é consciente do custo social e das exclusões do sistema, porém argumenta que não são de esfera econômica, já que a economia continua crescendo com ajuda do capitalismo agrário. O autor reconhece os desafios da questão agrária como sobre a estrutura fundiária (latifúndio) e as injustiças sociais, no entanto, diz que os problemas com os alimentos estavam prestes a serem solucionados pelo mesmo sistema ou paradigma.

Nos anos 1980 esta tese consolidou-se na ideia de que a agricultura brasileira havia atingido um importante grau de maturidade, dado seu processo de integração com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a envolvem, formando assim o Complexo Agroindustrial (Muller, 1989) ou os Complexos Agroindustriais (Kageyama e Graziano da Silva, 1987). Ágil para responder aos apelos do mercado, o setor agrícola mostrava-se também dinâmico e capaz de integrar o movimento geral da acumulação capitalista. Os Complexos Agroindustriais sepultavam definitivamente os problemas agrícolas que eventualmente pudessem ligar-se ao desenvolvimento capitalista brasileiro. (ABRAMOVAY, 1990, p. 325).

Argumenta o autor que na década de 1980, com a integração da agricultura brasileira ao capital e aos complexos agroindustriais, esta atingiu um nível superior, para atender ao mercado e para a dinâmica de acumulação do capital. E que os complexos agroindustriais eram a solução dos problemas agrícolas no Brasil. É importante frisar nesse ponto, a prioridade do PCA. O objetivo desse paradigma é sempre atender ao mercado, suas preocupações são em relação ao mercado, é o mercado quem determina suas ações.

Em uma entrevista publicada em 2010, Ricardo Abramovay, responde ao Grupo de Pesquisa de Interesse em Agricultura Familiar e Meio Ambiente (GIPAF),

GIPAF:

11. Em que projetos o senhor tem trabalhado recentemente?

ABRAMOVAY:

Continuo trabalhando sobre o meio rural europeu, o que se tornou especialmente interessante diante da diferença entre o Velho Continente por um lado, os EUA e o grupo de Cairns, por outro a propósito da multifuncionalidade. Acho que trata-se muito mais do que uma simples cortina de fumaça protecionista que os europeus estivessem jogando nos olhos do restante do mundo. Está sendo levantado uma questão que é mais que econômica, é de civilização: o meio rural é simplesmente um lugar de produzir commodities, ou é também um lugar de vida, de proteção da biodiversidade e da preservação de um patrimônio natural e cultural que o mercado é incapaz de remunerar mas que é de interesse social? Estou igualmente trabalhando na Rede IPEA, num projeto sobre migrações, cujo ponto de partida é uma tentativa de tentar novas definições para o nosso meio rural. Junto com a EPAGRI de Santa Catarina, estamos tentando dar prosseguimento ao estudo sobre juventude e agricultura familiar cuja primeira etapa foi publicada em livro, ano passado. Na USP estou no Departamento de Economia (onde trabalho basicamente com sociologia econômica) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) onde respondo atualmente pela disciplina Teoria e Prática da Pesquisa Científica Interdisciplinar. (ABRAMOVAY, 2010).

Analiseemos agora, tanto quem faz a entrevista, a pergunta e o entrevistado, sem se importar com essa ordem, pois, veremos um movimento cíclico entre o pensamento e as ações concretas.

O autor do PCA, Ricardo Abramovay é entrevistado pelo (GIPAF), que nesse caso podemos dizer que é um coletivo de pensamento, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que é um ministério do Poder Executivo do Estado Brasileiro, que responde ao Governo eleito, pelo seu partido e coligação, que para governar fica muitas vezes dependente das Bancadas Legislativas (Poder Legislativo), Deputados e Senadores, eleitos muitas vezes com apoio de Empresas e Outras Organizações.

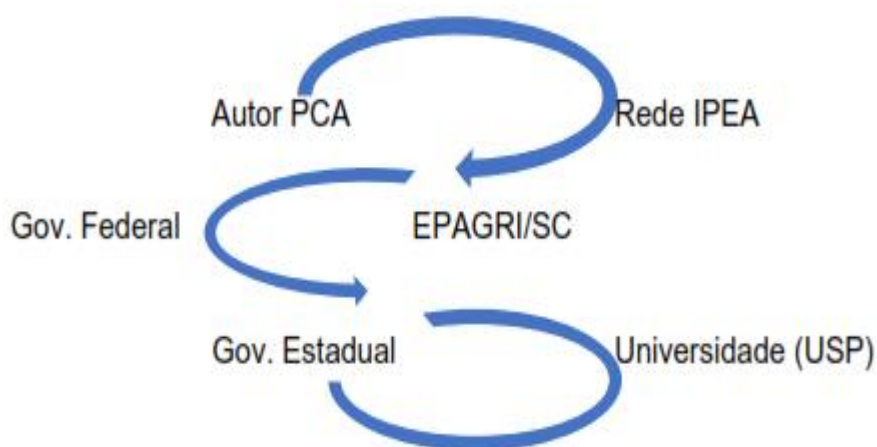
Figura 1 – Espacialização e territorialização da *práxis* do PCA



Fonte: Elaboração própria.

Em sua resposta à pergunta do “GIPAF: 11. Em que projetos o senhor tem trabalhado recentemente?”, Ricardo Abramovay, cita o meio rural europeu e o norte americano e o grupo de Cairns, apontando suas intenções e questões de trabalho. Continua dizendo que está trabalhando na Rede IPEA, junto com a EPAGRI/SC, e na USP. A rede IPEA, é um órgão de pesquisa do Governo Federal, a EPAGRI/SC é uma Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, é uma empresa pública, vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, e a Universidade de São Paulo (USP).

Figura 2 – Espacialização e territorialização da *práxis* do PCA



Fonte: Elaboração própria.

O pensamento do autor Ricardo Abramovay, do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), está inserido nas esferas federais e estaduais do Estado brasileiro, por meio de grupos e empresas de pesquisa nacionais e estaduais, por meio de ministérios e secretarias de governo, que são governados por representantes eleitos com apoio de seus partidos, coligações, e governam com apoio de suas bancadas legislativas, que também foram eleitos por meio de seus partidos e coligações, outrossim, com apoio de empresas e outras organizações. O autor pesquisador produz conhecimento a partir de estudos na Universidade, e esses estudos, pesquisas, projetos, livros e demais publicações, vão influenciar outros pesquisadores de outras universidades que atuam em grupos e coletivos de pensamento que seguem ligados a empresas, secretarias, ministérios, e demais organizações, que também são ligados a governos, legisladores, partidos, e demais organizações.

Dessa forma temos um recorte da produção social do pensamento paradigmático que resulta em ações concretas, por meio de políticas públicas, programas e projetos que afetam diretamente a realidade de milhões de pessoas. O que nos preocupa no caso do paradigma do capitalismo agrário é que a prioridade é o “mercado”.

Podemos utilizar outro autor como exemplo significativo de defensor do PCA, Zander Navarro, um dos organizadores do livro “A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas.”, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que é uma, fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Nesse livro, Zander Navarro, publicou o texto, intitulado “Agricultura Familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica.”, este autor através da sua visão de mundo, por meio do PCA, diz que:

Camponeses, em consequência, são coletivos sociais encontrados, frequentemente, apenas na *gênese* de processos econômicos que posteriormente constituíram sociedades capitalistas. Uma vez, contudo, que a lógica deste regime econômico-social tenha se imposto mais vigorosamente com o passar do tempo e sua sociabilidade se torne dominante, os camponeses encontram dois caminhos. Ou são gradualmente integrados, radicalmente alterando os seus sistemas de produção sob os ditames da agricultura moderna e, em especial, desenvolvendo uma nova racionalidade e

formas de ação social, ou engrossam as correntes migratórias e deixam o mundo rural. (NAVARRO, 2010, p. 198).

Com essas afirmações, fica claro o pensamento desse autor, de que o capitalismo agrário incorpora em si os coletivos sociais encontrados pelo caminho, lançando duas possibilidades, uma seria a extinção, isso que quer dizer “gradualmente integrados ao capitalismo”. Pois, se alteram seus sistemas de produção e desenvolvem novas racionalidades e formas de ação social, os camponeses deixam de existir. Outra possibilidade seria a migração para fora do mundo rural, ou seja, a lógica do PCA é excludente de uma ou de outra maneira, já que, ou desaparece se transformando em outra coisa, ou desaparece de seu espaço de origem, indo para outro lugar para continuar existindo.

[...] Dito de outra forma, o desenvolvimento do capitalismo no campo, lentamente modificando não apenas a estruturação produtiva, tecnológica e econômico-financeira, mas também materializando novos comportamentos entre os agricultores (e, portanto, novos valores, uma nova cultura e uma diferente moralidade, além de instituir uma nova racionalidade) acaba extinguindo as formas camponesas de produção. Em seu lugar, surge um conjunto, necessariamente menor, de produtores modernizados sob a ótica do capitalismo – são os agricultores familiares. (NAVARRO, 2010, p. 198).

Sob o PCA, o capitalismo vai modificando estruturas das bases sociais e cultivando novos comportamentos entre os agricultores, extinguindo as formas camponesas de produção, fazendo surgir produtores “modernos” sob a ótica do capitalismo, os agricultores familiares, mesmo que seja em número necessariamente menor conjunturalmente falando.

A partir desses exemplos, analisemos o autor, seu pensamento e a instituição responsável pela publicação do livro em que ele foi um dos organizadores.

De forma sintética, Navarro é um pensador e defensor do PCA, e o IPEA é uma Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, que fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, o que possibilita a formulação de inúmeras políticas públicas e de programas de desenvolvimento brasileiro, além de disponibilizar pesquisas e estudos realizados por seus técnicos. (GASQUES; VIEIRA FILHO; NAVARRO, 2010).

Como vimos, essa forma cíclica se repete, quanto a estruturação e articulação entre a construção do pensamento e as ações concretas, dentro de suas escalas geográficas e políticas. Nossa intenção é trazer a importância do debate paradigmático no que concerne as ações no campo brasileiro. Desde o pensamento até a materialização de seus resultados.

O debate paradigmático explicita a disputa de paradigmas que se utilizam do embate das ideias, dos campos de disputas, por meio de relações de poder, para defender e ou impor diferentes intenções que determinam seus modelos interpretativos. Os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. (FERNANDES, 2015, p. 25).

Com isso, passamos agora à compreensão do Paradigma da Questão Agrária (PQA), para que possamos analisar e comparar os dois paradigmas e seus desdobramentos.

2.2 O paradigma da questão agrária

Utilizando como referência Felicio (2011), que em sua tese também elenca autores da gênese do Paradigma da Questão Agrária (PQA), autores como, Karl Kautsky, Vladimir Ilich Ulianov Lênin, Alexander V. Chayanov, Rosa Luxemburg, Teodor Shanin, assim como autores contemporâneos do PQA, como Jan Douwe Van Der Ploeg, Eric Sabourin, Armando Bartra, Marcel Mazoyer e Laurence Roudart, José Vicente Tavares dos Santos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Delma Pessanha Neves e Bernardo Mançano Fernandes. Neste trabalho gostaria de incluir nesta lista Janaina Francisca de Souza Campos, Munir Jorge Felicio e Rodrigo Simão Camacho.¹

¹ CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 388 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, 2012.
 FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, 2011.
 CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, 2014.

Se para o PCA, com o avanço do modelo capitalista de produção no campo, acaba integrando os agricultores que ali se encontravam anteriormente com seu modo de vida tradicional, ou provoca a migração desses povos para outras áreas, de forma quase que automática, naturalmente, com certa tranquilidade e aceitação social, pois,

[...] No PCA, a questão agrária não é encarada sob o enfoque da conflitualidade. À este grupo de estudos, a questão é tratada de maneira conjuntural, sem a perspectiva de transformação dos padrões estruturais. A solução respalda-se na integração dos pequenos produtores rurais ao sistema capitalista, ou seja, na pluriatividade, com gradativa proletarianização do camponês, cujo objetivo é impor um único modelo de desenvolvimento para o campo. [...] (CAMPOS; FERNANDES, 2011, p. 34).

Ao modo de ver do PQA, não é assim que acontece, muito menos, os problemas que surgem desse processo, não é o capitalismo que seria capaz de resolvê-los. No PQA,

[...] Por outro lado, existe outro grupo de estudiosos que orientam seus estudos no entendimento da problemática travada pela luta de classes, de (re) criação do campesinato. Este grupo aproxima-se de questões que buscam a superação do modelo excludente atual, uma vez que a conflitualidade é tratada como uma forma de desenvolvimento para o campo. [...] (CAMPOS; FERNANDES, 2011, p. 34).

A partir desse ponto, temos um conflito de ideias, de modos de ver e pensar o mundo, que geram desdobramentos práticos e concretos na realidade, “[...] O PQA seria uma vertente de estudos oposta ao PCA, comprometendo-se com uma visão mais crítica sobre a realidade, enfocando a conflitualidade inerente às relações capitalistas e não capitalistas de produção.” (CAMPOS; FERNANDES, 2011, p. 34). Para o PQA, o avanço do capitalismo agrário, não acontece sem resistência, essa resistência gera conflitos práticos, e esses conflitos práticos dão elementos para uma teoria da Questão Agrária e para o Paradigma da Questão Agrária.

Para distinguir-se a questão agrária do paradigma da questão agrária, é importante lembrar que a primeira consiste no problema estrutural engendrado pelo avanço do capitalismo na agricultura, em cujo centro dos debates está a relação entre o capital e o campesinato, enquanto que o paradigma da questão agrária consiste numa referência teórica para se compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura a partir da questão agrária como questão *estrutural*, refletindo sobre os diferentes fins e recriações do campesinato. (FELÍCIO, 2014, p. 17).

O capitalismo produz a questão agrária através de sua estrutura de acumulação, especialmente pela renda capitalizada da terra que expropria o campesinato, tornando a questão agrária um problema estrutural do sistema capitalista de produção. O PQA é uma ferramenta teórica de interpretação dessa realidade agrária.

Para o PQA a questão agrária é um problema estrutural provocado pelo capitalismo, e para o PCA a questão agrária é uma conjuntura que o próprio capitalismo pode resolver. Como já dissemos, para o PCA não existe necessariamente ou rigorosamente uma questão agrária (ABRAMOVAY, 1990), por consequência não existe o PQA. Também dissemos que o PCA é o paradigma hegemônico, nesse caso o PQA é o paradigma contra hegemônico², e segundo Felício (2014, p. 35), “[...] construir-se-ão as análises a respeito do debate entre os dois paradigmas o da questão agrária e do capitalismo agrário por não se encontrarem elementos na realidade empírica e na academia para um terceiro.” De acordo com Campos e Fernandes,

Após exatos dez anos, Fernandes (2008) balizou a discussão em direção aos paradigmas que hoje estão presentes para o estudo do campo, sistematizando os estudiosos que se dedicam a esta temática em dois grandes grupos cujas posturas e interesses são distintos: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). [...] (CAMPOS; FERNANDES, 2011, p. 33-34).

À medida que o capitalismo agrário se territorializa, desterritorializa populações indígenas, quilombolas e camponesas de seus territórios. Embora muitos migraram para centros urbanos, muitos resistem ao acúmulo de terras pelo capital, que criou imensos latifúndios, desmatou milhares de quilômetros de florestas, assoreou rios, e continua destruindo ecossistemas inteiros, em consequência disso,

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, desde o latifúndio ao agronegócio, ocorre à base do contínuo processo de expropriação e exploração de povos tradicionais como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, babaqueiros, pantaneiros, caiçaras, jangadeiros, pescadores artesanais, sertanejos, camponeses, entre outros. Esses povos são chamados de tradicionais, mas não por conotação de povos sem mobilidade histórica ou atraso tecnológico e econômico. São chamados de tradicionais porque todas as mudanças e modernização não foram suficientes

² “[...] Toda relação de hegemonia pressupõe, como possibilidade, a existência de experiências, relações e atividades contra hegemônicas. [...]” (PRONKO; FONTES, 2012, p. 394).

para mudá-los, no que diz respeito a suas culturas e relação com a natureza. (FERNANDES; WELCH; GOLÇALVES, 2014, p. 74).

Os povos tradicionais existem e resistem na luta por seus territórios e modos de vida, que têm a terra, não como um meio de produção de acúmulo de riqueza especulativa, mas sim, um meio de vida, são formas diferentes de ver o mundo, que provocam ideias distintas e práticas diferentes. Que trazem a tona uma questão agrária.

Hoje há um entendimento generalizado de que a “questão agrária” é uma área do conhecimento científico que procura estudar, de forma genérica ou em casos específicos, como cada sociedade organiza, ao longo de sua história, o *uso*, a *posse* e a *propriedade* da terra. (STEDILE, 2012, p. 642-643).

A fórmula do PCA, na qual esses povos seriam extintos, por meio de sua “integração” compulsória ou migração por não ter outra alternativa momentânea. Não é absoluta e está longe de ser.

A hegemonia do Agronegócio no Brasil (e no mundo) não aceita outro modelo de desenvolvimento que não seja o modelo agroexportador de commodities em grande escala com uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos. A Via Campesina tem elaborado a ideia de soberania alimentar, em que o controle sobre a produção de alimentos e sua distribuição seja retirado das corporações e retornado ao Estado por meio de políticas de desenvolvimento da agricultura em bases diferenciadas, como a agroecologia, produção regional diversificada e em pequena escala para os mercados locais. (FERNANDES; WELCH; GOLÇALVES, 2014, p. 64).

Esse avanço do capital sobre a terra e territórios camponeses, provocando conflitos e resistências dos povos do campo, fez com que a visão e modos de vida camponeses emergissem oferecendo propostas que vão de encontro às contradições do capitalismo agrário, hoje na forma do agronegócio. Como as propostas da Via Campesina, coletivo de organizações do campo, que tem em suas diretrizes a Soberania Alimentar, a Agroecologia, a Educação do Campo, entre outras propostas de extrema importância para o futuro do campo brasileiro e mundial.

Conceber o agronegócio como totalidade é uma estratégia do paradigma do capitalismo agrário. Definir todos tão somente como agricultores esconde as diferenças constituídas pelas relações de poder que produzem as desigualdades. Esconde fundamentalmente as classes sociais. Os documentos das instituições que defendem essa compreensão citam constantemente que não é possível separar os agricultores em capitalistas e

familiares. Ver por exemplo Navarro (2010). (FERNANDES; WELCH; GOLÇALVES, 2014, p. 62).

Ao se dizer como único paradigma, o PCA, se coloca em uma posição confortável, negando qualquer outra possibilidade, essa é talvez a maior contradição de uma ideia, pois sabemos que tudo se transforma e o movimento histórico é contínuo, demonstrando que até agora nenhum modelo foi sempre assim, o que abre a possibilidade de mudança contínua de qualquer atividade humana.

Para a Via Campesina, o agronegócio representa as corporações capitalistas que constituíram um conjunto de sistemas para a produção de commodities, por meio do monocultivo em grande escala, principalmente para exportação, enquanto os camponeses organizam sistemas baseados na diversidade, pequena escala e mercado local, formando, portanto, outra lógica. (FERNANDES; WELCH; GOLÇALVES, 2014, p. 59).

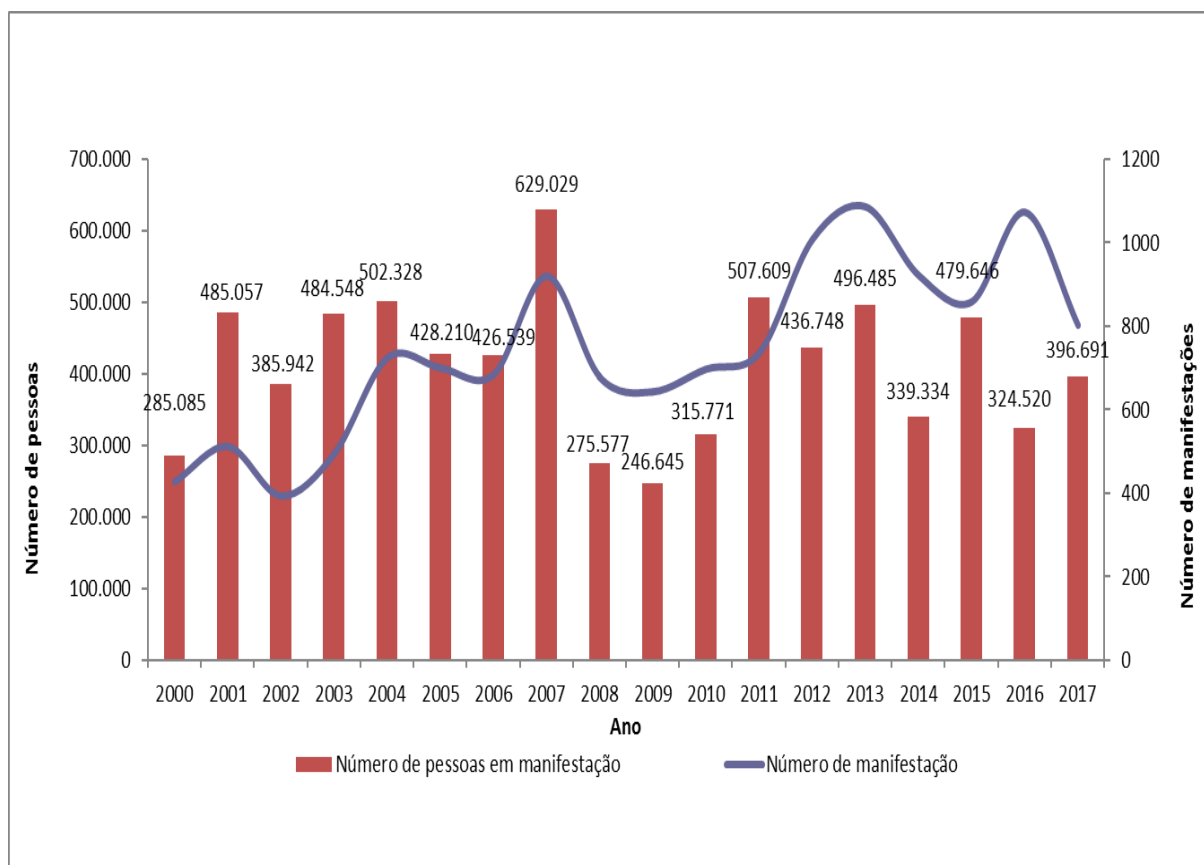
Se para os que são afetados pelo avanço do capital no campo, existe outra lógica de produzir e de viver, a questão agrária, expõe o que o capitalismo agrário quer invisibilizar, quando se coloca como totalidade do processo. Nesse caso, o paradigma da questão agrária, é a ferramenta teórica que fornece os elementos conceituais e categorias de análise capaz de oferecer outra resposta frente ao capital, trazendo assim, ao conhecimento público essa disputa de ideias, pensamentos, espaços, territórios materiais e imateriais, entre outros conflitos.

Estes fatos são expressões incontestáveis do debate paradigmático, das disputas territoriais e dos diferentes modelos de desenvolvimento defendidos pelas classes. Através do paradigma do capitalismo agrário é possível ignorar as classes sociais e as conflitualidades das disputas por políticas de desenvolvimento, mas é impossível negá-las. Estas disputas serão marcadas cotidianamente pela luta de classes que se manifesta pelas ocupações de terra, protestos, reivindicações e proposições de políticas públicas pelos movimentos camponeses e lobbies pelas corporações para demarcarem seus territórios dentro do governo federal. (FERNANDES, 2015, p. 21).

Como prova desses fatos incontestáveis citados por Fernandes, temos os registros dos números de manifestações do campo de 2000-2017, coletados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras organizações, sistematizados pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), que somam um total de 13.356 (treze mil trezentos e cinquenta e seis) manifestações no Brasil durante esse período, com a participação de 7.445.764 (sete milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil

setecentos e sessenta e quatro) pessoas nesse total de manifestações (DATALUTA, 2018, p. 34-35), conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Brasil – Manifestações do campo – 2000-2017 relação do número de manifestações e pessoas envolvidas



Fontes: CPT (2018) / DATALUTA (2018, p. 35).

São essas manifestações que confirmam na prática que existe uma Questão Agrária que deve ser estudada, e por consequência o paradigma da questão agrária é o meio de estudo consciente dessa estrutura agrária. Conforme Fernandes, “As manifestações, as ocupações de terra e os assentamentos de reforma agrária têm sido os mais ativos geradores e produtores de políticas públicas.” (2015, p. 32).

O modelo hegemônico do PCA, com seu processo de acumulação de terras como meio de produção, consequentemente vai expulsando os povos do campo, no entanto, isso gera um movimento de resistência e de luta pela terra que podem se desdobrar em movimentos organizados, que fazem disputa por seus territórios, os movimentos socioterritoriais, que necessitam do território para existir (FERNANDES,

2008). Como forma de luta pela terra, esses movimentos fazem manifestações no campo e na cidade, trazendo propostas contra hegemônicas, como a reforma agrária, a educação do campo, a soberania alimentar, a agroecologia, etc. e dessas propostas podem surgir políticas públicas governamentais, como por exemplo os programas: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de aquisição de alimentos (PAA), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), outro exemplo é o do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)³ que tem a obrigação legal de aquisição de no mínimo 30% de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

Figura 3 – Espacialização e territorialização da *práxis* do PQA



Fonte: Elaboração própria.

A partir da leitura dessas contradições, expostas pela Questão Agrária, analisadas pelo PQA, é possível compreender a importância do debate paradigmático.

O processo exclusivo do capitalismo agrário, com a acumulação de terras e expulsão de pessoas do campo, acaba acumulando pessoas sem terras, que

³ Art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm Acesso em: 04 de out. de 2019.

necessitam de terra para viver. Esse processo contínuo provoca a resistência contra ele mesmo, fazendo surgir a questão agrária. Os paradigmas do capitalismo agrário e o da questão agrária são advindos das posições em que se localizam os sujeitos nesse processo. Na posição que exclui ou na que resiste.

2.3 O paradigma do capitalismo agrário no MS

Sob ou sobre cada paradigma existem suas partes interessadas, independente da escala geográfica ou política. E, segundo Fernandes, “a discussão sobre os conceitos tem um papel importante dentro do debate paradigmático, porque traz a luz as intencionalidades dos pensadores e suas posições políticas” (2015, p. 24). Estamos trabalhando principalmente com as partes interessadas nacionais e estaduais, do Brasil e do estado de Mato Grosso do Sul. Então temos,

Na atualidade, entre as *stakeholders* mais influentes do agronegócio estão: a Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Entre as organizações camponesas estão a Via Campesina, formada pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento das Mulheres Camponesas e Comissão Pastoral da Terra – CPT; a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – Contag e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – Fetraf. O Governo Federal possui dois ministérios que tratam das políticas de desenvolvimento para o campo: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. (FERNANDES; WELCH; GOLÇALVES, 2014, p. 49).

Em 2019 o governo Bolsonaro extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, demonstrando sua extrema obediência ao PCA, porquê, se de acordo com o PCA só existe o agronegócio, então para que outro ministério? Ou para que formas diferentes de lidar com a agropecuária no Brasil? além disso nomeou como ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a então eleita deputa federal pelo Partido Democratas (DEM) do Estado do Mato Grosso do Sul, Tereza Cristina Correa da Costa Dias, mais conhecida como Tereza Cristina, que foi eleita com 75.068 (setenta e cinco mil e sessenta e oito votos), sendo a quarta candidata mais votada entre os 8 (oito) deputados federais eleitos pelo MS. (TSE, 2019).

Quando anunciada pelo presidente eleito Jair Bolsonaro, em 7 de novembro de 2018, como indicada ao cargo, Tereza Cristina era presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) “Bancada Ruralista” do Congresso Nacional (MATOSO; SALOMÃO; SOUSA, 2018). A indicação foi feita por 20 membros da (FPA), em reunião no gabinete de transição do governo eleito em 2018, em Brasília-DF, entre eles o ex-presidente da FPA Nilson Leitão do Mato Grosso (MT). “A bancada ruralista no Congresso Nacional reúne aproximadamente 260 parlamentares.” (AMARAL, 2018; MAIA & BRITO, 2018).

A Bancada Ruralista despontou nos anos 1980, em meio ao debate sobre a Assembleia Nacional Constituinte, como um dos desdobramentos da mobilização patronal de grandes proprietários de terra e empresários rurais durante o governo da Nova República, e tem se apresentado como importante espaço de representação dos interesses patronais rurais. (BRUNO; LACERDA; CARNEIRO, 2012, p. 528).

A ministra nasceu em Campo Grande – MS, é formada em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Viçosa em Minas Gerais (MG), trabalhou em fazendas da família e em cargos de direção em multinacionais de São Paulo (SP). Em 1990, ocupou a segunda secretaria da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL). Vindo a assumir a superintendência do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) em 2006, e no ano seguinte assumiu o comando da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Produção, Indústria, Comércio e Turismo do Governo do MS (SEPROTUR), por sete anos. Eleita em 2014 como deputada federal, representando o agronegócio no Congresso Nacional, foi presidente da (FPA), reconhecida como a maior defensora do agronegócio ao ser premiada pela categoria “Defesa Agropecuária” (MAPA, 2019).

Com essas informações acima, disponibilizadas no site do próprio (MAPA), fica claro a defesa do PCA, tanto em sua trajetória, quanto de suas origens latifundiárias, neste estado do MS.

Atualmente o estado de Mato Grosso do Sul é governado por Reinaldo Azambuja, reeleito em outubro de 2018, iniciando o segundo mandato em 1º de janeiro de 2019. Obteve 576.993 votos, (44%) dos votos no primeiro turno e 677.310 votos, (52,35%) no segundo turno, pelo (PSDB) em coligação com

(PMN/DEM/PP/PSB/PTB/PATRI/PSD/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PROS). (TRE-MS, 2018).

Segundo informações do site do governo do MS, Reinaldo Azambuja, começou sua carreira administrando os negócios da família após a morte do pai, deixando a faculdade de administração. Com intenção de modernizar as atividades agropecuárias da família, foi para os EUA onde absorveu ideias e técnicas. Como jovem administrador rural, estimulado por Waldemir Moka Miranda de Brito (atualmente senador pelo MS), filiou-se ao PSDB por inspirar-se em Lúdio Coelho (ex-senador e ex-prefeito de Campo Grande-MS). Reinaldo Azambuja, foi prefeito de Maracaju-MS por dois mandatos, assumiu a presidência da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (ASSOMASUL). Foi deputado estadual, na Assembleia Legislativa, onde conduziu a formação da Frente Parlamentar do Agronegócio e foi deputado federal antes de assumir o governo do MS. (MATO GROSSO DO SUL, 2019).

Em seu plano de governo apresentado ao Tribunal Regional Eleitoral – MS para as eleições de 2018, onde expõe algumas diretrizes do seu mandato, quando fala do “setor produtivo”, traz as seguintes propostas *in verbis*,

- Consolidar a política industrial com gestão de incentivos fiscais e segurança jurídica para o empreendedor.
- Consolidar e incrementar os programas estaduais de apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas do agronegócio.
- Promover a diversificação da matriz econômica do Estado estimulando a agregação de valor à produção.
- Promover a implantação de empreendimentos da chamada indústria 4.0.
- Inserir a economia sul-mato-grossense nas cadeias produtivas globais.
- Ampliar os investimentos para aumento da produção na agricultura familiar.
- Fomentar o desenvolvimento da produção agroecológica.
- Ampliar as ações de desburocratização.
- Fortalecer a defesa vegetal em Mato Grosso do Sul com vistas na expansão de novas culturas de forma sustentável.
- Fortalecer a defesa animal e garantir que o Mato Grosso do Sul se torne área livre de aftosa sem vacinação.
- Ampliar os programas de apoio aos pequenos negócios, às pequenas e médias empresas inovadoras e startups.
- Manter a política de atração de investimentos.
- Ampliar a pauta de exportação estadual com produtos de maior valor agregado. (TRE-MS, 2018b).

Observamos que a maioria dessas diretrizes correspondem ao setor agrário, e que de 13 diretrizes, uma corresponde à agricultura familiar, uma a pequenos e médios negócios, e uma à produção agroecológica, com verbos frágeis e subjetivos

como ampliar e fomentar, sendo que as demais propostas são efetivamente voltadas a grandes negócios, indústrias, cadeias produtivas do agronegócio, cadeias produtivas globais, pauta de exportação, com verbos mais sólidos e incisivos como, consolidar, promover, inserir, fortalecer, manter. Isso demonstra um direcionamento claro das intenções do Governo estadual para o mandato de 2019-2022.

De acordo com a Lei nº 5.151, de 27 de dezembro de 2017, que aprovou a segunda revisão do Plano Plurianual (PPA) do MS, para o período de 2016/2019, assinada pelo Governador Reinaldo Azambuja e publicada em Diário Oficial (MATO GROSSO DO SUL, 2017). No que tange ao Programa Agronegócio Produtivo, temos praticamente uma lista de tarefas do PCA para o MS, como o uso de financiamento público por meio da EMBRAPA, para alterações genéticas tanto animal quanto vegetal, para fazer do MS um dos principais produtores de grãos e carne do país. Para além da soja e do boi, a implantação de agroindústrias com uso de incentivos fiscais e a ampliação de mais de 850.000 ha de áreas ocupadas com soja, cana-de-açúcar e eucalipto desde 2010. Outrossim, a necessidade de inserir os agricultores familiares nas relações do agronegócio. (MATO GROSSO DO SUL, 2017, p. 28). O mais impressionante é a forma como o Governador planeja lidar com as áreas degradadas, sua proposta é recupera-las para o monocultivo em larga escala e para a pecuária extensiva.

Como secretários do executivo estadual, o Governador tem reforços de representantes do PCA que atuam na administração do Estado, como o Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV), Eduardo Corrêa Riedel, ex-presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), ex-presidente do Conselho Deliberativo do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/MS), foi diretor-presidente da Sapé Agropastoril LTDA. empresa que atua na produção de carne bovina, cana e grãos, entre 1994-2014 e em 2012 assumiu a vice-presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Ou seja, fez e faz parte da direção dos maiores representantes e defensores do agronegócio no MS e no Brasil, além disso, é empresário do setor da carne, cana e grãos, os maiores produtos dos latifúndios sul-mato-grossenses. (MATO GROSSO DO SUL, 2019).

Na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), o secretário é Jaime Verruck, ex-diretor da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS), era responsável pela gestão do Sesi, Senai, IEL e Fiems. Mestre em economia rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), além de outros cursos na Espanha, França e EUA. (MATO GROSSO DO SUL, 2019).

O que temos em comum, entre a Ministra da Agricultura, o Governador do MS, e os Secretários do poder executivo estadual do MS, é que ambos representam o patronato rural do MS e do Brasil, ambos defendem o PCA com todas as suas forças. Por isso, ainda neste capítulo passaremos a compreender o que essas entidades têm como objetivos e como atuam.

2.3.1 As entidades que representam o patronato rural no MS

Diante da hegemonia do PCA, as organizações que representam o agronegócio, os latifundiários e o patronato rural brasileiro então presentes de forma contundente no cenário político-socio-econômico do Estado Nacional e do Estado Membro da federação brasileira, no caso o Mato Grosso do Sul, que não é diferente, é na verdade um grande exemplo de como o PCA interfere no cenário da sociedade brasileira.

Alguns traços marcam a identidade de classe e a organização política do patronato rural no Brasil: a multiorganização, a representação direta, o empenho na construção da união de todos acima dos interesses de cada fração, a exigência de um Estado provedor e protetor convivendo com a defesa do mercado, a visão da propriedade da terra como direito absoluto, o discurso da solidariedade entre as classes sociais no campo e a violência como prática de classe. São traços definidores da prática política e da retórica de legitimação dos grandes empresários rurais e do agronegócio no Brasil e que muito contribuem para o exercício da dominação e exploração de classe. (BRUNO; LACERDA; CARNEIRO, 2012, p. 521).

No que se refere a multiorganização, temos exemplos no texto acima, em que a atual ministra da agricultura fez parte da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), assim como da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Produção, Indústria, Comércio e Turismo no MS (SEPROTUR) e foi presidente da Frente

Parlamentar Agropecuária (FPA) conhecida como “Bancada Ruralista” do Congresso Nacional. O governador Reinaldo Azambuja, foi presidente da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (ASSOMASUL) quando era prefeito de Maracaju-MS, e formou a Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA/MS) na Assembleia Legislativa do MS quando foi deputado estadual. Isso evidencia que,

Frequentemente uma mesma fração de classe, setor produtivo ou porta-voz participa, concomitantemente, de várias instâncias de representação. Essas frações integram a estrutura sindical patronal oficial, representada pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). São membros da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da tradicional Sociedade Rural Brasileira (SRB). Participam da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e integram as inúmeras associações por produto e multiproduto criadas nas últimas décadas, juntamente com a consolidação das cadeias produtivas. E os representantes patronais de maior poder econômico e político têm assento nos conselhos das Federações da Indústria e do Comércio ligada à agricultura. (BRUNO; LACERDA; CARNEIRO, 2012, p. 521).

O que pode ser confirmado ainda, com as trajetórias dos secretários do poder executivo estadual do MS. Como Eduardo Corrêa Riedel, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV), que foi presidente da FAMASUL, e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/MS), é empresário do Agronegócio e assumiu a vice-presidência da (CNA). Assim como, Jaime Verruck, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), que foi diretor da Federação das Indústrias do MS (FIEMS).

Quase sempre são os proprietários de terras e empresários rurais e do agronegócio que se fazem diretamente representar quer no Congresso Nacional e em agências do Estado, ocupando postos federais, quer na sociedade civil. Com frequência, são os melhores quadros políticos que assumem o papel de porta-vozes dos interesses patronais. (BRUNO; LACERDA; CARNEIRO, 2012, p. 522).

Vejamos algumas informações, sobre as principais entidades do agronegócio do MS e do Brasil, seus objetivos e seus alinhamentos com o PCA no cenário estadual, nacional, internacional, regional, local e territorial.

A FAMASUL, é uma entre 27 federações de entidades sindicais de cada unidade estadual e do Distrito Federal (DF) do Brasil, ela integra a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Com sede em Campo Grande, capital do MS,

tem 69 (sessenta e nove) sindicatos rurais sob sua representação. A FAMASUL foi formada no mesmo ano da divisão do estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em 29 de outubro 1977, haja vista divisão do estado ter sido em 11 de outubro de 1977, isso demonstra o alinhamento político da categoria, pois em 18 dias criaram a federação. Existem registros que a divisão do estado foi orquestrada pelos interesses da elite agrária do MS, a atuação dessa, é algo que continua nos dias atuais com a grande influência política do setor no estado e no país como estamos vendo neste trabalho.

A Famasul tem como missão “representar, organizar e fortalecer os produtores e sindicatos rurais, promovendo o desenvolvimento do agronegócio de Mato Grosso do Sul.” E como visão “ser um sistema de excelência reconhecido pela sociedade em promover a competitividade e a inovação do agronegócio de Mato Grosso do Sul.” (FAMASUL, 2019). A Famasul representa sindicatos de praticamente todos os municípios do MS, em alguns com mais de um sindicato, e em distritos de alguns municípios. Então temos, a CNA com representação nacional, a FAMASUL com representação estadual no MS, e os sindicatos rurais com representação em 71 municípios do MS (que possui um total de 79 municípios), alguns sindicatos representam mais de um município como é o caso do Sindicato Rural de Ivinhema e Novo Horizonte do Sul, de Miranda e Bodoquena, por exemplo.

Junto à FAMASUL, existe o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso do Sul (SENAR/MS), criado pela lei n. 8.315 de 23 de dezembro de 1991 (BRASIL, 1991) e regulamentado pelo decreto n. 566 de 10 de junho de 1992 (BRASIL, 1992). Com a missão de “promover a educação, a informação e o conhecimento em agronegócio das pessoas do meio rural, com inovação e competência, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.” E como visão, “ser uma instituição de referência em educação, inovação e conhecimento das pessoas do meio rural atendendo as necessidades dos diversos setores do agronegócio de Mato Grosso do Sul.” (SENAR/MS, [2019]). Ou seja, junto à entidade de representação sindical do agronegócio, tem a entidade de formação da categoria, que pode levar a visão do PCA de forma capilarizada até os municípios do MS.

Um dos projetos do SENAR/MS é o Agrinho MS, voltado para crianças e estudantes do ensino fundamental, em parceria com secretarias estadual e municipais,

Para mostrar às crianças e jovens, estudantes do 1º ao 9º anos, a importância do meio rural para o desenvolvimento econômico e social, do Estado e do país, o Senar/MS adotou o Agrinho, programa de responsabilidade social desenvolvido em parceria com as secretarias estadual e municipais de Educação. (SENAR/MS, [2019]).

Esse programa nasceu no Paraná há mais de 20 anos, e iniciou no MS em 2014. Até 2017 “[...] o programa contou com 41 municípios parceiros, 348 escolas municipais e estaduais e previsão de atender 120 mil alunos durante o ano letivo. [...]. (Idem). Ou seja, o programa já alcançou mais da metade dos municípios do MS.

Outra entidade que acompanha a FAMASUL, é a Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul (APROSOJA/MS), constituída por produtores de soja, milho e outros grãos do MS, criada em 2007, visando o crescimento das cadeias produtivas do setor no Estado, com a missão de “viabilizar a sustentabilidade dos produtores de soja de Mato Grosso do Sul, atendendo as demandas do mercado globalizado, oferecendo serviços de informação, qualificação, apoio e representação política de classe.” (APROSOJA/MS, 2016).

Também, como entidade atuante é o Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul (OCB/MS), filiada à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), existente desde 7 de junho de 1979, segundo informações do site da OCB/MS,

No MS, atualmente são 105 cooperativas registradas no Sistema OCB/MS, distribuídas por diversos segmentos econômicos, com grande expressão nos setores de saúde, infra-estrutura, trabalho, transporte, agronegócios e crédito. São aproximadamente 200 mil cooperados e emprega mais de 7 mil pessoas, representando 10% do PIB Estadual. (OCB/MS, [2019]).

Em setores, os números são “[...] 54 cooperativas agropecuárias, 14 na saúde, 12 no transporte, 10 cooperativas de crédito, 5 em infraestrutura, 3 de produção, 2 do trabalho e no educacional, consumo, habitacional, e turismo e lazer existe uma cooperativa registrada em cada uma delas.” (OCB/MS, [2019]).

Fundada em 1969, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) se caracteriza pela estreita relação com o governo federal.” (BRUNO; LACERDA; CARNEIRO, 2012, p. 525). Uma das contradições dessa entidade são “[...] as tensões existentes entre as bases cooperativistas, compostas predominantemente por pequenos agricultores, e a direção política, representada por grandes cooperativas empresariais.” (BRUNO; LACERDA; CARNEIRO, 2012, p. 525).

A Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS), é composta por um conselho dos Sindicatos Patronais da Indústria e de sua diretoria, ela atende o setor industrial junto com o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL)⁴(FIEMS [2019]). Representa sindicatos patronais como o Sindicato das Indústrias de Papel e Celulose do MS (SIMPACEMS), o Sindicato das Indústrias de Laticínios do MS (SILEMS), Sindicato das Indústrias de Frios, Carnes e Derivados do MS (SICADEMS), Sindicato das Indústrias de Fabricação do Alcool do MS (SINDAL-MS)⁵, Sindicato das Indústrias de Fabricação do Açúcar do MS (SINDAÇUCAR-MS), Sindicato das Indústrias da Alimentação do MS (SIAMS), esses 6 sindicatos patronais são diretamente vinculados ao agronegócio estadual, nacional e internacional, e representam inúmeras empresas do setor, instaladas no MS. Ao todo consultamos 24 sindicatos patronais do MS filiados à FIEMS. (FIEMS, [2019b]).

Além das entidades que representam diretamente o patronato rural do MS, com a visão do PCA, temos também, uma representação dessa visão, no Poder

⁴ O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) oferece serviços para o aperfeiçoamento da gestão e da capacitação empresarial. Missão “Promover o aperfeiçoamento da gestão, a capacitação empresarial e a interação entre as empresas e os centros de conhecimento, contribuindo para a competitividade da indústria de Mato Grosso do Sul”. Visão “Ser um Instituto de referência na educação executiva e na interação entre as indústrias e os centros de conhecimento”. Disponível em: <http://www.ms.iel.org.br/conheca-o-iel> Acesso em: 15 de out. de 2019.

⁵ Ver também a Associação dos Produtores de Bioenergia de MS (BIOSUL): A Biosul – Associação de Produtores de Bioenergia de Mato grosso do Sul é a entidade que representa a indústria sucroenergética do Estado. Com atividade agroindustrial, a partir da cana-de-açúcar é produzido açúcar, etanol e bioeletricidade. Ao todo, são 19 usinas em operação no Estado. Todas elas associadas à Biosul. Disponível em: <http://biosulms.com.br/institucional/quem-somos/> Acesso em: 15 de out. de 2019.

Legislativo, nas Universidades, e na mídia do MS, o que também acontece em nível nacional.

Na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALMS), têm 24 deputados estaduais (nenhuma mulher), desses 24 deputados, 22 deles fazem parte da Frente Parlamentar em Defesa do Agronegócio (FPDA), “[...] O grupo de trabalho tem por objetivo implementar ferramentas para o fortalecimento das políticas relacionadas ao Agronegócio.” (ALMS, 2019). Essa é a composição: Antônio Vaz (Republicanos); Barbosinha (DEM); Capitão Contar (PSL); Coronel David (PSL); Eduardo Rocha (MDB); Evander Vendramini (PP); Felipe Orro (PSDB); Gerson Claro (PP); Herculano Borges (SD); Jamilson Name (PDT); João Henrique (PL); Lidio Lopes (PATRI); Londres Machado (PSD); Lucas de Lima (SD); Marçal Filho (PSDB); Marcio Fernandes (MDB) – coordenador; Neno Razuk (PTB); Onevan de Matos (PSDB); Paulo Corrêa (PSDB); Professor Rinaldo (PSDB); Renato Câmara (MDB); e Zé Teixeira (DEM). Cinco deles são do mesmo partido do Governador do (PSDB) que possui a maior bancada na ALMS com esses deputados, e oito da mesma coligação, somando treze. Apesar de que, todos representam diretamente os interesses do agronegócio, como está descrito no objetivo da FPDA da ALMS.

“A “bancada ruralista” do MS tem 91.66% de representatividade na ALMS.”

“O PSDB tem 20.83%”

Estão fora dessa frente apenas os dois deputados do Partido dos Trabalhadores (PT), Cabo Almi e Pedro Kemp.

Dentro do que temos verificado sobre a influência do PCA nos setores públicos e privados da sociedade do MS e nacional, temos uma linha direta de sujeitos vinculados ao agronegócio em várias frentes de atuação, podemos ver isso também no perfil do coordenador da FPDA da ALMS, assim como vimos no perfil do Governador, da Ministra da Agricultura e dos Secretários do Poder Executivo Estadual.

O deputado estadual Marcio Fernandes (MDB), coordenador da frente parlamentar do agronegócio do MS, podemos também chamar de “bancada ruralista” do MS, foi

Eleito com 27 anos em 2006, o deputado estadual Marcio Fernandes (PMDB), está no seu terceiro mandato, sendo destaque na Casa de Leis por sua atuação. Como o único médico veterinário entre os parlamentares, preside desde 2007 a Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesqueira e tem por objetivo continuar o trabalho em prol do agronegócio, da defesa sanitária animal e da geração de renda. Marcio Fernandes sempre lutou para estreitar o diálogo entre a classe produtora, entidades, indústria e governo criando alternativas para trazer investimentos à Mato Grosso do Sul. (ALMS, 2019b).

Esse perfil, junto aos demais debatidos neste trabalho, demonstra como atuam os agentes do agronegócio (PCA), diretamente na política e na economia do MS e do Brasil. Não é por acaso, encontrarmos grandes personagens do agronegócio em postos estratégicos de decisões políticas e de influência na sociedade brasileira. Se levarmos em conta o partido político ou os partidos políticos do coordenador da “bancada ruralista” do MS e dos demais que à compõe veremos também uma linha histórica de relação com o setor dos latifundiários do país e “*donos do poder*” do Estado brasileiro desde sua origem.

Quanto às entidades de ensino superior, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), existem 49 instituições de ensino superior ativas no Mato Grosso do Sul (MEC, 2019). Entre elas, duas universidades federais, uma estadual e uma particular que vamos utilizar como referência nesta parte do trabalho, para podermos comparar os dois paradigmas, no momento o PCA e depois o PQA.

Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), encontramos os grupos de pesquisa, Sustentabilidade dos Agronegócios, com as linhas de pesquisa: 1. Gestão sustentável dos agronegócios; e 2. Inovação dos conhecimentos dos agronegócios. As repercussões do grupo são,

Desenvolver projetos de pesquisa e extensão nas áreas de sustentabilidade com temas regionais, nacionais e internacionais envolvendo todos os segmentos dos agronegócios para aumentar a competitividade e promover o conhecimento acadêmico e profissional. Promover e integrar as discussões científicas em prol de melhorar os diálogos entre stakeholders dos agronegócios. (CNPQ, 2017).

A situação deste grupo está como excluída em 21 de março de 2019 e contava com 22 participantes.

E o Grupo de Competitividade de Organizações Agroindustriais (GRUCOA), com a linha de pesquisa: Competitividade nos agronegócios. E as seguintes repercussões dos trabalhos,

O objetivo geral do grupo é estudar a competitividade como função da adequação das estratégias das empresas ao padrão de concorrência vigente nos mercados, focalizando a relação do negócio com seu ambiente competitivo; nesse sentido, o grupo pretende contribuir com a discussão teórica sobre estratégia e competitividade de organizações agroindustriais, seus padrões e taxonomias, com subsídios para a formulação de políticas públicas em setores ou regiões mais fragilizadas e com políticas de negócios para empresas ou grupos de empresas que buscam maior competitividade no cenário do século XXI, sobretudo aquelas que pretendem voltar parte de seus esforços ao mercado externo. (CNPQ, 2019).

Este grupo está certificado como ativo, com o envio de informações mais recente em 10 de agosto de 2019, e conta com 18 participantes. Ambos os grupos são do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) de Campo Grande-MS.

Nesse programa encontramos projetos de pesquisa como: “DIÁLOGOS ENTRE STAKEHOLDERS: A COMPETITIVIDADE DAS ROUNDTABLES NOS AGRONEGÓCIOS NO BRASIL E DE MATO GROSSO DO SUL” Denise Barros de Azevedo – Coordenadora; “FORMAS DE COOPERAÇÃO NOS ARRANJOS ORGANIZACIONAIS VINCULADOS AO AGRONEGÓCIO NO MATO GROSSO DO SUL” Erlaine Binotto – Coordenadora; “COMPETITIVIDADE DAS ATIVIDADES DE BASE AGRÍCOLA NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL: IMPACTOS SOBRE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO” Mayra Bitencourt Fagundes – Coordenadora; “EFICIÊNCIA OPERACIONAL DAS USINAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL” Renato Luiz Sproesser – Coordenador. Que podem ser úteis para compreender a visão do PCA no MS, por meio da pesquisa científica. (UFMS, 2019).

Na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), existe o programa de pós-graduação em agronegócios, com mestrado e doutorado em agronegócios, que segundo informações do programa,

[...] Neste ínterim, buscamos enfocar a dinâmica gerencial, econômica, social e ambiental com vistas à promoção de melhoria e otimização dos produtos e processos relativos as diversas cadeias produtivas do agronegócio, bem como, contribuir para a solução das demandas da sociedade. (UFGD, 2019).

Esse programa possui parcerias com a “[...] Universidade de Wageningen na Holanda (considerada uma das melhores Universidades do mundo na área do Agronegócio, segundo o QS World University Ranking) e com a Zurich University of Applied Sciences (Suíça).” O que demonstra sua articulação internacional sobre o tema com possibilidades de intercâmbios para ambas instituições brasileira e internacionais.

A Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), conta com o Centro de Tecnologia e Análise do Agronegócio (CETEAGRO), que trabalha com ensino, pesquisa e extensão, tanto com pequenos produtores como em empresas do agronegócio, como pode ser observado nas três linhas de pesquisa em destaque,

Produção no campo: desenvolvimento de tecnologias de fruticultura e horticultura adaptadas para a agricultura familiar
Agregação de valor: desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas para pequenas e médias agroempresas e tratamento e valorização dos resíduos do campo e das agroindústrias;
Governanças no agronegócio: especializado no estudo da organização dos produtores e das empresas do agronegócio. (UCDB, 2019, grifos do original).

O CETEAGRO apoia cursos da graduação e programas da pós graduação da UCDB, como nos mestrados de Desenvolvimento Local, Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária.

Recentemente em 2019, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS-Mestrado) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Ponta Porã, publicou o livro “Desenvolvimento Regional fronteira sul-matogrossense em perspectiva, organizado por DEFFACI, SOUZA e FACHIN”, com onze textos que debatem propostas de desenvolvimento regional.

Para dialogar com este trabalho elencamos dois destes onze textos que tratam diretamente dos assuntos abordados aqui, são eles: 1. Estrutura do agronegócio no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, escrito por PADOVAM, Denise Soares da Silva; *et al.*; e 2. A geração de emprego e renda no agronegócio e na indústria de Mato Grosso do Sul, escrito por RUIZ, Alexandra Souza; MORENO, Rafael Gonçalves; MARTINS, Romildo Camargo. Com isso, trazemos exemplos de produção do conhecimento desses autores do Paradigma do Capitalismo Agrário no Mato Grosso do Sul.

Os autores do PCA no MS, concordam com a importância da agricultura familiar, ao destacar que 70% dos produtos consumidos neste estado tem origem na agricultura familiar (PADOVAN *et al*, 2019, p. 104). Apesar disso, o baixo acesso ao crédito, assistência técnica e extensão rural insuficiente, somado ao fluxo deficitário no escoamento da produção, dificultam o desenvolvimento desse setor. “Desta forma, verifica-se que existem alguns aspectos peculiares na estrutura do agronegócio desse segmento que precisa ser melhor compreendido.” (PADOVAN *et al*, 2019, p. 104).

Observa-se que a agricultura familiar é analisada como segmento do agronegócio, com “aspectos peculiares na estrutura”, compreendemos que mesmo para o PCA, com todo seu aparato científico, há explicações e justificativas que não encaixam, quando se comparam os pequenos e os grandes produtores.

Com base neste contexto, a agricultura familiar enfrenta dificuldades para produzir alimentos e agregar valor à sua produção, destacando-se alguns entraves como a falta de assistência técnica e extensão rural qualificada, dificuldades na logística de escoamento da produção e na comercialização (Vilckas; Nantes, 2011). (PADOVAN *et al*, 2019, p. 111-112).

O estudo realizado por Padovan e outros, indicam que 40% dos agricultores familiares entregam sua produção ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 30% vendem diretamente ao consumidor final, 20% entregam para empresas ou atravessadores e 10% entregam para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). (2019, p. 113).

Com base nas informações compreendidas, os agricultores obtiveram acesso a estes programas do governo através da associação ou cooperativa e consideram importante esta parceria, pois contribui para a valorização e comercialização garantida dos produtos, preço justo, planejamento da produção de acordo com a demanda e a agregação de valor. Para fomentar essa parceria dos agricultores familiares de Mato Grosso do Sul com o PAA e PNAE são produzidos alguns produtos, como: feijão de vagem, mandioca, abóbora, milho, alface, tomate, muçarela, leite, frango, doces, pães, verduras, polpa de tomate, doce de leite cremoso, almeirão, cebolinha, salsinha, coentro, pimentão, maracujá, mamão, queijo, banana, mel, hortifruti, geleias, batata e peixe. (PADOVAN *et al*, 2019, p. 113).

A produção de alimentos para consumo local e regional dos agricultores familiares demonstram outro aspecto diferencial quando comparado com a produção em larga escala de grandes produtores de *commodities* para exportação.

Os resultados obtidos neste estudo evidenciam que a estrutura do agronegócio da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul ainda é bastante frágil, pois é composta por elementos que ainda se encontram em estágios incipientes, carecendo de apoio técnico, evolução da gestão por parte dos agricultores, aliado à necessidade de atuação comprometida com resultados envolvendo governos municipais, estadual e federal para apoiar os agricultores e os processos em curso. (PADOVAN *et al*, 2019, p. 119).

Dessa forma, fica evidente que a prioridade no estado do Mato Grosso do Sul, por parte do poder público, não são os pequenos produtores e nem a produção de alimentos para consumo da população no estado.

No trabalho dos autores RUIZ, MORENO e MARTINS (2019), ao analisarem a geração de emprego e renda no agronegócio e na indústria do MS, reconhecem todo o processo de modernização conservadora⁶ que houve neste estado, onde surgiram polos industriais com grande tecnologia, principalmente no setor de transformação⁷, setor este que tem um papel intermediário entre os produtores e os consumidores, no que diz respeito às usinas de cana de açúcar, grandes laticínios, frigoríficos, ou de processamento do eucalipto para produção de celulose por exemplo. Porém, essa

⁶ A modernidade conservadora, assim denominada, é a temática que pretende compreender determinado processo de modernização, baseado em uma dualidade estrutural, que ao mesmo tempo caracteriza-se como moderno, porém mantém inalterada sua base agrário-latifundiária. (RUIZ; MORENO; MARTINS, 2019, p. 17).

⁷ O resultado do setor secundário do MS pode ser atribuído ao bom desempenho da indústria de transformação. Os dados da Tabela 1 apontam e confirmam a potencialidade da agroindústria presente no setor de transformação, em todo período de análise manteve-se como setor de maior participação na composição do PIB industrial, em 2012 representava pouco mais da metade do PIB industrial de MS. (RUIZ; MORENO; MARTINS, 2019, p. 23).

modernização não foi capaz de dissolver a estrutura latifundista existente no Mato Grosso do Sul.

Na realidade a modernização da agricultura segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar meramente determinados produtos e produtores, fortalecendo assim a monocultura. Com a modernização acontece o que vários autores conceituam de “industrialização da agricultura”, tornando-se uma atividade nitidamente empresarial. Assim, com o avanço da tecnologia nos moldes produtivos da agricultura, os produtores visavam alcançar maior rentabilidade, resultado da mecanização que ampliou as áreas cultivadas ou a escala de produção. (RUIZ; MORENO; MARTINS, 2019, p. 15).

Os números de estabelecimentos industriais, tiveram um acréscimo de aproximadamente 40,74%, entre 2010 e 2015. “Somente houve maior oscilação e valores negativos na segunda metade do período no que se refere a emprego e exportações do setor industrial, o que demonstra a vulnerabilidade e talvez a fragilidade do setor industrial sul-mato-grossense.” (RUIZ; MORENO; MARTINS, 2019, p. 26).

O parágrafo acima demonstra um ponto preocupante, pois, se aumentam o número de agroindústrias, com investimento público e isenções de impostos, para acompanhar o mercado internacional das exportações. No entanto, não se tem controle do mercado internacional que é movido com crises, e inúmeros fatores políticos, ao menor índice de oscilação dos números e políticas externas, o que é afetado é o emprego. Chamamos atenção quanto ao discurso do agronegócio com relação ao aumento do PIB e da geração de emprego, e nos parece um preço alto demais garantir latifúndios e empresas multinacionais, com investimento público e isenções tributárias, com fundamento em um discurso sem garantias.

Os dados expressos na Tabela 2 indicam a predominância do grande latifúndio no Estado de Mato Grosso do Sul sob a área rural/total correspondendo a 74,24% ou o equivalente a 24.743.878,41 hectares de terras. Esse contingente de terras está concentrado em 11.303 propriedades as quais representam apenas 13,01% do universo de 86.899 propriedades. Isso estava em contrassenso ao propósito inicial da Marcha para o Oeste, que na época (entre as décadas de 1940 e 1950), através da criação das colônias agrícolas, baseava-se na constituição de pequenas e médias propriedades (PAIA, 2003) objetivando a colonização e consequente povoamento. (RUIZ; MORENO; MARTINS, 2019, p. 29).

A modernização conservadora faz com que 13% de propriedades (grande latifúndio) possuam 74,24% da área rural do MS, ao mesmo tempo em que, 86,9% (75.596 minifúndios e pequenas propriedades) ocupam apenas 25,76% da área rural.

[...] A reflexão contemporânea atual excede o pensamento comum e lança o entendimento de que as demais propriedades, cerca de 75.596 ou cerca de 86,99%, devem ser consideradas em seus respectivos potenciais produtivos. Um exemplo deste potencial é o Assentamento Itamarati que reúne 2.835 famílias assentadas, e que desde o ano 2002 vem apresentando bons resultados. (RUIZ; MORENO; MARTINS, 2019, p. 32).

Destacamos o ponto apresentado pelos autores do PCA acima para fazer uma ponderação. Grande parte dos mais de 85% das pequenas propriedades são derivadas de assentamentos rurais em áreas que foram consideradas como latifúndio improdutivo e que foram reutilizadas para fins de reforma agrária, em sua maioria por meio de programas federais intermediados pelo INCRA, o exemplo do Assentamento Itamarati é um espelho desse processo, pois um dia foi somente uma propriedade, a Fazenda Itamarati, a qual, após ser loteada “reúne 2.835 famílias e vem apresentando bons resultados”, ou seja, toda produção de um latifúndio, geralmente comandada por uma família, não gera emprego e nem recursos que possam justificar priorizar a grande propriedade ao invés dos assentamentos para a agricultura familiar multiplicados em pequenas propriedades, porém ocupando milhares de pessoas, já que uma família agrega no mínimo 3 pessoas. Ainda podemos levantar neste caso a diversidade de produção da agricultura familiar.

Além do volume produtivo apresentado na Tabela 4, há ainda outras iniciativas que contemplam áreas com menor aporte de terras. São atividades desenvolvidas nos lotes individuais, como por exemplo, a apicultura e a produção de hortaliças e frutas, das quais grande parte é comercializada nos chamados mercados institucionais – PNAE e PAA – (Relatório da Agraer, 2017). (RUIZ; MORENO; MARTINS, 2019, p. 32).

Para o atendimento a essas demandas do PNAE e PAA, destacam-se a produção de iogurte, milho verde, mandioca, hortaliças e frutas (Agraer, 2017), o que de fato exige a participação da família de agricultores estabelecidos nestas pequenas propriedades. (RUIZ; MORENO; MARTINS, 2019, p. 33).

Apesar de todas as evidências, com base na realidade, demonstrarem a necessidade de políticas públicas voltadas a agricultura familiar e às pequenas propriedades já que todo contexto histórico sul-mato-grossense favoreceu a grande

propriedade, esses autores do PCA colocam os dois grupos no mesmo contexto, como se estivessem nas mesmas condições, segundo Ruiz, Moreno e Martins (2019, p. 33) “os números apresentados revelam a importância do agronegócio em todas as suas dimensões, seja através da produção massificada (grandes lavouras) ou através da iniciativa de pequenos grupos de agricultores (agricultura familiar, por exemplo).” Aí se choca a visão desses autores com a dos autores do PQA, que tratam da agricultura familiar como uma classe diferente dos grandes proprietários que se utilizam do agronegócio para expandir suas propriedades, o que não acontece com os pequenos produtores por estarem em condições opostas.

Quanto ao setor primário, da lavoura (cana-de-açúcar, soja, milho, eucalipto e outros) e da pecuária, foram liderados por grandes latifundiários. Mesmos esbarrando em alguns desafios, é fundamental destacar as novas oportunidades de crescimento, constatadas pelo potencial que a agricultura familiar vem desempenhando na região, alavancadas pelos assentamentos rurais. (RUIZ; MORENO; MARTINS, 2019, p. 35).

Com esses trabalhos elaborados por autores do PCA podemos ter noção das influências dos modos de pensar e fazer os debates agrários por meio da academia e da produção científica o que resulta em políticas públicas e interferem diretamente na realidade em qualquer escala e no dia a dia das pessoas.

Quanto à mídia no MS, não temos informações de mídia do PQA, a não ser em sites de entidades que têm essa visão (CIMI e CPT por exemplo), nesse setor das comunicações, é provável que a hegemonia seja praticamente 100% do PCA. Com isso, não temos muitos elementos para comparar as duas visões de mundo, porém vamos utilizar uma matéria da página virtual da FAMASUL, que sintetiza com um exemplo didático tudo que apresentamos até esta parte do trabalho e continuaremos em seguida.

A matéria cuja fonte: Assessoria de Comunicação do Sistema Famasul – Ellen Albuquerque, com título, Plano Safra 2019/2020: Com recursos de R\$ 8,2 bilhões disponíveis para financiamento no estado, medida entra em vigor nessa segunda. Publicada em 08 de agosto de 2019 e com acesso no dia 17 de outubro de 2019. Trazia uma pequena lista dos participantes, para além da Ministra da Agricultura Tereza Cristina (DEM), do Governador Reinaldo Azambuja (PSDB), do diretor-

tesoureiro do Sistema Famasul Marcelo Bertoni representando o presidente Mauricio Saito, o diretor do agronegócio do Banco do Brasil,

Também participaram do evento, o diretor-secretário do Sistema Famasul, Frederico Stella; o superintendente do Senar/MS, Lucas Galvan; o presidente da Aprosoja/MS, Juliano Schmaedecke; a diretora técnica, Mariana Urt e o gerente da Unidade Técnica, Frederico Azevedo; o secretário de estado e gestão estratégica, Eduardo Riedel; o secretário da Semagro, Jaime Verruck; o presidente da Acrissul, Jonathan Barbosa; o reitor da UFMS, Marcelo Turine; o presidente da Embrapa Gado de Corte, Roney Mamede; o presidente da Avimasul, Adroaldo Hoffmann; o diretor financeiro da Conab, José Costa; e André Dobashi, representando o presidente da Fundação MS, Luciano Muzzi.

Outras lideranças como: a senadora Soraya Thronicke; os deputados estaduais: Paulo Corrêa, Barbosinha, Rinaldo Modesto; o desembargador, Pascal Leandro; o superintendente federal de agricultura, Celso Martins; o presidente da Agraer, André Nogueira Borges; o diretor-superintendente do Sebrae, Claudio Mendonça e o presidente do CREA/MS, Dirson Artur Freitag. (FAMASUL, 2019b).

Assim, em uma lista como essa, em um evento em que o Estado brasileiro disponibiliza R\$ 8,2 bilhões para o agronegócio do MS, temos uma noção da articulação do PCA no estado sul-mato-grossense.

2.4 O paradigma da questão agrária no MS

Como dissemos acima, se existe uma hegemonia do PCA, também existe uma contra hegemonia, por parte do PQA, que se manifesta através dos conflitos territoriais e na luta pela terra, por meio de movimentos socioterritoriais e entidades que defendem a resistência dos povos da terra, povos indígenas e povos tradicionais, organização de trabalhadores e trabalhadoras, organizações religiosas, intelectuais e coletivos de pensamento.

De acordo com o relatório DATALUTA, tiveram em Mato Grosso do Sul de 2000-2017, 640 manifestações do campo, com 203.675 pessoas envolvidas, que participaram dessas manifestações (2018, p. 34). Em 2018, tiveram em Mato Grosso do Sul, 36 conflitos no campo, envolvendo 13.775 pessoas, entre esses conflitos foram contabilizados 26 conflitos por terra envolvendo 2.075 famílias, 7 ocupações/retomadas com 480 famílias e 3 acampamentos com 480 famílias, em

quase todos os casos os atingidos foram indígenas e sem terras, conforme dados da CPT (2018, p. 57-58).

As manifestações podem ser concentração em espaços públicos, ocupações de prédios públicos, marchas e caminhadas, acampamentos, bloqueio de estradas ou de empresas (como acontece nas greves), ocupações em prédios privados, ocupação de agências bancárias, ocupações de prédios público/privados, romarias, vigília, celebração religiosa, audiências, expropriações por estado de necessidade, cerco a construções, interdições, greves de fome, panfletagem, retenção de veículos, etc. (DATA LUTA, 2018). Segundo a CPT,

As manifestações são ações coletivas dos trabalhadores da terra que protestam contra atos de violência sofrida ou de restrição de direitos, reivindicando diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas. (CPT, 2018, p. 20).

No Brasil, fazem parte da rede DATA LUTA, 10 grupos de pesquisa de universidades públicas estaduais e federais presentes em 8 estados, São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS), Mato Grosso (MT), Sergipe (SE), Paraíba (PB) e no Mato Grosso do Sul (MS). No MS o Laboratório de Estudos Territoriais (LABET) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campos de Três Lagoas-MS representa um coletivo de pensamento do PQA, com intelectuais pesquisadores que defendem essa visão de mundo contra hegemônica. O DATA LUTA também compartilha dados com a CPT. (DATA LUTA, 2017).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), publicou a 33ª edição do relatório anual dos “Conflitos no Campo Brasil 2018”, “Em 1985 começou a publicar um relatório anual intitulado Conflitos no Campo Brasil, com registros das ocorrências de conflito e de violência sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras da terra.” (CPT, 2018, p. 15). Trabalhadores e trabalhadoras da terra, “[...] termo que engloba as mais diferentes categorias de camponeses, indígenas, assalariados rurais, comunidades tradicionais e pescadores artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana.” (Idem). Para isso, criou um setor de documentação que em 2013 foi renomeado como Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

O Centro de Documentação Dom Tomás Balduino faz registros de conflitos, utilizando-se além dos termos citados neste parágrafo, dos outros seguintes: assentados, sem terra, posseiros (principalmente na década de 1980), pequenos proprietários, parceiros, pequenos arrendatários, trabalhador rural, garimpeiros; comunidades tradicionais (caiçaras, camponeses de fecho e fundo de pasto, faxinalenses, geraizeiro, marisqueiras, pescadores, quilombolas, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros); extrativistas (castanheiros, palmiteiros, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros) e povos indígenas. A categoria atingidos por barragens inclui comunidades tradicionais em geral, assentados, sem terra, camponeses e outros. E as lideranças, sindicalistas, missionários/as, pastores/as, religiosas/as, agente pastoral, aliados e ambientalista. (Idem).

Esses relatórios do DATALUTA e da CPT, são essenciais para que possamos ter noção da luta pela terra no Brasil e no MS, são dados e informações que comprovam a existência da Questão Agrária e do Paradigma da Questão Agrária.

Além desses dois relatórios temos também o do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), “Publicado pela primeira vez em 1996, o relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil é um importante instrumento de denúncia da violência e das violações que acometem os povos indígenas até hoje no país.” (CIMI, 2016). De acordo com o relatório de 2018, no Mato Grosso do Sul aconteceram 118 casos de violência contra o patrimônio dos povos indígenas, 22 casos de violência contra a pessoa, 14 casos de violência por omissão do poder público, 38 casos de assassinatos, 44 casos de suicídios e 42 casos de mortalidade na infância. (CIMI, dados de 2018, p. 150-151).

A partir desses fatos, podemos seguir o debate do PQA no MS, vimos que o DATALUTA, traz informações nacionais da luta pela terra e pela reforma agrária, por meio de grupos de pesquisa e universidades com seus professores e acadêmicos pesquisadores e colaboradores. Que a CPT traz o relatório de violência no campo contra os povos da terra, e que o relatório do CIMI traz o relatório da violência contra os povos indígenas.

No Mato Grosso do Sul, temos representantes da rede DATALUTA, da CPT e do CIMI, essas entidades defendem o PQA, em seus espaços de atuação como nas instituições de ensino e pesquisa, nas instituições religiosas, assim como, juntos aos movimentos indígenas, de sem terras, entre outros. Por isso, por uma questão didática

vamos separar algumas partes do texto para compreender quem são os indígenas do MS e comunidades tradicionais, e quem são os Sem Terra no conhecido “Estado do Agronegócio”.

2.4.1 Os povos indígenas, comunidades tradicionais e sem terra no MS

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, a população autodeclarada indígena no MS, é de 73.295 indígenas, conforme o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2012). A porcentagem em relação à população total do MS é de 3%. E em relação à população autodeclarada indígena do país é de 9%. A população indígena por localização do domicílio é de 77.025, sendo que 15.867 estão localizados fora de Terras Indígenas, segundo o mapa do IBGE, conforme o Censo Demográfico de 2010 (IBGE,2010). Segundo o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), vinculado à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), a quantidade de indígenas cadastrados no SIASI em 2013 é de 71.658, em 77 aldeias (acampamentos e urbanizados incluídos), presentes em 15 municípios do MS.

De acordo com os dados populacionais de 2013 das etnias cadastradas no SIASI por Distrito Sanitário Indígena (DESEI), em 2013 constavam 12 etnias, porém é comum, agrupar os Gurarani Kaiowa e Nandeva que juntos formam o maior grupo de indígenas no MS, seguidos pela etnia Terena. Esses dois grupos se organizam nacionalmente na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB [2019]), por meio da Grande Assembleia do povo Guarani (ATY GUASSU) e do Conselho do Povo Terena, que são as duas maiores instâncias indígenas no MS, essas instâncias também defendem os direitos das demais etnias, como dos Kadiweu, Guató e Kinikinaw.

Tabela 1 – População Indígena no MS em 2013

ETNIA	POPULAÇÃO EM 2013
KAIOWA	34.858
TERENA	23.499
GUARANI	11.436
KADIWEU	1.353
GUATO	175
KINIKINAWA	139
OFAIE	60
BORORO	49
GUARANI KAIOWA	48
ATIKUM	32
XAVANTE	6
CINTA LARGA	2

Fonte: Elaboração própria, com base em SIASI / SESAI-MS (2013).

Conforme dados do INCRA no MS existem 12 comunidades quilombolas em 8 municípios do estado, em 19 áreas. Porém de acordo com o MPF [2019], existem 4 comunidades sem procedimento administrativo no INCRA, em 4 municípios.

Tabela 2 – Comunidades quilombolas no MS

COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO MS	MUNICÍPIOS
TIA EVA - AREA "E"	CAMPO GRANDE
PICADINHA	DOURADOS
COMUNIDADE FURNAS DA BOA SORTE	CORGUINHO
FAMILIA CARDOSO AREA I	NIOAQUE
TIA EVA - AREA "C"	CAMPO GRANDE
FAMILIAS ARAUJO E RIBEIRO	NIOAQUE
TIA EVA - AREA "A"	CAMPO GRANDE
DEZIDERIO FELIPE DE OLIVEIRA E PICADINHA	ITAPORA / DOURADOS
FAMILIA CARDOSO AREA II	NIOAQUE
FURNAS DO DIONISIO	JARAGUARI
FAMILIA JARCEM	RIO BRILHANTE
COLONIA SAO MIGUEL	NIOAQUE
FAMILIA JARCEM	RIO BRILHANTE
TIA EVA - AREA "F"	CAMPO GRANDE
CHACARA BURITI	CAMPO GRANDE
FURNAS DA BOA SORTE	CORGUINHO

TIA EVA - AREA "B"	CAMPO GRANDE
TIA EVA - AREA "D"	CAMPO GRANDE
TIA EVA - AREA "E"	CAMPO GRANDE

Fonte: Elaboração própria, com base em INCRA, 2019.

Tabela 3 – Comunidades quilombolas sem procedimento administrativo no Incra

Comunidade	Município	Nº Aprox. de famílias
Ourolândia	Rio Negro	10 famílias
Dos Pretos	Terenos	33 famílias
São João Batista	Campo Grande	53 famílias
Santa Tereza/Família Malaquias	Figueirão	46 famílias

Fonte: Elaboração própria, com base em MPF-MS (2019).

Os quilombolas se articulam nacionalmente por meio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), essa comissão nasceu para mobilizar as comunidades nos Estados brasileiros. Participaram da criação da CONAQ em 12 de maio de 1996, em Bom Jesus da Lapa na Bahia, representantes das comunidades de Furnas do Dionísio, Furnas da Boa Sorte e do Grupo de Trabalho e Estudos Zumbi (TEZ/MS), aqui de Mato Grosso do Sul. (CONAQ, [2019]).

Além dos povos indígenas, das comunidades tradicionais de quilombolas, temos no Mato Grosso do Sul, comunidades de pescadores artesanais que se organizam em colônias, segundo o presidente da Federação de Pescadores e Aquicultores de Mato Grosso do Sul (FEPEA/MS), no MS têm 16 colônias de pesca em 16 municípios, são eles: Aquidauana, Anastácio, Bonito, Miranda, Corumbá, Ladário, Porto Murtinho, Coxim, Três Lagoas, Paranaíba, Fátima do Sul, Angélica, Bataguassu, Naviraí e Mundo Novo, agregando mais de 8 mil pescadores(as) associados(as). (FRAZÃO, 2019).

Existe a necessidade de se compreender melhor a visão de mundo dos pescadores e pescadoras associados nas colônias do MS. Assim como, temos poucas informações, porém reconhecemos a visão de mundo dos pantaneiros e vaqueiros. O que podemos dizer é sobre o modo de vida tradicional em relação à convivência com a natureza, apesar de existirem tantas influências de modos de produção diverso, e

da necessidade de venda da força de trabalho, assim como acontece com os indígenas, quilombolas, camponeses, etc. Outra categoria da qual precisamos de mais informações é a dos ribeirinhos do MS.

Sobre os Sem Terra, conforme dados do DATALUTA (2017), e notícias recentes da mídia, temos no MS registros de atuação de 25 organizações de luta pela terra, entre elas movimentos socioterritoriais, sindicatos e federações rurais, aqui neste ponto precisamos ter o cuidado para classificar cada categoria dessas organizações, porém, elas evidenciam a questão agrária no MS. Mesmo que nem todas fazem a defesa do PQA.

Os movimentos socioterritoriais vinculados à Via Campesina, têm clareza e as características de defesa dos atributos do PQA, como o MST, a CPT, o MMC. Nos próximos subtítulos vamos aprofundar mais sobre os movimentos socioterritoriais e sobre o MST.

Com base em informações do Banco de Dados da Luta pela Terra de 2017 (DATALUTA, 2017), temos registros de 14 Movimentos Socioterritoriais que fizeram ocupações de terra entre os anos de 2000-2017 no Mato Grosso do Sul, conforme a tabela 4.

Tabela 4 – Movimentos Socioterritoriais que realizaram ocupações entre 2000-2017
no MS

Nº	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO	OCUPAÇÕES/ANO	TOTAL
1	CPT	Comissão Pastoral da Terra	1/2000.	1
2	CUT	Central Única dos Trabalhadores	38/2000; 20/2001; 3/2004; 2/2005; 2/2006; 1/2007; 1/2008; 1/2009.	68
3	FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	1/2009.	1
4	FETAGRI-MS/CONTAG (FETTAR-MS)	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul	24/2000; 6/2001; 2/2002; 1/2004; 20/2006; 3/2007; 1/2011.	57
5	FETRAF-MS/CONTRAF-CUT (FAF-MS) (FETRAF-BRASIL/CUT)	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul	2/2004; 2/2005; 1/2006; 1/2009.	6
6	FUVI	Famílias Unidas do Vale do Ivinhema	1/2006.	1
7	MAC	Movimento da Agricultura Camponesa	1/2016.	1
8	MAF	Movimento da Agricultura Familiar	1/2014; 1/2015; 1/2016; 4/2017.	7
9	MOVIMENTOS INDÍGENAS (RETOMADAS)	MOVIMENTOS INDÍGENAS	4/2003; 8/2004; 13/2005; 2/2007; 6/2008; 6/2009; 3/2010; 6/2011; 15/2012; 47/2013; 8/2014; 21/2015; 22/2016; 2/2017.	163
10	MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra	13/2000; 7/2001; 2/2002; 8/2003; 15/2004; 4/2005; 1/2006; 1/2007; 2/2010; 1/2011; 1/2012; 2/2015; 1/2017.	58
11	MSTB	Movimento Sem Terra Brasileiro	2/2016; 2/2017.	4
12	MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais	7/2000; 1/2001; 1/2016.	9
13	TERRA LIVRE	Movimento Popular do Campo e da Cidade	1/2012; 1/2013.	2
14	UFT	Movimento União Força e Terra	1/2000.	1

Fonte: Elaboração própria, com base em DATALUTA (2017).

Observamos que a CUT, FETAGRI, MST e os Movimentos Indígenas se destacam pela quantidade de ocupações realizadas acima dos demais, entre 57 e 163 ocupações, sendo que os demais realizaram entre 1 e 9 ocupações, nesses 18 anos. O Movimento Indígena realizou 163 ocupações, quase 100 a mais que a CUT que realizou 68, seguida pelo MST com 58 e a FETAGRI (agora FETTAR) com 57.

Também registramos 7 Movimentos Socioterritoriais, em sua maioria dissidentes dos movimentos anteriores, e que têm atuado no MS, com acampamentos, bloqueios de rodovia, marchas, e outras manifestações divulgadas em reportagens e disponíveis na internet.

Tabela 5 – Movimentos Socioterritoriais atuantes sem registro de ocupações no MS

Nº	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO	ATUAÇÃO	ORIGEM
1	LIGA	Movimento Ligas Camponesas e Urbanas do Brasil	Acampamentos	Dissidência do MST em 2006.
2	MAR	Movimento Agrário Rural ou da Agricultura Rural	Bloqueio de Rodovias	Sem informação.
3	MCLRA	Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária	Acampamento e Assentamento.	Dissidência do MST em 2007.
4	MPL	Movimento Popular de Luta	Acampamentos.	Dissidência do MST em 2016.
5	MSBR	Sem informação	Marcha	Sem informação.
6	NOVO	Novo Movimento de Luta	Acampamento.	Dissidência da CUT em 2016.
7	OLT	Movimento Organização de Luta Pela Terra	Acampamento.	Dissidência do MCLRA em 2016.

Fonte: Elaboração própria, com base em MST-MS (2019).

Note-se que de um deles ainda não temos informação da origem, o MAR, que apenas vimos em matérias de jornal online.

Esses movimentos socioterritoriais têm se articulado no MS, com uma frente unitária estadual, que somam 6 movimentos, a CUT, a FETTAR, o MST, o MCLRA, o NOVO, e a OLT desde o ano de 2014. Outros 6 movimentos se articulam através da Frente Nacional de Luta (FNL), são o MTR, o MAC, o MAR, o MLPT, o MSBR e o MPL. Podemos dizer que a CPT, o Movimento Indígena e a FETRAF, atuam de forma independente, porém não de forma desarticulada, conforme a tabela 6.

Tabela 6 – Articulação entre os Movimentos Socioterritoriais no MS

UNITÁRIA	FNL	PONTUAIS	INDEPENDENTES	OBSERVAÇÕES
CUT	MTR	FERAESP	CPT	OLT compõe nacionalmente com a UNC.
FETTAR	MAC	FUVI	INDÍGENAS	MAF saiu da FNL para a UNC em 2018.
MST	MAR	MSTB	FETRAF	MSTB compõe nacionalmente com a UNC.
MCLRA	MLPT	TERRA LIVRE		O Movimento Indígena que faz retomada tem atuado junto com a UNITÁRIA.
NOVO	MSBR	UFT		Temos poucas informações disponíveis sobre a UNC [2019]
OLT	MPL			A FETRAF também conhecida como FAF-MS está com a CUT-BRASIL desde 2016.

Fonte: Elaboração própria, com base em MST-MS (2019).

Nas observações, têm alguns casos que merecem atenção, a OLT que está na unitária (MS), no entanto, nacionalmente se articula com a União Nacional Camponesa (UNC). A MAF que estava na FNL até 2018 e agora está na UNC. A FETTAR que nacionalmente está com a CUT, porém tem sua própria atuação no MS. Isso quer dizer que as articulações estaduais nem sempre refletem as articulações nacionais e vice-versa. Quanto a CPT, ela compõe a Via Campesina, assim como o MST em articulação nacional e internacional, porém não está na unitária no MS. E os Movimentos Indígenas que fizeram retomadas nos últimos anos têm atuado em manifestações junto com a unitária no MS. Podemos ver, assim, a complexidade, fluidez e organizações multiescalares desses movimentos, em conjunto e separado. Contudo, existe um objetivo capaz de unir esses movimentos, todos eles fazem luta pela terra e refletem a questão agrária no MS.

Autores do PQA no MS, reconhecem a questão agrária e a questão indígena como parte da estrutura e reflexo do capitalismo agrário, sem, no entanto, posicionar todos os sujeitos do campo no mesmo modelo econômico produtivo e político. Nem suas relações com a terra, “terra de trabalho e terra de vida, diferente de terra de negócios”, Almeida (2008), Nardoque (2016, 2018), Oliveira (2008), Fabrini (2008), Avelino (2008).

Ainda como resultado do processo de ocupação do estado, trabalhadores migraram para a região em busca de acesso à terra, e foram excluídos, assim como as populações indígenas da região foram expulsas e dizimadas no avanço da fronteira. As atuais disputas pela terra, em especial, as ocupações protagonizadas pelas organizações camponesas e indígenas em MS, envolvem a trama do processo de apropriação capitalista da terra por meio da política fundiária utilizada pelo Estado brasileiro. (MELO, 2017, p. 140).

O processo histórico de exclusão social provocado no campo no estado de Mato Grosso do Sul, refletiu em movimentos de luta pela terra, seja pelo retorno ao seu território tradicional, seja pelo direito e dever da função social da terra, para os trabalhadores rurais excluídos do campo neste estado. Esse movimento desembocou em ocupações de latifúndios improdutivos com objetivo de redistribuição da terra e fins de reforma agrária, assim como, ocupações/retomadas dos territórios ancestrais indígenas para fins de demarcação de suas terras tradicionais.

Aos olhos dos defensores do PCA essas ações são identificadas como invasões e aos olhos dos defensores do PQA as mesmas ações são consideradas como ocupações,

Para o DATALUTA, a ação dos movimentos ao entrarem em uma fazenda e nela acampar é caracterizada e registrada como a categoria ocupação. Comprometendo-nos com a construção do conceito e sua representação política, também o utilizamos para analisar Mato Grosso do Sul, o que significa dizer que consideramos, no processo de registro das notícias de jornais, a invasão como ocupação de terra. (MELO, 2017, p. 142).

No período de 1988 a 2014, os municípios que tiveram mais ocupações no MS, foram: Sidrolândia (36 ocupações), Itaquirai (35 ocupações) e Ponta Porã (34 ocupações). (MELO, p. 147, 2017). Essas ocupações foram realizadas em sua maioria por Sem Terra. Já os municípios com mais ocupações realizadas por povos indígenas no mesmo período de 1988 a 2014, foram: Japorã (19 ocupações), Corumbá (14 ocupações) e Miranda (11 ocupações). (MELO, 2017, p. 150).

Os autores do PQA, relacionam a luta pela terra com os resultados positivos tanto de redistribuição de lotes e assentamentos da reforma agrária quanto das terras que foram demarcadas como território indígena. Podemos observar alguns resultados a partir de estudos recentes como os apresentados por Nardoque e Kudlavic (2019).

Na terra do latifúndio, da pecuária extensiva, dos monocultivos de commodities e do domínio de latifundiários e capitalistas, há 204 assentamentos de Reforma Agrária distribuídos por todo o estado, resultantes da luta pela terra empreendida pelos movimentos socioterritoriais, sobremaneira concentrados no Centro-Sul, como demonstrado no mapa 2. (NARDOQUE; KUDLAVICZ, 2019, p. 113).

Esses autores pesquisaram os resultados nos 3 municípios com maior número de projetos de assentamentos (PAs) da reforma agrária no MS, são eles: Sidrolândia com (23) PAs instalados de 1989 a 2013; Ponta Porã com (15) PAs instalados de 1997 a 2004; e Itaquiraí com (12) instalados de 1989 a 2007. Acreditamos que não é uma mera coincidência serem os mesmos municípios com maiores números de ocupações por Sem Terra, serem os que possuem maiores números de assentamentos, já que esse é o objetivo da luta pela terra.

Em Sidrolândia,

Sendo assim, apesar da terra ainda estar concentrada, nota-se que houve impacto importante resultante da instalação de projetos de assentamentos de Reforma Agrária no município, pois somando-se os estratos de até 50 com o de até 200 hectares, considerados como pequenas propriedades, pode-se afirmar que, com a instalação dos PAs, o percentual da área ocupada saltou de 10,41% para 23,79%, totalizando 142.273,57 hectares e representando 91,38% do total de propriedades rurais em Sidrolândia. Os assentamentos trouxeram rebatimentos na população total do município, que passou de 23.182 (2000) para 42.132 habitantes em (2010) e a população residente no campo passou de 7.625 (32,89%) para 14.349 pessoas (34,05%), no mesmo período. (NARDOQUE; KUDLAVICZ, 2019, p. 118).

Ou seja, a população residente no campo quase dobrou em 10 anos e a área ocupada por pequenas propriedades aumentou em 13,38% no mesmo período.

O município de Ponta Porã é o segundo de Mato Grosso do Sul em número de PAs (15), em hectares obtidos para Reforma Agrária (64.902 ha) e em lotes, totalizando 3.402 unidades (capacidade). Somente a compra de parte da fazenda Itamarati (em 2000) resultou na obtenção de 25.308 ha, para fins de Reforma Agrária e da outra parte da Itamarati II (em 2004) foram mais 24.616,91 ha, totalizando nove assentamentos, em 2.679 lotes, trazendo significativo impacto para o município. Um deles foi o surgimento de uma vila em sua sede, com 330 residências e 130 edificações comerciais (supermercados, farmácias, oficinas mecânicas, lojas e bazares, empresas prestadoras de serviços públicos), transformada em sede de distrito de Ponta Porã em 12 de março de 2015, com a denominação de Nova Itamarati, contando com mais de 15 mil habitantes e com perspectivas de emancipação futura. (NARDOQUE; KUDLAVICZ, 2019, p. 118).

Nesse caso, como já comentamos acima, merece destaque o fato de “uma fazenda ser transformada em 9 assentamentos, 2.679 lotes, um distrito com mais de 15 mil habitantes”, tudo isso, é resultado da luta pela terra, outros resultados positivos sobre o mesmo local já foi comentado, também a partir de leituras dos autores do PCA em subtítulo anterior.

Em Itaquiraí, “[...] com a obtenção dos 46.113 hectares e destinados aos 12 PAs, distribuídos em 3.130 lotes, a terra desconcentrou-se parcialmente, pois o estrato acima de 1.000 hectares reduziu a área ocupada para 47,8% do total. [...]” sendo que antes esse mesmo estrato acima de 1.000 ha ocupava 64,27% da área rural do município, isso ampliou a área das pequenas propriedades rurais quase na mesma proporção. (NARDOQUE; KUDLAVICZ, 2019, p. 120-121). Além disso,

Os assentamentos trouxeram os mais diversos impactos, sobretudo dinamizando o comércio e os serviços na sede do município, bem como na dinâmica demográfica. A população absoluta foi de 13.090 (1991) para 15.770 (2000), chegando a 18.614, em 2010, segundo os dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mesmo período, a população residente no campo saltou de 7.805 (59,62%) para 9.489 (60,17%), totalizando, em 2010, 11.014 (59,17%). Portanto, no estado que apresenta índices superiores a 85% de população residente nas cidades, Itaquiraí demonstra a importância da Reforma Agrária e da desconcentração fundiária para a presença de homens e mulheres no campo. (NARDOQUE; KUDLAVICZ, 2019, p. 121).

Esses resultados demonstram e exemplificam visões de mundo a partir do Paradigma da Questão Agrária, porém sobre a mesma realidade do campo sul-matogrossense. É importante dizer nas palavras desses autores do PQA que,

Esta proposta de ensaio metodológico é resultado de algumas indagações e reflexões realizadas no âmbito da Rede Dataluta, ainda em 2016. Naquele momento, indagou-se se os assentamentos rurais, resultantes da política de Reforma Agrária, contribuíam para a desconcentração da estrutura fundiária ou não, nos municípios onde foram instalados. Os primeiros resultados às inquietações foram apresentados no XI Encontro da Rede, na cidade de São Paulo, entre os dias 4 e 8 de dezembro de 2017, pelos membros do Dataluta Mato Grosso do Sul, vinculados ao Laboratório de Estudos Territoriais (Labet), da UFMS. Portanto, aquela apresentação foi o “piloto” para a escrita deste trabalho. (NARDOQUE; KUDLAVICZ, 2019, p. 121).

Seja com a redistribuição da terra, consequentemente com o aumento da população no campo e respectivo desenvolvimento rural, o PQA reforça que os conflitos causados pelo PCA podem ser solucionados, revertendo o processo de exclusão dos povos da terra de seus territórios, e com isso outros problemas sociais, podem ser reduzidos potencialmente, tanto no campo como na cidade.

Ao fazer uma análise teórica dos Paradigmas do Capitalismo Agrário e da Questão Agrária é possível verificar onde se posicionam os elementos, organismos,

entidades, sujeitos em cada paradigma. Ou seja, a leitura paradigmática da realidade é uma forma de interpretar o universo agrário brasileiro.

Ao tomar um posicionamento ou outro, pois são antagônicos. Os movimentos da sociedade civil organizada e do Estado passam a ser mais conscientes de seus objetivos e é isso que reflete na prática, é a teoria refletida na realidade material. Nesse caso, dizemos que os paradigmas são disputáveis, e as disputas paradigmáticas são disputas territoriais, haja vista que os paradigmas são territórios imateriais, não podemos tocá-los, mas podemos senti-los, observá-los, analisá-los e interpretá-los.

Temos a impressão de que o pensamento hegemônico do Paradigma do Capitalismo Agrário é um grande latifúndio improdutivo, destrutivo e excludente. Pois, por meio dele a função social da terra é deixada de lado. Por isso, devemos ocupar esse espaço vazio de função social, e transformá-lo em uma área fértil de multiculturas, onde a natureza seja produtiva não só de commodities, mas de vidas.

Para isso, o Paradigma da Questão Agrária se torna uma ferramenta de leitura e de transformação da realidade.

3 OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E DISPUTAS TERRITORIAIS NO MS

Neste capítulo, faremos uma abordagem dos conceitos de território e de terra, dentro dos paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária, ressaltando as dimensões territoriais, as multiterritorialidades, os tipos de território, as multiescalaridade territoriais, a transterritorialidade, dos territórios materiais e imateriais, a partir disso a concepção de terra de trabalho, terra de vida e terra de negócios.

Fizemos uma lista com 25 movimentos socioterritoriais que atuaram em Mato Grosso do Sul de 2000 a 2019, para que possamos compreender o que são esses movimentos, origens e formas de atuação neste estado.

Depois, com os registros das ocupações de terra desde 1988 a 2018, a partir dos dados da CPT (2018) e do DATALUTA (2018), analisamos as ocupações nesse período no Mato Grosso do Sul e no Brasil, fizemos o mesmo com as manifestações e apresentamos os projetos de assentamentos da reforma agrária, com dados do INCRA (2017; 2018) como conquistas de desenvolvimento territorial dos movimentos socioterritoriais.

Por fim, os reflexos da luta pela terra, com os números atualizados dos conflitos por terra e pessoas envolvidas, na última década, demonstrando que a luta pela terra continua viva e desleal com esses povos no MS e no Brasil, a partir de dados da CPT (2010-2018), haja vista a estrutura fundiária injusta e extremamente desigual que ainda existe neste país, conforme dados do INCRA (2018).

3.1 Território e terra

No PCA tudo se torna mercadoria, a terra é mercadoria, é meio de produção para fazer negócio. E o território é espaço de dominação, de poder, onde imperam as relações sociais capitalistas. Dessa forma os sujeitos do PCA se territorializam primeiramente desterritorializando os sujeitos do PQA ou a natureza intocada, se apropriando de grandes quantidades de terra (latifúndios), em seguida com tecnologias e cadeias de produção, relações sistêmicas do agronegócio. Se

territorializam também de forma imaterial fazendo-se crer que é o que se tem de mais moderno, desenvolvido, que gera riqueza para todos e que não existem problemas que não possam ser resolvidos dentro desse paradigma.

Enquanto o agronegócio se territorializa por meio da violência, da grilagem de terras, da compra e venda, etc. muitas vezes os indígenas, quilombolas e camponeses já estavam lá, e quando são desterritorializados, são obrigados a vagarem em busca de lugares para viver, em casos de luta e resistência, conseguem se reterritorializar em suas terras tradicionais ou em novos assentamentos criados, onde podem recomeçar suas vidas de acordo com seus modos tradicionais e visões de mundo. Ou seja, enquanto os sujeitos do PCA fazem o uso da terra para gerar lucro, os sujeitos do PQA fazem uso da terra para viver, são parte da própria terra onde vivem. Isso gera processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) diferenciados em cada um desses campos antagônicos.

O processo TDR tanto quanto pelos sujeitos do PCA quanto pelos sujeitos do PQA transformam a sociedade-natureza de forma material e imaterial, no tempo e no espaço.

Dessa forma, os territórios podem ser temporários ou mais permanentes e se efetivarem em diferentes escalas, envolvendo, sempre, a síntese dialética do natural e do social que reside no homem. “O trabalho social e as representações são dois elos de ligação entre a sociedade e a natureza. No entanto, não são os únicos. Outro elo, talvez o principal, é a dupla dimensão do homem que, ao estar na natureza, torna-a simultaneamente social e ao estar na sociedade, torna-a, concomitantemente natural. A natureza contém o homem multidimensional. Assim, não há sociedade sem natureza, nem natureza sem sociedade” (Saquet, 2003 [2001], p. 98). A territorialização se efetiva nessa relação sociedade-natureza, mediada pelas territorialidades. (SAQUET, 2013, p. 128).

Estamos abordando os aspectos dos territórios e das territorialidades nas dimensões, política, econômica, cultural e ambiental. Em escalas de tempo e espaço, ou seja, em períodos diferentes de tempo, e em lugares, áreas, regiões, locais, nacionais, internacionais, que se combinam, se articulam, e se contradizem, ao mesmo tempo e lugar e em tempos diferentes em diferentes lugares. Formando assim, conforme Saquet (2013) uma “articulação territorial”. Em suas palavras, “Há uma combinação de territorialidades e temporalidades, de mudanças e de continuidades,

no tempo e no espaço, através do trato da processualidade histórica e transescalar que denomino de articulação territorial [...]” (SAQUET, 2013, p. 131).

Nesse sentido, o estudo do território ou dos territórios pode ser centrado no processo histórico (periodização dos elementos e momentos mais significativos e na análise dos principais agentes produtores do território e das principais mudanças e permanências ocorridas) conjugado ao tempo coexistente (tempo lento e rápido, e a multiescalaridade), pois essa relação está presente em nossa vida diária e faz parte do processo de apropriação e produção do território, considerando-se os processos econômicos, políticos e culturais. (SAQUET, 2013, p. 130-131).

Sendo assim, pretendemos abordar a terra e território material e imaterial, de maneira multidimensional e multiescalar, espaço-temporal, sob o paradigma da questão agrária. Para Saquet (2013), há uma conjugação entre ritmos mais lentos e mais rápidos, em lugares diferentes, resultando em combinações variadas, múltiplas e sobrepostas, que podem ser determinadas em relações de força local e externas com aspectos econômicos, políticos e culturais, (*acrescentamos ambientais*), nos níveis nacional e internacional. Juntando tempo histórico e coexistente em unidade, em um mesmo movimento.

Dessa maneira, o processo de apropriação e produção territorial pode ser compreendido reconhecendo-se a relação espaço-tempo, o domínio ou controle político, a apropriação simbólico-identitária e afetiva e, concomitantemente, a dinâmica econômica, em unidade, no processo de reprodução da dominação social, em que o Estado e os agentes do capital se fundem histórica e incessantemente. A apropriação, o controle político e as relações simbólicas são processos ligados ao capital. A rotação do capital também é envolvida por signos, significados e forças políticas. (SAQUET, 2013, p. 130).

Esse processo pode acontecer de maneira invertida, pela reação das forças antagônicas ao PCA, provocando um processo de territorialização dos sujeitos do PQA, e desterritorialização dos sujeitos do PCA, e em alguns casos de reterritorialização dos sujeitos do PQA. Podemos compreender melhor esse movimento quando abordamos os movimentos socioterritoriais, que fazem a luta pela terra e pelo território, e suas territorialidades. “A territorialidade significa as relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente.” (SAQUET, 2013, p. 129).

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc. resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos, objetos, relações. (SAQUET, 2013, p. 129).

Saquet (2013), evidencia que as redes de circulação e de comunicação influenciam no controle do e no espaço, como mediadores da manutenção do poder da classe hegemônica e interagem o singular ao universal e vice-versa, o que interfere na territorialidade dos sujeitos e classes sociais.

As forças sociais efetivam o território, o processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado na territorialidade cotidiana dos indivíduos e emanado dela, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades, que condicionam nossa vida cotidiana. Formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos fundados em desigualdades e diferenças. Cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão uma certa forma e determinados conteúdos ao território e aos territórios. (SAQUET, 2013, p. 128).

Fica sempre aberta a possibilidade das forças contra hegemônicas, reverterem o processo de dominação, dada as interações espaço-temporais, desiguais, heterogêneas. As forças capitalistas estão sempre propondo uma forma universal e modelos padronizados, no entanto isso vai de encontro com a sociedade-natureza ou natureza social humana, onde o espaço multidiferencial determina formas e conteúdos diferentes, isso reflete nas relações sociais e nas relações com a natureza, que provocam territorialidades diferenciadas e que também produzem e reproduzem territórios diferentes. Entender isso, e essas possibilidades alimentam a esperança de reterritorialização de uma visão de mundo contra hegemônica, neste caso o PQA.

Para Fernandes (2008b) ao se falar de território, temos 3 três tipos⁸, onde o primeiro território seria os territórios de governança, ou seja, os entes federativos com seus limites municipais, estaduais e nacionais (Estado-nação), estamos utilizando esse primeiro tipo desde o tema deste trabalho em caráter nacional e estadual.

⁸ Fernandes alerta para não confundir tipologias dos territórios com multiterritorialidades. “[...] Da tipologia nasce a multiterritorialidade e são objetos distintos. As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios.” (2008, p. 9).

Outro tipo é o segundo território que seria a propriedade, estamos também utilizando esse tipo quando falamos das grandes propriedades do latifúndio vinculadas ao agronegócio e das pequenas vinculadas aos agricultores familiares/camponeses.

Quanto ao terceiro território é o território organizado por grupos que dominam áreas influenciando na economia, na política, na cultura e no ambiente, como os territórios dos movimentos socioterritoriais, dos povos indígenas, dos povos quilombolas e outras comunidades tradicionais, e os territórios do agronegócio. “[...] O terceiro território está relacionado às formas de uso dos territórios, portanto às suas territorialidades. [...]” (FERNANDES, 2008b, p. 14).

Isso não quer dizer que esses territórios não sejam o mesmo lugar, quero dizer que o segundo território está no primeiro, e que o terceiro perpassa pelos segundo e primeiro, pois essa é uma forma de fazer uma leitura da realidade a partir do conceito de território que de acordo com Fernandes é entendido como “[...] espaço apropriado por relações sociais que o produzem em suas multidimensionalidade. Este território também é fragmentado e uma de suas frações é a terra.” (2013, p. 48).

Quando se pensa o território desde esta concepção, há dois, pressupostos que precisam ser considerados: que o conceito não deve ser pensando como uno, mas sim como totalidade, a partir de suas múltiplas escalas e dimensões; que a terra é a base do território, sendo espaço limitado por relações de poder, sob a forma de propriedade, constitui-se em fração do território que é disputada por distintos interesses das classes sociais Fernandes, 2008c; Elden, 2010. (FERNANDES, 2013, p. 48).

Compreendemos que o debate territorial elaborado por Fernandes (2008a, 2008b, 2013) dialoga com a discussão sobre o tema, que faz Saquet (2013), para este autor, “[...] O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; *campo* de forças que envolvem obras relações sociais (econômicas-políticas-culturais), historicamente determinadas.” (SAQUET, 2013, p. 127) então dessa forma,

[...] Espaços, relações, classes e territórios são conceitos inseparáveis, pois a destruição de uma classe significa o desaparecimento de seu território e vice-versa. No desenvolvimento da agricultura há uma permanente disputa territorial por causa dos interesses do campesinato, do agronegócio e dos governos. Mas não há somente disputas campesinato e agronegócio, há também disputas entre camponeses, entres camponeses e indígenas e entre indígenas e agronegócio. (FERNANDES, 2013, p. 48).

Ou seja,

[...] O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as reterritorialidades. (SAQUET, 2013, p. 127).

Entendemos que Fernandes e Saquet, que se apoiam em autores como Lefebvre, Raffestin, Santos, Harvey, etc. corroboram nosso tema em debate neste capítulo sobre a terra e o território, compreendendo a terra como fração do território e este como espaço produzido das relações sociais e disputas de poder, multidimensional, multiescalar, fluxo, fixo, uno, diverso, em sua totalidade, sem confundir os multiterritório com multiterritorialidade e nem totalidade com tudo é território. Sabemos também que cada sujeito seja os que representam o PCA quanto os que representam o PQA têm sua compreensão de território, é o que determina suas territorialidades, em suas multidimensões (política, cultural, econômica, ambiental), a partir de suas intencionalidades, daí podemos falar dos territórios imateriais.

A intencionalidade é compreendida parcialmente a partir da contribuição de Searle (1995). Compreendo-a como a opção histórica que as pessoas fazem e que determinam a direção de seus pensamentos para a construção e defesa de ações políticas, como a escolha de paradigmas, correntes teóricas, políticas públicas, modelos de desenvolvimento, ou seja, leituras que direcionam as compreensões das realidades. [...] (FERNANDES, 2008b, p. 6).

O território imaterial é outra forma de território que estamos debatendo aqui, é o caso quando falamos dos paradigmas, são disputas de ideias, de visões de mundo, que influenciam diretamente nos 3 (três) tipos de territórios comentados anteriormente, pois, é de acordo com essa visão de mundo que serão elaboradas as políticas públicas governamentais, assim como, com essas visões de mundo os proprietários e possuidores de terras darão finalidades a ela, outrossim, como os movimentos das ideias que acompanham o movimento das organizações sociais.

Os territórios imateriais são a base de sustentação de todos os territórios. São construídos e disputados coletivamente. As disputas territoriais são alimentadas pelas organizações *think-tanks*. É impossível, pensar os diversos territórios sem pensar os territórios imateriais, as pessoas e os grupos que pensam e formam esses territórios. (FERNANDES, 2008b, p. 17).

Fernandes traz também a ideia de transterritórios que são territórios compartilhados por mais de uma nação, em suas palavras “Transterritórios são um conjunto de territórios nacionais, compreendidos como espaços de governança, em diversas escalas. [...]” (2008b, p.3). Para exemplificar,

[...] Também há projetos em escalas transnacional, que envolvem todas as escalas dos espaços de governança, como são os “eixos” territoriais do IIRSA – Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana. Esses eixos são “transterritórios” que reúnem territórios de diversos países a partir do conjunto de projetos implantados ou a serem implantados para atender, principalmente, os interesses das transnacionais para a produção de commodities. (FERNANDES, 2008b, p. 3).

Toda essa tipologia dos territórios é importante para compreendermos as disputas territoriais que acontecem, a partir de conflitos e conflitualidades, de intencionalidades diferentes. “[...] O sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade.” (FERNANDES, 2008b, p. 5).

A soberania é o poder de decisão apropriado sobre determinada área, caso seja uma propriedade seria o poder de domínio, a totalidade não quer dizer que tudo é território, mas sim que o território engloba as relações sociais que são parte da realidade, daí podemos falar das dimensões do território (FERNANDES, 2008), a multidimensionalidade são as várias dimensões em que se pode abordar o território como a econômica, a política, a cultural e a ambiental, a pluriescalaridade são as várias escalas possíveis de serem territorializadas, desde áreas de propriedades pequenas ou grandes, ou de municípios, estados, países, continentes, etc., já a intencionalidade é o direcionamento que vai desde o pensamento até a realização de ações concretas por meio de escolhas e sentidos que possam justificar essas ações, a conflitualidade é a própria disputa constante e intrínseca da relação territorial que envolvem as relações de poder. “[...] As intencionalidades propõem diferentes leituras para a realidade gerando conflitualidades materializadas pelas disputas nas interpretações dos fatos. [...]” (FERNANDES, 2008b, p. 7).

3.1.1 Território e terra no MS

No Mato Grosso do Sul, temos povos indígenas, comunidades tradicionais que vamos inserir junto aos camponeses/agricultores familiares nesta parte do texto, e os latifundiários do agronegócio. Assim podemos abordar a relação com a terra e consequentemente com o território que estes grupos representam. De acordo com Almeida,

Falar em campesinato é remeter a uma classe social que possui caráter dúplice no processo social: é ao mesmo tempo proprietária de terra e dona da força de trabalho. É bom lembrar, também, que esta classe social é bastante heterogênea no campo brasileiro, ou seja, tem forte caráter regional podendo ser reconhecida nos colonos do sul (origem do MST), no caipira do interior paulista, nos seringueiros, nos ribeirinhos, nos indígenas, nos remanescentes de quilombos, nos meeiros, nos posseiros, nos assentados, enfim, é bastante peculiar. Outro marco fundamental na conceituação do campesinato diz respeito à sua contradição enquanto classe social no modo de produção capitalista. Portanto, para entender sua (re) criação, é preciso considerar que o desenvolvimento do capitalismo no campo, ao mesmo tempo em que cria as relações capitalistas de produção cria e recria, contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção aqui exemplificadas pelo campesinato. Logo, o campesinato se apresenta como condição social oposta a do agronegócio, este entendido como expressão máxima da *terra de negócio*, já exemplarmente definida por Martins (1991) enquanto oposição a *terra de trabalho* do camponês. (ALMEIDA, 2008, p. 308-309).

Dialogando com Almeida que traz em seu texto as expressões de Martins (1991), *terra de trabalho e terra de negócio*, digamos que é uma forma de representar a divergência ou contradição, entre a territorialidade do campesinato (comunidades tradicionais e agricultores familiares inclusos), e a territorialidade do agronegócio latifundista, pois enquanto o campesinato pensa a terra como meio de vida de subsistência de sua família, o agronegócio à pensa como terra de negócio, meio de produção isolado dos fatores afetivos com a natureza do espaço.

Não poderíamos juntar os povos indígenas aos campesinos apesar de haver um laço maior com este grupo, e muito menos com o agronegócio, pelo fato de que a visão de mundo dos povos indígenas são complexas apesar da sua simplicidade para nós povos aculturados, colonizados e formados por uma visão externa à nossa própria natureza, quero dizer com isso, que assim como o nome povos indígenas ou originários, suas visões de mundo nasceram com suas origens, ou seja, de suas próprias naturezas, digo no plural, pois cada etnia possui suas diferencialidades,

nestes termos, é um erro gravíssimo homogeneizar os povos indígenas, podemos pegar como exemplo, os povos Guarani Kaiowá que são maioria entre as demais etnias no MS,

Para compreender a relação entre território e sustentabilidade das populações indígenas, em especial dos Kaiowá e Guarani, localizados na região sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul, é importante ter presente que essas populações construíram conceitos distintos de natureza e, por consequência, da relação entre a natureza e os homens. Além da profunda interdependência entre o mundo da natureza, dos vegetais e dos animais, e o mundo dos humanos, entendem a natureza como algo vivo com quem se interage e se estabelece uma comunicação constante, apoiada numa visão cosmológica integradora. Não se trata, portanto, sob a ótica dessas populações, de dominar a natureza, mas entender sua linguagem e compreendê-la, na certeza de que a sobrevivência do homem dependerá muito mais dessa sua capacidade de compreensão e respeito frente a mesma do que de dominá-la ou de transformá-la. (BRAND; COLMAN; SIQUEIRA, 2005, p. 01).

Essa ideia da cosmovisão Guarani Kaiowá citada acima, é em síntese a descrição de como essa etnia não se vê fora da natureza, não separa o humano da natureza, pelo contrário, é algo indissociável, uma coisa só, maltratar vegetações, animais, a terra, é fazer mal para si mesmo concomitantemente, é complexo para nós que não aprendemos assim, porém parece simples e óbvio quando observamos os reflexos de toda devastação ambiental que causamos e causamos em nós mesmos.

E a gênese do agronegócio? O agronegócio não é novo, seu ideário é fruto da Revolução Verde ou Modernização da Agricultura como alguns denominam. O novo aí, se podemos chamar de novo, é que ele agora aparece como categoria homogeneizadora. Com isso o latifúndio perde o foco, este que num passado recente era no imaginário nacional uma espécie de *persona non grata*, o próprio MST o elegeu como inimigo central no “IV Congresso Nacional”, em 2000, por meio do lema de luta da época: “Por um Brasil sem Latifúndio!”. O problema é que nesta pseudo transformação em borboleta, acaba-se por produzir uma espécie de blindagem do latifúndio esquecendo que o agronegócio, na essência, não difere deste, logo que sua base de sustentação continua sendo rentista, pois o orgulho da nação (em que se transformou o latifúndio travestido de agronegócio) se nutre de violência, de super exploração do trabalho, do fundo público⁹, para assim se colocar como eficiente economicamente a partir da aliança terra-capital. (ALMEIDA, 2008, p. 309).

Dessa forma apresentamos três visões de mundo sobre a terra e o território que disputam espaço no MS, de formas diferentes, se territorializam-

⁹ O plano safra 2007/2008 anunciado pelo governo teve 58 bilhões destinados para o Agronegócio e 12 bilhões para a Agricultura Familiar com redução de juros anuais de 8,75% para 6,75%. (idem).

desterritorializam-reterritorializam. Podemos dizer que existe mais proximidade entre as visões de mundo dos povos indígenas e dos camponeses do que com estes e o agronegócio, pois para o agronegócio, os indígenas e camponeses são o atraso, são um problema que deveriam deixar de existir, por isso o agronegócio destrói seus territórios, se apropriando deles e fazendo da *terra de trabalho* e da *mãe terra* como dizem os povos indígenas, *terra de negócio*.

“Sem terra não há família” e “sem Tekoha não há teko”.

Tekoha é um termo polissêmico, que muitas vezes é traduzido pelos Guarani e Kaiowá como correspondente a território. Quando os Guarani e Kaiowá falam em *teko porã* (“bom viver”) ou apenas *teko* eles se referem à forma correta e boa de se viver. Para o mundo camponês, se não há terra não há família. Para os kaiowá estar longe da terra, ou como eles dizem estar longe do seu *tekoha* significa a impossibilidade de viver bem, já que, muitas vezes, estar longe da terra também implica estar distante da sua parentela.

Ambas as frases se referem a idiomas locais, a noções específicas do que significa o território e a terra para esses grupos, tendo como referência os contextos e os lugares nos quais estão inseridos. O que chama a atenção é que tanto no contexto indígena, como no camponês, a terra extrapola o sentido de recurso material e de trabalho, sua importância se deve porque ela é vida e viva. (CORRADO, 2018, p.05, grifo do autor).

Com essas palavras que refletem a concepção de terra e território dos camponeses e povos indígenas, acreditamos poder agrupar de forma didática os dois grupos camponeses e indígenas em suas visões de mundo e modos de produção, como anticapitalistas, para podermos tratar do agronegócio sem dúvidas como modelo capitalista. E assim vamos utilizar o quadro 1 abaixo para compreender pontos da visão capitalista e anticapitalista no que concerne a forma de lidar com a terra e o território.

Quadro 1 – Um olhar para entender os territórios: os territórios do capital e do anticapital, suas significações, elementos e visões de mundo

Forma político-ideológica no espaço	Territórios e as suas significações	
	Território capitalista	Território anti-capitalista
Sustentação metodológica	Na dicotomização (retórico e coeso); - Adaptação ou Destruição; - A partir das suas lacunas que ele torna forte e poderoso, porque essas lacunas não são explicadas; - discurso único (historiografia de disputas territoriais conjunturais).	Na dialética (tese, síntese e antítese); - Desconstrução e Emancipação - Parte das lacunas do capital, das suas fissuras que deixam espaço para criatividade do território anticapitalista de se reproduzir; - contra-discurso (historiografia de disputas territoriais estruturais que se dão no entre classes).

Relações estabelecidas	Capitalistas (exploração, mais-valia e lucro).	Não-capitalistas (auto-exploração e auto-consumo).
Enfoque territorial	Aparência (sobreposição dos valores economicistas e políticos); - O território do capital se situa em <i>aparentar</i> a realidade como discurso único, e essa é a sua essência, a razão de não se explicar por completo, e assim ele se torna forte. Esse território é legitimado então quando o que está posto é a resolução para todas as coisas.	Essência (sobreposição dos valores culturais, ambientais e sociais); - A imagem territorial (aparência) não pode ser atribuída a totalidade, ela apenas faz parte de uma realidade muito mais complexa do que vemos, o invisível (ou aquilo que ainda não foi escancarado) é o desafio do território imaterial do anti-capital.
Visão estrutural	Integração (“entregação”); - Individualismo (o singular como universal).	Desconcentração (emancipação); - Individualidade (diversidade) e coletividade.
Visão conjuntural	Expansão (subordinação); - novas formas de eliminação dos intermediários, otimização da mais-valia e lucro; - embate capitalista na sanha de apropriação do trabalho e do trabalhador.	Soberania territorial (resistência, transformação e superação); - novas formas de resistência, criação e recriação; - embate anti-capitalista que não somente nega mas também é propositiva.
Territórios e a Questão Agrária		
Modelo de reprodução socioeconômica	<i>Agronegócio e (agro)empresa familiar (negócio e profissão)</i>	<i>Agricultura familiar camponesa (modo de vida e classe social)</i>
Natureza da produção agrícola	Monocultura (para agroexportação - <i>comoditties</i>).	Produção diversificada (para Soberania Alimentar).
Tecnologia	Alta mecanização (otimização da produtividade para a viabilidade da dimensão econômica em detrimento do social, cultural e ambiental).	Mecanização como ferramenta (busca do domínio do sistema produtivo para a viabilidade da reprodução familiar com ênfase no social, cultural e ambiental).
Elemento fundante	Economia capitalista de produção (acúmulo de capital, excedente para lucro, apropriação da mais-valia); - mercado de uma economia capitalista globalizada perversamente.	Economia familiar de produção (modelo de produção simples de mercadoria, transformação de mercadoria em dinheiro para reprodução familiar); - mercados alternativos de uma economia solidária e equitativa.
Mão-de-obra empregada	Pouca uso de mão-de-obra assalariada.	Mão-de-obra familiar e mutirão (família envolvida na produção, cooperativismo, associativismo e coletivismo).
Natureza do trabalho	Trabalho alienado (exploração do trabalho – o produto do trabalho não pertence ao trabalhador) e estranhado (o trabalhador não se reconhece como parte do produto final).	Trabalho autônomo e familiar (o produto do trabalho pertence a família). Trabalho voltado para auto-exploração e a possibilidade do trabalho acessório.
Modelo de desenvolvimento	Crescimento econômico - Medidas paleativas para o social; - Políticas públicas compensatórias;	Desenvolvimento socioterritorial - Reprodução social, econômica, cultural e ambiental; - Medidas para desconcentração de terra e renda;

	- Intensificação das relações capitalistas.	- Políticas públicas emancipatórias; - Reprodução de relações não capitalistas.
Território/terra	Expansão desenfreada em grandes extensões de terras que segue a sanha capitalista de apropriação da natureza (metabolismo societário do capital globalizado que gera mazelas; trabalho análogo a escravidão; superexploração física e mental; expropriação territorial; monopolização territorial; impactos socioambientais: desmatamento, poluição água, ar, solo etc.).	Reprodução equilibrada em pequenas propriedades baseadas em um desenvolvimento socioterritorial que respeita o social, cultural e ambiental (relações sociais de produção não capitalistas pautadas no equilíbrio da sociobiodiversidade; na Soberania Alimentar; na Educação do Campo; na territorialização dos movimentos socioterritoriais camponeses; na simbiose entre produção de alimentos e energia etc.).
Posições teóricas-políticas-ideológicas defendidas	Integração aos mercados capitalistas (pela destruição ou monopolização do território), formação de redes de relações capitalistas, logísticas, preços e tendências. Subordinação ao capital nacional e internacional.	Superação dos mercados capitalistas (criação de territórios-mercado para reprodução das relações não capitalistas), o campesinato como classe e modo de vida; reprodução camponesa pela contradição estrutural e pela luta, conflito, disputas territoriais.
Sustentação teórica-política-ideológica-utópica	Paradigma do capitalismo agrário	Paradigma da questão agrária

Fonte: Cubas & Camacho (2012, p. 18-19, grifos do original).

É importante esclarecer que, segundo Cubas & Camacho (2012, p.19), “[...] O anticapital (negação e resistência) não é ausência do capital ou do sistema capitalista, pois, isso é impossível, mas é a resistência, recriação e/ou retaliação a essa lógica [...]”. Como estamos trabalhando e observando isso no decorrer deste texto como um todo, assim como na próxima parte, os Movimentos Socioterritoriais não estão isolados do PCA, mas as suas existências evidenciam a Questão Agrária, e o PQA.

3.2 Os Movimentos Socioterritoriais

Se o movimento é popular de luta pela terra, socioterritorial, ele evidencia a questão agrária, assim como o paradigma da questão agrária, pois coloca em cheque os argumentos de que o PCA resolve os problemas causados por ele mesmo, ou que não existe a questão agrária, e que os povos da terra e do campo deveriam ou devem deixar de existir. Pois um movimento socioterritorial surge da própria contradição do PCA.

No Mato Grosso do Sul, temos informações de 25 movimentos socioterritoriais que atuaram nos anos de 2000 a 2019.

Tabela 7 – Movimentos Socioterritoriais que atuaram no MS de 2000-2019

Nº	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO
1	CPT	Comissão Pastoral da Terra
2	CUT	Central Única dos Trabalhadores
3	FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
4	FETAGRI-MS (CONTAG)	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
5	FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
6	FNL	Frente Nacional de Luta
7	FRUTO DA TERRA	Fruto da Terra
8	FUVI	Famílias Unidas do Vale do Ivinhema
9	LIGA	Movimento Ligas Camponesas e Urbanas do Brasil
10	MAC	Movimento da Agricultura Camponesa
11	MAF	Movimento da Agricultura Familiar
12	MAR	Movimento Agrário Rural
13	MCLRA	Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária
14	MLPT	Movimento de Luta Pela Terra
15	MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
16	MOVIMENTOS INDÍGENAS	Movimentos Indígenas
17	MPL	Movimento Popular de Luta
18	MSBR	Sem informação.
19	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
20	MSTB	Movimento Sem Terra Brasileiro
21	MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
22	NOVO	Movimento Novo
23	OLT	Organização de Luta pela Terra
24	TERRA LIVRE	Movimento Popular do Campo e da Cidade
25	UFT	União Força e Terra

Fontes: Elaboração própria, com base em DATALUTA (2017, p. 37-40) e Dalpério (2015, p. 4).

A *Comissão Pastoral da Terra (CPT)*, existe desde 1975, ligada à Igreja Católica, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), porém com caráter ecumênico, com a participação de pessoas de outras igrejas cristãs.

A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. O homem e a mulher do campo são os que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. Eles e elas são os protagonistas de sua própria história. A CPT os acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico. (CPT, 2010).

No Mato Grosso do Sul a CPT-MS foi criada 3 anos depois, em 1978, conforme (BORGES; KUDLAVICZ, 2008). A CPT, se organiza em escalas nacional, estadual, regional e local, no MS ela está nas regiões SUL: no município de Dourados, LESTE: no município de Três Lagoas, SUDOESTE: no município de Anastácio e CENTRO: no

município de Sidrolândia. Com sede administrativa em Campo Grande-MS. (CPT/MS, 2016)

A *Central Única dos Trabalhadores (CUT)*, fundada em 1983, é uma organização sindical com objetivos de organizar, representar e dirigir a luta de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. Se organiza em dois níveis, “Organização Horizontal: Além da estrutura nacional, a CUT está organizada em todos os 26 estados e no Distrito Federal: CUTs estaduais.” e “Organização Vertical: Organizações sindicais de base e entidades sindicais por ramo de atividade econômica: sindicatos, federações e confederações.” (CUT, [2019]). Ou seja, está presente em escalas nacional, estadual, municipal, local, no campo e na cidade.

No MS a CUT foi fundada em 1986 e regularizada nos anos 1990 (CUT, 2009). Conta com 94 sindicatos filiados no MS, com 20 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) um por município, com 12 de trabalhadores de indústrias ligadas ao agronegócio, 3 com denominação de agricultores familiares, entre outros, com destaque para os sindicatos ligados à educação e categorias profissionais autônomas (CUT, [201-?]).

A *Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP)*, fundada em 1989 em Jaboticabal/SP (FERAESP, 2014). Como dissidência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de São Paulo (FETAESP) que é vinculada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). (FETAESP, 2015). Em resolução indicou a desfiliação da CUT e filiação a Central Sindical Popular Conlutas (CSP/CONLUTAS) (FERAESP, 2014). Conforme Dalpério (2014, p. 5), no MS atuou em apenas uma ocupação de terra no município de Tacuru, na Fazenda Cachoeira, com 100 famílias em 2009.

A *Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI-MS)*, fundada em 1979, representando 68 sindicatos no MS, filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras

Familiares (CONTAG)¹⁰. Tem por finalidade a representação e defesa da categoria trabalhador rural. Em 2015 a FETAGRI-MS, fez a opção de compor o Sistema CONTAR – Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais, no 1º Congresso Extraordinário dos Assalariados e Assalariadas Rurais que ocorreu em Brasília-DF.

Com isto a FETTAR-MS – Federação dos trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais do Estado MS filiada à CONTAG, hoje representa 54 Sindicatos dos Trabalhadores assalariados rurais filiados e um total de aproximadamente de 67.000 (Sessenta e Sete mil trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais. Em 2017 completou 38 anos de lutas na defesa dos direitos e interesses da categoria representada (assalariados) (as) rurais e agricultores (as) familiares. Entre outras Bandeiras de Lutas, a FETTAR MS enquanto Movimento Sindical dos Trabalhadores e trabalhadoras Assalariados Rurais no estado de MS, destaca-se nas Políticas de conquista de Valorização do salário e o fortalecimento do trabalhador rural, através de ações direcionadas a categoria tais como; combate à pobreza rural; segurança alimentar nutricional; geração de rendas e Educação para o Campo. (FETTAR-MS, 2017).

Podemos observar as escalas de atuação, da FETTAR-MS que podem ser articuladas em âmbitos nacional, estadual e municipal. Conforme as Bandeiras de Lutas, elencadas no Plano de Lutas da FETTAR-MS, podemos destacar no que concerne a Reforma Agrária, os seguintes pontos,

- 35 - Fortalecer as ações de pressão pela reforma agrária que amplie o direito de acesso e permanência na terra, considerando os acampamentos como uma estratégia privilegiada de luta da FETTAR-MS e sindicatos filiados.
- 36 - Fazer levantamento da situação agrária nos municípios, como subsídio para reorientar a ação sindical e recolocar a pauta agrária como prioritária para o MSTTAR.
- 37 - Intensificar a luta pela terra fortalecendo as ações contra a concentração fundiária e a estrangeirização de terras.
- 38 - Lutar pela ampliação, fortalecimento e qualificação das desapropriações por interesse social dos latifúndios e de áreas que não cumpram a função socioambiental, como instrumento privilegiado para obtenção de terras para a reforma agrária.
- 186. Intensificar os acampamentos como instrumento para fortalecer a luta pela terra e pressionar o governo para a realização da reforma agrária destinando recursos para a obtenção de terras e a instalação de projetos de assentamento sustentáveis.

¹⁰A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) foi fundada em 20 de dezembro de 1963. Atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. (CONTAG, [201-?]).

39 - Continuar a luta por expropriação e desapropriação das terras utilizadas, denunciadas pelo uso de trabalho escravo e crime ambiental e pelo narcotráfico, assim como pela arrecadação de terras da União.

40 - Fortalecer a luta para impedir a aprovação, pelo Congresso Nacional de Legislações que flexibilizem as regras para a aquisição de terras por estrangeiros.

41 - Reivindicar a retomada de terras públicas griladas e sua consequente destinação para fins de reforma agrária.

42 - Ampliar e fortalecer os processos de unidade e articulação com outras forças sociais representativas dos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente com os demais movimentos sociais do campo.

43 - Lutar pelo fortalecimento do Programa Nacional de Crédito Fundiário, como instrumento complementar à ação de reforma agrária para obtenção de terras que não sejam passíveis de desapropriação por interesse social, assegurando melhoria nas condições de financiamento, atualização e desburocratização de suas regras. (FETTAR-MS, 2016).

De acordo com os pontos 35, 37, 38, 186 e 42, evidenciamos os acampamentos como forma de pressão pela reforma agrária, articulação com movimentos sociais do campo, percepção do latifúndio e da estrangeirização da terra no MS, e a desapropriação como forma de cumprir a função social da terra para sua distribuição em projetos de reforma agrária.

A *Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul (FETRAF-MS)*, é filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF) que é ligada à CUT. Também conhecida como *Federação da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul (FAF-MS)*, como era chamada antes de fazer parte da CONTRAF-BRASIL/CUT, o que veio a ocorrer nos anos 2000. O nome atual da CONTRAF-BRASIL/CUT foi deliberado em 2016 no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, antes era Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF-Brasil/CUT).

Os objetivos principais da CONTRAF-BRASIL/CUT são: Fortalecer e ampliar a representação dos agricultores e agricultoras familiares do Brasil; Unificar a ação sindical cutista, tendo como eixo central o fortalecimento da agricultura familiar; Construir um projeto de desenvolvimento Sustentável e Solidário. A Confederação trabalha com os princípios de liberdade de expressão, pela democracia e por mais espaço de participação. (CONTRAF-BRASIL/CUT, [201-?]).

A FETRAF-MS tem registros de ocupações realizadas nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2009, sendo que em 2006 junto com o MST e em 2009 junto com a CUT. (DATA LUTA, 2017).

A *Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL)*, fundada em 2014, lançada no dia 21 de fevereiro em Presidente Venceslau, no Pontal do Paranapanema, oeste paulista. Reunindo o MST da Base, dissidência do MST liderada por José Rainha, a Confederação Nacional de Agricultores e Empreendedores Familiares (CONAFER), e outros movimentos (FNL, 2014) tem atuado no MS junto a outros movimentos simpatizantes e dissidentes do MST-MS. Dá a entender que é mais uma coalização de organizações e movimentos do que um movimento único, porém as notícias e matérias de jornais trazem sempre informações como se fosse mais um movimento entre os outros, listamos na tabela 6 os movimentos socioterritoriais que se articulam na FNL no MS.

O *Movimento Fruto da Terra*, fundado em Florianópolis-SC, fez uma ocupação no município de Três Barras-SC, aparece no Relatório DATALUTA, porém não encontramos outros registros que diz sobre sua atuação no MS. Poder ser um erro, porém consta no relatório de pesquisa de atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais para o ano de 2007 (NERA, 2009, p. 86).

O movimento *Famílias Unidas do Vale do Ivinhema (FUVI)*, fez uma ocupação em 2006, com 1200 famílias, no município de Novo Horizonte do Sul na fazenda da Someco/Agropecuária Japemi (DATALUTA, 2017). Depois disso não se tem registros de ações desse movimento. (ALMS, 2006).

O *Movimento Ligas Camponesas e Urbanas do Brasil (LIGA)*, em 2018, estava ocupando uma área em frente a Fazenda Correntes, no município de Dois Irmãos do Buriti-MS (FERREIRA, 2018). E em 2017 estava com 4 acampamentos nas proximidades de Campo Grande-MS. (NARDOQUE; KUDLAVICZ; MELO, 2017).

O *Movimento da Agricultura Familiar (MAF)*, tem registros de ocupações nos anos de 2014 com 600 famílias em Campo Grande-MS, 2015 com 300 famílias em Terenos-MS e 2017 com 4 ocupações em 4 municípios, somando 1100 famílias nessas ocupações de 2017 (DATALUTA, 2017) e (NARDOQUE; KUDLAVICZ; MELO, 2017).

O *Movimento Agrário Rural ou da Agricultura Rural (MAR)*, aparece junto a outros movimentos em uma matéria sobre queima de pneus e bloqueios de rodovias com objetivos de obter respostas do INCRA para dar andamento à liberação de áreas para a reforma agrária. (APÓS..., 2016).

O *Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária (MCLRA)*, atua desde 2007 no MS, realizou seu 7º encontro estadual em 2015. E em 2009-2010, “conseguiu assentar 50 famílias no Projeto de Assentamento Liberdade Camponesa, no município de Gorguinho-MS” (MOVIMENTO..., 2015). Com registros de acampamentos em Sidrolândia-MS e em Dois Irmão do Buriti-MS. (NARDOQUE; KUDLAVICZ; MELO, 2017).

O *Movimento de Luta Pela Terra (MLPT)*, com relação a esse movimento, não foi encontrado registros de ocupações, porém existe notícia de uma reunião em Brasília-DF junto ao INCRA, em 2015. (MOVIMENTOS..., 2015).

O *Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)*, surge junto aos movimentos de luta pela terra, ou seja, passa a ser uma articulação das mulheres do campo, de vários movimentos e organizações que se articulavam nacionalmente por meio de sua própria organização de mulheres, que atualmente é autônoma e independente de outros movimentos.

Com este processo, sentimos a necessidade de articulação com as mulheres organizadas nos demais movimentos mistos do campo. Em 1995, criamos a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. (MMC, [200-?]).

No MS as mulheres se destacam em todas as ações de luta pela terra, fazem frente em todos os processos de organização e concretização. Sua principal atuação está no período do 8 de março, momento em que se preparam para enfrentar o capital no campo, forjando novas lideranças femininas, de acordo com Atiliana Brunetto (2020).

Os *Movimentos Indígenas*, no caso da atuação como movimento socioterritorial, e registros de suas retomadas junto com as ocupações, é uma forma de classificação utilizada pelo DATALUTA (2017, p. 10), para sistematização dos dados. Os povos indígenas foram abordados desde o item 2.4 sobre “o paradigma da questão agrária no MS”, e continuarão presentes do decorrer deste trabalho, pois,

A questão indígena em MS, como parte da questão agrária, está relacionada ao processo de “ocupação” do estado. Nesse processo, o Estado brasileiro foi o principal ator, criando, alterando e revogando leis e decretos com objetivo de atrair contingentes populacionais para a região, assim como atividades econômicas. Logo, quando não assassinados ou escravizados, os povos tradicionais foram confinados em reservas com o objetivo de “limpar a terra” para o desenvolvimento da agricultura capitalista. (MELO, 2017, p. 151).

Nos últimos anos os conflitos territoriais entre os povos indígenas do MS, têm se intensificado, quando classificamos como movimento indígena, não quer dizer como um movimento único centralizado, são várias etnias e aldeias, assim como acampamentos indígenas que fazem luta pela terra, pela retomada de seus territórios ancestrais, para que suas terras sejam demarcadas e seus direitos protegidos, “Assim, a questão indígena envolve a luta pelo tekoha, pela retomada e reconhecimento de seus territórios e suas culturas dentro do contexto da agricultura capitalista e a produção de monoculturas (soja e cana-de-açúcar).” (MELO, 2017, p. 153). As maiores etnias do MS, o povo Guarani Kaiowa e o povo Terena, são as mais envolvidas em conflitos por terra e território e se organizam por meio do Conselho Aty Guassu e do Conselho do Povo Terena, para tomar suas decisões coletivas e se articular em escalas regional e nacional.

O *Movimento Popular de Luta (MPL)*, surgiu de uma dissidência recente do MST-MS no final de 2016, realizando a primeira reunião de sua coordenação estadual em março de 2017 (MPL, 2017), a notícia mais recente que observamos informa sobre acampamentos sendo formados em Campo Grande-MS, Bataiporã-MS, Nova Andradina-MS, e em Aquidauana-MS. (GURGEL, 2017; MPL..., 2017).

O (*MSBR*), sem muitos registros, participou de uma marcha estadual em 2015, junto a outros movimentos, em uma pesquisa feita por meio de sítios de busca

eletrônica, só foi encontrada essa informação sobre a sigla, onde participavam de uma marcha de 100 km rumo a capital do estado do MS. (TONHATI, 2015).

O *Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST)*, de atuação nacional, está no MS desde 1984, e será abordado no próximo capítulo deste trabalho.

O *Movimento Sem Terra Brasileiro (MSTB)*, tem registros de 4 ocupações nos anos de 2016 e 2017, nos municípios de Rio Brilhante-MS, Ribas do Rio Pardo-MS e em Nioaque-MS (DATA LUTA, 2017). Além de ter ocupado uma usina de álcool e açúcar em Dourados-MS em 2017 (GOMES, 2017; RIBEIRO, 2017). Se articula nacionalmente com a União Nacional Camponesa (UNC).

O *Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR)*, tem como último registro de ocupações de terra em 2001, com atuação independente (DATA LUTA, 2017), após isso encontrou-se uma matéria de jornal de 2016 de uma ocupação no INCRA. Alguns registros podem estar constando como FNL, já que na mesma reportagem dizia que,

Centenas de acampados ocuparam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na tarde desta segunda-feira (1º), em Campo Grande. Ao G1 o presidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR) e coordenador estadual da Frente Nacional de Lutas (FNL), Edinaldo Meneses, disse que o local ficará ocupado até o superintendente regional "agilizar" o processo de reforma agrária e ir até Brasília discutir a questão. (REZENDE, 2016)

O presidente do MTR era (no momento da reportagem) coordenador estadual da FNL, podem ter outros casos de outros movimentos ligados a FNL estarem constando somente como FNL, nos registros do DATA LUTA, da CPT, e também em matérias de jornal. Contudo existe outro registro de ocupação em 2016, em conjunto com outros movimentos.

O *Novo Movimento de Luta (NOVO)*, surgiu a partir de uma dissidência da CUT em 2016 e está ocupando uma área em frente a Fazenda Correntes, no município de Dois Irmãos do Buriti-MS. (FERREIRA, 2018).

O *Movimento Organização de Luta Pela Terra (OLT)*, surgiu de uma dissidência do MCLRA em 2016 e está ocupando uma área em frente a Fazenda Correntes, no município de Dois Irmãos do Buriti-MS. (FERREIRA, 2018).

O *Movimento Popular do Campo e da Cidade (TERRA LIVRE)*, no MS, tem registro de duas ocupações em 2012 e 2013, nos municípios de Paranaíba-MS e de Inocência-MS (DATALUTA, 2017). Após 2013 não se têm notícias sobre esse movimento no Mato Grosso do Sul. Em consulta ao seu sítio eletrônico, vimos que está desativado e no blog também, as últimas 3 postagens são de janeiro de 2013.

O *Movimento União Força e Terra (UFT)*, tem registro de uma ocupação em 2000, no município de Naviraí-MS (DATALUTA, 2017). Segundo Dalpério (2014), depois disso parou de atuar.

Com isso, concluímos uma apresentação dos 25 movimentos socioterritoriais que atuaram no MS de 2000 a 2019, para que possamos passar a ver uma sistematização da atuação desses movimentos em termos de ocupações, conquistas territoriais, manifestações e reflexos de violências sofridas como uma das formas mais cruéis de intimidações da luta pela terra, constando como conflitos por terra.

3.3 As disputas territoriais

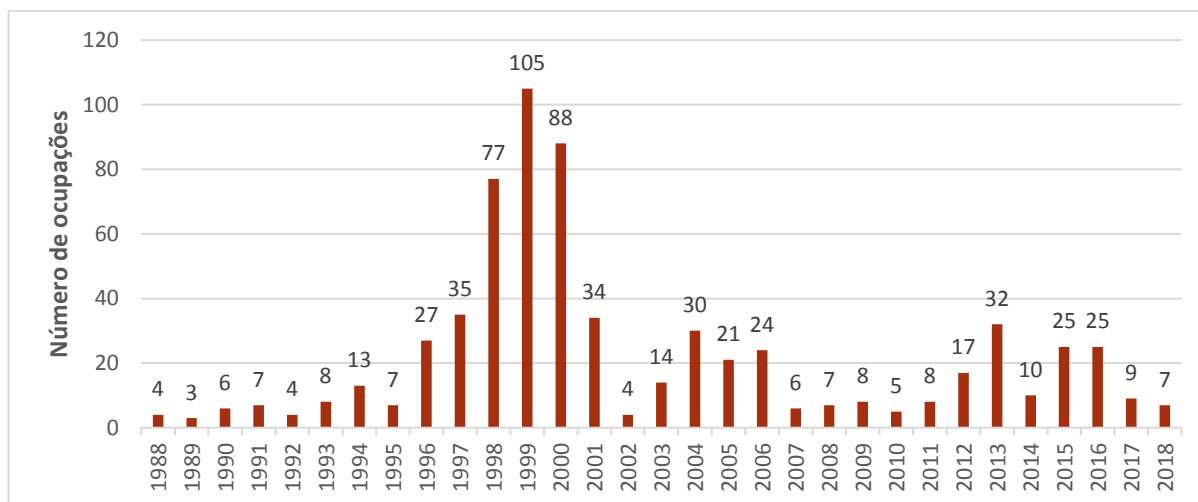
A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), têm registros de 670 ocupações/retomadas¹¹ de terra realizadas por movimentos socioterritoriais¹² no Mato Grosso do Sul entre os anos de 1988 a 2018, conforme o gráfico 4. Com destaque para os anos 1998, 1999 e 2000, durante o governo federal do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e do governo estadual do então governador Wilson Barbosa Martins (1995 a 1998) e José Orcírio

¹¹ Destarte, os povos tradicionais lutam pela retomada de seu antigo território, como podemos observar na questão indígena em MS. É a luta pelo Tekoha. Essa diferença na luta dos povos tradicionais está em discussão na rede DATALUTA, na qual se propõe a construção de uma nova categoria. Todavia, optamos, neste trabalho, por manter a categoria ocupação para as ações dos povos tradicionais, de acordo com os dados consolidados de 1988 a 2014 e registrados com os outros movimentos. (MELO, 2017, p. 142).

¹² “Assim utilizaremos neste trabalho o conceito de movimento socioterritorial quando nos referirmos aos movimentos em Mato Grosso do Sul que lutam pela terra e pelo território.” (MELO, 2017, p. 143).

Miranda dos Santos “Zeca do PT” (1999 a 2006), com 77, 105 e 88 ocupações respectivamente.

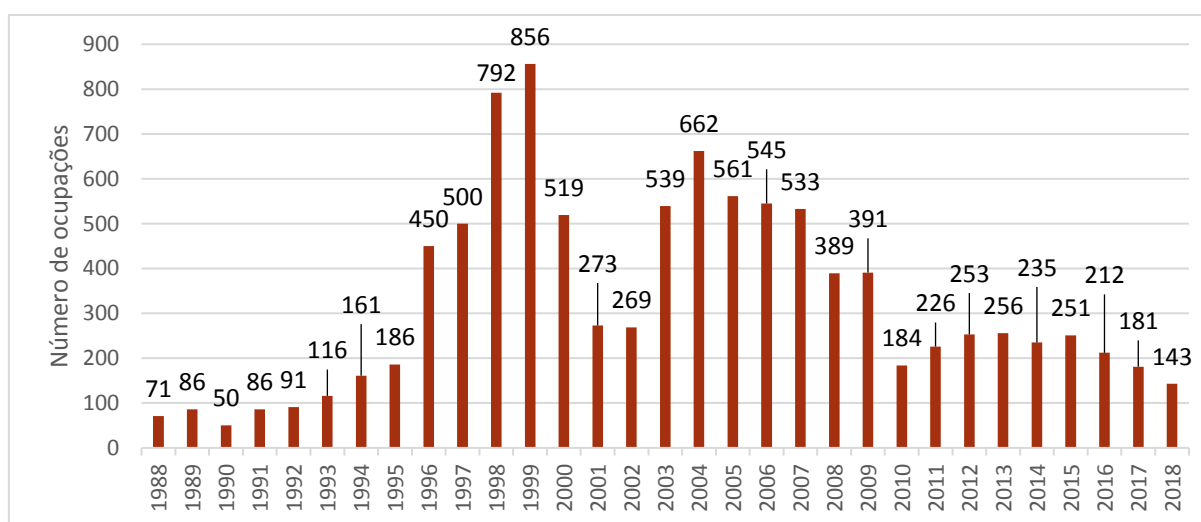
Gráfico 4 – Ocupações de terra no Mato Grosso do Sul de 1988 a 2018



Fontes: Elaboração própria, com base em DATALUTA (2017) / CPT (2018).

No mesmo período no Brasil, foram realizadas 10.067 ocupações, com destaque nos mesmos anos de 1998, 1999 e 2000, com 792, 856 e 519 ocupações respectivamente, conforme o gráfico 5.

Gráfico 5 – Ocupações de terra no Brasil de 1988 a 2018

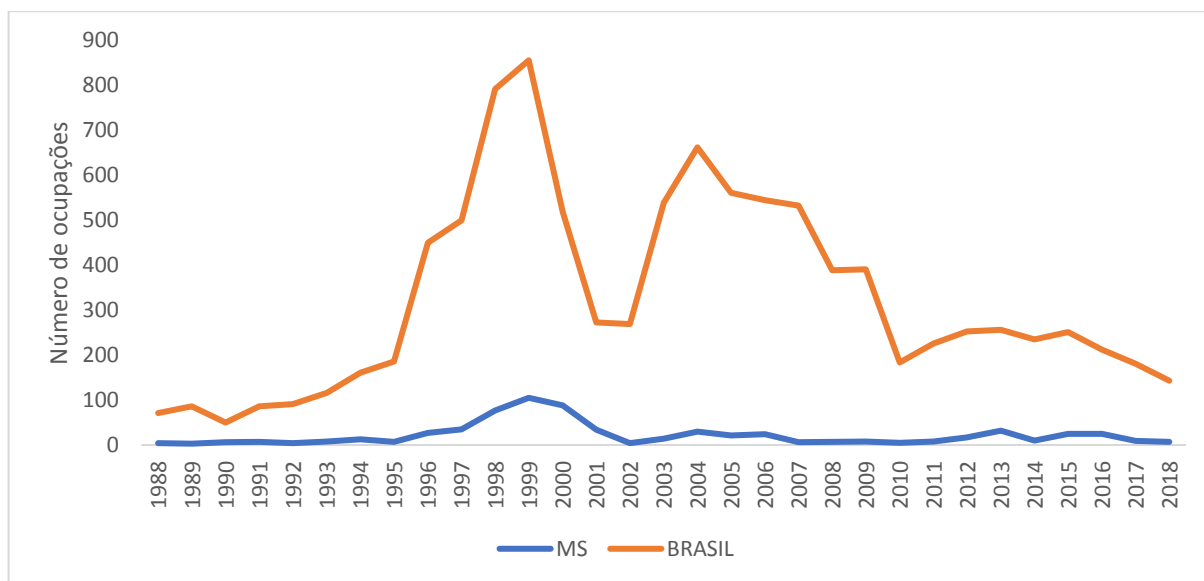


Fontes: Elaboração própria, com base em CPT (2018) / DATALUTA (2018).

Quando comparamos a quantidade de ocupações/retomadas realizadas no Mato Grosso do Sul e no Brasil, podemos perceber que os números oscilaram em frequência parecida, com aumentos e reduções de ocupações praticamente nos

mesmos períodos de tempo de acordo com o gráfico 6. Isso pode demonstrar ou indicar uma articulação nacional dos movimentos socioterritoriais, como também dos governos, em suas ações e disputas.

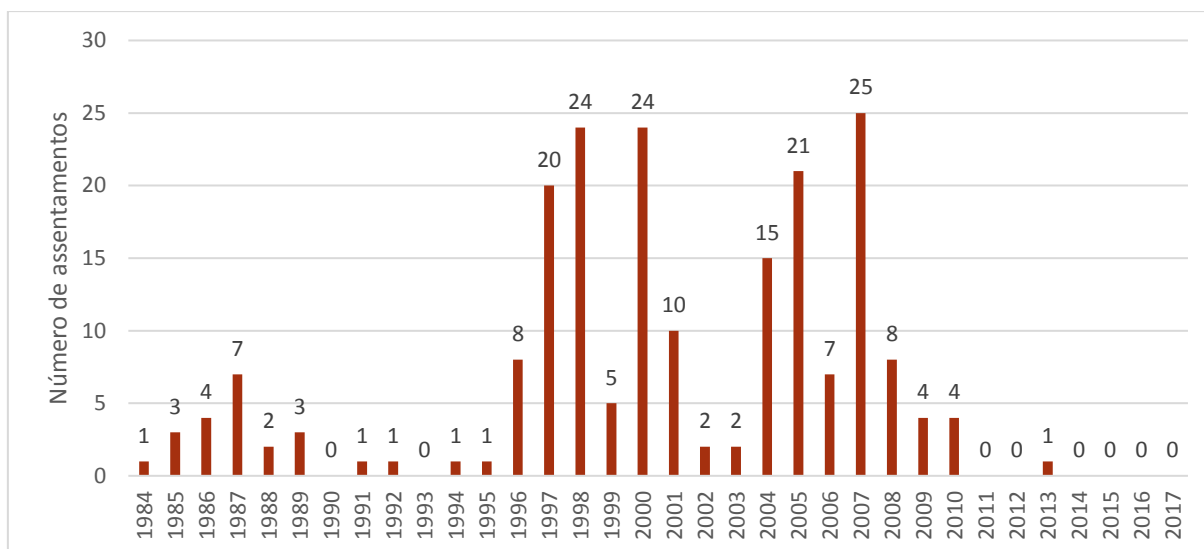
Gráfico 6 – Comparação entre as ocupações de terra no MS e no Brasil entre 1988 a 2018



Fontes: Elaboração própria, com base em CPT (2018) e DATALUTA (2018).

Entre os resultados positivos advindos das ocupações de terra realizadas no Mato Grosso do Sul foi a criação de 204 assentamentos rurais neste estado, como podemos ver no gráfico 7, entre os anos de 1984 a 2013, depois de 2013 não foram criados assentamentos rurais no MS até início de 2020. Esses 204 assentamentos têm capacidade para 32.131 famílias, com uma área de 716.212,18 hectares, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

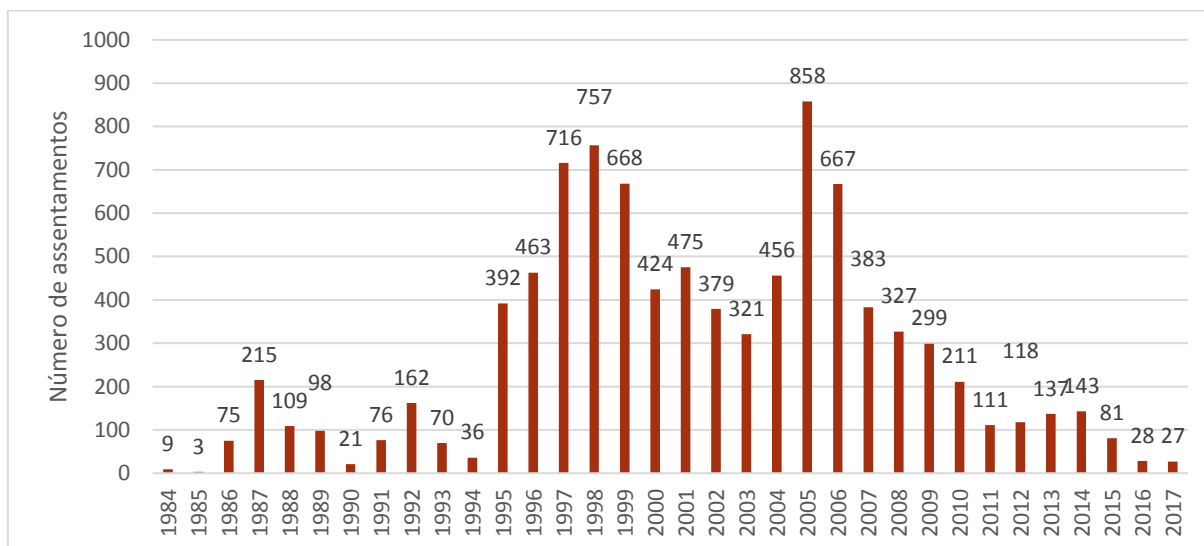
Gráfico 7 – Assentamentos rurais criados no MS de 1984 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em INCRA (2017).

Entre os anos 1984 a 2017 no Brasil, foram criados 9.315 assentamentos rurais, conforme o gráfico 8. Esses assentamentos têm capacidade para 1.069.814 famílias e uma área de 78.645.701 hectares. Do ano de 2005 aos dias atuais, foi cada vez menor a quantidade de criação de assentamentos novos.

Gráfico 8 – Assentamentos rurais criados no Brasil de 1984 a 2017



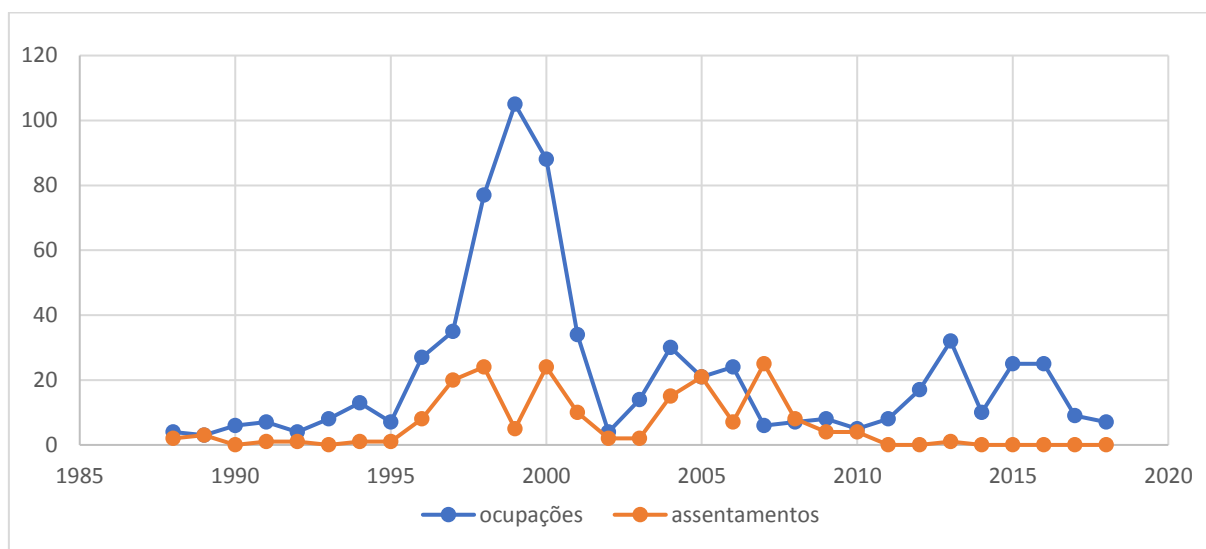
Fontes: Elaboração própria, com base em INCRA (2017).

A criação de novos assentamentos no MS e no Brasil, não apresenta uma frequência linear, porém entre os anos 1997 a 2000 (foram criados 73 no MS e 2.565 no Brasil) e 2004 a 2007 (foram criados 68 no MS e 2.364 no Brasil), nesses dois períodos de 4 anos cada um, foi quando houveram a criação da maioria dos

assentamentos no MS e no Brasil. Com a criação de 141 assentamentos no MS e com a criação de 4.929 assentamentos no Brasil. Ou seja, a maioria dos assentamentos criados no Brasil foram nesses dois períodos, durante os governos FHC e Lula. Com a criação de (69,11% no MS e 52,91% no Brasil).

Quando fazemos uma comparação entre as ocupações de terra e a criação de assentamentos rurais entre os anos de 1988 a 2018, podemos perceber que as ocupações são responsáveis por impulsionar a criação de assentamentos pelos governos federais. Vejamos o gráfico 9 com relação a Mato Grosso do Sul.

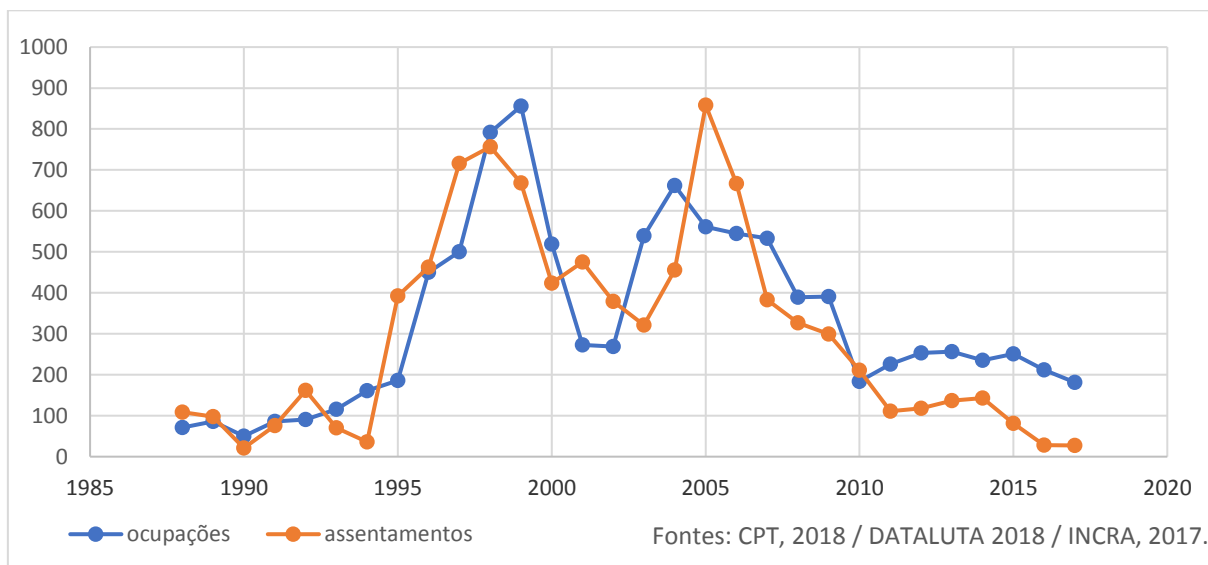
Gráfico 9 – Comparação entre as ocupações de terra e a criação de assentamentos rurais no MS de 1988 a 2018



Fontes: Elaboração própria, com base em CPT (2018) / DATALUTA (2018) / INCRA (2017).

Na comparação entre as ocupações e a criação de assentamentos no Brasil, as duas linhas se acompanham mais visivelmente, seguindo uma redução de ambas a partir 2005, como podemos observar no gráfico 10.

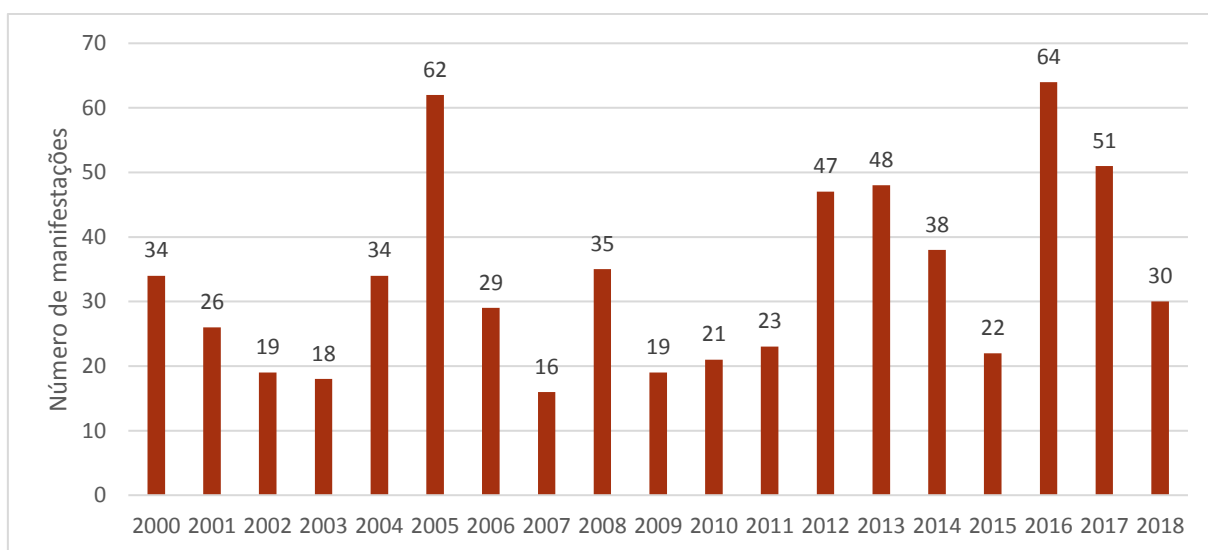
Gráfico 10 – Comparação entre as ocupações de terra e a criação de assentamentos rurais no Brasil de 1988 a 2017



Fontes: Elaboração própria, com base em CPT (2018) / DATALUTA (2018) / INCRA (2017).

Para além das ocupações de terra os movimentos socioterritoriais, fazem manifestações, não só para reivindicarem a terra de vida e de trabalho, outrossim, para reivindicarem seus direitos de moradia, escola, meios para produzir, atuação dos órgãos públicos, no Mato Grosso do Sul temos registros de 636 manifestações realizadas entre os anos de 2000 a 2018, conforme o gráfico 11.

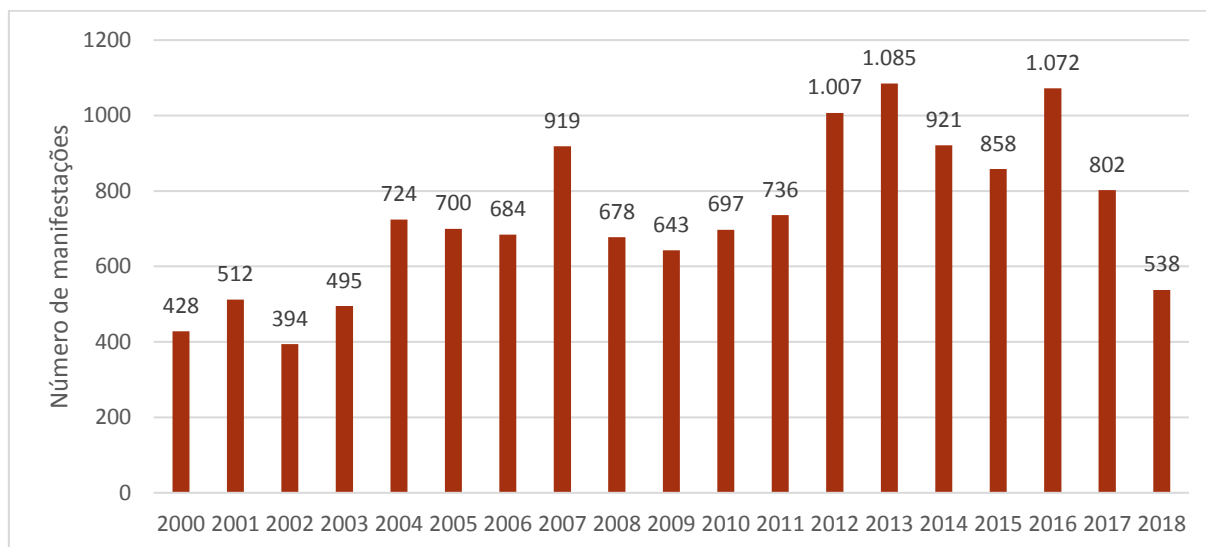
Gráfico 11 – Manifestações do campo no MS de 2000 a 2018



Fontes: Elaboração própria, com base em CPT (2018) / DATALUTA (2018).

No Brasil, no mesmo período, temos registros de 13.893 manifestações do campo. Como podemos ver no gráfico 12.

Gráfico 12 – Manifestações do campo no Brasil de 2000 a 2018

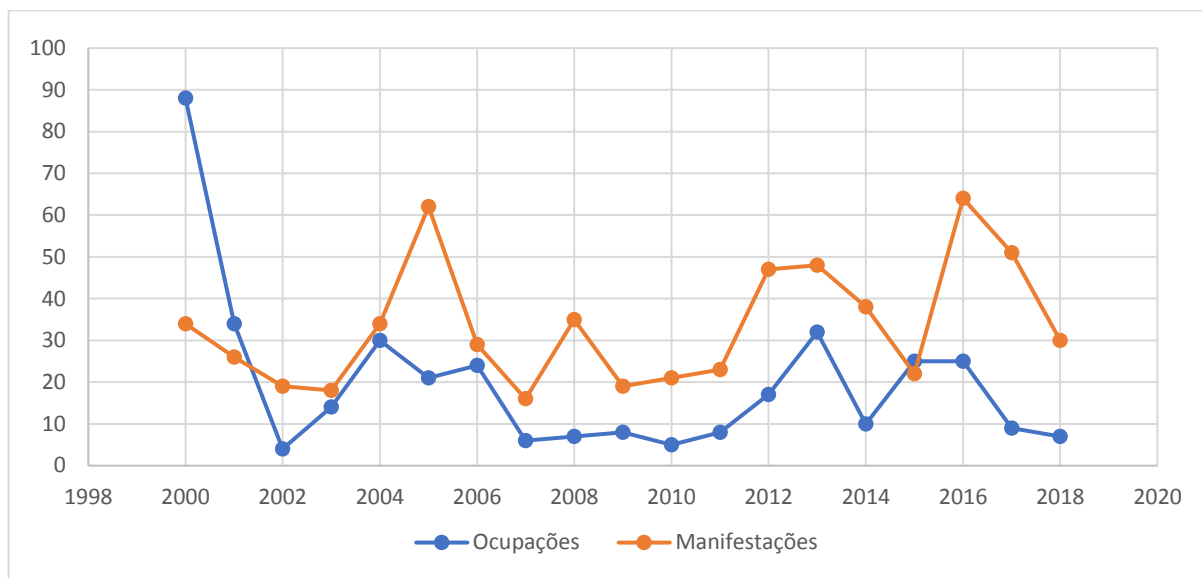


Fontes: Elaboração própria, com base em CPT (2018) / DATALUTA (2018).

Podemos destacar os anos de 2013 e de 2016 que foram anos atípicos no cenário político nacional, com as maiores manifestações em 2013 e com as inúmeras manifestações em volta do processo de impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Com relação às ocupações de terra e as manifestações, com as informações que temos a partir do ano 2000 a 2018, podemos dizer que no início dos registros as ocupações eram bem maiores em quantidade, como aparecem no ano 2000 e que a partir de 2002 o número de manifestações foi bem maior do que as ocupações no Mato Grosso do Sul, com exceção de 2015 em que houveram duas ocupações a mais que o número de manifestações, como podemos ver no gráfico 13.

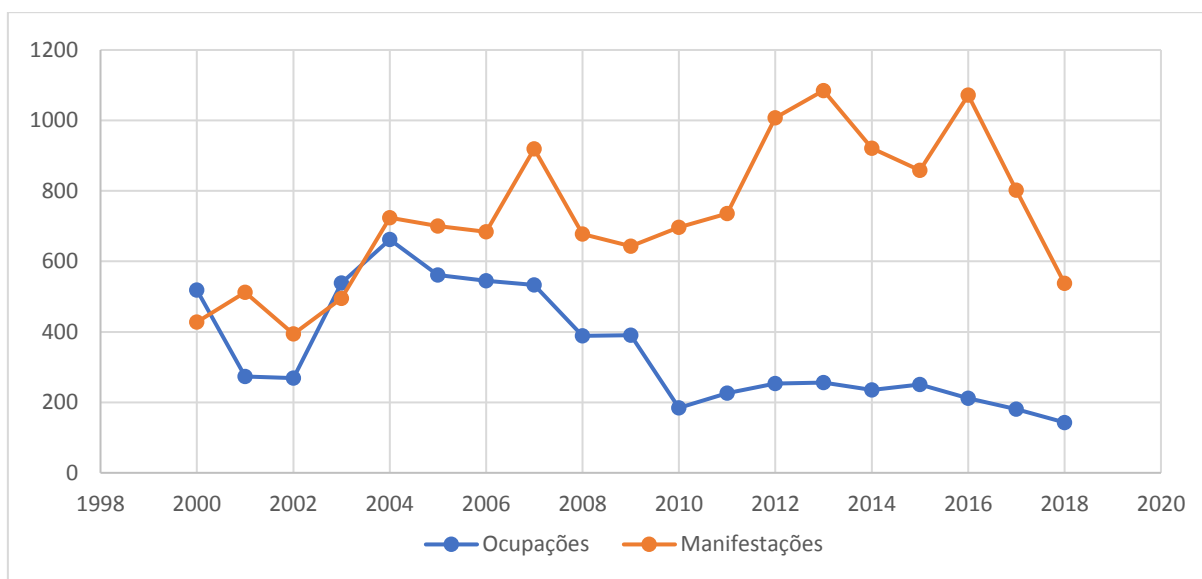
Gráfico 13 – Comparação entre as ocupações de terra e as manifestações do campo no MS de 2000 a 2018



Fontes: Elaboração própria, com base em CPT (2018) / DATALUTA (2018).

Fazendo a mesma comparação no Brasil, a situação é parecida, em 2000 o número de ocupações foi maior que o número de manifestações do campo, porém, nos anos seguintes o número de manifestações foi sempre maior que o de ocupações, com exceção do ano 2003 em que houveram 44 ocupações a mais que as manifestações, como aparece no gráfico 14.

Gráfico 14 – Comparação entre as ocupações de terra e as manifestações do campo no Brasil de 2000 a 2018



Fontes: Elaboração própria, com base em CPT (2018) / DATALUTA (2018).

As ocupações e as manifestações são formas de disputas territoriais adotadas pelos movimentos socioterritoriais, as ocupações foram essenciais para a criação de assentamentos rurais no Mato Grosso do Sul, assim como no Brasil, e as manifestações são formas de reivindicar a continuidade das políticas públicas voltadas para o campo brasileiro em todas as escalas territoriais, além de serem formas de atuação política desses movimentos, são ações de desenvolvimento territorial conforme Fernandes (2013b).¹³

Haja vista, a estrutura fundiária sul-mato-grossense que reflete a estrutura fundiária brasileira, de acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Mato Grosso do Sul existem 95.734 imóveis cadastrados em julho de 2018, somando uma área total de 39.603.266,6993 hectares. (INCRA, 2018).

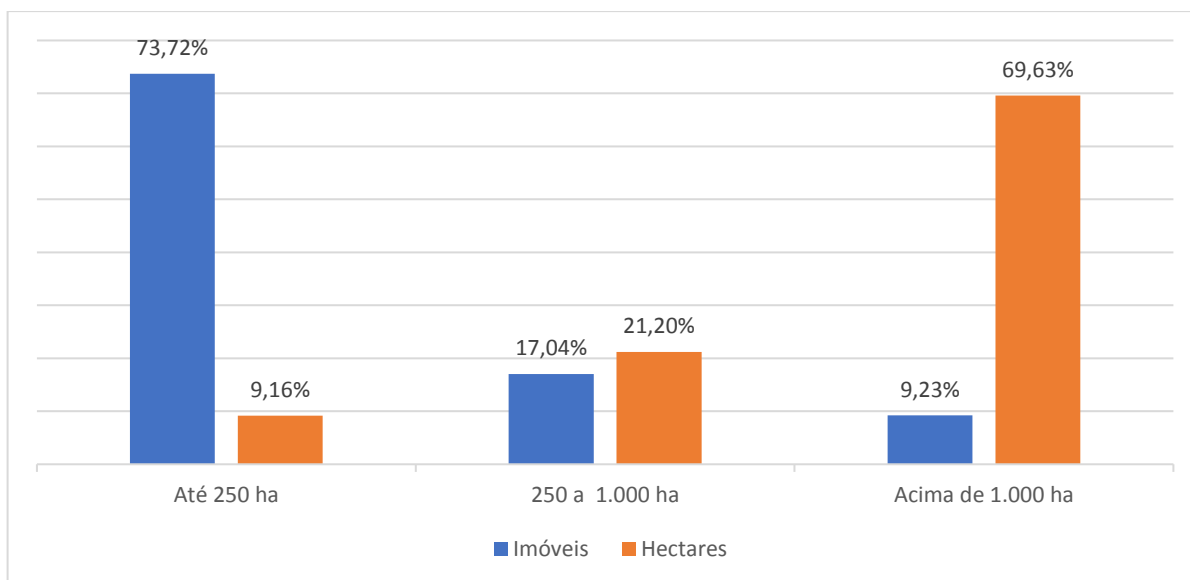
Nesse caso, quando observamos que 70.578 imóveis possuem entre 0 a 250 hectares, somando uma área total de 3.628.335,67 ha, isso demonstra que 73,72% dos imóveis menores ocupam 9,15% de todos os imóveis rurais deste estado, ou seja, mais de 70% dos imóveis se encontram em menos de 10% da área total.

Em relação aos imóveis entre 250 a 1.000 hectares, são 16.315,00 imóveis em 8.398.358,54 hectares somados, equivalente a 17,04% dos imóveis médios em 21,20% da área total.

Com relação as grandes propriedades rurais, a situação se inverte, pois, são 8.041,00 propriedades acima de 1.000 hectares, em uma área de 27.576.572,49 ha, o que nos dá um resultado de que 9,23% das grandes propriedades ocupam 69,63% do total de todas as áreas de todos os imóveis somadas. Vejamos como isso fica ilustrado no gráfico 15.

¹³ “[...] Aqui, a questão agrária é tratada a partir de dois processos que comumente são analisados em separado: o conflito por terra e o desenvolvimento rural. [...]” (FERNANDES, 2013b, p. 174).

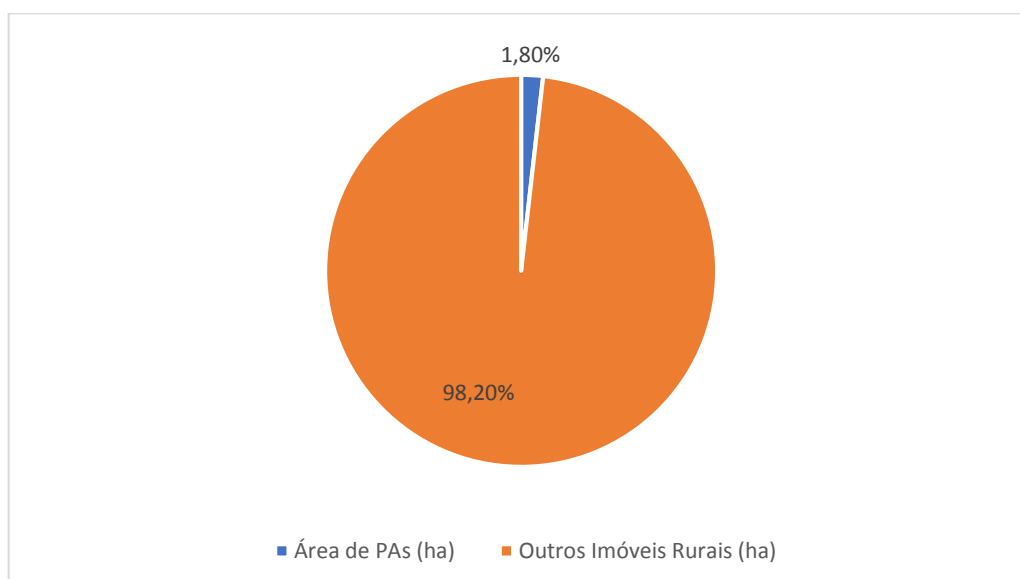
Gráfico 15 – Estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul



Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR, 2018).

Dentro dessa estrutura fundiária completamente desigual e injusta, onde 73,72% dos imóveis menores ocupam 9,16% da área total, enquanto 9,23% ocupam 69,63%, é legítima a luta pela Reforma Agrária. Se nas últimas décadas com a atuação dos movimentos socioterritoriais foram criados 204 assentamentos rurais no MS, sem atuação desses nada teria acontecido nesse aspecto da injustiça agrária brasileira, e mesmo assim, com toda conquista da luta pela terra no MS, quando somamos a área de todos os 204 assentamentos rurais, essa soma não chega a 2% da área total de todos os imóveis, tendo em vista que, os 716.212 hectares dos 204 assentamentos do MS equivalem a 1,80% do total de 39.603.266,70 hectares de todos os imóveis somados. Podemos ter uma imagem disso no gráfico 16, de acordo com informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2017) e do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR (2018).

Gráfico 16 – Comparação entre as áreas de projetos de assentamentos e outros imóveis rurais no MS

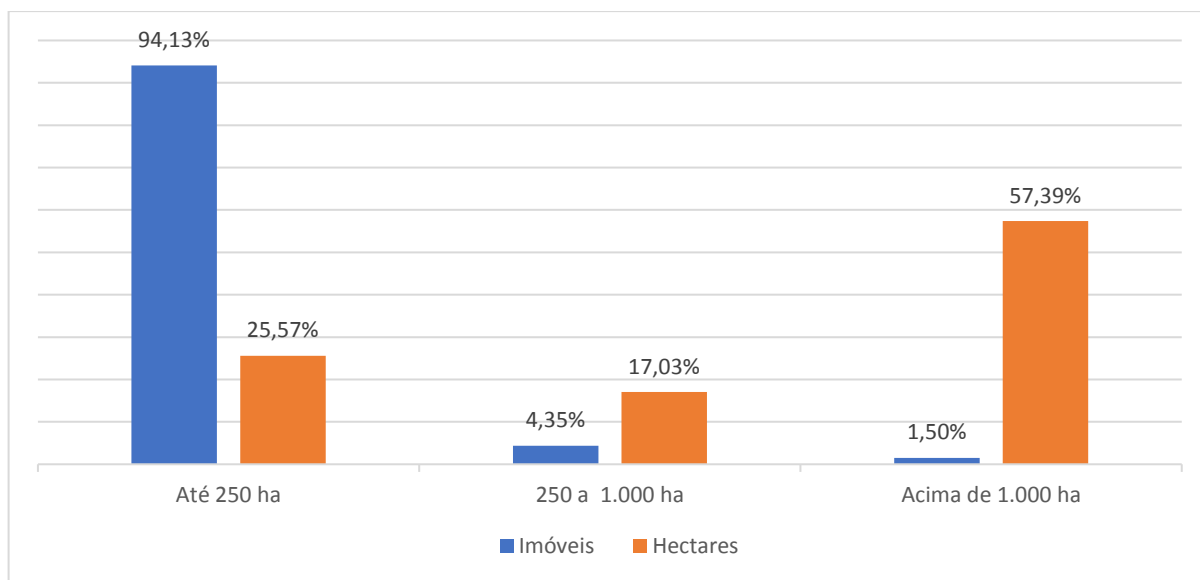


Fonte: Elaboração própria, com base em (INCRA, 2017) / (SNCR, 2018).

Por parte dos povos da terra e dos movimentos socioterritoriais, essa conquista é riquíssima, pois conquistaram espaços de vida e de trabalho para mais de 32.000 famílias, e isso não tem preço, sabendo que muitas pessoas morreram e sofreram todas as formas de violência por isso. Por parte do Estado brasileiro e do estado sul-mato-grossense, é vergonhoso, saber que fez e faz tão pouco para transformar essa realidade estrutural agrária brasileira.

Para comparar com realidade fundiária brasileira a partir das mesmas fontes (INCRA, 2018b), temos os seguintes resultados em síntese, 94,13% dos imóveis menores, de 0 a 250 ha, ocupam 25,57% do total das áreas de todos os imóveis em hectares, 4,35% são imóveis de 250 a 1.000 ha que ocupam 17,03% do total, e na outra ponta são 1,50% referente aos imóveis acima de 1.000 ha, que ocupam 57,39% da área de todos os imóveis somadas, vejamos no gráfico 17.

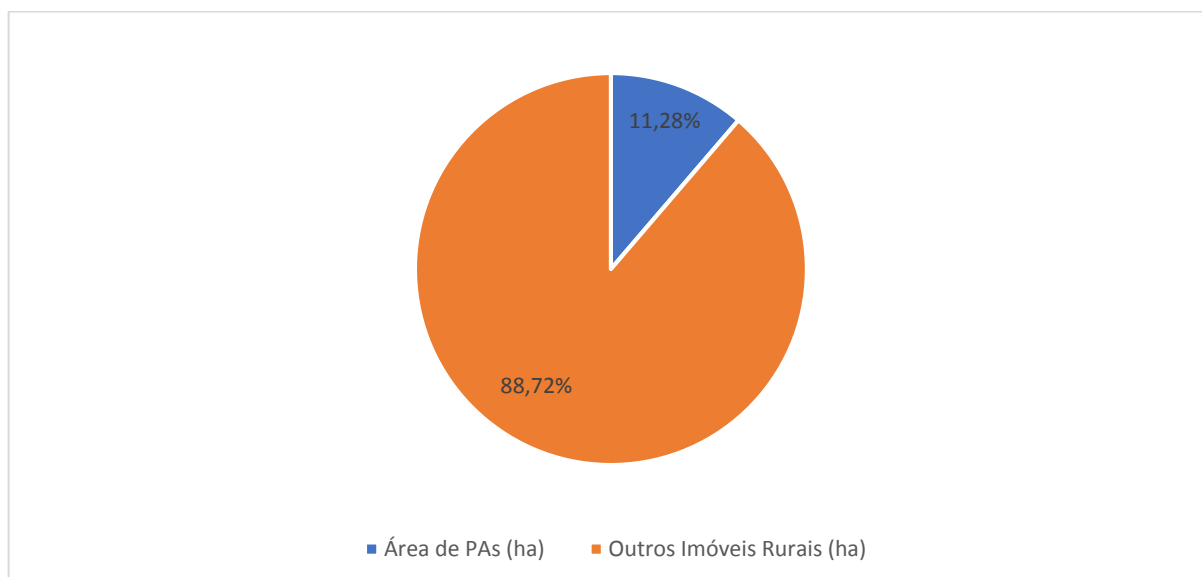
Gráfico 17 – Estrutura fundiária do Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR, 2018).

E, se somarmos todas as áreas de todos os assentamentos criados no Brasil desde 1900, segundo o INCRA (2017), equivalem a 11,28% da área de todos os imóveis cadastrados no SNCR (2018), como podemos observar no gráfico 18.

Gráfico 18 – Comparação entre as áreas dos projetos de assentamentos e outros imóveis rurais no Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base em INCRA (2017) / SNCR (2018).

Isso também demonstra como o estado de Mato Grosso do Sul, está atrás, quando o assunto é reforma agrária. Isso quando fazemos uma comparação entre os

11,28% das áreas dos projetos de assentamento no Brasil, com o 1,80% do Mato Grosso do Sul.

Alertamos que, a luta pela terra e as disputas territoriais continuam vivas neste estado e no Brasil. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ao longo da década de 2010, nos apresentam 350 conflitos por terra, com 20.446 famílias envolvidas, entre os anos de 2010 a 2018 no Mato Grosso do Sul, conforme a tabela 8.

Tabela 8 – Conflitos por terra e famílias envolvidas no MS de 2010 a 2018

Mato Grosso do Sul		
Ano	Conflitos por Terra	Famílias Envolvidas
2010	11	784
2011	22	970
2012	41	2484
2013	61	2639
2014	43	1450
2015	40	1869
2016	56	3314
2017	40	4182
2018	36	2755
Total	350	20.446

Fonte: Elaboração própria, com base em CPT (2010-2018).

No mesmo período no Brasil, foram 9.565 conflitos por terra, com 4.717.815 pessoas envolvidas, conforme a tabela 9.

Tabela 9 – Conflitos por terra e famílias envolvidas no Brasil de 2010 a 2018

Brasil		
Ano	Conflitos por Terra	Pessoas Envolvidas
2010	853	351.935
2011	1.035	458.675
2012	1.067	460.565
2013	1.007	435.075
2014	1.018	600.240
2015	998	603.290
2016	1.295	686.735
2017	1.168	530.900

2018	1.124	590.400
Total	9.565	4.717.815

Fonte: Elaboração própria, com base em CPT (2010-2018).

Somente no ano de 2018 foram 36 conflitos por terra, com 2.755 famílias envolvidas no MS, e 1.124 conflitos por terra com 590.400 pessoas envolvidas no Brasil. Mesmo assim, não se vê nenhuma iniciativa por parte dos governos federais e estadual em prol da Reforma Agrária ou da demarcação das terras indígenas, pelo contrário, são tomadas cada vez mais medidas contra os povos da terra e sua luta pelo território de vida.

Dessa forma, concluímos esse capítulo, considerando que o território e a terra como fração do território são muito mais que escalas da federação e propriedades privadas, que a luta dos movimentos socioterritoriais são essenciais para a continuidade existencial dos povos da terra, camponeses e indígenas. Que as disputas territoriais são formas de desenvolvimento territorial, que merecem mais atenção dos poderes públicos e da sociedade brasileira, não para criminalizar esses movimentos e sim para dar o devido cumprimento da função social da terra.

4 FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO MATO GROSSO DO SUL (MST-MS) 1979-2019

Neste capítulo contribuímos para o estudo do processo de territorialização do MST no Mato Grosso do Sul a partir das ocupações de terra e conquistas de territórios da reforma agrária de 1984 a 2019. Analisamos manifestações de repercussão regional e nacional que impactaram a luta pela terra no MS à luz de autores e autoras do Paradigma da Questão Agrária, dados da CPT, da Rede DATALUTA, do INCRA, e de documentos do MST, outrossim, dos registros do Jornal Sem Terra e com entrevistas realizadas com os e as militantes do MST.

O MST nasceu oficialmente em 1984, vamos iniciar esse capítulo a partir de 1979, pois foi o período de início da gestação do MST, de acordo com Fernandes (1999). Dividimos este capítulo em dois subcapítulos, que seguem após esta introdução, com a intenção de classificar cada fase ou ciclo vivenciado pelo MST-MS nesses 41 anos estudados.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se organiza em instâncias, que são espaços de deliberações, em suas respectivas escalas geográficas de divisão de tarefas, sendo nacionais, regionais, estaduais, de áreas como assentamentos ou acampamentos, cada espaço com sua respectiva instância dentro da organização. Tendo como instância máxima, o Congresso Nacional do Movimento, que reúne militantes de todos os estados onde o MST tem atuação para fixar linhas políticas gerais entre outras atividades, este congresso tem previsão de ocorrer aproximadamente a cada 5 anos, a depender das condições materiais e políticas de cada período. Outra instância é o Encontro Nacional que tem como função definir plataformas de lutas imediatas, de acordo com a conjuntura e as necessidades do Movimento entre outras atribuições, podendo acontecer a cada 2 anos aproximadamente. (MST, 2016).

Vamos trabalhar com alguns acontecimentos que permearam cada um desses Congressos Nacionais e os Encontros Nacionais do MST, para compreender as estratégias de disputas territoriais do MST no Brasil e seus desdobramentos em

escala regional no Mato Grosso do Sul, contudo muitos fatos ocorridos com o MST-MS tiveram repercussão nacional desde as origens do MST, como podemos averiguar nesses 36 anos de sua existência.

4.1 O nascimento, a autonomia, os avanços e a consolidação do MST-MS (1979-1999)

Nesse subcapítulo, organizamos o estudo do processo de territorialização do MST no Mato Grosso do Sul em quatro seções com a intenção de perceber os ciclos e fases pelas quais o movimento passou nesses 21 anos (1979-1999), para compreender sua formação e crescimento até os anos 2000 quando entendemos que começa outro momento desse processo, o qual iremos abordar mais à frente.

4.1.1 Dos conflitos espontâneos ao nascimento da organização (1979-1984)

Ainda no período da ditadura militar, que havia começado em 2 de abril de 1964, é que surge em 1978 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Mato Grosso do Sul, durante o governo federal de Ernesto Geisel e sem um governo estadual oficialmente eleito, pois o MS foi separado do Mato Grosso (MT), no ano anterior em 1977, tendo seu primeiro governador no ano seguinte em 1979, que foi Harry Amorim Costa (ARENA), nomeado diretamente pelo governo federal.

A criação da CPT e o nascimento do MST no MS, são fatos que não se separam, pois quando a CPT passou a organizar comissões de Sem Terra no MS, automaticamente começou a criação do MST neste estado.

No ano de 1979, a atuação da CPT, foi fundamental para o surgimento do MST-MS realizando um encontro em julho e outro em novembro. Neste ano já haviam sinais de conflitos de terra no município de Naviraí, nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitiba, esses conflitos culminaram no assassinato do advogado Joaquim das Neves Norte. E naquele mesmo ano houve a fundação da FETAGRI-MS, o que

demonstra um momento de canalização da organização dos trabalhadores por meio de diversos instrumentos de organização da luta de classes.¹⁴

Havia, no final da década de 1970, muitos migrantes do Nordeste e Sul do país, que vinham ao MS (MT), muitas vezes passando por São Paulo (SP) e Paraná (PR), antes de chegarem em áreas onde estavam ocorrendo um processo de desmatamento para a formação de pastagens ou cultivo, a forma utilizada para tal empreitada era o arrendamento das terras em troca de mão de obra, porém quando a terra estava em condições de uso, os arrendamentos eram desfeitos e os trabalhadores rurais, tinham que migrar novamente para outras áreas e recomeçar o processo de troca de mão de obra rural por espaço para viver e trabalhar, à medida que isso foi se repetindo, foram somando-se cada vez mais famílias Sem Terra o que deu início aos conflitos pela posse da terra.

Os trabalhadores não proprietários da terra, após a derrubada das matas e formação das pastagens, foram sendo expulsos da terra com o escaqueamento das florestas. De modo geral, no sul de Mato Grosso do Sul, os trabalhadores rurais sem-terra que se organizaram nos movimentos sociais, não são pequenos proprietários expropriados, mas trabalhadores rurais que nunca possuíram terra. (FABRINI, 2008, p. 71).

É importante saber que essa forma de contrato de arrendamento também acontecia no Paraguai, conforme um levantamento realizado pela paróquia de Mundo Novo em 1979, neste ano mais de 300 famílias estavam com seus contratos prestes a vencer, isso só na fronteira com o município de Mundo Novo com o Paraguai, e depois não sabiam o que iria acontecer, quase todos informaram que eram advindos do Paraná.

Nesse momento está prestes a acontecer a primeira grande ocupação no estado de Mato Grosso do Sul. O governador Pedro Pedrossian havia lançado o Projeto Guatambu, com uma proposta de incentivar os agricultores, com créditos, insumos, etc., esse projeto foi adotado pelos trabalhadores rurais como uma espécie de “propaganda”, para ocupar a Fazenda Baunilha, no município de Itaquiraí, “Aproximadamente 800 famílias de forma espontânea e sem prévia organização, entre

¹⁴ Conforme os autores e autoras que destacaram a luta pela terra dos camponeses do estado de Mato Grosso do Sul (FABRINI, 2008), (FERNANDES, 1999), (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 2000), (DELLAZERI, 1994) e (ALMEIDA, 2003).

os dias 4 a 13 de maio ocupam a Fazenda Baunilha, no município de Itaquirai de propriedade de Augusto Bulle. [...]” (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 2000, p.88). Nesse contexto, os trabalhadores ergueram uma placa com os símbolos do Projeto Guatambu, os fazendeiros acusaram o governador de incentivar a ocupação, e os trabalhadores exigiram a execução do projeto. No entanto, os fazendeiros chamaram a polícia, que impediu a entrada de mais trabalhadores na ocupação, e “após três dias de acampamento foi feita a retirada das famílias com forte aparato policial da força militar, sendo despejados em área às margens da estrada MS 141 (atual BR 163), próximo ao Rio Itaquirai. [...]”, conforme Fabrini (2008, p. 72). Merece destaque também,

Outra luta importante que se constituiu como base da organização dos camponeses em Mato Grosso do Sul foi aquela realizada pelos arrendatários do município de Naviraí, em 1980. O movimento de resistência na terra foi feito pelos arrendatários que derrubavam as matas e formavam pastagens nas fazendas Entre Rios (40 famílias), Água Doce (40 famílias) e Jequitibá (160 famílias) com a participação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Naviraí. [...] (FABRINI, 2008, p.73).

Essa resistência contou com o apoio do advogado Joaquim das Neves Norte, colaborador da CPT, que conseguiu por meio do poder judiciário, a prorrogação dos contratos de arrendamento por mais um ano, argumentando as irregularidades existentes no caso, após isso, pediram a expropriação da área para reforma agrária com fundamentação no Estatuto da Terra. Os fazendeiros soltaram cerca de 5.000 cabeças de gado na área demandada, destruindo o que os trabalhadores haviam plantado naquela terra. Depois desses fatos, o advogado foi assassinado no dia 12 de junho de 1981, marcando o alto grau de violência em que estão submetidos os camponeses no Mato Grosso do Sul.

Segundo Dellazeri (1994, p. 21), “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no MS, começa a ser gestado em 1981, nas reuniões e assembleias municipais e estaduais, onde os camponeses trocavam suas experiências de lutas. [...]”. Começando com uma comissão estadual, onde sindicatos e religiosos eram as referências da organização. “Mas é a partir de abril de 1982, que começa a estratégia de luta. [...]” (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 2000, p. 39). Inicialmente os trabalhadores imaginavam que um abaixo-assinado poderia convencer as autoridades estaduais e federais a fazer a reforma agrária no MS, essa decisão foi tomada em um

encontro estadual nos dias 3 e 4 de abril, no município de Glória de Dourados. No mesmo encontro, em que foi criada a Comissão Estadual dos Sem Terra, com 11 membros e 11 suplentes, representando os 11 municípios onde o abaixo-assinado foi realizado. A ela caberia entregar o documento ao governador e ao INCRA, e a partir daí coordenar as atividades do Movimento dos Sem Terra no Estado.

A atuação da CPT no MS não era isolada, esse processo de organização da luta pela terra, estava acontecendo em vários estados do Brasil. Havia encaminhamentos de realizar encontros regionais interestaduais, “[...] O primeiro encontro regional aconteceu na cidade de Medianeira - PR, nos dias 9 a 11 de julho de 1982 e reuniu cerca de 100 agricultores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.” de acordo com Fernandes (1999, p. 65). Conforme entrevista com Carlos Aparecido Ferrari, da coordenação estadual do MST-MS, ele foi um dos participantes do encontro que aconteceu em Goiânia-GO nos dias 23 a 26 de setembro, onde haviam 16 estados presentes.

Foi quando surgiu a ideia de se criar o MST. Foi formado uma comissão que dentro do encontro que se reuniu pra tirar uma proposta de encaminhamento concreto pra. Pra fechamento do encontro e nessa comissão, eu participei repetindo em mil novecentos e oitenta e três em Goiânia, numa no Instituto da Igreja lá em Goiânia. Da primeira articulação, então pra criar o MST, onde saímos com uma data definida pra janeiro de mil novecentos e oitenta e quatro em Cascavel no Paraná, pra fazer o encontro de criação do MST. (FERRARI, 2020).

Nesse mesmo ano, ocorre a primeira reunião do MST no MS, no dia 30 de novembro, no município de Taquarussu. Sendo que no final deste ano, o MST se encontra em 20 municípios, conforme Dellazeri (1994). Nessa reunião, “[...] elaboraram um documento em nome do Movimento Sem Terra do Mato Grosso do Sul e encaminharam ao governo, reivindicando o assentamento imediato. Não conseguiram nenhum tipo de acordo: só promessas. [...]” (FERNANDES, 1999, p. 62). Esse foi o primeiro documento elaborado pelo MST-MS. Nesse momento, a ocupação foi se tornando a alternativa que restava.

Em janeiro, com a reunião da coordenação nacional provisória que havia sido formada no ano anterior em Goiânia-GO e o encontro da Regional Sul no mês de fevereiro em Chapecó-SC fortaleciam a perspectiva de formação do movimento dos

sem terra. Nesse momento, os Sem Terra do MS tinham ainda certa ilusão com as eleições estaduais que elegeram o governador Wilson Barbosa Martins do (PMDB) em março. Após alguns encontros, reuniões e assembleias, enviam uma carta ao governador em agosto manifestando solidariedade ao *peemedebista* eleito. No entanto, no mês de outubro ocorreu o despejo dos arrendatários das Fazendas Entre-Rios e Jequitibá no Sul do estado, situação que se arrastou por muito tempo e finalizou com a transferência de 59 famílias para Colíder-MT, onde foram deixadas em péssimas condições. Assim, quando da assembleia de lavradores e da CPT no mês de novembro, o tom da nova carta enviada ao governador foi outro, o da decepção. Esse processo de 1983, foi o rompimento das medidas diplomáticas, tomadas pelos trabalhadores, que esperavam, que fosse possível resolver questões agrárias por meio das instituições do Estado no MS.

Dessa forma, entramos em outro momento da luta pela terra no MS e no Brasil. Havia sido feito em agosto um levantamento realizado pela CPT em que constava “[...] mais de 1.200 famílias de arrendatários, nos municípios de Eldorado, Naviraí, Jateí e Taquarussu, sendo que muitas delas com contrato vencido e outras com contrato a vencer no ano seguinte, estavam sem ter para onde ir. [...]”, assim como, 1.200 famílias dos ribeirinhos de Mundo Novo a Três Lagoas, que estavam sendo atingidos pelas barragens de Porto Primavera e de Ilha Grande, em construção naquele ano. (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 2000, p. 92).

Foram várias reuniões entre sem terra que faziam luta em seus estados, até que fosse realizado o primeiro Encontro Nacional que ocorreu entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel (PR), reunindo cerca de 85 trabalhadores rurais que ajudavam a organizar ocupações de terra em 11 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia e Acre, além de representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Pastoral Operária de São Paulo.

Desse encontro, saiu um documento final, relatando informações sobre o próprio encontro, assim como sobre a realidade daquele momento, das lutas (já com

um posicionamento de classe do MST), das vitórias recentes que animavam a dar continuidade e amplitude ao Movimento, fazendo por fim, uma conclamação para com a unidade da luta pela terra, e da identidade Sem Terra.¹⁵

Os participantes do primeiro encontro nacional, saíram com a tarefa de realizar um Congresso Nacional, voltando para suas regiões para organizar essa próxima etapa do movimento, “Durante o ano de 1984, vários encontros estaduais e reuniões foram realizados para a organização do Congresso. Os sem-terra contaram com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e da Central Única dos Trabalhadores.” (FERNANDES, 2000, p. 88).

Nos dias 22 a 24 de março no município de Fátima do Sul-MS aconteceu um Encontro sobre Reforma Agrária, “É neste contexto que se fala que uma das formas de fazer Reforma Agrária é fazendo ocupações de Terra, porque é uma maneira mais fácil de organização e taticamente representa um ataque aos inimigos.” Haja vista, que todas as tentativas feitas anteriormente não haviam dado nenhum resultado positivo, como os abaixo-assinados, as cartas, as audiências com as autoridades competentes estaduais e federais. Diante dessa conjuntura, no dia 28 de abril de 1984 ocupam a Fazenda Idalina no município de Ivinhema. “Para esta ocupação vão quase todas as lideranças do Movimento dos Sem Terra, e todas as atividades estão voltadas para a ocupação e posteriormente para o acampamento na Vila São Pedro, em Dourados.” (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 2000, p. 41). O Dirigente Estadual do MST-MS João Luís de Lima, foi um dos militantes que participou de todo esse processo da origem do MST no Mato Grosso do Sul, que nos conta como foi esse momento,

A questão da luta do MST quando a gente entrou, quando começou ela foi em 83 lá em Mundo Novo e aí foi via CPT e a gente começou a fazer as reuniões para fazer a ocupação em Ivinhema que é a área Santa Idalina e aí nós tinha em Mundo Novo trinta e poucas comunidades a gente foi fazendo as reuniões todas elas e formando as liderança pra fazer a ocupação e fizemos um monte de trabalho e aí as reuniões era nas comunidades depois centraliza as direções em Glória de Dourados e aí tinha o sindicato, tinha a CPT e aí e os outros municípios que foi 11 município que fez o trabalho, que fez ocupação em oitenta aí fez esse trabalho em 83 o ano inteiro. Aí retirou as liderança nos município que foi 11 município ali na região de Ivinhema, Dourados também, aí a gente fez o debate lá em Glória e todos eles em que

¹⁵ Relatório do 1º Encontro Nacional do MST, 1984, p.19, *apud* Fernandes (2000, p.82).

foi de articulação fizemos uma visita na área né com grupo de companheiros da coordenação pra acontece a ocupação o trabalho foi feito dia 28 de abril de 84 né e isso antes também a gente tinha feito um preparo a gente foi no congresso lá em Cascavel com a liderança de 5 (de sindicato) que foi o encontro também da articulação do movimento pra acontece o primeiro congresso que foi em Curitiba em 85 né mas é a ocupação, a gente fez isso antes, depois que a gente conseguiu fazer esse congresso e aí a gente fez o trabalho como despejado [...]. (LIMA, 2020).

A ocupação da Fazenda Idalina foi realizada por cerca de 1000 famílias de Sem Terra. O Governo de Wilsom Barbosa Martins, deslocou força policial para a expulsão dos Sem Terra da área, o que aconteceu depois de alguns dias com o despejo das famílias que foram jogadas em frente à igreja católica da cidade de Ivinhema-MS, por meio da intervenção do bispo da região Dom Teotardo.

Com isso, houve uma redução de praticamente 1000 para 500 famílias que acamparam na Vila São Pedro no município de Dourados-MS, em uma área cedida pela igreja.

[...] Enquanto uma comissão de 30 trabalhadores acampa na Praça do Rádio, na Capital do Estado, a fim encaminhar negociações e chamar a atenção da opinião pública. O então prefeito de Campo Grande, Lúdio Coelho, em resposta às reivindicações dos camponeses, manda despejar na praça caçambas de terra e água deixando-a cheia de lama, dizendo: “Vocês querem Terra? Então tomem!” (DELLAZERI, 1994, p. 22-23).

Após 5 meses acampadas, as famílias foram transferidas para o assentamento Padroeira do Brasil, no município de Nioaque, com 5 hectares por família. “No mês de setembro de 1984, são transferidos para a gleba Padroeira do Brasil (ou “Gleba Venceremos” como queriam os acampados), entre 468 a 476 famílias em lotes provisórios [...]”. Com promessa de que em no máximo um ano seria decidido quem permaneceria na área e quem seria transferido para outro assentamento.

Padroeira do Brasil: criado em 1984 pelo governo estadual (TERRASUL), localizado no município de Nioaque, área de 2.200 hectares. O projeto de assentamento Padroeira do Brasil foi consequência da luta e ocupação de terra ocorrida em 28/04/84, na fazenda Santa Idalina, em Ivinhema. Portanto, é fruto da histórica luta dos sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul. Inicialmente veio em caráter provisório e recebeu 468 famílias em lotes de 05 a 10 hectares. (ALMEIDA, 2003, p. 130, grifo da autora).

Com isso, podemos dizer que a ocupação de Santa Idalina foi a primeira ocupação realizada pelo MST-MS já como movimento nacional, e o Projeto de

Assentamento Padroeira do Brasil, foi o primeiro assentamento conquistado pelo MST-MS. Mesmo, sem deixar de reconhecer a grande influência e apoio da CPT-MS, que até esse momento se confundia com os Sem Terra, seja como agentes e lideranças, seja nas comissões, ou mesmo dentro do movimento como acampados e assentados, como dissemos antes e de acordo com outros autores e com a própria CPT e MST, é praticamente impossível separar a história do MST e da CPT até esse período.

4.1.2 Assumindo o protagonismo da luta pela terra (1985-1989)

Após um ano de muito trabalho de base¹⁶ e após o primeiro Encontro Nacional em Cascavel-PR, aconteceu o 1º Congresso Nacional do MST, foi realizado nos dias 29 a 31 de janeiro de 1985 em Curitiba (PR), tendo como palavra de ordem “terra para quem nela trabalha”, esse congresso reuniu 1500 delegados de 13 estados do Brasil. Também, foram utilizadas as palavras de ordem “Sem reforma agrária não há democracia” e “Ocupação é a única solução”. (GASPARIN, 2017) Neste ano, o presidente era José Sarney, que na verdade foi eleito como vice de Tancredo Neves, com a morte repentina deste, foi Sarney o presidente do Brasil, após o período de ditadura expressa, e início da “redemocratização”. Para os Sem-terra, a “redemocratização” não significava um relaxamento da luta pela terra, no entanto, era um indicativo de que a reforma agrária deveria ser incluída nesse processo, o que vinculava esse momento histórico com o lema do congresso “Sem reforma agrária não há democracia”, e a outra palavra de ordem tática indicava a continuidade e firmeza da luta, “Ocupação é a única solução”.

No Mato Grosso do Sul, chega o primeiro grupo de brasiguaios de forma organizada. Que, com cerca de 950 famílias acampam em Mundo Novo, e 6 meses depois, em dezembro, são transferidos, para Ivinhema, na mesma área que havia sido ocupada no ano anterior e que agora estava sendo desapropriada pelo INCRA, “[...] no ano seguinte o grupo é assentado na gleba Santa Idalina em Ivinhema, que tinha

¹⁶ O trabalho de base – É a maneira como o MST dialoga com sua base de trabalhadores, inicialmente por meio de reuniões onde discutem a realidade vivida dessas pessoas, suas expectativas e esperanças, para buscarem alternativas possíveis de conquista de direitos e de dignidade, de forma coletiva e organizada.

sido ocupada, e o assentamento passa a se chamar Novo Horizonte, emancipado como município, em 92, com o nome de Novo Horizonte do Sul.” (DELLAZERI, 1994, p. 23).

No dia 14 de junho de 1985, em torno de mil famílias brasiguaias acamparam no município de Mundo Novo. [...]. No mês de julho, cento e quarenta e quatro famílias brasiguaias formaram novo acampamento no município de Sete Quedas. O governo estadual e os prefeitos criticavam o MST e a CPT por estarem incentivando o retorno dos brasiguaios. [...] (FERNANDES, 1999, p. 140-141).

Podemos dizer que o Assentamento Novo Horizonte do Sul foi conquistado com a participação direta do MST, assim como da CPT do MS. Nesse caso poderíamos considerar como o segundo assentamento conquistado pelo MST-MS.

Os demais assentamentos criados em 1985 foram advindos de várias lutas e conquistas em diversas regiões do MS, o que aconteceu foi que as autoridades juntaram vários acampados de lugares e origens diferentes em projetos de assentamento sempre sem estrutura e assistência, o que gerou muitos problemas como falta de água, terra em condições ruins para o plantio e conflitos internos entre os novos assentados.

Nos dias 16 e 17 de março de 1985, o MST-MS com apoio da CPT realiza o primeiro Encontro Estadual dos Assentados no MS, no Centro Diocesano do município de Jardim, “A primeira fase da *Luta Pela Terra*, que é a conquista de um pedaço de chão está sendo concretizada. No entanto, da luta pela terra passa-se à *Luta Na Terra*. É uma experiência nova de trabalho para os assentados e para as entidades que apoiam. [...]”. Os participantes deste I Encontro Estadual dos Assentados do MS, “[...] com exceção da Gleba Padroeira do Brasil, os assentados dos demais projetos (Urucum, Tamarineiro, Sucuriú, Retirada da Laguna e Jupιά) são ilhéus e ribeirinhos.” (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 2000, p. 44, grifos dos autores).

É importante destacar esse ponto da organização do MST-MS, pois a partir de 1985 em diante já é possível separar as ações da CPT e do MST, o que até então é praticamente impossível. Isso não quer dizer que cada um foi para um lado, e sim que

o MST conquistou sua autonomia, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O 2º Encontro Nacional do MST, aconteceu entre os dias 15 a 19 de dezembro de 1985, em Mogi das Cruzes (SP), “quando fez uma avaliação geral das lutas em desenvolvimento e dos planejamentos das atividades.” (FERNANDES, 1999, p. 174). No ano de 1986, “Em abril, no 2º Encontro Nacional dos Assentados¹⁷, em Cascavel no Paraná, a conclusão foi a de que todos os 70 assentamentos existentes no Brasil haviam sido conquistados através da organização e luta dos trabalhadores e da decisão de fazer ocupações em massa.” (MORISSAWA, 2001, p.143).

No dia 14 de maio de 1986, Ramez Tebet (PMDB), vice-governador, sucede o governo estadual de Wilson Barbosa Martins (PMDB) no MS, permanecendo no governo do estado por 10 meses, até a eleição de Marcelo Miranda do mesmo partido.

Outro importante acontecimento em 1986 no MS, foi a fundação da CUT-MS, os responsáveis pela criação da CUT-MS eram em sua maioria sindicalistas rurais, haja vista que, “para o II Congresso Nacional da CUT, o MS levou cerca de 70 trabalhadores, dos quais 50 são rurais.” (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 2000, p. 29). Esse fato é importante pela parceria levada entre o MST e CUT-MS, até os dias atuais, muitas vezes com articulações conjuntas, de ocupações, acampamentos, assentamentos, manifestações, encontros, reuniões, etc.

O MST-MS estava se tornando cada vez mais autônomo. Com relação a CPT as parcerias continuavam, porém, em linhas diferenciadas, apesar da mistura CPT/MST nunca terem sido totalmente separadas,

Uma luta que vai ser assumida pelo Movimento é com relação aos Brasiguaios, com a realização de vários seminários Binacionais. Enquanto a CPT vai acompanhando a maioria das ocupações, muitas vezes com o Movimento, mas vai dar uma atenção muito especial aos assentamentos através da assessoria às associações e as negociações de reivindicação dos assentados, promovendo articulação dos assentamentos. (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 2000, p. 43).

¹⁷ Havia uma proposta de separação do movimento somente para os assentados, que logo foi descartada (MORISSAWA, 2001).

Nesse contexto, o MST e a CPT, realizaram o II Encontro Estadual dos Assentados, a representatividade aumentou de 6 para 9 projetos de assentamentos representando aproximadamente 2.500 famílias neste ano. Entre as propostas tiradas no encontro estava a formação de associações em todos os assentamentos; até porque era uma exigência do estado para o repasse de recursos aos assentamentos, uma exigência que nem sempre vinha com as contrapartidas prometidas.

Nesse período, “desde setembro de 1985, no entanto, o governo do Estado do Mato Grosso do Sul proibira novos acampamentos e, em março de 1986 passa a exigir atestado de moradia de dois anos naquele Estado para assentar acampados.” Conforme Sprandel (1992, p. 80).

No ano de 1986, em toda a Região do Cone-Sul do Estado (Caarapó, Jatei, Eldorado, Dourados, Sete Quedas, Bataguassu, Glória de Dourados e etc...), surgem vários acampamentos reunindo 660 famílias da Região de Paloma, no Paraguai, tentam regressar e iniciam acampamento em Mundo Novo. Mas são violentamente reprimidas ainda dentro do Paraguai. Apenas 300 famílias conseguem chegar e são despejadas pelo prefeito da cidade, no município vizinho de Eldorado, onde ficaram acampadas por quase 1 ano, até serem assentadas na Gleba Marcos Freire, em Dois Irmãos do Buriti. Na mesma época outro grupo de 400 famílias brasiguaias conseguem atravessar furar o bloqueio da fronteira paraguaia com o município de Sete Quedas, onde acampam. Após a ocupação, foram assentadas, na fazenda São José, já desapropriada pelo INCRA. (DELLAZERI, 1994, p. 23-24).

Por isso, para os brasiguaios, “[...] A tática de organizar-se em conjunto com os *sem terra* do Estado do Mato Grosso do Sul, iniciada por aquelas famílias que acamparam em Eldorado, em abril de 1986, parecia um novo caminho de retorno ao país, e de acesso a terra.” (SPRANDEL, 1992, p. 81, grifo da autora).

Entre os dias 19 a 23 de janeiro de 1987, houve o 3º Encontro Nacional do MST, em Piracicaba (SP). “Participaram em torno de duzentas pessoas, representando dezoito estados.” (FERNANDES, 1999, p. 175). Foi nesse encontro que se escolheu a bandeira do Movimento.

Ainda no início de 1987, a situação crítica nos assentamentos fazia emergir uma consciência de que a luta pela terra não termina com a conquista do lote, é apenas o começo. Existia uma pressão tanto do governo, quanto dos latifundiários

para que os assentamentos fracassassem, isso foi um dos motivos que levaram os movimentos a implantar a cooperação nos assentamentos.

No dia 15 de março de 1987, assumiu o Governador Marcelo Miranda (PMDB) no Mato Grosso do Sul, “O Governo Marcelo Miranda, fechou a fronteira do Brasil com o Paraguai para impedir o regresso de mais brasiguaios e declarou na imprensa que “brasiguai vai ter que comer brasiguai com farinha”, pois no seu governo não os atenderia.” Isso deixa claro que mesmo após a ditadura militar, a política fundiária no MS não foi alterada, pois a mesma classe latifundiária que mantinha o poder antes, se manteve dominante como oligarquia no poder, o que não mudou até os dias atuais. (DELLAZERI, 1994, p. 24).

No ano de 1987, 13 acampamentos organizados por vários movimentos, em 12 municípios, são transferidos para um Projeto de Assentamento Estadual provisório, PA Marcos Freire, no município de Anastácio, na área da Fazenda Santo Inácio, com data de criação em outubro e capacidade para 187 famílias, em uma área de 5.269,0403 hectares. Foi mais uma manobra do governo estadual, de acabar com os acampamentos do que outra coisa. Nesse caso a coordenação do assentamento era mista, conforme Almeida (2003). Sendo assim, não podemos dizer que foi uma conquista do MST, ou que era organizado pelo MST, já que amontoaram 13 acampamentos nesta pequena área, no entanto, podemos dizer que foi uma conquista conjunta dos movimentos que existiam na época, com participação do MST-MS, apesar de ter sido uma manobra de “limpeza” do governo estadual, que não poderia ter bons resultados, como podemos ver, até mesmo pela forma como foi feita.

Em uma entrevista concedida ao Jornal Sem Terra (JST) um dos membros da executiva Nacional do MST que atuava no estado de Santa Catarina na época, responde à duas perguntas que representam a situação em outras partes do Brasil e no Mato Grosso do Sul, *in verbis*,

Sem Terra – Qual sua avaliação da luta pela terra durante o ano de 1987?
Egídio – Nós do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra conseguimos dar uma direção à luta. Avançamos bastante. O movimento expandiu. Houve um crescimento e amadurecimento das lideranças nos estados, a nível nacional, e nas formas de luta. Por isso, as ocupações e as

conquistas que aconteceram foram consequências diretas da luta e da organização dos trabalhadores.

Sem Terra – Como os governos estaduais têm se comportado em relação às novas ocupações?

Egídio – nós avaliamos que com as eleições, o quadro político iria se fechar mais. Tivemos a comprovação disso em 86. Foram escolhidos 22 governadores do PMDB e um do PFL. O poder se sentiu fortalecido para não abrir qualquer canal de negociação e mesmo para desmontar o Plano Nacional de Reforma Agrária. Agora, a maior prova de como foi o tratamento dos governos estaduais em relação às novas ocupações está em Santa Catarina. No dia 30 de outubro realizamos a maior ocupação de terras do Brasil e da América Latina. Participaram mais de 3 mil famílias. Nenhum canal de negociação foi aberto. Hoje é a UDR (União Democrática Ruralista) quem dá a linha política. Nos despejos, estavam presentes mais de mil policiais, cedidos pelo governador do estado Pedro Ivo Campos, mas também lá se encontravam fazendeiros da UDR comandando pistoleiros. A ordem é desmontar os acampamentos para acobertar toda uma situação de miséria existente e não reconhecer a capacidade de organização dos trabalhadores. (BRUNETTO, 1987, p.17, grifos do original).

Essa situação descrita por Brunetto foi presenciada no Mato Grosso do Sul, não só nesse período como ela se arrasta pelos anos seguintes, fazendo vítimas de muita violência, inclusive vários assassinatos de lideranças Sem Terra e Indígenas, foram violentamente vítimas de homicídios, torturas, despejos e outras formas de violência que estão gravadas na memória de muitos povos do campo. Tudo isso com acompanhamento, aval e proteção de instituições do Estado brasileiro, que fornecem além do aparato policial nessas ações, manobras para camuflar os responsáveis e manter impunes até mesmo assassinos confessos.

No ano de 1988, em Piracicaba, SP, entre os dias 25 a 29 de janeiro, foi realizado o 4º Encontro Nacional do MST, onde houveram as seguintes deliberações:

- ocupar latifúndios produtivos e improdutivos acima de 500 hectares;
- participar efetivamente das eleições de 15 de novembro para eleger o maior número de trabalhadores;
- priorizar cursos de formação de militantes;
- reestruturar e criar as comissões internas dos assentamentos;
- priorizar a organização dos jovens e mulheres em todos os níveis dos assentamentos;
- buscar a autossustentação dos assentamentos como meta prioritária;
- rearticular a equipe nacional de cooperação agrícola e intensificar o intercâmbio entre as diversas experiências de cooperação agrícola;
- intensificar o programa popular de educação primária e implementar a alfabetização de adultos. (MORISSAWA, 2001, p. 144).

Isso demonstra e deixa evidente a preocupação do MST com a educação, formação, cooperação, processos que foram se aperfeiçoando ao longo de sua história, entre erros e acertos, porém, com acertada persistência nesses caminhos.

Em 1988 no Mato Grosso do Sul, foi ocupada a Fazenda Monjolinho, no município de Anastácio, com a participação de 150 famílias, no mês de agosto. E no mês de dezembro, foi conquistado o Projeto de Assentamento Monjolinho, com capacidade para 157 famílias, em uma área de 9.535,2207 hectares.

No ano de 1988, um grupo de 70 famílias, do Assentamento Marcos Freire ocupam a fazenda Monjolinho, no município de Anastácio/MS. Juntam a esse grupo 150 famílias do assentamento Padroeira do Brasil e são assentadas nesse mesmo ano. Devido ao acesso de famílias no Monjolinho, 30 foram assentadas em Capão Bunito, município de Sidrolândia/MS. Ainda em 88, foram transferidas do Marcos Freire 150 famílias para o assentamento Taquaral, município de Corumbá; 70 famílias para o assentamento casa verde, em Nova Andradina. Em Marcos Freire permaneceram 180 famílias. (DELLAZERI, 1994, p. 24).

Podemos perceber uma trajetória que liga a ocupação de Santa Idalina, com o Assentamento Padroeira do Brasil, com a ocupação da Fazenda Monjolinho e a conquista do PA Monjolinho, essa ligação é especializada pelas 150 famílias do PE¹⁸ Padroeira do Brasil assentadas no PA Monjolinho. São essas famílias que têm elo com o MST-MS, e por isso, se pode considerar esse PA como conquista do MST-MS também, mesmo que o governo tenha insistido na tática de amontoar vários acampados de diversas origens em espaços difíceis de acomodá-los.

Isso não quer dizer que o MST-MS permaneceu coordenando e acompanhando todos os assentamentos que teve participação ativa em sua conquista, neste momento estamos falando da conquista, dos resultados da luta pela terra do MST-MS, em alguns casos as coordenações foram mistas, em outros perdeu-se o vínculo com passar do tempo, são muitos fatores que interrompem o processo de territorialização da luta pela terra, em alguns períodos a prioridade do MST-MS foi seguir na organização dos acampamentos e ocupações, em outros no desenvolvimento dos assentamentos, em alguns a CPT assumiu projetos de desenvolvimento com os assentados, ao longo do texto, vamos tentar precisar o que

¹⁸ Projeto de Assentamento criado pelo governo estadual e reconhecido pelo INCRA.

for possível para dar uma compreensão desse processo de territorialização do MST-MS.

4.1.3 A construção do plano nacional (1990-1994)

No início de 1989, em Campinas (SP), entre os dias 27 de fevereiro a 3 de março, foi realizado o 5º Encontro Nacional do MST, nesse encontro se definiu as normas gerais dos assentamentos e o hino¹⁹ do MST.

Nesse encontro, foi apresentado o 1º Plano Nacional do MST²⁰, para o período de 1989 a 1993, com uma análise do desenvolvimento do capitalismo no campo, onde se discutia a terra, os meios de produção e o mercado, a burguesia no meio rural, os trabalhadores no meio rural, nota-se a luta de classes presente já no primeiro plano em análise. Também consta nesse plano, informações sobre a luta pela reforma agrária, sobre os desafios da luta pela reforma agrária, das alianças, da luta pela terra, e das perspectivas para o movimento de 1989 a 1993, externamente e internamente. Por outro lado, na eleição presidencial de 1989 foi eleito o candidato Fernando Collor de Melo (PRN), que tinha como objetivo, instalar um programa neoliberal para o Brasil, reduzindo as ações do Estado e fazendo uma abertura econômica do país para o mercado, com privatizações, financeirização, entre outras propostas.

No ano de 1989 em Mato Grosso do Sul, temos registros de ocupações realizadas pelo MST-MS, uma na Fazenda Itasul, no município de Itaquiraí, com a participação de 1.200 famílias; uma na Fazenda Santa Lúcia, no município de Jateí, com a participação de 600 famílias; e outra nas Fazendas Mercedina, São Luiz e São João, no município de Batayporã, com a participação de 750 famílias. Essas ocupações foram nos meses de fevereiro, outubro e novembro, respectivamente.

O MST reivindicava o assentamento das famílias na Itasul e nas negociações com o Incra foi feito um acordo, em que as sem-terra saíam da área enquanto tramitava o processo de desapropriação. O acampamento foi transferido para a cidade de Itaquiraí. No dia 18 de maio de 1989, o latifúndio foi declarado de interesse social para fins de reforma agrária por meio de decreto do presidente da República. Todavia, como o Incra demorou para se imitir na posse, as famílias reocuparam a fazenda em 14 de junho, onde foram

¹⁹ Composição de Ademar Bogo, música do maestro Willy Oliveira.

²⁰ MST. Plano Nacional do MST: 1989-1993. Caderno de Formação nº 17. São Paulo: MST, 1989.

assentadas com a implantação do Projeto Indaiá. [...] (FERNANDES, 1999, p. 143).

Com isso, podemos dizer que o Projeto de Assentamento Indaiá, criado em 20 de outubro de 1989, no município de Itaquirai, com capacidade para 633 famílias, foi uma conquista do MST-MS, em sua aguerrida luta pela terra e faz parte de seu processo de espacialização e territorialização.

Houveram também ocupações nas fazendas Santa Lúcia em Jateí-MS, com 900 famílias de vários municípios do estado, nessa ocupação que foi no mês de outubro,

O Governo reagiu com rapidez. O juiz de Direito da Comarca de Fátima do Sul/MS, Wilsom Vieira Loubet, concedeu a reintegração de posse ao fazendeiro, Domingos Vieira e Silva, após 5 dias de ocupação o mesmo juiz despachou 2 oficiais de justiça, acompanhado por mais de 300 policiais, armados com metralhadoras, fuzis, revólveres e bombas de efeito moral, para despejar as famílias da área ocupada. Enquanto a PM fazia manobras para atacar os trabalhadores, os fazendeiros da UDR, davam cobertura total com aviões, viaturas, alimentação, comunicando-se ainda, com as autoridades na Capital, mantendo-as bem informadas do despejo. Cercadas por todos os lados, os sem terra não tiveram outra alternativa, a não ser deixar a área e acampar na rodovia Ivinhema-Nova Andradina. (DELLAZERI, 1994, p. 26).²¹

Com muita violência também foram despejados, os sem terra que ocuparam as Fazendas Mercedina, São Luiz e São João, no município de Bataiporã, todas do mesmo proprietário, com a participação de 750 famílias, “[...] dezenas de barracos foram queimados, objetos destruídos e muitos trabalhadores feridos, inclusive baleados. A violência continuou depois do despejo.”, foi a primeira ocupação no mês de novembro, de outras que advieram nos anos seguintes até a conquista da área para fins de reforma agrária. (DELLAZERI, 1994, p. 27).²²

O MST realizou em 1989 um número de ocupações jamais alcançado no espaço de um ano. Foram 62 ocupações que mobilizaram 17.589 famílias (aproximadamente 100 mil trabalhadores). Pela primeira vez, todos os estados onde o Movimento está organizado realizam ações num mesmo período. A maioria das ocupações foram vitoriosas. A determinação na resistência de massas, possibilitou o triunfo dos trabalhadores. Em relação a 1988, o MST dobrou seu potencial de mobilização. Naquele ano foram realizadas 30 ocupações em 10 estados que envolveram 5.956 famílias. Das ocupações deste ano, apenas 13 foram feitas com menos de 100 famílias. A média foi de 300 famílias. Este é um dado que mostra o

²¹ “Entrevista com Leonice Tiburcio Freire, militante do MST/MS, Abril/94.”

²² “Entrevista com José Batista dos Santos.”

elevado nível de massificação das ocupações que sem dúvida é o principal fator de êxito das ações do MST. (MST, 1989, p. 10).

Esse saldo do MST no Brasil agora com atuação em 18 estados e movimentando cerca de 100 mil famílias era um salto histórico do movimento para sua consolidação na luta pela reforma agrária, esses reflexos também foram evidenciados no Mato Grosso do Sul, já que em 1988 podemos confirmar uma ocupação conjunta na Fazenda Monjolinho em Anastácio com 150 famílias e em 1989 quatro ocupações em 3 municípios do estado com a participação de mais de 2.500 famílias.

No MS, após o despejo da Fazenda Santa Lucia no dia 24 de dezembro de 1989, foi feita uma reocupação em janeiro/fevereiro de 1990, que durou mais de 20 dias até o próximo despejo. Depois ocuparam a Fazenda São João/São Luis, por 15 dias e sofrem o quarto despejo, voltando a acampar próximo a cidade de Bataiporã, na rodovia que vai para Nova Andradina. Nesse processo houve uma divisão de grupos, o que resultou em 3 acampamentos diferentes. Um deles se vinculou a FETAGRI, outro com o MST-MS, e o terceiro sem nenhum vínculo direto. Outra ocupação que aconteceu no início de 1990 foi na Fazenda São Manoel, no município de Anastácio com a participação de 181 famílias, essa ocupação teve uma participação mista entre os sem terra, sindicatos e CPT.

O MST organizou a ocupação do Taquaralzinho no município de Bonito, com trabalhadores dos municípios de Bodoquena, Miranda e Anastácio, participaram cerca de 120 famílias, “[...] permanecem ocupando a área por 15 dias. Nesse ínterim, devido a situação de fome dos ocupantes, saqueiam um caminhão de frango da Sadia. A polícia invade o acampamento e espanca alguns companheiros. [...]” (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 2000, p. 141). Após o despejo, acamparam às margens do Rio Miranda.

No dia 15 de março de 1990 assume o Governo Federal Fernando Collor de Melo (PRN), com Itamar Franco (PMDB) como seu vice-presidente, isso encerra o período do Governo de José Sarney na presidência da república, que durante seu governo de 1985-1989, criou 19 assentamentos rurais no Mato Grosso do Sul. No entanto, das metas estabelecidas no I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), não foram realizadas nem 10%.

Conforme estabelece o PNRA, o Estado de Mato Grosso do Sul tinha como meta o assentamento de 41.200 famílias no quadriênio 1986-1989, com a desapropriação de 1.480,000 hectares. Seguindo o mesmo destino do PNRA, projeto que foi engavetado em 1987, sem cumprir nem 10% das metas, o PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária – assentou apenas 10,02% (4.130 famílias) do previsto. Foram 16 assentamentos implantados. (ALMEIDA, 2003, p. 133).

A diferença entre um Projeto de Assentamento criado e um Projeto de Assentamento implantado é que no implantado se avança na divisão dos lotes, instalação das famílias e início dos primeiros créditos da reforma agrária, por isso, pode aparecer diferenças de números a depender da etapa da qual se está tratando, o terceira etapa é a da estruturação²³. (INCRA, 2020)

Nessa conjuntura, ocorreu o 2º Congresso Nacional do MST, que foi realizado em Brasília (DF), nos dias 3, 4 e 5 de abril de 1990, com a palavra de ordem “Ocupar, Resistir e Produzir”. O movimento tinha consciência que sua principal ferramenta de luta são as ocupações, como forma de denúncia dos latifúndios improdutivos, como forma de conscientização da classe trabalhadora e como forma de diálogo com a sociedade, por isso a palavra ocupar. Como à medida em que o movimento se territorializava, aumentava a repressão contra os Sem Terra, repressão por meio da violência dos latifundiários e suas milícias, por meio da polícia a serviço do Estado burguês, por meio do judiciário criminalizando as ações e os militantes do movimento, por isso a palavra resistir. Em meio a tudo isso, as famílias que haviam sido assentadas se encontravam sem amparo para viabilizar sua autossustentação, sem assistência técnica ou financeira, o movimento devia pensar meios para resolver essa problemática que poderia afetar de maneira drástica novos resultados positivos, seja reduzindo o ânimo do povo em luta, ou demonstrando para a sociedade que a reforma agrária não dá certo, por isso a palavra produzir estava na ordem do dia, para pensar em formas eficazes de garantia da produção e autonomia dos assentados, assim como do movimento como um todo.

Segundo Dellazeri (1995, p.27), no dia 12 de julho de 1990, 150 famílias do Sul do MS, da fronteira com o Paraguai, a maioria brasiguaias, ocuparam a Fazenda

²³ Na etapa de estruturação do PA se avança para a construção de casas; abertura de estradas; energia elétrica; créditos produtivos e assistência técnica.

Urtigão, no município de Tacuru. Alguns dias depois, a partir da presença de policiais, e de inspeção judicial, mesmo vindo a situação de calamidade das famílias, foi executada a reintegração de posse, fazendo com que os Sem Terra, acampassem na rodovia que liga Tacuru a Sete Quedas.²⁴

Em março de 1990, o MST ocupou outro latifúndio no município de Anastácio, na região dos Pantaneais Sul Mato-grossenses. No final de 1990, mil e trezentas famílias organizadas no MST, estavam acampadas e pressionavam o governo estadual e o Incra para a desapropriação dos latifúndios que foram ocupados. Desde a ocupação da Santa Idalina, em 1984, os sem-terra construíram o MST, transformando-o numa importante organização dos sem-terra. O Movimento constituiu seus principais setores, os trabalhadores conquistaram autonomia política e consolidaram o MST-MS. Os acampamentos das famílias nas beiras das estradas e os assentamentos conquistados eram resultados e perspectivas dos trabalhos de cinco anos de luta e resistência. (FERNANDES, 1999, p. 143).

Percebe-se que ao mesmo tempo em que o MST-MS avançava em seu processo de territorialização e na construção de sua organicidade, também aumenta a repressão, e as articulações políticas e econômicas contrárias aos movimentos de luta pela terra, e esse ritmo dos fatos e acontecimentos, com a luta, repressão, conquista e resistência, marcaram os anos da palavra de ordem OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR, como veremos nas próximas páginas.

Os Sem Terra do MST-MS optaram por fazer ocupações massivas nesse período, com objetivo para que todas as famílias acampadas fossem assentadas e não somente uma área fosse conquistada, mas a quantidade suficiente para que todas as famílias Sem Terra fossem assentadas pela reforma agrária.

No curso das experiências, os sem-terra passaram a combinar várias formas de luta. Elas acontecem em separado ou simultaneamente com ocupações de terra. São marchas ou caminhadas, as ocupações de prédios públicos e as manifestações em frente às agências bancárias. Esses atos intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os diferentes órgãos do governo. Pelo desenvolvimento dos procedimentos das práticas de lutas, é possível definir dois tipos de ocupação: ocupação de uma área determinada e ocupação massiva. A principal diferença desses tipos está no fato de que, no primeiro, o tamanho da área é critério para a mobilização e organização das famílias. Dependendo do tamanho da área, pode ser uma ocupação de pequenos grupos ou até numerosos grupos, massificando a luta. No segundo, a mobilização e

²⁴ “[...] As ocupações conjuntas envolvendo camponeses brasileiros vindos do Paraguai e outros residentes no próprio Estado vão caracterizar ainda uma outra mobilização, em julho de 1990, no município de Tacuru (MS).” (SPRANDEL, 1992, p. 434).

organização têm como critério assentar todas as famílias sem-terra, ocupando quantas áreas forem necessárias. (FERNANDES, 2008c, p. 35).

Em fevereiro de 1991, entre os dias 19 e 23, foi realizado em Piracicaba (SP), o 6º Encontro Nacional do MST, nesse encontro foi definida “a necessidade de avançar em quatro grandes frentes: - massificação das lutas; - qualificação dos dirigentes e militantes; - organização; - sistema cooperativista dos assentados.” Essas frentes de atuação, se tornaram necessárias não só nesse momento, mas seguiram sendo retomadas entre os períodos de avanços e retrocessos da luta pela terra, se tornando uma necessidade permanente de reformulação conforme as alterações conjunturais. (MORISSAWA, 2001, p. 148).

Já no dia 15 de março de 1991, assume o governo do estado de Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian (PTB). O governo anterior de Marcelo Miranda (PMDB), foi marcado pela violência contra os Sem Terra, além de muitas promessas não cumpridas, o que deixava pouca alternativa para o MST-MS, a não ser aumentar a pressão por meio das ocupações de terra e manifestações públicas de resistência e luta pela reforma agrária.

Nesse ano de 1991, o MST ocupou 3 fazendas, em 2 municípios, com a participação de 778 famílias. A Fazenda São João, no município de Bonito, com a participação de 105 famílias; a Fazenda Recanto, no município de Taquarussu, com a participação de 360 famílias; e a Fazenda Taquaralzinho, no município de Bonito, com a participação de 313 famílias. Essas ocupações ocorreram nos meses de fevereiro a primeira, e de abril as duas posteriores.

Foi nesse período que o MST passou a articular esses acampamentos para se unificarem e voltarem a fazenda São João, que já estava com decreto de desapropriação. A ocupação da fazenda ocorreu em fevereiro de 91 mas, em 1º de Abril, são violentamente despejadas por 20 policiais federais e 70 policiais militares, que queimaram muitos barracos e pertences dos acampados, e, segundo depoimentos, os acampados foram bastante ameaçados e humilhados. A violência só não foi maior porque o Deputado Estadual “Zeca do PT” chegou ao local. A participação da polícia federal em despejos de sem terra não tem sido frequentes. (DELLAZERI, 1995, p.28).

No dia 1 de abril, 313 famílias ocupam a Fazenda Taquaralzinho, no município de Bonito, depois de um mês e após muita resistência para retardar o despejo executado por 400 policiais. Os Sem Terra chegaram a derrubar árvores e jogar

pregos na estrada, o que possibilitou que ganhassem tempo. Mas com o despejo as famílias foram levadas para a estrada entre Anastácio e Bonito, próximo ao Rio Miranda.

Em maio entre os dias 01 a 18, o MST-MS, participa da Marcha contra o Plano Collor e Pela Terra. Após a marcha, e em negociação com o INCRA-MS, o MST ocupou a Fazenda Recanto, no município de Taquarussu. Outrossim, após mais um despejo, voltam às margens da rodovia.

Em 30 de julho de 1991, desassistidos pelos órgãos governamentais e com muitas dificuldades, os acampados decidem por fazer um saque de alimentos. Apreenderam um caminhão de boi e abateram 09 cabeças, e distribuiu-se a carne entre as famílias. No dia seguinte 150 policiais chegaram ao acampamento para fazer a “ocorrência”, ou melhor, o chamado “pente fino”. Todas as ferramentas (facas, machados, foices e enxadas) foram apreendidas, e 11 pessoas foram presas. São elas: Laurentina dos Santos, Antônio Pinheiro, Márcio Bissoli, Valdecir, Jorge Rosa Souza, Célia, Carlos, Eliseu, Fermino. Na delegacia de Anastácio foram submetidos a fortes torturas. Permaneceram presos por 05 dias e são libertados somente após pressão da sociedade civil organizada. (DELLAZERI, 1995, p.30-31).

O governo estadual de Pedro Pedrossian, também foi marcado pela violência institucionalizada contra os trabalhadores rurais sem-terra, em 1991, houveram 02 assassinatos e 12 prisões, em 1992 foram 02 assassinatos e 62 prisões. A contradição é que, “assim, de um lado, o governo incriminava os camponeses e, de outro, incentivava a modernização agrícola nos campos sul-mato-grossenses, por meio dos seguintes programas de governo: Novilho precoce; Fronteiras do futuro; e, Terra Viva.”, conforme Almeida (2003, p. 135).

Essa lógica contraditória já vinha acontecendo nas décadas anteriores com o modelo de desenvolvimento adotado para o Mato Grosso do Sul como colonização e fronteira agrícola como podemos perceber com Avelino Junior,

Nesse período, foram criados diversos programas de impulso ao desenvolvimento, dentre os quais o Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o Programa Especial da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN), Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PROCENTRO) e outros que incentivaram o surgimento de inúmeras lavouras de cereais (soja, milho, arroz) e extensos latifúndios destinados à criação de gado de corte. (2008, p.120).

Segue o autor, “com isso, a agricultura ganhou, no estado, características de monocultura, baseada, principalmente, nas grandes lavouras de soja e áreas de criação de gado.” (idem), em contraposição a essa proposta, vinha o posicionamento dos Sem Terra fazendo das ocupações e resistências ferramentas para propor outros modelos de democratização da terra para os camponeses para a produção de alimentos e para viver com dignidade.

Um dos fatores positivos para os trabalhadores do campo em 1991, é que foi o ano de fundação de duas cooperativas no MS, a Cooperativa Agrícola da Grande Dourados (COAGRAN), fundada em julho. E a Cooperativa da Região de Jardim (COARJ), em novembro. Isso demonstra a capacidade dos Sem Terra de produzir e se organizar, mesmo com todas as adversidades provocadas por projetos contrários ao campesinato.

Em 1992 foi conquistado o Projeto de Assentamento São Manoel, no município de Anastácio, com capacidade para 148 famílias, criado em fevereiro. Apesar de ter sua data de criação 27 de fevereiro de 1992, esse PA foi implantado em 26 de fevereiro de 1993, por meio da resolução n. 28 do INCRA. Essa conquista foi possível depois de três ocupações e dois despejos da Fazenda São Manoel, que era propriedade da Rede Ferroviária Federal (RFF-S/A), a conquista desse PA foi em conjunto com o MST-MS, CPT-MS, e STRs da região. O grupo assentando no PA São Manoel são as famílias excedentes do PE Padroeira do Brasil, que já se encontravam na luta pela terra desde a ocupação da Gleba Santa Idalina.

Neste mesmo ano o MST ocupou a Fazenda Aroeira/Santarém/Belas Artes e a BR, no mês de maio, no município de Rio Brilhante, com a participação de 350 famílias. Essa ocupação foi marcada pela extrema violência com que foi a resposta do estado por meio da polícia, atuando com jagunços e milícias particulares, resultando em torturas e prisões, a imprensa foi impedida de atuar no local, e o governador nomeou o Delegado João Batista de Almeida, para atuar contra os sem terra, quem passou a vigiar todas as ações dos sem terra acampados. Com a falta de diálogo com o governador e em função da polícia e dos jagunços terem destruído os alimentos que os trabalhadores guardavam, estes foram obrigados a reter uma carga de frangos que passava pela rodovia e uma de óleo vegetal, que usaram para comer

e negociar por troca de feijão, arroz, leite, e outros alimentos básicos. E no mês de julho, 400 policiais militares invadem o acampamento com bombas de efeito moral e tiros que feriram duas pessoas, além dos espancamentos.

Na “operação” da polícia militar em Rio Brilhante foram presas 27 pessoas. Elas foram interrogadas na delegacia de Rio Brilhante e permaneceram presas: Ivanete Tonin, Donizete Silva, Dorival de Lima, Damião Pereira, José Carlos de Oliveira, Reginaldo Carneiro de Souza, Jonas Carneiro, Aparecido de Andrade, Lídio Rosa de Jesus e Onorail Jerônimo Porto. Permaneceram presos, por dois meses e só foram libertados após intensa campanha de solidariedade e pressão. Mas a lavradora Ivonete Tonin que permaneceu, ilegalmente presa, por mais de 140 dias, sendo libertada em 05 de dezembro de 1992. (DELLAZERI, 1995, p.33).

E em julho, foi ocupada a Fazenda Santa Maria/Fazenda Rio da Prata, no município de Jardim, com a participação de 83 famílias. Após ocuparem a Fazenda Taquaralzinho no ano anterior,

No mês de julho de 1992, estas famílias acampam, no município de Jardim, a fazenda Rio da Prata e em 13 dias são despejadas, voltando à ponte do Rio Miranda. Aí, após muito desgaste físico e emocional, muitas famílias acabam por desistir, e as que continuam na luta, somam-se a outras e juntas ocupam a fazenda Andalucia, no município de Nioaque, onde permanecem acampadas. (DELLAZERI, 1995, p.31).

Nesse período haviam cerca de 1.206 famílias Sem Terra em acampamentos e áreas ocupadas sem definição no MS em 6 municípios, incluindo os brasiguaios em Amambai, no Brasil no mesmo período haviam 12.990 famílias acampadas em 58 áreas. Entre as reivindicações nacionais do Movimento de um total de 20, três eram sobre situações especialmente do MS, como desapropriação de áreas que eram utilizadas para cultivo de drogas ilegais para a reforma agrária, liberdade para os militantes presos e o assentamento de famílias brasiguaias que desejavam regressar ao Brasil (MST, 1992, p. 4). Essas situações foram debatidas no VI Encontro Estadual do MST-MS nos dias 16 a 19 de novembro na UFMS.²⁵

²⁵ VI ENCONTRO ESTADUAL DO MST DE MS - O Encontro foi realizado na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, nos dias 16 a 19 de novembro e contou com a presença de 131 delegados dos acampamentos de Bataiporã, Tacuru, Amambai, Rio Brilhante, Taquaralzinho e dos assentamentos Nova Esperança, Itaçu, São Manoel e São João.

Participaram também, como convidados, organizações populares, sindicais, pastorais, partidárias, vereadores eleitos e o deputado estadual Zeca do PT.

O encontro teve como objetivo fazer um balanço das atividades de 92 e uma análise da situação fundiária e das forças políticas do estado, avaliando a situação e as propostas das principais organizações do estado.

Em 1992, o presidente eleito, Fernando Collor de Melo (PRN), passou por um processo de impedimento, onde teve seu mandato caçado por denúncias de corrupção. Assumindo então, em 29 de dezembro, a presidência Itamar Franco (PMDB), que foi o primeiro presidente a receber o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O governo Collor além de ter sido um período de muita violência contra os Sem Terra, foi marcado por não ter realizado nenhuma desapropriação de terra no Mato Grosso do Sul, já que,

Durante o governo do ex-presidente Collor apenas uma propriedade foi adquirida para fins de reforma agrária, mediante compra e venda, onde foi instalado o PA São Manoel no município de Anastácio em 27 de fevereiro de 1992, sendo que o PA Sumatra, localizado no município do Bodoquena, apesar de criado em 1991, já havia sido adquirido em 18 de setembro de 1989 ainda durante o governo Sarney. Por isso, o mandato do então presidente Collor é lembrado por não ter realizado desapropriações de terras destinadas à reforma agrária. (FREITAS, 2020, p. 101).

Foi dada como justificativa para a não realização de desapropriações de terra, a falta de regulamentação do dispositivo constitucional que previa essa possibilidade, no entanto no governo anterior Sarney, isso não foi um problema já que este criou quatro assentamentos no MS entre a promulgação da CF/1988 e o posterior governo Collor.²⁶ (FREITAS, 2020)

Quanto a atuação do governo estadual Pedro Pedrossian (PTB) em relação ao MST-MS, e a situação de abandono das famílias acampadas e assentadas, podemos ver na entrevista de José Batista, membro da coordenação nacional e da direção

Além da avaliação, foi discutido e aprovado o plano de lutas para 93, bem como os principais desafios a serem enfrentados. O Encontro também elegeu a nova coordenação estadual, composta por 39 companheiros, e a nova direção estadual, composta por 13 dirigentes. Os eleitos tomaram posse no encerramento.

Dois fatos importantes marcaram o encontro. Primeiro foi a premiação dos destaques do MST no estado: o acampamento de Baitaporã foi premiado pela resistência, já está acampado há 3 anos; o grupo coletivo Nova Esperança foi premiado pela produção e o acampamento de Rio Brillante foi premiado por ter sido o que mais se mobilizou em 92. Dos militantes, os que mais se destacaram foram Valdir Correa, Leonice Tiburcio (Nice) e Joel de Oliveira (Beto). Sete companheiros de várias organizações foram homenageados por sua dedicação ao MST e à luta por reforma agrária.

O segundo acontecimento importante do encontro foi a conquista da liberdade da companheira Nina, no dia 17. Foi emocionado o ato de sua chegada no encontro, quando a companheira foi homenageada por sua contribuição ao estado do MS e foi feita uma grande festa para comemorar sua liberdade. (VI ENCONTRO..., 1993, p. 7, grifo do original).

²⁶ Foram criados os Projetos de Assentamento PA Monjolinho em 2-12-1998, PA Capão Bonito em 20-10-1989, PA Indaiá em 20-10-1989 e o PA Taquaral em 20-10-1989. (INCRA, 2010).

estadual do MST-MS, concedida ao Jornal Sem Terra (JST) publicada em julho de 1993, separamos alguns trechos em que relata sobre o governo, acampamentos e assentamentos,

Batista - O governo do Estado é totalmente comprometido com a estrutura fundiária, além disso, ele também é um dos latifundiários do estado. O Mato Grosso do Sul tem cerca de 400 mil hectares de terras que são devolutas. Em vez do Estado distribuir estas terras para as famílias acampadas, ele está regularizando-as em nome de pessoas do próprio governo, como no caso do Diretor da Terrasul que regularizou 3.400 ha em nome de seu pai e sócio.

[...]

Batista - Hoje somos 1.603 famílias acampadas no estado, divididas em 7 acampamentos. Estamos recebendo muito apoio político, moral e material da sociedade. Isto vem permitindo que nossa luta ganhe mais corpo e mais força para continuarmos lutando a cada momento com mais firmeza.

[...]

Batista - Existem hoje 26 assentamentos com mais de 5.000 famílias no Mato Grosso do Sul. O que há de comum entre eles é a baixa qualidade das terras, a falta de assistência técnica, ausência de capital e péssimas condições de infraestrutura social. É uma situação de muita pobreza e miséria que vem levado a um intenso abandono e venda de lotes. [...] (BATISTA, 1993, p. 4, grifos do original).

É uma luta incessante de conflito de interesses, por um lado os Sem Terra buscando sua terra de vida e de trabalho como direito assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao requerer o cumprimento da função social da terra. E por outro o interesse dos latifundiários da oligarquia rural do Mato Grosso do Sul e do Brasil, que dominam os poderes de Estado e fazem uso dessa estrutura para prejudicar o avanço da reforma agrária no país e enfraquecer a luta pela terra.²⁷

Em 1993, o MST ocupou e reocupou a Fazenda Andalúcia e Madalena, no município de Nioaque, por 3 vezes, com a participação de mais de 450 famílias. As ocupações foram entre maio e novembro. A fazenda era de um conde espanhol que tinha planos de fazer um paraíso particular, porém a área estava totalmente abandonada, sendo usada para o cultivo de drogas, sob investigação da polícia federal. Mesmo assim, as desocupações foram violentas, com cerca de 300 policiais,

²⁷ É também por isso que o começo da discussão sobre a questão agrária em qualquer parte do Brasil, não pode esquecer que as elites cercaram muito mais do que lhes pertence. E esta terra grilada não pode ser regularizada pela legislação em vigor, pois se trata de grandes posses. Além disso, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 188 prevê que a destinação de terras públicas e devolutas deverá ser compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. (OLIVEIRA, 2008, p. 07).

espancamentos, tiros, prisões, foi necessário que o MST contratasse um advogado para libertar os presos em Nioaque. Porém os Sem Terra voltaram com mais acampados de Rio Brilhante e Taquaralzinho. Assim após a vistoria exigida pelos acampados em negociação com o INCRA, foi comprovada a sua total improdutividade, e a desapropriação foi assinada em novembro de 1993.²⁸ Essa ocupação deu origem ao PA Andalucia, criado em 1996, mais uma conquista do MST-MS.

No outro mês, o 7º Encontro Nacional do MST, aconteceu entre os dias 13 a 17 de dezembro de 1993, na cidade de Salvador-BA, “[...] quando os sem-terra avaliaram a questão agrária no período dos Governos Collor/Itamar e aprovaram o documento “Que Reforma Agrária Queremos”, em que apresentavam propostas e medidas que seriam entregues aos candidatos às eleições presidenciais de 1994.” (FERNANDES, 2000, p.250). Nesse encontro o MST já comemorava 10 anos desde seu Primeiro Encontro Nacional, participaram do VII Encontro 143 delegados dos 19 estados onde o MST já havia se territorializado até início de 1994. (VII ENCONTRO..., 1994, p. 8-9).

No dia 25 de junho de 1994, 1000 famílias Sem Terra, organizadas pelo MST e pelo DETR/CUT, ocuparam a Fazenda Sul Bonito, no município de Itaquirai. Nesse mesmo mês, no dia 10 de junho, foi fundada a Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos (COOPAC), no Assentamento São Manoel, no município de Anastácio. Já no mês seguinte, no dia 25 de julho, a Fazenda Andalúcia e Madalena foi ocupada pela sexta vez. Nesse ano foi conquistado o PA São Luiz, no município de Bataiporã, em 22 de julho de 1994, com capacidade para 114 famílias, na área da fazenda São Luiz que havia sido ocupada em 1989/1990 pelo MST-MS.

No dia 17 de agosto de 1994, o MST com 190 famílias do acampamento Marçal de Souza, ocupou pela sétima vez a Fazenda Andalúcia e Madalena, no município de Nioaque, que já devia ter sido desapropriada, porém o processo que se arrastava no poder judiciário, ainda não havia reconhecido a posse da terra ao INCRA.

²⁸ Entrevista com Valdir Corrêa, membro da direção do MST-MS *apud* (DELLAZERI, 1995, p.36).

Era ano de eleições, e o candidato eleito em 1994, foi Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), FHC foi ministro da fazenda no governo de Itamar Franco, onde conquistou fama com a implantação do Plano Real e conseguiu se manter na presidência da república por 8 anos.

A carga enfrentada pelos Sem Terra do MS era pesada, mesmo quando conquistavam áreas para serem assentadas a polícia, o INCRA-MS, os governos estaduais e federais, a justiça, os fazendeiros e jagunços, faziam tudo que estivessem ao seu alcance para reverter cada vitória do movimento. Todavia, a luta continuava, e o MST resistia. Antes de terminar o ano, no dia 08 de dezembro de 1994, 160 famílias ocuparam a Fazenda Palmeira, no município de Nioaque. Essa fazenda foi reocupada mais duas vezes, e foram novamente despejadas, permanecendo acampadas na beira da estrada entre Guia Lopes e Bonito, próximo ao Rio Miranda.

Esse cenário do MST no MS refletia as medidas emergenciais propostas no documento A Reforma Agrária Que Queremos discutidas e aprovadas nos Encontros Estaduais de 18 estados e no VII Encontro Nacional, onde constavam nas propostas 84, 85 e 87.

IX – Medidas Emergenciais

84) Atendimento social, alimentar, médico e escolar para todas as famílias acampadas e para os “brasiguaios”, por parte dos governos federal, estaduais e municipais, priorizando os assentamentos das mesmas.

85) Negociar imediatamente, junto com os governos estaduais e órgãos da justiça, a suspensão de todas as ações de pistoleiros e de polícias.

87) Abrir processo administrativo e policial para revisar e apurar:

a) Os negócios de compra de terra sobre os quais pesam denúncias de corrupção, especialmente as realizadas pelo ministro Jader Barbalho.

b) A forma de aquisição de terras públicas por parte de pessoas jurídicas estrangeiras.

c) A corrupção nas obras do Incra de empreiteiras nos assentamentos, contratadas nos últimos anos. (A REFORMA..., 1994, p. 11, grifo do original).

A partir desse momento outra fase se abriu na luta pela terra no MS, pois o movimento foi crescendo com cada ocupação de terra, com cada acampamento, depois de cada despejo, das prisões, dos assassinatos, sem baixar os braços, seguiram ampliando o número de manifestações e conquistas, adaptando sua organicidade e as formas de fazer luta dia a dia.

Apesar o ex-presidente Itamar Franco ter regulamentado os mandamentos constitucionais relativos à reforma agrária com a sanção da Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, “[...] tal fato, porém, não mudou a perspectiva para a implantação da reforma agrária em MS, que continuou estagnada durante todo seu mandato [...]” (FREITAS, 2020, p. 101). O único Projeto de Assentamento criado foi uma das conquistas do MST-MS no município de Bataiporã, PA São Luiz com capacidade para 114 famílias e data de criação em 22 de julho de 1994.

4.1.4 O acúmulo de forças e de experiência (1995-1999)

No dia 01 de janeiro de 1995, assume a presidência da república, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e para o governo do Mato Grosso do Sul, foi eleito Wilson Barbosa Martins (PMDB).

O MST foi a primeira entidade de classe sulmatogrossense a obter uma audiência com o novo governador do estado, Wilson Martins. Foi em 26 de janeiro, e por cerca de duas horas, as lideranças do estado conversaram com o governador e sua equipe. Na ocasião, o MST colocou que 80% dos conflitos fundiários do estado podem ser resolvidos se houver a efetiva desapropriação de cinco áreas que já estão sob processo na Justiça Federal. Hoje, existem cerca de 1.800 famílias acampadas no estado, distribuídas em oito acampamentos. Algumas dessas famílias estão há mais de quatro anos acampadas, vivendo em péssimas condições de vida. (SEM TERRA..., 1995, p. 6).

Outro tema abordado com o governador foi a violência policial, “a polícia, em especial, a TORA (Tropa Ostensiva de Repressão Armada), que circula junto com pistoleiros da Fazenda Sul Bonito, detém trabalhadores e ameaçam lideranças. [...]” esse é um dos exemplos de violência e perseguição contra os Sem Terra, o que se repetia em outras regiões do estado, com torturas, prisões, etc. Essa reunião com Wilson Barbosa Martins, foi provocada com a ocupação da prefeitura de Itaquirai no dia 16 de janeiro. (Idem).

Nesse ano o MST continuou reocupando áreas que já estavam em processo de desapropriação, porque o processo sempre parava, e os Sem Terra eram despejados com violência repetidas vezes, algumas áreas como a Fazenda Andalucia e Mercedina chegaram a ser ocupadas 8 vezes, outras como a Fazenda Sul Bonito e a Fazenda Palmeira, também foram reocupadas em 1995.

O 3º Congresso Nacional do MST, foi em Brasília (DF), entre os dias 24 a 27 de julho de 1995, com a palavra de ordem “Reforma Agrária: uma luta de todos!”. “[...] pois pretendíamos demonstrar para o conjunto da sociedade de que a reforma agrária não beneficiava apenas os camponeses, mas também os trabalhadores urbanos, aumentando a produção de alimentos e diminuindo o custo de vida nas cidades.” (TURMA EDUARDO GALEANO, 2016, p.45).

De acordo com Morissawa (2001, p. 151), os cinco objetivos básicos do Congresso eram: “- levar a reforma agrária para a opinião pública; - apresentar as reivindicações ao governo federal; - definir as prioridades de ação; - ser um espaço de formação política massiva; - ser um espaço de confraternização da militância do MST de todo Brasil.” No dia 28 de julho de 1995 foi realizada uma audiência entre o MST e o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde o movimento apresentou suas reivindicações, sobre: terra, assentamentos, Proclamação, Incra, etc.

No Mato Grosso do Sul, foi necessário continuar reocupando fazendas que já haviam sido desapropriadas para que fossem imitadas as posses às famílias Sem Terra,

No dia 22 de outubro, as 420 famílias sem terra acampadas em Itaquiraí, desde junho de 94, voltaram a ocupar a Fazenda Sul Bonito. A área está desapropriada desde setembro do ano passado, mas o proprietário recorreu se valendo do próprio laudo do Incra que deu brecha para este recurso. (ACAMPADOS..., 1995, p. 12).

E no dia 26 de outubro de 1995 foram as famílias do Acampamento 8 de Dezembro que reocuparam a Fazenda Palmeira, pela quinta vez em Nioaque, pois a mesma também já estava desapropriada e ainda assim as famílias foram despejadas novamente. Enquanto isso as famílias que haviam reocupado a Fazenda Andalucia continuavam na área já produzindo alimentos.

No final de 1995 o MST-MS obteve a conquista de uma área de assentamento após muita pressão dos Sem Terra ocupando o INCRA em Campo Grande durante 15 dias para exigir a desapropriação da Fazenda Tamarineiro II, entre outras pautas da época, “[...] o Incra se comprometeu a tornar possível o assentamento na Fazenda

Tamarineiro II das 55 famílias do Projeto Itararé e das 95 acampadas na cidade de Tacuru. A área fica no município de Corumbá e tem 10 mil hectares.” (SOCORRO, 1994, p. 6). Foi com essa luta que foi possível criar as condições de criação do PA Tamarineiro II no dia 15 de dezembro de 1995, com capacidade para 319 famílias em uma área de 10635,5828 hectares.

Em janeiro de 1996, entre os dias 24 a 27, foi realizado o 8º Encontro Nacional do MST, em Salvador (BA). Nesse encontro foi discutido entre outros temas, a política neoliberal do governo FHC, que já demonstrava resultados preocupantes como o aumento do desemprego, e a intensificação da luta pela terra em todo país, junto com o crescimento das ocupações. (FERNANDES, 2000).

No dia 17 de abril de 1996 em Eldorados dos Carajás Policiais Militares emboscaram um acampamento de Sem Terra e fizeram uma chacina, assassinaram 19 trabalhadores rurais sem terra brutalmente “Os 19 trabalhadores sem terra mortos foram o resultado visado pela cilada montada pela Polícia Militar do Estado do Pará. Uma testemunha, convidada a participar do financiamento da operação denunciou o conluio entre fazendeiros e PMs.” (PINHEIRO, 1996, p. 3). No ano anterior havia acontecido outro massacre aos mesmos moldes em Corumbiara (RO), essa forma de agir entre os latifundiários, policiais, jagunços, milícias, etc. sob proteção do Estado não era uma prática isolada do Mato Grosso do Sul. O Massacre de Eldorado dos Carajás marcou a história do Brasil e dos camponeses do mundo.

Nesse ano de 1996 no Mato Grosso do Sul a resistência dos anos anteriores obteve o resultado em 5 Projetos de Assentamentos, em 4 municípios, com capacidade para 774 famílias, entre os meses de março a outubro. Em áreas das fazendas que haviam sido ocupadas e denunciadas como improdutivas e que deveriam ser desapropriadas para fins de reforma agrária. Como foi o caso das Fazendas Tamarineiro, São João, Mercedina, Andalucia, Madalena, e Sul Bonito. Que deram origem aos PAs relacionados na tabela 11. O PA Andalucia, área que foi ocupada pelo MST-MS, até se tornar assentamento, foi batizado pelo movimento como “*PA Marçal de Souza*”.

Nesse mesmo ano saiu o ato de criação do PE Padroeira do Brasil, no município de Nioaque, uma das primeiras áreas conquistadas pelo MST-MS em 1986, agora era regularizada pelo governo estadual de Mato Grosso do Sul, com uma área de 2.500,0000 hectares, para 243 famílias.

No dia 8 de março de 1997, o MST-MS ocupou a Fazenda Santo Antônio, onde formou o maior acampamento do estado e um dos maiores do país, com 2.163 famílias. A militante Sandra Procópio do setor de educação e do setor de gênero do MST-MS relata um pouco sobre a experiência nesse acampamento,

[...] Sua pergunta, sua entrevista, que a primeira vez que eu escutei falar da palavra neoliberalismo foi no ano de noventa e seis, noventa e sete desculpa, mil novecentos noventa e sete foi no acampamento oito de março. Eu havia ido pra lá porque a ocupação havia sido no oito de março de noventa e sete se eu não estou enganada, uma ocupação gigante, tinha umas duas mil famílias e nós reunimos um grupo de militantes de várias áreas. Éramos mais ou menos uns vinte militantes que fomos para o acampamento para administrar coordenar e dirigir uma verdadeira cidade de lona preta porque éramos da educação, da formação, da administração, das finanças, da frente de massa, eram vários militantes e a gente tinha forma cada um tinha sua função e a gente se encontrava as noites dormia junto, conversava muito, planejava as estratégias, resolvia o problema da alimentação, resolvia os problemas locais que a gente tinha. (PROCÓPIO, 2020).

De acordo com Procópio (2020) esse acampamento foi uma grande escola para a militância do MST-MS pois era como administrar uma cidade com mais de 2000 famílias e surgiam problemas de todas as espécies da complexidade humana e cabia à direção do movimento coordenar esse espaço para que tudo ocorresse da melhor forma possível, houve um processo de alfabetização e de disciplina com os acampados e em momentos difíceis de fome, foi necessário fazer recuperação de alimentos para nutrir as famílias acampadas, as ações eram pensadas para que fossem uma experiência pedagógica, vinculando a teoria com a prática.

Nesses dias também foi ocupada a Fazenda Mestiço, por cerca de 1000 famílias, no município de Itaquiraí. Os Sem Terra, foram despejados e reocuparam a Fazenda Santo Antônio em 19 de setembro, e em 21 de outubro foram transferidos

para a Fazenda Santa Rosa, uma das quatro áreas previstas para serem assentados, e que deu origem ao PA Santa Rosa.²⁹

Outros acampamentos no Estado também estão mobilizados como o Nossa Senhora Aparecida, em Paranhos – onde já saiu uma área para assentamento, o Ricardo Brandão, em Sidrolândia, com 120 famílias – onde foi destinado a Fazenda Capão Bonito mas o Incra reprovou muitas famílias e só quer assentar 41 famílias, o de Jaraguari, com 40 famílias – onde também o Incra Reprovou 16 famílias, e o de Bataguáçu, que também já saiu área para assentamento mas muitas famílias foram reprovadas. (ACAMPAMENTO..., 1997, p. 6).

Nos meses de outubro e novembro de 1997, algumas atividades marcaram o novo momento de organização do MST-MS, entre os dias 3 a 6 de outubro, foi realizado em Campo Grande-MS, o I Encontro Estadual de Mulheres do MST, com a participação de cerca de 110 mulheres, acampadas, assentadas e de outros movimentos e segmentos populares. Entre os dias 15 a 30 desse mês, os dirigentes do MS, MT, GO, DF e RO, fizeram em Glória de Dourados-MS, o I Curso de formação para dirigentes da Regional Centro-Oeste do MST, com a participação de 65 pessoas. Já em novembro, no dia 11, foi inaugurada a Cooperativa de prestação de serviços e Reforma Agrária do Vale do Ivinhema, o evento foi realizado na câmara municipal de

²⁹ *Mato Grosso do Sul: Acordo garante desocupação pacífica.* O acordo firmado entre MST e Incra garantiu a desocupação pacífica do maior acampamento de trabalhadores sem terra montado na fazenda Santo Antônio em Itaquiraí (MS) e está sendo considerado por alguns observadores da questão agrária como um dos fatos mais importantes na tumultuada história dos conflitos no campo no Brasil. “O acordo foi um grande passo na reforma agrária em Mato Grosso do Sul”, afirma Egidio Brunetto da coordenação nacional do MST. Ele se refere ao compromisso assumido pelo Incra de instalar provisoriamente os sete mil acampados, entre os quais 800 crianças, em uma área de 4.200 hectares das Fazenda Santa Rosa e Jatobá, vizinhas à área do acampamento mais as áreas de Indiana e Savana em Japorã e a divisão da Fazenda Floresta Branca que deve ser destinada ao acampamento de Paranhos. Também ficou acertado o rápido fornecimento de alimentação através do programa Comunidade Solidária e de complementação do governo estadual que inclui lona. O acordo também contempla as famílias que foram desclassificadas que terão nova chance para apresentar os comprovantes de aptidão agrícola para serem assentadas.

Os acampamentos de Itaquiraí são, na maioria, bóias-frias e agricultores brasileiros instalados no Paraguai, os chamados brasiguaios. Eles entraram na fazenda Santo Antônio em 8 de março deste ano e foram despejados em 13 de abril. O acampamento foi transferido para as margens da rodovia BR-163 a 30 Km de distância da fazenda. Na estrada, enfrentaram a pior fase do acampamento com grave situação de falta de comida. Junto com a fome, veio a radicalização do movimento e a tomada de quatro caminhões que passaram na rodovia carregados de frango, carne bovina e arroz. A situação ficou ainda mais complicada quando o Dner (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem) conseguiu uma liminar para reintegração de posse da área da estrada levando os acampados e a entrarem novamente na Santo Antônio em 9 de setembro. Os acampados receberam cestas de alimentos e a negociação possibilitou a desocupação pacífica sendo que o acampamento foi desmontado na segunda-feira, 19 de outubro, em cumprimento ao acordo firmado com o Incra. (ACORDO..., 1997, p. 8, grifo do original).

Batayporã. E entre os dias 11 a 14 de novembro, o MST-MS organizou o I Seminário Estadual de Cooperação Agrícola dos Assentados, essa atividade aconteceu no Assentamento São Luiz no município de Batayporã. (Idem).

Esse conjunto de ações: formação permanente de lideranças que fortaleceram a organicidade e garantiram a territorialização do *MST*, criando autonomia política e uma cultura de resistência camponesa explica o processo de consolidação do *MST*. O movimento estava fortalecido, pois criara uma rede em escala nacional. Por causa desse fato, estava muito mais bem preparado para resistir às formas de repressão do Estado. Nesse momento de sua formação, O *MST* enfrentou diferentes desafios na relação com o Estado. Em 1989, ocorreu a primeira eleição direta para Presidente da República depois de duas décadas de ditadura militar e uma eleição indireta. Nesse ano, foi eleito o Presidente Fernando Collor, que sofreu impedimento em outubro de 1992, pelo Congresso Nacional, acusado de participar de diversos esquemas de corrupção. Collor foi substituído pelo Vice-Presidente Itamar Franco que governou até 1994. O Governo Collor reprimiu violentamente o *MST*, invadindo secretarias e prendendo lideranças em diversos estados, fazendo o movimento refluir. (FERNANDES, 2008c, p. 39, grifo do autor).

Esse momento de refluxo havia passado e o *MST* se fortaleceu, voltava a realizar ocupações massivas e a conquistar cada vez mais territórios da reforma agrária no Brasil e no Mato Grosso do Sul. Entre os anos de 1994 a 1997 não encontramos registro de ocupações de terra do *MST-MS*, nos dados fornecidos pela CPT e DATALUTA, no entanto várias informações com datas, áreas, municípios e número de famílias, de ocupações cujo o nome do movimento aparece como não informado (N.I.) nos dados da CPT, coincidem com as ocupações realizadas pelo *MST-MS*, relatadas até aqui e outras que podem ser consultadas em outras fontes, como por exemplo no Jornal Sem Terra.

Outra informação que corrobora a relação entre as ocupações e o *MST-MS*, é a relação de Projetos de Assentamentos conquistados pelo *MST-MS*, no mesmo período, pelo fato, das áreas de assentamentos serem as mesmas das fazendas improdutivas ocupadas, por isso, podemos dizer que entre os anos (1994-1997) o *MST-MS* conquistou 11 assentamentos, em 7 municípios, com capacidade para 1.786 famílias, com uma área somada de 38.253,2359 hectares. Como podemos ver nas tabelas 11 e 12.

Já o ano de 1998, foi marcado pelas ocupações e conquistas do *MST* no MS, naquele ano o *MST-MS* realizou 10 ocupações de terra e conquistou 10 áreas de

assentamento rural da reforma agrária. Sendo no mês de janeiro a ocupação da Fazenda Savana, no município de Iguatemi, da Fazenda Guaxupé no município de Nioaque, e a Fazenda Tamakavi, no município de Itaquiraí, essas 3 ocupações contaram com a participação de 2.300 famílias. (CPT, 2017)³⁰.

No mês de março, também foram realizadas 3 ocupações de terra, pelo MST-MS, nas Fazendas São João, no município de Rio Brilhante, Fazenda Pam, nos municípios de Nova Alvorada do Sul/Rio Brilhante, e na Fazenda Jequitibá no município de Naviraí, com a participação de 650 famílias (CPT, 2017). Nesse mesmo mês, foi criado o Projeto de Assentamento Palmeira, no município de Nioaque, área de conquista do MST, com capacidade para 113 famílias, área da Fazenda Palmeira que foi ocupada e reocupada 4 ou mais vezes pelo MST-MS.

Em maio, julho e agosto de 1998, foram realizadas uma ocupação por mês, nas Fazendas Nissei, no município de Guia Lopes da Laguna, na Fazenda São João, no município de Sidrolândia, e na Fazenda Savana II no município de Japorã, respectivamente, com a participação de 510 famílias (CPT, 2017). E no mês de setembro, foram criados dois Projetos de Assentamento conquistados pelo MST-MS, o PA Aldeia, no município de Bataguassu, com capacidade para 217 famílias e o PA Rio Feio, no município de Guia Lopes da Laguna, com capacidade para 72 famílias. No mês de outubro foi criado o Projeto de Assentamento São Judas, no município de Rio Brilhante, com capacidade para 187 famílias, área de conquista do MST-MS. Em novembro foi realizada uma ocupação na Fazenda Santo Antônio, no município de Itaquiraí, com a participação de 1300 famílias.

E em dezembro, o MST se territorializou em 6 áreas de Projetos de Assentamento que foram criados pelo INCRA, o PA Santa Catarina, no município de Aral Moreira, o PA Tamakavi e o PA Boa Sorte, ambos no município de Itaquiraí, o PA Savana, no município de Japorã, o PA Boa Esperança, no município de Nioaque, e o PA São Pedro, no município de Sidrolândia, esses 6 projetos de assentamentos somados têm capacidade para 909 famílias.

³⁰ Nas referências encontra-se: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. Ocupações / Retomadas. 2017.

Ao todo naquele ano foram realizadas 10 ocupações de terra pelo MST-MS, em 9 municípios, com a participação de 4.760 famílias, como podemos ver na tabela 10, a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2017) e do Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATA LUTA, 2017). Nesse ano também foi fundada a Cooperativa de Prestação de Serviço e Reforma Agrária da Região Conesul (COOPRESUL) no dia 27 de junho de 1998.³¹

Nesse mesmo ano foram criados 10 Projetos de Assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), conquistados pelo MST-MS, em 8 municípios, com capacidade para 1.498 famílias, em uma área somada de 46.542,973 hectares, como podemos ver na tabela 11.

Com isso, podemos dizer que o ano de 1998, foi um ano marcante para o MST-MS e a reforma agrária no Mato Grosso do Sul, já que foi o período de maior equilíbrio entre a luta e a conquista da terra, em termos de ações e resultados, em um mesmo ano.

Por outro lado, se o MST estava posicionado como protagonista da luta pela terra (MELO, 2017) nesse período, haviam os antagonistas, ou inimigos de classe, que posicionados nos latifúndios e no Estado travavam o avanço da reforma agrária no país e no Mato Grosso do Sul. Em entrevista ao Jornal Sem Terra de março de 1998, o companheiro Lúcio Kuhnen Meurer da Direção Estadual do MST-MS naquele ano relata como era a ação dos latifundiários e dos governos estadual e federal.

³¹ Mato Grosso do Sul. *Acampamento se mobiliza*. Cerca de mil famílias do acampamento 8 de Março, em Itaquiraí, ocuparam várias fazendas improdutivas, em 14 de julho. As ocupações ocorreram nos municípios de Rio Brilhante, Japorã, Itaquiraí e Sete Quedas. Todas as áreas estão em processo de desapropriação. Em Ponta Porã, 126 famílias foram impedidas a tiros de entrar na fazenda Santa Catarina. Jagunços dispararam para o alto em direção a um caminhão dos trabalhadores, acertando 14 tiros no veículo.

Dois caminhões foram apreendidos, só sendo liberados na tarde do dia 15. Não houve feridos. Os sem terra foram para o acampamento de Sete Quedas. As famílias restantes do 8 de Março, em torno de 300, uniram-se às 250 famílias acampadas nas fazendas Indiana e Savana no município de Japorã.

Na área de produção, os trabalhadores rurais do Estado obtiveram mais uma vitória: foi criada a Coopresul (Cooperativa de Prestação de Serviço e Reforma Agrária dos Assentados da Região Conesul). No dia da fundação 27 de junho, estiveram presentes assentados, acampados e representantes de partidos e entidades que apoiam a luta pela Reforma Agrária. Foi um momento de comemoração pela importante conquista. A Coopresul conta com 30 sócios-fundadores. A proposta é reunir mil associados. (ACAMPAMENTO..., 1998, p.8, grifo do original).

JST - Como é a ação dos latifundiários no Estado?

Lúcio - Os latifundiários no Mato Grosso do Sul estão articulados no MNP (Movimento Nacional dos Produtores). O Estado é todo governado por eles. Existem grandes latifúndios, com pistoleiro contratado para fazer a segurança e para impedir as nossas ações. O Estado é típico do coronelismo. Há dez cabeças de gado para cada habitante. Quer dizer, o boi tem mais espaço do que nós trabalhadores.

JST - E a atuação do governo estadual?

Lúcio - O governo estadual trabalha de forma cautelosa na política de cooptação e de privilégios de outros movimentos. O objetivo é neutralizar a nossa luta, tentando nos desmobilizar. Não há política de incentivo e nem de apoio aos pequenos produtores. As prioridades são: terra do futuro (cultivo de soja), leitão de ouro (grande projeto de integração), novilho precoce.

JST - Qual a sua avaliação sobre a política do governo FHC para a Reforma Agrária?

Lúcio - A política de FHC deveria sair da propaganda bonita na televisão e ir para a prática. Mesmo sabendo da falta de política agrícola para a agricultura familiar, há sem terra querendo terra para trabalhar. FHC faz propagandas de assentamento, quando na verdade só regularizou a situação de trabalhadores que há mais de dez anos já estavam na terra. 800 mil assalariados rurais perderam o emprego e outros tantos migraram para a cidade por falta de incentivos. Isso deixa bem claro que o governo resolve somente conflitos localizados, sem, de fato, fazer uma verdadeira Reforma Agrária. O maior empecilho para fazer reforma agrária no Brasil é a falta de vontade política do governo FHC. Ele não quer mexer na estrutura fundiária - a mais vergonhosa do mundo. Onde poucos têm muito para especulação e muitos não têm nada. (MEURER, 1998, p. 3, grifos do original).

Essa articulação entre o latifúndio e o Estado no Brasil é secular e no Mato Grosso do Sul já veio com a origem do estado como uma “*receita de bolo*”, pois a divisão do estado em 1977 foi só para separar o latifúndio do Sul do latifúndio do Norte, a luta travada pelos Povos Indígenas e pelos Sem Terra nesse estado do MS, é representada com muito sangue derramado e com muita resistência para conquistar direitos que nunca deveriam ter sido negados. Esse relato do Sem Terra Lúcio se coaduna com os dados e informações recolhidas nessa pesquisa, assim como com o posicionamento e avaliação de pesquisadores do PQA.

Em meados da década de 1990, o MST estava organizado em 23 unidades federativas e era o principal movimento camponês na realização de ocupações de terra. As ocupações cresceram e foram uma importante forma de pressão política para a multiplicação do número de assentamentos implantados. Em pesquisa que realizamos em 1998, constatamos que 83% dos assentamentos criados em 13 estados eram resultados de ocupações de terra. As políticas governamentais para a questão agrária, em toda década, foram de caráter compensatório, implantando assentamento em áreas de conflitos ou na região onde o governo tem estoque de terras. Essa política de implantação de assentamentos tem sido denominada de reforma agrária. (FERNANDES, 2008c, p. 36-37, grifo do autor).

Os assentamentos conquistados pelo MST-MS foram em sua maioria advindos das áreas de conflitos e fruto das ocupações de terra. E o ano de 1998 foi marcante

na história do MST-MS em função dessa combinação de luta pela terra e de luta na terra. Também foi ano de eleições para presidente e governador, nesse ano houve uma pequena, mas importante alteração na posição dos poderes do MS.

Em 1998, FHC se reelegeu presidente do Brasil, seu mandato foi marcado pela violência no campo, falsas promessas a respeito da reforma agrária e o avanço do neoliberalismo. Enquanto isso no Mato Grosso do Sul, foi eleito para governar o estado, José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT), que tomou posse em 1º de janeiro de 1999.

O 9º Encontro Nacional foi em Vitória (ES), entre os dias 03 a 06 de fevereiro de 1999. Para esse encontro foi feito o Caderno de Formação nº 25, em preparação dos Encontros Estaduais e do Encontro Nacional, com textos de Estudos sobre, o modelo de desenvolvimento das elites e suas consequências para a agricultura, com diretrizes para o projeto nacional, a necessidade da reforma agrária, a luta pela reforma agrária e o MST, e o texto um passo à frente, com os desafios do MST para o período.

Nesse ano de 1999, no Mato Grosso do Sul, o MST, realizou 7 ocupações de terra, em 7 municípios, com a participação de 3.460 famílias. Como podemos ver com mais detalhes na tabela 10. E neste ano, não houve criação de novos assentamentos, que foram conquistados pelo MST.

Em março de 1999, houveram três ocupações de terra, sendo elas, na Fazenda Beco do Sossego³², no município de Rio Brilhante, com a participação de 460 famílias; na Fazenda Triunfo, no município de Nioaque, com a participação de 80 famílias; na Fazenda Barreiro, no município de Jaraguari, com a participação de 60 famílias.

No seguinte mês, de abril, foram 2 ocupações, uma na Fazenda Angelical, no município de Novo Horizonte do Sul, com a participação de 1.000 famílias; e na Fazenda Vitória, no município de Ivinhema, com a participação de 1.500 famílias. Em

³² A Fazenda Beco do Sossego, veio a ser o PA Margarida Alves, onde havia sido formado o acampamento Margarida Alves no ano seguinte de 2000. Ver (ASSASSINADOS..., 2000, p. 14).

maio, uma ocupação de terra na Fazenda Remanso Guaçu, no município de Japorã, com a participação de 60 famílias. E em outubro uma ocupação de terra, na Fazenda Estância Belém³³, no município de Sidrolândia, com a participação de 300 famílias.

Podemos ver como o MST se territorializava no MS, com a conquista dos territórios da Reforma Agrária foi necessário desenvolver os setores do MST-MS, como educação, formação, saúde, produção, gênero, cultura, entre outros. Além disso foi necessário organizar as áreas do movimento no estado por regionais, essa ideia já havia acontecido no Paraná (PR) (BISSOLI, 2020), e os Sem Terra do MS adotaram essa forma de se organizar também conforme se conquistava mais territórios, nasciam novas regionais do MST-MS, a primeira foi a Regional Conesul, depois veio a Vale do Ivinhema, a Pantaneira, a Centro, a Centro-Sul, a Fronteira, pôr fim a Regional Norte. O Movimento também se espacializava fora do Brasil, com organizações Latino Americanas e Mundiais, como podemos ver em dois trechos da entrevista da militante do MST-MS Nair Guedes Rodrigues:

JST - Como está sendo a trajetória do MST no Mato Grosso do Sul?

Nair - A primeira ocupação de terra aconteceu em 89. Tivemos dificuldades em massificar o Movimento devido a repressão muito forte por parte do governo. A ocupação de 8 de março de 97 marcou a história do MST no Mato Grosso do Sul, assentando duas mil famílias. A partir daí, demos um salto importante, conquistamos várias áreas, massificamos o Movimento e demos início à organização da primeira regional. Hoje temos quatro regionais no Estado, três mil famílias acampadas e duas mil assentadas. Conseguimos também dar um salto na organização dos setores do MST e continuamos firmes contra o latifúndio e o projeto neoliberal.

JST - Qual o principal objetivo da Marcha Europeia e a importância dela para a luta dos trabalhadores?

Nair - A Marcha Europeia tinha como objetivo principal lutar contra as multinacionais e o projeto neoliberal que vem sendo implantado de diferentes maneiras em vários países. Com este modelo, os trabalhadores de toda América Latina estão sofrendo as consequências da fome, miséria, desemprego etc. Esta aliança para nós é muito importante para denunciarmos as políticas neoliberais de vários países. A importância da nossa participação ajudou no sentido de denunciar as políticas de destruição da nação aplicadas por FHC, o Novo Mundo Rural, juntamente com o Banco da Terra e a repressão usada contra os trabalhadores. (RODRIGUES, 1999, p. 3, grifos do original).

De acordo com o militante Márcio Bissoli do MST-MS essa organização do MST-MS em regionais foi necessária pela extensão territorial que o movimento conquistava naquele momento, era uma forma de aproximar as áreas e as lideranças

³³ Veio a ser o PA Geraldo Garcia no ano seguinte.

para que o movimento se mantivesse presente nos seus espaços de luta e de resistência, segundo Márcio o critério foi por aproximação, conforme a proximidade dos assentamentos conquistados formava-se uma regional para facilitar o deslocamento da militância, e isso se mantém até os dias atuais, inclusive com dirigentes estaduais por regional e setores. (BISSOLI, 2020).

Em escala nacional o MST organizou seu 10º Encontro Nacional, que foi realizado em Fortaleza em 1999 (29 de novembro a 03 de dezembro) com 500 delegados de 23 estados. No encontro foi celebrado os 15 anos do MST vindo de um processo de construção do Projeto Popular para o Brasil, feito a Marcha Popular pelo Brasil em 1999. O ano apresentou um saldo negativo para a Reforma Agrária em um país cada vez mais dependente do capital internacional. A agricultura estava em sua pior crise, com a diminuição da área cultivada e estagnação da produção e concentração fundiária. O governo adotou as medidas do Banco Mundial para a Reforma Agrária e uma dessas medidas foi o Banco da Terra.

O MST conseguiu massificar a luta, e ao final do ano, alcançou a marca de mais de 500 acampamentos com mais de 72 mil famílias. Nesse contexto, o Movimento organizou uma reunião da Coordenação Ampliada no final de 1999 que ficou conhecido também como Encontro Nacional.

No Mato Grosso do Sul no final desse ano de 1999 o MST-MS havia realizado mais de 40 ocupações de terra desde a Fazenda Santa Idalina, na tabela 10 temos o registro de 39 ocupações, no entanto algumas fazendas foram várias vezes reocupadas, como no caso da Fazenda Palmeira nos anos de 1995 que chegou a ser ocupada por cinco vezes, essas ocupações aconteceram em 17 municípios do Mato Grosso do Sul em cerca de 30 latifúndios improdutivos, e com a participação de mais de 17 mil famílias em 16 anos de luta pela terra no MS. É sempre importante lembrar que até 1989 as ações do MST e da CPT eram de certa forma mescladas, por isso é que observamos que foi no final da década de 1980 que o MST assume o protagonismo das ocupações de terra no Mato Grosso do Sul.

Tabela 10 – Ocupações de terra realizadas pelo MST-MS nos anos de 1984 a 1999

MUNICÍPIO	ÁREA OCUPADA	FAMÍLIAS	DATA
Ivinhema	Fazenda Santa Idalina	1000	28/04/1984
Anastácio	Fazenda Monjolinho	150	23/08/1988
Itaquiraí	Fazenda Itassul	1200	13/02/1989
Jateí	Fazenda Santa Lúcia	600	11/10/1989
Batayporã	Fazenda Mercedina, S. Luiz e S. João	750	06/11/1989
Batayporã	Fazendas Mercedina, São Luiz e São João	30	15/01/1990
Anastácio	Fazenda São Manuel	181	25/01/1990
Bonito	Fazenda São João	105	23/02/1991
Taquarussu	Fazenda Recanto	360	05/04/1991
Bonito	Fazenda Taquaralzinho	313	02/04/1991
Rio Brilhante	Fazenda Aroeira/Santarém/Belas Artes e BR	350	14/05/1992
Jardim	Fazenda Santa Maria /Fazenda Rio Prata	83	27/07/1992
Nioaque	Fazenda Andalúcia e Madalena	400	30/05/1993
Nioaque	Fazenda Andalúcia e Madalena	N.I.*	04/09/1993
Nioaque	Fazenda Andalúcia e Madalena	N.I.	18/11/1993
Nioaque	Fazenda Andalúcia e Madalena	190	17/08/1994
Nioaque	Fazenda Palmeira	160	08/12/1994
Itaquiraí	Fazenda Sul Bonito	420	22/10/1995
Nioaque	Fazenda Palmeira (5ª vez)	N.I.	26/10/1995
Itaquiraí	Fazenda Santo Antônio	1.700	08/03/1997
Itaquiraí	Fazenda Mestiço	1000	N.I./1997
Itaquiraí	Fazenda Santo Antônio	N.I.	19/09/1997
Iguatemi	Fazenda Savana	300	02/01/1998
Nioaque	Fazenda Guaxupé	600	26/01/1998
Itaquiraí	Fazenda Tamakavi	1400	30/01/1998
Rio Brilhante	Fazenda São João	300	23/03/1998
Nova Alvorada do Sul / Rio Brilhante	Fazenda Pam	200	24/03/1998
Naviraí	Fazenda Jequitibá	150	28/03/1998
Guia Lopes da Laguna	Fazenda Nissei	100	02/05/1998
Sidrolândia	Fazenda São João	110	13/07/1998
Japorã	Fazenda Savana II	300	03/08/1998
Itaquiraí	Fazenda Santo Antônio	1300	28/11/1998
Rio Brilhante	Fazenda Beco do Sossego	460	27/03/1999
Nioaque	Fazenda Triunfo	80	15/03/1999
Jaraguari	Fazenda Barreiro	60	13/03/1999
Novo Horizonte do Sul	Fazenda Angelical	1000	19/04/1999
Ivinhema	Fazenda Vitória	1500	17/04/1999
Japorã	Fazenda Remanso Guaçu	60	20/05/1999
Sidrolândia	Estância Belém	300	12/10/1999

*N.I. – Não Informado.

Fontes: Elaboração própria, com base em CPT (2017) / DATALUTA (2017) / MST-MS (2019).

Nesses anos de 1986 a 1999, o MST-MS conquistou e participou da conquista de 28 territórios da reforma agrária no Mato Grosso do Sul, localizados em 14 municípios e com capacidade para 5.845 famílias em uma área de 140.968,1315 hectares, com destaque para o ano de 1998 com a conquista de 10 assentamentos, como podemos ver na tabela 11.

Tabela 11 – Assentamentos conquistados pelo MST-MS nos anos de 1986 a 1999

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CAPACIDADE	ÁREA DO PA	DATA DE CRIAÇÃO
PE* Padroeira Do Brasil	Nioaque	226	2500	17/05/1996
PA Novo Horizonte	Novo Horizonte do Sul	763	16580,3788	10/04/1986
PA Marcos Freire	Anastácio	187	5269,0403	21/10/1987
PA Monjolinho	Anastácio	285	9525,2207	02/12/1988
PA Indaiá	Itaquiraí	633	7340,6719	20/10/1989
PA São Manoel	Anastácio	148	4321,0281	27/02/1992
PA São Luiz	Bataiporã	114	1599,6128	22/07/1994
PA Tamarineiro II	Corumbá	319	10635,5828	15/12/1995
PA São João	Bataiporã	58	856,1606	11/03/1996
PA Paiolzinho	Corumbá	72	1198,0329	11/03/1996
PA Mercedina	Bataiporã	56	803,2433	10/07/1996
PA Andalusia	Nioaque	166	4946,1088	24/09/1996
PA Sul Bonito	Itaquiraí	422	6375,9385	09/10/1996
PA Capão Bonito II	Sidrolândia	308	8231,4968	14/10/1997
PA Floresta Branca	Eldorado	185	4980,9931	30/10/1997
PA Primavera	Jaraguari	71	2535,1451	19/11/1997
PA Santa Rosa	Itaquiraí	200	4048,1606	29/12/1997
PA Guaçu	Itaquiraí	134	2678,3434	29/12/1997
PA Palmeira	Nioaque	113	4172,7154	23/03/1998
PA Aldeia	Bataguassu	217	10718,2345	03/09/1998
PA Rio Feio	Guia Lopes da Laguna	72	2344,7747	30/09/1998
PA São Judas	Rio Brilhante	187	4155,3658	09/10/1998
PA Santa Catarina	Aral Moreira	90	1958,6037	04/12/1998
PA Tamakavi	Itaquiraí	120	3383,567	04/12/1998
PA Boa Sorte	Itaquiraí	65	1597,2011	23/12/1998
PA Savana	Japorã	212	5674,7702	23/12/1998
PA Boa Esperança	Nioaque	126	3945,5065	23/12/1998
PA São Pedro	Sidrolândia	296	8592,2341	23/12/1998

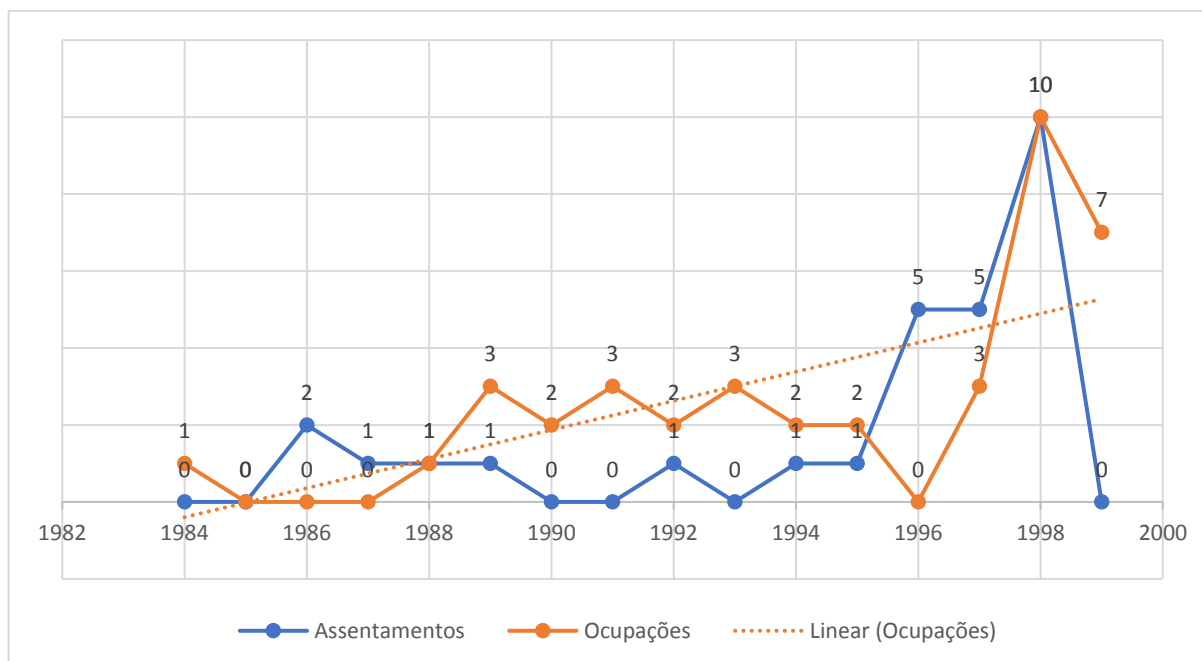
*PE – Projeto de assentamento rural estadual reconhecido pelo INCRA.

Fontes: Elaboração própria, com base em INCRA (2017) / MST-MS (2019).

Se analisarmos o gráfico 19 que compara o número de ocupações com o número de territórios conquistados pelo MST-MS podemos ver que o MST já nasce com a primeira ocupação em Santa Idalina, e realiza mais uma ocupação em 1988 e

3 ocupações em 1989 quando assume com autonomia a luta pela terra no Mato Grosso do Sul.

Gráfico 19 – Ocupações e conquistas de territórios do MST-MS de 1984 a 1999



Fontes: Elaboração própria, com base em CPT (2017) / DATALUTA (2017) / MST-MS (2019).

Entre os anos 1990 a 1994 o MST-MS avança não só para o número de 12 ocupações, mas também com a apresentação de um plano nacional de reforma agrária para o Brasil, dessa forma o MST-MS acumula força com a conquista de 21 territórios da reforma agrária entre os anos de 1995 a 1999, acompanhado do crescimento do número de ocupações de terra que foram 22 no mesmo período, por esses motivos dizemos que o MST-MS acumulou força com experiência nesses anos, se consolidando no Mato Grosso do Sul na década de 1990.

4.2 O crescimento, o refluxo e a resistência ativa no MST-MS (2000-2019)

Neste subcapítulo organizamos quatro seções que julgamos corresponder aos ciclos vivenciados pelo MST-MS nesses últimos 20 anos, pois o MST-MS continuou crescendo nos primeiros anos de 2000 até 2004 com a continuidade das ações apreendidas nos anos anteriores, depois a luta pela terra entra em um refluxo que tem sido contínuo e acelerado nos últimos anos, porém o MST ainda logrou conquistas em territórios da educação, da agroecologia e dos princípios que englobaram a proposta

da Reforma Agrária Popular, até chegar no ciclo atual da resistência ativa, algo que não é uma novidade mas se tornou mais importante com a continuidade desse último refluxo da luta pela terra e o agravamento das pautas do governo eleito em 2018 com relação à questão agrária no Brasil.

4.2.1 Os reflexos do MST do século XX no século XXI (2000-2004)

No ano de 2000, o MST-MS, realizou 13 ocupações de terra, e foram conquistados 6 Projetos de Assentamento rural da reforma agrária por este movimento no Mato Grosso do Sul.

Em janeiro de 2000, foi ocupada a Fazenda Remanso Guaçu, no município de Japorã, com a participação de 250 famílias. Em fevereiro, o MST ocupou a Fazenda La Reina / Araçatuba, no município de Naviraí, com a participação de 211 famílias. No mês de março foram realizadas 3 ocupações de terra pelo movimento, uma na Fazenda Santa Helena, no município de Ponta Porã, com a participação de 350 famílias; uma na Fazenda Aliança, no município de Itaquiraí, com a participação de 300 famílias; e outra na Fazenda Cajurú, no município de Batayporã, com a participação de 100 famílias (CPT, 2017; DATALUTA, 2017). No mês de março também foi criado o Projeto de Assentamento Vacaria, no município de Sidrolândia, com capacidade para 48 famílias, em uma área de 1.067 hectares.

Os Sem Terra ocuparam a sede do INCRA em Campo Grande por 12 dias com a participação de 700 famílias, reivindicando o assentamento das 2.768 famílias acampadas do MS naquele ano, além de cobrarem crédito para as famílias assentadas (PROTESTOS..., 2000, p. 6). Podemos ver no quadro 2 e na tabela 12 o número de famílias acampadas no MS e no Brasil no ano de 2000.

Quadro 2 – Relação de metas do INCRA e acampamentos por região no ano 2000

META DE ASSENTAMENTOS DO INCRA EM 2000			FAMÍLIAS ACAMPADAS 2000	
Região	Metas	Realizado (Famílias)	Número de acampamentos	Famílias
PA	5279	-	3	870
CE	1400	551	-	545
PE	2000	888	201	27.024
MSF*	600	329	-	-
GO	1440	987	2	1.480
BA	3000	1847	70	7.190
MG	2000	304	8	860
RJ	400	85	6	814
SP	1400	19	14	3.225
PR	2100	229	103	6.194
SC	700	114	20	989
RS	1815	7	6	3.700
MA	5768	1822	13	1.924
MT	5710	4181	5	1.410
AC	2312	-	-	-
AM	1919	-	-	-
MS	3300	473	13	2.768
RO	2309	1982	8	1.220
PB	1800	682	12	1.590
RN	2000	-	19	1.303
ES	400	-	8	700
AP	1206	505	-	-
AL	1300	45	52	8.687
SE	1000	55	46	5.575
PI	1600	778	4	495
RR	1116	-	-	-
TO	3100	1515	5	1.960
MB**	6826	537	-	-
DF/EM***	1200	1015	7	2.000
Total	65000	18950	625	82.523

* Médio São Francisco. **Marabá. ***Distrito Federal e Entorno.

Fonte: Incra *apud* MST (2000, p. 10).

No mês de abril, foram realizadas duas ocupações de terra pelo MST, uma na Fazenda Ramallete, no município de Rio Brilhante; e outra na Fazenda Santa Letícia, no município de Nova Andradina, com a participação de 50 famílias nesta ocupação. Em junho houve uma ocupação de terra na Fazenda Santa Terezinha, no município de Eldorado, com a participação de 1.000 famílias; em agosto foi ocupada a Fazenda Santa Lúcia, no município de Aquidauana, com a participação de 70 famílias; e em setembro a Granja Córrego Fundo, no município de Terenos, com a participação de 50 famílias. (CPT, 2017; DATALUTA, 2017).

O 4º Congresso Nacional do MST foi realizado em Brasília (DF), entre os dias 7 a 11 de agosto do ano 2000, com a palavra de ordem “Reforma Agrária: por um país sem latifúndio!”, “Nele estiveram presentes mais de 11 mil militantes do movimento

vindos dos 23 estados em que o MST estava organizado na época, entre eles 107 estrangeiros de 25 países representando 45 organizações.” (TURMA EDUARDO GALEANO, 2016, p. 55).

Em outubro o MST-MS, realizou duas ocupações de terra, uma na Fazenda Vitória de Ivinhema, no município de Novo Horizonte do Sul, com a participação de 200 famílias; e outra na Fazenda Junqueira, no município de Eldorado, com a participação de 450 famílias. (idem).

No mês de novembro, foi criado o Projeto de Assentamento rural Dorcelina Folador, no município de Ponta Porã, com capacidade para 270 famílias, em uma área de 8.011,85 hectares.

No mês de dezembro, o MST-MS ocupou a Fazenda Nova Era, no município de Ponta Porã, com a participação de 90 famílias. E nesse mesmo mês, este Movimento conquistou 4 Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Foram criados o PA Aliança, no município de Itaquiraí, o PA Itamarati-MST, no município de Ponta Porã, o PA Margarida Alves no município de Rio Brilhante, e o PA Geraldo Garcia no município de Sidrolândia, conforme a tabela 15.

No ano de 2000, foram conquistados pelo MST-MS, 6 Projetos de Assentamento, com capacidade para 982 famílias somados, e área de 26.409,1952 hectares, em 4 municípios.

No mesmo ano em que foram realizadas 13 ocupações de terra por este movimento, com a participação de 3.121 famílias, em 12 municípios, como pode ser visto na tabela 14.

Com isso o MST-MS chega ao ano de 2001 com 14 acampamentos e 2.887 famílias acampadas no estado, de um total de 555 acampamentos em todo Brasil do MST com 76.066 famílias acampadas a espera de serem assentadas (GOVERNO..., 2001, p. 9). As metas do INCRA já eram abaixo da demanda por terra, e o número de famílias assentadas muito abaixo da meta, ou seja, a meta de assentamento no MS era de 3.300 famílias e foram assentadas somente 473, a meta nacional era de 65.000

e foram assentadas somente 18.950, isso demonstra que no MS foram cumpridos somente 14.33% da meta e no Brasil somente 29.15% do INCRA. (MST, 2000, p. 10).

Tabela 12 – Acampamentos do MST no Brasil no ano 2000

Estado	Acampamentos do MST	
	número	famílias
AL	52	8687
BA	59	6886
CE	4	210
DF	4	515
ES	5	690
MA	14	1182
MG	8	860
MS	14	2887
MT	5	1410
PA	4	826
PE	203	28024
PI	4	495
PR	42	5578
TO	5	1960
RJ	6	860
RN	19	1303
RS	11	2119
RO	8	1220
SE	42	3790
SC	15	949
SP	14	3225
TOTAL	555	76066

Fonte: MST (2000).

No ano de 2001, foi criado um Projeto de Assentamento, conquistado pelo MST-MS, foi o PA Silvio Rodrigues, no município de Rio Brilhante, com capacidade para 120 famílias. No entanto, foram realizadas 7 ocupações de terra por este movimento.

Em janeiro, foi ocupada a Fazenda Sanguessuga / Estancia Caimã, no município de Miranda; em fevereiro, a Fazenda Santa Rita I, no município de Paranhos, com a participação de 95 famílias nesta ocupação. Em maio, foram duas ocupações, uma na Fazenda Guassu, no município de Angélica; e outra na Fazenda Fortaleza, no município de Anastácio / Dois Irmãos do Buriti, com a participação de 200 famílias nesta ocupação, porém, essas duas ocupações no mês de maio, foram realizadas em conjunto entre o MST e a CUT. (CPT, 2017; DATALUTA, 2017).

No dia do trabalhador rural de 2001 o MST-MS conseguiu articular várias ações do estado de Mato Grosso do Sul nos dias 23 a 25 de julho, em Eldorado, Sidrolândia,

Dois Irmãos do Buriti, Jardim e Novo Horizonte do Sul. Desde trabalhos voluntários, distribuição de sementes, de panfletagens explicando a mobilização e contra a venda dos lotes da reforma agrária, o MST sempre se posicionou contra a venda dos lotes, que foram conquistados depois de tanta luta e custo de vida e sangue de muitos Sem Terra, até solicitaram ao INCRA que fossem retomados os lotes vendidos e punidos os que venderam.

Próximo ao dia da independência entre 3 e 7 de setembro o MST organizou mais uma Jornada Nacional de Luta naquele ano de 2001, mobilizando 23 estados do país e mais de 16 mil pessoas, contra a paralização da reforma agrária, no Mato Grosso do Sul o MST-MS montou um acampamento com 700 Sem Terra em frente à sede do INCRA no estado (23 ESTADOS..., 2001, p. 8-9). Naquele ano apenas um assentamento havia sido criado para assentar acampados do MST-MS, com uma capacidade para apenas 120 famílias, e ao custo das vidas dos dois companheiros assassinados, com o nome de Silvio Rodrigues sendo escolhido pelo MST para lembrar o espírito militante do militante que deu sua vida na luta pela terra, foi o Projeto de Assentamento Silvio Rodrigues, que após o duplo homicídio as autoridades se apressaram para finalizar os procedimentos burocráticos de criação do assentamento.

Quanto às ocupações de terra, no mês de junho a Fazenda Santa Edwirge, no município de Rio Brillhante, foi ocupada pelo movimento. E em setembro foi criado o PA Silvio Rodrigues, nesse mesmo município. E em outubro foram realizadas duas ocupações de terra pelo MST. Uma na Fazenda Estrela Velha, no município de Iguatemi, com a participação de 51 famílias; e outra na Fazenda Fortaleza, no município de Anastácio, com a participação de 200 famílias, como podemos ver na tabela 14.

O MST realizou e participou de 7 ocupações de terra em 2001, em 7 municípios, com a participação de mais de 550 famílias, já que não temos informações da quantidade de famílias em 3 destas 7 ocupações. E duas destas ocupações foram realizadas junto com a CUT.

No último ano do Governo FHC em 2002, já havia uma lista de medidas e ações desse governo que haviam sido tomadas contra o MST e em defesa do agronegócio.

Desde as Medidas Provisórias que suspendiam a vistoria das terras ocupadas por 2 anos e por mais 2 anos em caso de reincidência, assim como excluir quem fosse identificado ocupando prédio público da lista de beneficiários da reforma agrária, até utilizar a Polícia Federal contra o MST o que provocou um aumento de prisões de integrantes do movimento, e medidas como o Projeto do Banco da Terra que induzia o trabalhador rural a negociar direto com o fazendeiro para comprar a terra por meio de empréstimo bancário, e ainda a chamada reforma agrária pelo correio que foi outro fiasco. (BRASIL, 2000; 2001; 1993).

Implantou o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos. No segundo mandato do Governo Fernando Henrique, essa política cresceu em detrimento das desapropriações. Também destruiu a política de crédito especial para a reforma agrária, criada durante o Governo Sarney, e a política de assistência técnica, prejudicando centenas de milhares de famílias assentadas, intensificando o empobrecimento. Ainda cortou verbas para a política de educação nos assentamentos, que fora criada a partir de um conjunto de ações do MST. De 1999 a 2002, o MST e outros movimentos camponeses experimentaram um enorme refluxo da luta pela terra. Esse era o segundo refluxo experimentado desde a retomada da democracia brasileira e as eleições livres para presidente. (FERNANDES, 2008c, p. 45).

Para o movimento essas “[...] medidas políticas, judiciais, legislativas e operacionais que representaram um cerco ao MST e aos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária.” Foram ações que ao longo dos anos alteram os resultados da luta pela terra, e pioram o quadro da reforma agrária no país e no Mato Grosso do Sul, a única vantagem foi para os latifundiários e o agronegócio que se viam cada vez mais blindados pelo Estado brasileiro em detrimento da criminalização dos Sem Terra. (AS ARTIMANHAS..., 2002, p. 10).

Em 2002, foram realizadas 2 ocupações de terra, e foi criado um Projeto de Assentamento da reforma agrária, conquistado pelo MST. Uma ocupação de terra foi na Fazenda Bonanza, no município de Ponta Porã, no mês de janeiro, com a participação de 150 famílias; e a outra foi no mês de maio, no dia do trabalhador, no município de Novo Horizonte do Sul, com a participação de 200 famílias. E no mês de julho foi criado o PA Teijin no município de Nova Andradina, com capacidade para 1.094 famílias, em uma área de 28.497,8194 hectares. Esse PA para o MST-MS foi batizado como *PA 17 de Abril*, José Jusceli dos Santos, assentado no 17 de abril

comenta como foi esse processo de transformação do latifúndio ao projeto de assentamento de reforma agrária,

Se você olhar o Assentamento Teijin era o assentamento mais duvidoso do Mato Grosso do Sul, porque nós estamos em uma região de solo arenoso bem arenoso e aqui que pra fazer pra assentar aqui foi uma luta muito grande. Aqui veio Globo, Record Bandeirantes Canal Rural, aqui tinha mais de dez mil cabeças de gado, naquela época que aqui era do grupo Toyota e os cara num queria que desapropriasse isso aqui de maneira nenhuma, porque era uma fazenda produtiva e etcétera. Então eh nós sofremos muito aqui foram dezessete liminares, hora era nós, hora era o fazendeiro, então nós deitava pobre manhecia rico, deitava rico e manhecia pobre, como dizia o povo aqui e foi uma luta muito grande. Hoje, quando tinha, eles diziam que era produtivo e tinha mais de dez mil cabeças de gado. Hoje tem mais de trinta mil cabeças de gado na mesma área. Não tinha nem um litro de leite. Hoje tem chega dá sessenta mil litros de leite dia, tinha vinte e sete funcionários. Hoje tem mil duzentos e quarenta e quatro famílias assentadas. Aqui chegou ter setecentos alunos estudando. Nova Andradina era a nona cidade passou a ser a sétima, então do ponto de vista social, econômico, político é incomparável, né. As vantagens que tem a reforma agrária é versus latifúndio. (SANTOS, 2020).

Em entrevista Santos explica que foi acampado no Acampamento 17 de abril, mesmo nome com que foi batizado o assentamento pelo MST, ele sempre atuou no setor de cultura no movimento, e foi um dos coordenadores do projeto de construção das casas para mais de 3000 famílias assentadas no Mato Grosso do Sul, ficou acampado por cerca de 4 anos até a conquista do assentamento em 2002. (SANTOS, 2020).

Foi o ano em que aconteceu o 11º Encontro Nacional, em Belo Horizonte, de 14 a 18 de janeiro de 2002 e contou com 1100 delegados de 23 estados. Teve como principal fato da conjuntura o 11 de setembro. Foi feito um balanço da década de 1990 (o neoliberalismo), foram debatidos as eleições presidenciais e o Projeto Popular para o Brasil (produzido um documento com propostas). Sendo aprovado nas normas gerais do MST a paridade de gênero na DN e nas demais instâncias do Movimento.

Quais os limites das lutas camponesas no período neoliberal? O fracasso da experiência socialista do século XX, o fim da União Soviética, a mudança da China para o capitalismo, as políticas de reajuste estrutural neoliberais, a criação de instituições como a Organização Mundial do Comércio – OMC, em escala internacional, e de instituições nacionais voltadas para o rearranjo das organizações capitalistas e minimização do Estado fortaleceram ainda mais o modelo hegemônico, de modo que as organizações não capitalistas foram ainda mais subordinadas. *Estas são mudanças políticas que não podem ser desconsideradas nas análises da questão agrária.* As políticas neoliberais foram adotadas nos programas de governo de Fernando Collor de Mello,

Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso que trataram de adequar o país aos ajustes estruturais com a privatização de empresas estatais e de parte dos serviços públicos, como educação, saúde e segurança, além da malfadada flexibilização do trabalho. No Brasil, o agronegócio se expande articulando os sistemas: agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico e ideológico, apresentando-se como o *modelo de desenvolvimento da agricultura*. Um exemplo da amplitude do sistema ideológico do agronegócio é o Movimento Sou Agro. [...] (FERNANDES, p. 63, 2018, grifo do autor).

Nesse ano de 2002, o governador Zeca do PT foi reeleito no MS, e Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito o presidente do Brasil. Durante o Governo Zeca no MS, foi um período diferenciado para o MST no Mato Grosso do Sul, pois era possível um diálogo com o governador do estado que havia sido presente nas lutas e no passado do movimento, foi o único governador do estado do MS com um perfil mais próximo à luta pela terra, apesar de não ter havido mudanças estruturais nos aspectos econômicos do estado houve no aspecto político. Com a eleição do Lula criou-se um espírito de esperança mais profunda e palpável pois com a combinação “Lula lá! Zeca cá!” como diziam os militantes à época era possível alcançar essas mudanças estruturais no imaginário de muitas pessoas. (MORETI, 2020; LIMA, 2020).

No ano de 2003, foi criado um assentamento, pelo governo estadual do MS, José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT), conquistado pelas famílias do MST, é o PE São Francisco, no município de Maracaju, com capacidade para 7 famílias, em uma área de 140 hectares. Nesse ano, o MST realizou 8 ocupações de terra, em 6 municípios, com a participação de 2.270 famílias somadas, conforme dados do DATALUTA (2017).

No mês de março foram ocupadas, as Fazendas Santa Maria, no município de Rio Brilhante, com a participação de 100 famílias; e a Fazenda Santa Terezinha, no município de Eldorado, com a participação de 100 famílias; no mês de abril a Fazenda Santa Terezinha foi reocupada com 100 famílias; em maio houveram mais duas ocupações, uma na Fazenda Nova Espadilha, na divisa entre os municípios de Itaquiraí e Naviraí, com a participação de 580 famílias; e a Fazenda Aruanã / Mutum, no município de Bonito, com a participação de 380 famílias.

Em junho, foi criado o Assentamento São Francisco em Maracaju. E foi ocupada a área próxima ao Assentamento Amparo, no município de Dourados, com

a participação de 20 famílias. Em agosto, foi ocupada a Fazenda Coimbra 3M, no município de Itaporã, com a participação de 850 famílias; e no mês de setembro, a Chácara São José, no município de Eldorado, com a participação de 140 famílias. (CPT, 2017; DATALUTA, 2017).

Os assentamentos conquistados pelo MST-MS estavam em constante avanços em sua produção, provando os resultados positivos da reforma agrária no Mato Grosso do Sul e a eficiência da organicidade do MST,

No dia 1º de agosto, o assentamento Conquista da Fronteira, em Ponta Porã, recebeu a visita dos ministros José Graziano, da Segurança Alimentar, e Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, além de Amauri Dimarzio, secretário executivo do Ministério da Agricultura. Nessa data aconteceu a colheita do feijão, que será parcialmente doado ao Programa Fome Zero. (ASSENTAMENTO..., 2003, p. 6).

O assentamento *Conquista da Fronteira* (Itamarati I), havia sido criado no dia 29 de dezembro do ano 2000, e em menos de 3 anos estava ajudando a acabar com a fome no Brasil.

No mesmo mês em que Fazendeiros armados ameaçaram famílias acampadas do MST-MS, após a ocupação da Fazenda Coimbra no dia 24 de agosto de 2003, “Os latifundiários da região, articulados pelo MNP (Movimento Nacional de Produtores) e pelo presidente da UDR (União Democrática Ruralista) de São Paulo, Narciso Clara, coordenaram uma carreata e montaram acampamento em frente da Fazenda Coimbra, [...]” o clima foi tenso, pois havia um impedimento da passagem dos acampados, com ameaças de violência, e “[...] No dia 26, quatro trabalhadores foram presos acusados de formação de quadrilha, sequestro e roubo.” Além disso as áreas que já haviam sido vistoriadas, desapropriadas e com imissão de posse passaram a ser contestadas na justiça e o INCRA estava perdendo os processos. A ocupação foi com o objetivo de que o INCRA fizesse a vistoria no local para avançar nos procedimentos de desapropriação dos latifúndios improdutivos. (FAZENDEIROS..., 2003, p. 6).

Esse tipo de fato que demonstra a unidade dos poderes de Estado com a oligarquia agrária do Mato Grosso do Sul, assim como acontece no Brasil, porque

esse fato não é o único nem no MS e nem no Brasil, são situações que se repetem na história do país e na história do MST. É a disputa paradigmática refletida na realidade dos atores e sujeitos políticos da história da luta pela terra.

Em janeiro de 2004 o MST realizou seu 12º Encontro Nacional, em São Miguel do Iguaçu (PR), onde comemorou 20 anos de Movimento. “No Assentamento Antônio Tavares (antiga Fazenda Mitacoré, área desapropriada que pertenceu ao banco Bamerindus)”, a 45 km de Foz do Iguaçu. Com a participação de cerca de 1200 delegados de 23 estados onde o Movimento tem atuação.

Em 2004, foram criados 2 assentamentos conquistados pelo MST-MS, e foram realizadas 15 ocupações de terra por esse movimento, é o maior número de ocupações registradas em um ano, realizadas pelo MST-MS, com a participação de 4.668 famílias, em 11 municípios.

Foram criados em março o assentamento estadual, durante o governo Zeca do PT, PE Paulo Freire, no município de Dois Irmãos do Buriti, com capacidade para 61 famílias, em uma área de 1.525,3456 hectares. E, no mês de setembro, o projeto de assentamento pelo INCRA, PA Itamarati II – MST, no município de Ponta Porã, com capacidade para 568 famílias, ambos conquistados pelo MST. Esse PA foi batizado pelo MST-MS com o nome de *PA Nova Conquista*.

Em março, também foram realizadas 4 ocupações de terra pelo MST, nas Fazendas Boa Vista, no município de Sidrolândia, com a participação de 500 famílias; na Fazenda Figueira, no município de Jardim; no município de Caarapó, Acampamento 1º de agosto; e na Fazenda Santa Rosa, no município de Angélica, com a participação de 200 famílias.

No mês de abril, o MST realizou 3 ocupações, na Fazenda Vista Alegre, no município de Ivinhema, com a participação de 220 famílias; na Fazenda Nova Espadilha, no município de Itaquiraí, com a participação de 200 famílias; e em uma área a 15 km da cidade de Dourados. Em agosto, foi ocupada, a Fazenda Aruanã / Mutum, no município de Bonito, com a participação de 350 famílias. E em outubro, a Fazenda Itamarati II, no município de Ponta Porã, com a participação de 600 famílias.

Já em novembro, foram 5 ocupações de terra, em 5 municípios, com a participação de 1.548 famílias somadas. O que demonstra uma excelente articulação do MST-MS nesse período. E em dezembro, foi ocupada a Gleba Piravate da Empresa Someco, no município de Ivinhema, com a participação de 50 famílias, como podemos observar na tabela 14. Após aquele ano de 2004, percebemos uma redução do número de ocupações realizadas pelo MST-MS.

4.2.2 O refluxo da luta pela terra (2005-2009)

No mês de maio de 2005, foi realizada a marcha nacional do MST, com a chegada em Brasília (DF), participaram da marcha 12 mil militantes de 22 estados e do DF. Como parte da mobilização os Sem Terra fizeram várias audiências com as autoridades competentes em tudo que envolve a Reforma Agrária, e por fim, firmaram um compromisso com o presidente Lula com prioridade para 7 pontos, entre eles o cumprimento das metas do II PNRA para 2005 e 2006; Revisão dos índices de produtividade; a reestruturação e o fortalecimento do INCRA; a prioridade dos acampados mais antigos para serem assentados, assim como auxílio de cestas básica; recursos para o PRONERA; e acesso a crédito para os assentados da reforma agrária.

Quadro 3 – Números da marcha nacional de 2005

A Marcha em números
12 mil participantes
22 estados + o Distrito Federal
350 pessoas na equipe de infraestrutura
150 banheiros químicos
10 caminhões pipas
420 pessoas na equipe de alimentação
16 quilômetros a média percorrida por dia
250 mil litros de água consumidos por dia
24 mil refeições servidas diariamente
6 ambulâncias
320 militantes do MST capacitados em primeiros socorros e fitoterapia
130 crianças
70 educadoras e educadores

20 pessoas operando a Rádio Brasil em Movimento

3 quilômetros de alcance da rádio

270 militantes participando das atividades teatrais

6 grupos de teatro do MST

Fonte: Valentini (2005, p. 3).

Enquanto no Mato Grosso do Sul, em 2005, foram realizadas 4 ocupações de terra e foram criados 5 assentamentos conquistados pelo MST-MS. As ocupações foram as quatro no município de Ponta Porã, nas Fazendas Itamarati II que veio a se tornar o “*PA Nova Conquista*” do MST, com a participação de 2.000 famílias, na Fazenda Patata, com a participação de 500 famílias, nos meses de maio e junho respectivamente; e foram feitas duas ocupações na Fazenda Tapera, no mês de julho, com a participação de 250 famílias e no mês de outubro com a participação de 150 famílias. (CPT, 2017; DATALUTA, 2017).

Na semana do 25 de julho, dia do trabalhador e trabalhadora rural, houveram mais mobilizações nacionais em quase todos os estados do Brasil, com intuito de incentivar o cumprimento dos compromissos feitos pelo governo com a reforma agrária e com o MST durante a marcha nacional de maio, no Mato Grosso do Sul foram realizados atos com a ocupação do INCRA em Dourados, montando um acampamento com mais de 1000 pessoas, em frente ao prédio 2000 mil pessoas fizeram uma passeata somando no ato outros movimentos que juntos entregaram um manifesto com pontos da proposta de mudanças na agenda econômica do governo. Em Campo Grande, também houve manifestação com a participação de mais de 600 pessoas. (SEM TERRA..., 2005, p. 8).

Essas ações de maio e julho, entre outras estavam dando resultados, inclusive com relação à pauta debatida com o governo federal durante a marcha nacional, quase todos os pontos estavam em andamento e alguns haviam sido cumpridos, como o aumento de recursos para cumprir a meta de assentamentos novos, contratação de novos servidores para o INCRA e novo concurso público para o órgão, assim como as cestas básicas e os recursos para o PRONERA. Quanto a revisão dos índices de produtividade, nada havia sido feito, ou seja, não havia previsão de alteração.

No MS, foram conquistados pelo MST 5 assentamentos. No mês de julho, o PA Angélica que para o MST-MS se chama “*PA Estrela do Sul*”, no município de Angélica, com capacidade para 120 famílias, em uma área de 1.825,151 hectares; no mês seguinte, o PA Ranildo da Silva nome em homenagem ao militante assassinado no ano 2000, no município de Nova Alvorada do Sul, com capacidade para 176 famílias; e no mês de dezembro os PAs Barra Nova e Eldorado que foi batizado pelo MST como “*PA Che Guevara*”, no município de Sidrolândia, com capacidade para 269 e 640 famílias; e o PA Santa Mônica -MST para o MST “*PA Emerson Rodrigues*”, no município de Terenos, com capacidade para 166 famílias, em uma área de 20745,265 hectares, como podemos ver na tabela 15.

Apesar dessas conquistas de 2005 a custo de muita luta pela terra, a meta do PNRA II de assentar 9.000 famílias no MS naquele ano não seria cumprida. Os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra estavam com razão impacientes com a falta de compromisso do governo federal. Em novembro em conjunto com a CUT e a FETAG, o MST-MS ocupou a sede estadual do INCRA com cerca de 500 pessoas na ação conjunta. E no mesmo dia houve o trancamento de rodovias no estado em 13 pontos por 4.000 participantes. Após obterem a garantia de assentamento por parte do INCRA retornaram às suas bases. (SEM TERRA..., 2005, p. 6).

Foi realizada uma ocupação em outubro, na Fazenda Macaco, no município de Angélica, com a participação de 400 famílias em conjunto com a FETRAF. No mesmo mês, foi criado o Projeto de Assentamento Barreiro, no município de Anaurilândia, com capacidade para 88 famílias, em uma área de 3.570,71 hectares.

Nesse ano em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi reeleito, no Mato Grosso do Sul quem se elegeu para governador foi André Puccinelli (PMDB), que assumiu o governo do MS no dia 1º de janeiro de 2007. Se com o governo Zeca do PT havia um diálogo e uma aproximação com o MST-MS, no governo André Puccinelli o agronegócio se reposicionou como de hábito, fechando mais esse espaço que havia alterado a relação política em favor do movimento, como comentam a militância “o pouco ajudou muito”, pois havia sido regularizado a entrega de cestas básicas aos acampados, a violência pela polícia militar havia reduzido, houve a

criação de dois Projetos de Assentamentos Estaduais, e o diálogo estava sempre aberto para parcerias e convênios com o Estado. (LIMA, 2020).

No mês de março, houve a entrega simbólica do PA Santo Antônio, no município de Itaquiraí, na área da Fazenda Santo Antônio, que havia sido ocupada desde 1997 pelo MST, onde foi montado o acampamento 8 de março, um dos maiores do Brasil, com mais de 2.500 famílias, e que também foi ocupada em novembro de 2004 com a participação de 750 famílias. A fazenda pertencia ao grupo Bertin, o mesmo grupo possuía fazendas também em Sidrolândia, que foram ocupadas e destinadas para fins de reforma agrária, com a atuação efetiva do MST-MS, que lutou até que as famílias fossem assentadas. (FAMÍLIAS..., 2007, p. 7).

Na Jornada Nacional de lutas de abril de 2007, o MST organizou ações em 23 estados, com a participação de 16 mil famílias, que fizeram 81 ocupações, bloquearam 25 pedágios, trancaram 18 rodovias e fizeram protestos em 22 prédios públicos, no Mato Grosso do Sul foi realizada uma ocupação de terra e um ato em Campo Grande. (JORNADA..., 2007, p. 7).

Nesse mesmo ano, a palavra de ordem do 5º Congresso Nacional do MST foi “Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular”. E como podemos observar segundo Gasparin (2017, p. 110):

O 5º Congresso do MST, o maior da história do MST, que reuniu mais de 17.500 delegados entre 11 e 15 de junho de 2007, em Brasília, se enquadrou dentro de uma nova conjuntura da questão agrária e da sociedade brasileira, que sofreu mudanças na década de 1990, com o processo de globalização capitalista.

Desse Congresso, o MST publicou uma carta com 18 compromissos assumidos, entre eles: lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra, defender as sementes nativas e crioulas e contra as transgênicas, pelo ensino em todos os níveis e público, fortalecer a articulação dos movimentos sociais e a integração da América Latina, assim como dos oprimidos e explorados do mundo. (CARTA..., 2007, p. 15).

No MS em 2007, foi realizada uma outra ocupação, porém foram conquistados 6 assentamentos pelo MST-MS. A ocupação, foi na Fazenda Meira Fernandes, no município de Jardim, com a participação de 60 famílias, em conjunto com a CONTAG, no mês de setembro. Já os PAs foram criados no mês de julho, outubro e dezembro, em 6 municípios, com capacidade para 1.514 famílias, conforme a tabela 15.

O ano de 2007 foi o ano em que mais foram criados assentamentos rurais no Mato Grosso do Sul, foram criados 25 Projetos de Assentamentos rurais, naquele ano. No entanto, ainda estava muito longe da meta estabelecida no II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA).

No ano seguinte de 2008, na jornada de lutas do mês de março, as mulheres camponesas do MST e Via Campesina, realizaram manifestações em vários estados do Brasil, sendo que no MS “mais de 300 Sem Terra realizaram um protesto em frente à transnacional Cargil, na cidade de Dourados, e pararam a fábrica por algumas horas para protestar contra o avanço do agronegócio, que penaliza o trabalho de camponeses da região e em todo país.” Essa ação marcou a Jornada do 8 de março no Mato Grosso do Sul. (MULHERES..., 2008, p. 7).

Já na Jornada de Lutas de abril, que envolveu 22 estados, a pauta das reivindicações se deu principalmente quanto ao plano emergencial de assentamento de todas as 150 mil famílias acampadas naquele ano de 2008, quanto ao crédito e para com a construção e reformas das habitações rurais nos assentamentos. Mais de 35 mil famílias participaram das ações em todo país, com ocupações, marchas, protestos e outras formas de manifestações. (TERRA..., 2008, p.8-9).

A criminalização das ocupações se consolida pelo poder judiciário em 8 de setembro de 2008 com a 210ª edição do diário de justiça do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que publicou a Súmula n. 354 “A invasão do imóvel é causa de suspensão do processo expropriatório para fins de reforma agrária.” Essa súmula foi criada a partir de precedentes de julgados provocados em quatro estados (MT, GO, MG, PA e DF) que haviam promovido Recursos Especiais ao STJ que tiveram a mesma decisão a favor das Medidas Provisórias editadas por Fernando Henrique Cardoso (FHC), nesse momento, fica evidente a confluência dos três poderes de

Estado pelo Paradigma do Capitalismo Agrário, pois com a edição da lei pelo executivo e a anuência do legislativo, resta por fim apelar para a justiça que não deixa dúvidas em consolidar o paradigma hegemônico.

Do latifúndio improdutivo às transnacionais do agronegócio, foi uma transição do sistema que afetou a luta pela terra. Onde o inimigo não era mais um grande fazendeiro ou uma oligarquia rural de determinada região. Mas sim, bancos, conglomerados, grande mídia, e o mercado financeiro. Em meio à crise econômica de 2008 o mercado se reestruturou, e o agronegócio se fortaleceu, o Estado brasileiro, foi o grande fiador desse modelo neoliberal, garantindo tudo que fosse necessário para que o monopólio econômico se perpetuasse, nos grandes setores econômicos do país, principalmente o do agronegócio.

No entanto, essa construção de imagem como esforço político encontra outras apropriações possíveis. Assim, à medida que o termo agronegócio se impõe como símbolo da modernidade, passa a ser identificado, pelas forças sociais em disputa, como o novo inimigo a ser combatido. Já no início do ano 2000, verifica-se, por exemplo, entre os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina um deslocamento de seus opositores: cada vez menos o adversário aparece como sendo o latifúndio e cada vez mais é o agronegócio. Esse deslocamento traz consigo novas vertentes: à crítica à concentração fundiária soma-se à denúncia do próprio cerne do agronegócio, sua matriz tecnológica. Assim, surgem críticas ao uso de sementes transgênicas, ao uso abusivo de agrotóxicos, à monocultura. Ao modelo do agronegócio passa a ser contraposto o modelo agroecológico, pautado na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da policultura, dos cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre a produção de sementes. (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 87).

Um inimigo modernizado mesmo que, apesar da tecnologia se mantenha conservador, exige um novo modelo de contraproposta, e nesse caso a pauta da Reforma Agrária Popular começa a ganhar cada vez mais força. Por ser mais abrangente que a proposta anterior (A reforma agrária que queremos) e por pensar em uma luta não só pela terra, mas por mudança estrutural, que vá de encontro às propostas neoliberais sistêmicas do agronegócio.

No 13º Encontro Nacional do MST que foi realizado em Sarandi (RS), entre os dias 20 a 24 de janeiro de 2009, em comemoração aos 25 anos do Movimento. Com a participação de 1.500 Sem Terra de todas as partes do Brasil, e delegações internacionais. A escolha do local do XIII Encontro Nacional culminado com os 25 anos

do MST, não foi por acaso, pois foi um retorno simbólico às origens do MST onde foi realizada uma das primeiras ocupações do movimento, ou seja, foi um Encontro de muitos reencontros com olhares para o passado e para o futuro.

Nesse momento de 2009, já haviam muitas críticas ao Governo de Luís Inácio Lula da Silva, pois até então, das promessas de campanha de 2002 e 2006 voltadas à Reforma Agrária pouca coisa havia se concretizado, não havia mudanças substanciais quanto ao governo anterior de FHC que foi o inimigo declarado do MST.

Portanto, no Brasil, mas, sobretudo em Mato Grosso do Sul, o Governo Lula não cumpriu a promessa, feita nas eleições de 1994 e 1998, de realização da reforma agrária em uma “única canetada”, pois abandonou os compromissos com os movimentos socioterritoriais e as próprias metas estabelecidas na elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, ainda no seu primeiro mandato (2003-2006). (NARDOQUE, 2018, p. 251).

Nessa conjuntura o MST-MS realizou seu 24º Encontro Estadual entre os dias 10 a 13 de dezembro em Nova Alvorada do Sul, esse encontro homenageou os professores guarani-kaiowas Rolindo e General Vera que haviam sido assassinados no estado. Sabendo que no ano de 2008 e no ano de 2009 foram criados apenas um assentamento rural em cada ano, conquistados pelo MST-MS, os PAs Rancho Alegre no município de Corguinho com capacidade para 25 famílias em 2008 e o PA Sete de Setembro no município de Terenos com capacidade para 174 famílias em 2009. Sendo que em 2008 foram criados 8 assentamentos no estado e em 2009 foram criados 4 no total, percebe-se uma redução progressiva do número de assentamentos novos tanto no Brasil quanto no MS. Outro ponto importante é que não encontramos registros de ocupações de terra do MST-MS nesses dois anos de 2008 e de 2009. Ao entrevistar Júlio Moreti da coordenação estadual do MST-MS, é perceptível em suas palavras algumas mudanças que estavam acontecendo nesses anos,

[...] em dois mil e cinco ou dois mil e seis. Acho que dois mil e cinco o dezessete de abril é assentado o Oziel mandou a gente pra tudo quanto é lugar. Aí em dois mil e cinco também os últimos remanescentes do Oziel foram assentados no Ernesto Che Guevara que também é conhece, conhecido como Fazenda Eldorado, ainda em dois mil e cinco. O João Batista, que era um acampamento gigantesco daqui de Sidrolândia, também foi assentado aqui. Em Sidrolândia, também na Fazenda Eldorado, tivemos a Santa Rosa em dois mil e cinco muito a Conesul muitos assentamentos. Então foi assim um ano de muitos assentamentos e aí deu. Começou dá uma travada sabe, começou de dois mil e cinco para frente começou a travar e eu tô tentando catar aqui no dedo. Qual que foi o último assentamento que saiu

ali deve ter saído o sete de setembro, mas ali já foi em dois mil e oito um pouquinho antes da Nazaré. Eh então assim, Aí a gente começou a fazer muitas mobilizações de reivindicação interna aqui no Estado. Eh pra reivindicar melhorias, crédito para as casas foi tão já é um período de muita mobilização nossa, mesmo no governo, no governo do Lula e do Zeca. Aí a gente tem em dois mil e seis ganhou o André Puccinelli, inimigo declarado do MST aí muito eh muito do apoio que tinha dos parlamentares, da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, cessa e é ao mesmo tempo, a gente estava com um número de acampados já bem menor, porque a maioria foi assentada ali, dois mil e cinco dois mil e seis ahm então são tempos de reformulação é o tempo do Congresso lá reforma agrária por justiça social e soberania popular. O agronegócio já tava bombando aqui no Estado, né. Então a gente vai ter dali pra frente cada vez menos pessoas acampadas, mas a militância a gente ainda colhendo frutos dos agitos que foram feitos nos anos dois mil, com número de militantes crescendo muito alguns indo assentado. Então era pela primeira vez a gente tava, tendo vários militantes nossos assentados, boa parte da direção, sendo assentada, tanto que no encontro estadual de dois mil e nove. Se eu não me engano, acho que foi posso tá errado. A gente viu que tava meio a meio. A gente já não tinha noventa e nove por cento de nossos dirigentes assentados. A gente já tinha a maioria. É metade, acampada, metade assentada em dois mil e onze quando o Egídio falece a gente já tem a maioria é assentado. Aí tem uma outra gama de dificuldades, pras reuniões pra diversas atividades. [...] (MORETI, 2020).

Foram acontecendo alterações como uma inversão da quantidade de militantes que nos anos anteriores eram acampados e nesse período foram assentados, a redução da criação de novos assentamentos da reforma agrária, e o aumento de mobilizações para fortalecer as áreas conquistadas como estruturas mínimas para a produção, para a educação, saúde, e comercialização da produção.

4.2.3 A conquista de novos territórios (2010-2014)

Nesse momento se ampliava o debate sobre a Reforma Agrária Popular em direção às bases do MST, na intenção de construir um projeto que se articulasse em 4 eixos: 1. Autonomia; 2. Resistência; 3. Educação; e 4. Poder Popular. Com objetivos como, eliminar a pobreza, combater a desigualdade, garantir melhores condições de produção, participação igualitária das mulheres e preservação ambiental, posto isso,

Entendemos por Reforma Agrária Popular aquela que é feita principalmente pela organização e luta popular, ou seja, a força de mobilização e a capacidade de organização dos Sem Terra, apoiados pelas populações locais, permitirão conquistar a terra, como também buscar condições para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural. (PROGRAMA..., 2010, p. 18).

Ou seja, cada vez mais, os Sem Terra assumem o próprio compromisso de fazer Reforma Agrária à sua maneira, cada vez menos se tem expectativa de que a Reforma Agrária, advirá de uma “canetada” de alguma autoridade institucional, ou de outras classes que não seja a classe trabalhadora, por isso, a Reforma Agrária deve e será Popular.

O ano 2010 foi de eleições presidenciais, houve segundo turno entre a candidata Dilma Vana Rousseff (PT) e José Serra (PSDB). O MST continuou apoiando o Partido dos Trabalhadores, haja vista que seria impossível apoiar uma candidatura *tucana*. O candidato a vice-presidência junto a Dilma foi Michel Temer (PMDB), uma articulação, que poderia ser perigosa. No Mato Grosso do Sul, houve a reeleição do governador André Puccinelli (PMDB). E Dilma Rousseff foi eleita presidente do Brasil.

Nesse ano de 2010 o MST-MS realizou duas ocupações de terra, uma na Fazenda Primavera, no município de Batayporã com a participação de 250 famílias no mês de abril. E outra em agosto, na Fazenda Guassu no município de Angélica com a participação de 200 famílias. O MST conquistou um assentamento nesse ano, foi o PA Patativa do Assaré no município de São Gabriel do Oeste que fica na microrregião norte do estado, esse PA possui capacidade para 47 famílias e uma área de 928,0112 hectares, foi criado no dia 8 de dezembro de 2010.

Outra conquista que se destacou muito no Mato Grosso do Sul, foi a construção e reforma de casas nos assentamentos novos e antigos conquistados pelo MST-MS, com parceria entre entidades do MST, do INCRA e do Banco do Brasil, o Movimento se responsabilizou pela organização e execução do projeto de habitação para os assentamentos rurais, fazendo uma articulação entre a militância e os assentados, para que pudessem trabalhar em forma de *mutirão* bem aos modos camponês e Sem Terra de ser. Fazendo com que se reduzissem os custos das obras de construção e reforma e com isso, também fossem ampliadas o tamanho das casas para quase o dobro do que era normalmente, por um custo 20% a 30% a menos. Com isso no final de 2010, “hoje essa realidade está sendo vivenciada em 3.238 unidades familiares em 15 assentamentos do MS, das quais 1.500 já estão concluídas. [...]”, de 2005 a 2009 depois de muita luta o crédito para habitação foi de R\$ 2.500 para R\$ 15.000. Porém foi a capacidade do movimento que fez a grande diferença da multiplicação, já que,

“[...] enquanto o governo constrói casas de 36m² a um custo entre R\$ 18 a 25 mil, os trabalhadores constroem casas de 71,03m² com três quartos, sala, cozinha, banheiro e uma pequena varanda, com cerca de R\$ 16 mil.” Esse tipo de conquista só é possível com a organização da classe trabalhadora e por sua própria iniciativa. (SANTOS; VIEIRA, 2010, p. 6).

Ao final do governo Lula, após 8 anos de mandato, não haviam muitas diferenças registradas em comparação com o presidente anterior FHC também com 8 anos de mandato, com relação ao campo brasileiro o agronegócio continuou com seus privilégios que inclusive foram ampliados, “[...] mesmo no Governo Lula, de forte apelo popular, houve aumento crescente do crédito rural para os setores da agricultura empresarial.” (NARDOQUE, 2018, p. 244). No Mato Grosso do Sul isso ficou bem evidente haja vista o grande apoio de Lula aos biocombustíveis, o que ampliou o território da monocultura em larga escala da cana-de-açúcar neste estado, assim como as exportações de carne que outrossim ampliou os grandes latifúndios com pecuária extensiva e isso não foi diferente com as monoculturas da soja, do eucalipto e do milho transgênico, é algo que basta transitar pelas rodovias sul-mato-grossenses para se verificar a vasta imensidão da monocultura e junto com elas as indústrias multinacionais de usinas de produção de açúcar e álcool, indústrias de papel e celulose, grandes frigoríficos exportadores de carne, e os caminhões com cargas de soja e milho que escoam pelas estradas do estado em direção aos portos do país para serem escoados do Brasil e do Mato Grosso do Sul.

Em Mato Grosso do Sul, a territorialização do capital no campo, por meio da atuação de grandes empresas ligadas à produção de soja, cana, carnes e eucalipto, encontrou elementos importantes para sua consolidação, maiormente a concentração fundiária, a atuação do Estado na dotação de infraestrutura (viária, energética, etc.) e a expansão do crédito agrícola direcionado para esse setor, nas últimas décadas, sobretudo nos governos FHC e Lula. (NARDOQUE, 2018, p. 250).

Com isso, se torna um fato incontestável que entre um governo e outro a reforma agrária que aconteceu foi em função da atuação dos movimentos sociais, inclusive as expropriações de terra pelo INCRA foram substituídas pela compra e venda dos latifúndios improdutivos, o que tornava mais favorável ainda a manutenção

do latifúndio rentista³⁴, “portanto, a reforma agrária, via desapropriação, punindo o latifúndio improdutivo, não se realizou de forma plena nos dois governos, e os assentamentos instalados resultaram das ações dos movimentos socioterritoriais, da pressão sobre o Estado.” (NARDOQUE, 2018, p. 253), pois mesmo após anos de desperdício da terra, o governo a comprava com valores vantajosos no mercado da terra, ou seja, o latifundiário poderia comprar muito mais terra com a venda de seu latifúndio seja aqui no MS ou onde a fronteira agrícola estava em expansão, ou até mesmo no Paraguai, na Bolívia, ou em Moçambique, não existe mais fronteiras para o agronegócio.

Confirmou-se, para o Brasil, mas, exponencialmente para o campo em Mato Grosso do Sul, a aliança entre as frações da burguesia mundial e nacional com os latifundiários, constituindo-se nas bases para ações de produção e de reprodução do capital baseadas no rentismo. Notadamente, esta nova feição das ações do capital no campo deu-se com forte aliança com os governos FHC e Lula, sob políticas de cunho neoliberais, mas de Estado “máximo” para os capitalistas, como o aumento gradativo de recursos públicos para o crédito rural, destinados aos cultivos de soja, de cana e de eucalipto, tornando-se as bases para as principais commodities que pautaram as exportações brasileiras, com aumento significativo da área plantada no período analisado em Mato Grosso do Sul. (NARDOQUE, 2018, p. 268).

Assim se consolidava a aliança terra-capital³⁵ em Mato Grosso do Sul (ALMEIDA, 2011). Dessa forma, inicia-se o ano de 2011 e as perspectivas não são boas, mesmo com um governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que o MST apoiou para a eleição de Dilma Rousseff, a Reforma Agrária não estava sendo pautada por parte da campanha eleitoral, do Estado ou da mídia, segundo Gilmar Mauro em entrevista,

³⁴ Pelas leituras e em conformação com os dados levantados e apresentados, pode-se confirmar as estratégias da burguesia brasileira, fomentadas pelo Estado no Governo Lula por meio de créditos do BNDES e crédito rural aos capitalistas e latifundiários, de tornarem-se as “campeãs nacionais”, por meio da formação de tradings internacionais, mas fazendo, simultaneamente, a produção do capital pela apropriação da renda da terra (rentismo) e a reprodução ampliada do capital pela metamorfose das mais variadas formas desta renda em mercadorias comercializadas no mercado nacional e mundial. (NARDOQUE, 2018, p. 268).

³⁵ É, pois, profundamente identificados com a concepção de que a questão agrária é o centro histórico das dificuldades do Brasil rumo ao projeto de democratização no campo e na cidade, que se procura situar o campo sul-mato-grossense. Isso porque, ao contrário do que se pensa, nessa terra do boi, da soja e agora do eucalipto, símbolos do agronegócio, a aliança dos capitalistas com os proprietários de terra também perpetuou a presença viva e atuante de estruturas do passado. Aliança essa de longa duração porque representa um pacto de classes para coadunar interesses e bloquear a divisão da terra, o que faz que nossa questão agrária continue um problema nacional, político e de classe: (ALMEIDA, 2011, p. 109).

O governo Dilma será uma continuidade do governo Lula, não tenho dúvidas disso. Uma intervenção forte do Estado na economia, mas principalmente através da parceria público-privada. Lula fez programas de amortecimento da luta de classes, e creio que Dilma irá dar continuidade a esse processo. Podemos ter alguns avanços nas áreas sociais, mas evidentemente nos marcos do desenvolvimento capitalista. Esse processo indica que não teremos sobressaltos nos primeiros anos de governo, nem na economia, nem na política. (MAURO, 2011, p. 10).

O entrevistado reforça a opinião de que é um período de descenso das massas populares organizadas, e que o MST não faz nada sozinho, “[...] se o conjunto da classe não avançar, dificilmente vamos avançar, seja na Reforma Agrária ou em qualquer tipo de mudanças.” (Idem) Nesse ano, no Mato Grosso do Sul, o MST-MS realizou uma ocupação no mês de outubro com a participação de 240 famílias na Fazenda Mestiço, no município de Itaquiraí. Além da redução do número de ocupações no MS, não houve criação de nenhum assentamento rural nesse ano.

Ficava cada vez mais evidente que a Reforma Agrária não estava entre as prioridades dos governos petistas e a situação se agravou no governo Dilma,

Egídio Brunetto – Como na campanha presidencial e na aliança que o PT fez, eles não tocaram no tema da Reforma Agrária. Do ponto de vista da agenda oficial e do projeto econômico do governo Dilma, a Reforma Agrária está fora de pauta. A prioridade vai ser o agronegócio e o monocultivo para a exportação, e não para a agricultura para a produção de alimentos. [...] (BRUNETTO, 2011, p. 4, grifo do original).

Diante dessa situação e da dificuldade de mobilizar as massas, o MST articulou lutas para melhorar a situação dos assentados da reforma agrária, buscando políticas públicas de crédito, habitação, educação, e apoio para a produção e comercialização de alimentos. Assim como reforçar a articulação com os movimentos sociais urbanos e internacionais.

Na jornada nacional de lutas de abril de 2011 o MST mobilizou mais de 30 mil pessoas em 19 estados do Brasil, participando de ocupações de terra, de prédios, e diversos tipos de manifestações do campo e da cidade, realizando negociações em escalas nacional, estadual e municipal para reivindicar as pautas que envolvem os trabalhadores do campo mas que afetam a cidade e em memória dos 15 anos de impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás. No Mato Grosso do Sul, o MST-

MS ocupou a sede do INCRA na capital e fez uma intervenção junto ao Ministério Público Federal (MPF). (MST..., 2011, p. 8).

Uma das disputas que marcaram o ano de 2011 foi quanto a dimensão ambiental da luta pela terra, pois havia a proposta de alteração do Código Florestal para reduzir a proteção da preservação ambiental, e de um lado ficava evidente o posicionamento do MST, Via Campesina e outros movimentos contra essas alterações e de outro lado o agronegócio, a bancada ruralista, a CNA e as multinacionais a favor das reduções das medidas protetivas e transferências das competências legais de definição de regras e medidas protetivas do meio ambiente, como por exemplo transferência de competência federal para estadual de definição do que preservar. (AGRONEGÓCIO..., 2011, p. 8).

Em julho de 2011 no Mato Grosso do Sul entre os dias 20 a 23, aconteceu o III Encontro Estadual de Assentadas e Assentados do MST-MS, foi realizado no complexo Itamarati, um dos maiores assentamentos do estado no município de Ponta Porã, contando com a participação de cerca de 400 pessoas. A atividade contou com a presença de dirigentes nacionais do movimento, debatendo temas como a agroecologia e a educação do campo e a juventude do MST. Esse encontro demonstra o momento de voltar-se para a militância interna dos assentamentos, e fortalecimento das conquistas do movimento, já que a conjuntura demonstrava um período desfavorável para as ocupações e acampamentos novos. (CCJC, 2011, p. 6).³⁶

E no mês de agosto entre os dias 22 e 31, mais de 60 mil camponeses se mobilizaram em 20 estados do Brasil. O MST e os demais movimentos que se organizam na Via Campesina organizaram manifestações para reivindicar principalmente a recomposição do orçamento do INCRA e a renegociação da dívida dos assentados e pequenos agricultores. Foi feito um acampamento nacional em Brasília (DF) com 4 mil Sem Terra, “[...] nos estados, os movimentos sociais do campo fizeram ocupações de 12 sedes do Incra, protestos em frente aos órgãos públicos e bancos, além de marchas e ocupações de terra. [...]” e no Mato Grosso do Sul o MST

³⁶ CCJC – Coletivo de Cultura Juventude e Comunicação do MST-MS.

e a CUT ocuparam INCRA em Campo Grande e em Dourados com a participação de cerca de 650 camponesas e camponeses. (VIA CAMPESINA..., 2011, p. 8).

A Direção Nacional do MST fez um balanço que o primeiro ano do governo Dilma foi de poucas conquistas para a Reforma Agrária, mesmo com a enorme quantidade de lutas realizadas em 2011,

Fizemos em 2011 um grande processo de lutas, buscando a unidade das forças no campo e na cidade. Até os pequenos avanços só foram possíveis com a mobilização social e a presença da Reforma Agrária nas lutas de várias organizações. Lutamos bravamente contra as mudanças propostas pelo agronegócio no Código Florestal e contra os agrotóxicos. (DIREÇÃO NACIONAL DO MST, 2011, p. 2).

Algo que sempre ficava evidente a cada ano, é que era a luta pela terra que fazia os avanços pela Reforma Agrária, não eram governos e nem instituições quem presenteavam os camponeses com terra ou programas sociais de políticas públicas de desenvolvimento no campo, a grande política pública de desenvolvimento para o campo era a luta pela terra, percebe-se que os fatos que determinaram a redução das ocupações de terra foram os mesmos que determinaram a redução das conquistas de assentamentos rurais por parte dos movimentos socioterritoriais, ou seja, sem ocupação sem assentamentos.

Com isso, temos que em 2008 foi conquistado um assentamento pelo MST-MS, em 2009 um assentamento, em 2010 um assentamento, e em 2011 e 2012 nenhum assentamento. Assim como os registros de ocupações de terra reduziram nestes mesmos anos, sendo que as ocupações que aconteceram foram as organizadas em jornadas nacionais, nenhuma em 2008, nenhuma em 2009, duas em 2010, uma em 2011 e uma em 2012.

Na jornada nacional de lutas do mês de abril de 2012, os Sem Terra mobilizaram 60 mil trabalhadoras e trabalhadores rurais em todos as regiões do Brasil, houveram manifestações em 20 estados e no Distrito Federal. “[...] Houve 105 bloqueios de rodovias, estradas, avenidas e ferrovias. 45 latifúndios e onze superintendências do Incra ocupadas.” A pauta exigia a punição dos assassinos de Eldorado dos Carajás e o assentamento das 186 mil famílias acampadas no país. No

Mato Grosso do Sul o MST-MS ocupou a Fazenda Boa Esperança, no município de Batayporã com a participação de 250 famílias nesta ação, e outras 300 pessoas ocuparam a sede do INCRA em Campo Grande, enquanto mais 800 pessoas trancavam uma das principais rodovias do estado em Itaquiraí, ou seja foram três ações táticas coordenadas no estado, articuladas com mais 20 estados e o DF. Logo depois, em maio, dois envolvidos no massacre de Carajás foram presos, após 16 anos de jornadas de luta no mês de abril pautando justiça contra a violência no campo. (MOBILIZAÇÕES..., 2012, p. 9).

A Fazenda Itamarati que havia sido transformada em Projetos de Assentamento em 2000 e em 2004, agora em 2012 apresentava resultados grandiosos para os assentados e assentadas da reforma agrária do Mato Grosso do Sul da microrregião Sul-fronteira. Pois uma articulação do MST por meio da Cooperativa Agroindustrial Ceres (COPACERES), permitiu que 180 associados da cooperativa assentados da reforma agrária, pudessem exportar 500 toneladas de feijão preto produzidos no próprio assentamento, e outras 500 toneladas já estavam sendo preparadas para exportação em outubro de 2012.

No final de outubro, os assentados do Itamarati (MS) exportaram 500 toneladas de sementes de feijão preto à Venezuela. Foram 12,5 mil sacas de 40 quilos que foram entregues ao governo, que foram distribuídas aos agricultores familiares venezuelanos para iniciarem o plantio de feijão.

[...]

Para o associado da Copaceres, Jusceli Santos, “não foi pouco o trabalho para chegar a esse nível comercial. O MST ficou dois anos orientando os venezuelanos sobre a produção de feijão preto”, disse. (ASSENTADOS..., 2012, p. 7).

Pois, onde havia um grande latifundiário dono de toda aquela terra, agora haviam centenas de agricultores familiares com a distribuição da terra e a divisão dos ganhos da produção, o desenvolvimento daquele território foi muito além da nossa fronteira, porque estava se especializando em outro país para alimentar outros povos e trabalhadores com a produção de comida saudável.

Desde 2011 os movimentos socioterritoriais e socioespaciais do Mato Grosso do Sul estavam fortalecendo a unidade entre todos os grupos, coletivos e movimentos de base popular e principalmente de luta pela terra. Com esse objetivo também, foi criado um fórum chamado Tribunal Popular da Terra (TPT), que em 2012, condenou

o Estado brasileiro em um julgamento simbólico, por toda violência e violações dos direitos humanos que vinham ocorrendo no MS, participaram do TPT estudantes, indígenas, quilombolas, sem-terra, organizações sindicais, partidos de esquerda, movimento de mulheres, e outros que se identificavam com as pautas levantadas. A partir daí se deram encaminhamentos para fortalecer e dar continuidade a essa luta de forma unificada.

Foi assim que no primeiro semestre de 2013 foi organizada uma marcha unitária com todos esses movimentos que saiu de Anhanduí e marchou cerca de 70 quilômetros até o centro da capital do estado. O militantes se encontraram em uma noite fria no ginásio do distrito de Anhanduí, fizeram reuniões e se organizaram para sair ao amanhecer em marcha, fizeram paradas para almoçar e para atividades de formação política e a noite com atividades culturais e debates, sempre com reuniões para manter a organização e lidar com novos acontecimentos e com a repercussão na mídia do estado e do país.

Nesse ano de 2013 não temos registros de ocupações de terra do MST-MS³⁷, contudo, foi conquistado o mais recente Projeto de Assentamento pelo movimento, foi o PA Nazareth batizado pelo MST como “*PA Joaquim Pereira Verás*”, no município de Sidrolândia com capacidade para 171 famílias em uma área de 2491,7318 hectares, foi criado dia 12 de dezembro de 2013. E possui famílias organizadas pela CUT e pelo MST que fizeram um ato de comemoração no dia 20 de dezembro para comemorar a entrada das famílias nesta área conquistada com a luta pela terra no MS.

A partir de 2008, foram criados um PA neste ano, outro no ano seguinte 2009, e em 2010, e o último foi em 2013, em 4 municípios, com capacidade para 417 famílias, e uma área somada de 6.813,1609 hectares, conquistados pelo MST-MS, de acordo com a tabela 15.

³⁷ Houveram trancamentos de rodovias federais e estaduais em cinco trechos, a cada 21 minutos os Sem Terra ocupavam a estrada para panfletagem e distribuição de alimentos. Essa manifestação fez parte da Jornada Nacional de Luta do mês de abril de 2013. Em memória dos 21 Sem Terra assassinados em Eldorado dos Carajás em 1996. E para cobrar o assentamento das 150 mil famílias acampadas no Brasil. (JORNADA..., 2013, p. 8).

A partir de então as atividades do MST-MS foram voltadas para o 6º Congresso Nacional previsto para acontecer em fevereiro do ano seguinte, o MST ia comemorar seu 30º aniversário, foi um momento muito especial.

O MST chega em 2014 para a realização do seu VI Congresso Nacional, de 10 a 14 de fevereiro em Brasília (DF), com a compreensão de que a Reforma Agrária clássica, distributivista de terra, não está colocada na realidade brasileira.

Ao completar 30 anos e se tornar o mais antigo movimento camponês do Brasil, o MST afirma em seu lema: “Lutar, construir Reforma Agrária Popular!” a necessidade de lutar por uma Reforma Agrária ampla, baseada fundamentalmente na produção de alimentos saudáveis e de qualidade. (LUTAR..., 2014, p. 4).

O MST, em seu processo histórico de 30 anos de luta pela terra, evidenciou o debate da reforma agrária no Brasil, que sempre fez parte de seus objetivos, porém com o passar dos anos se percebe que nunca houve uma reforma agrária no Brasil e que não se tem perspectiva de que haja uma reforma agrária institucional, por iniciativa do Estado, mesmo que seja uma reforma agrária no sentido clássico burguês.

[...] reforma agrária do tipo clássico, que foi feita pelas burguesias industriais no final do século passado e até depois da Segunda Guerra Mundial. É a reforma agrária clássica, capitalista. Qual era seu principal objetivo: democratizar a propriedade da terra, distribuindo a terra para os camponeses e os transformando em pequenos produtores autônomos. Com isso se gera um enorme mercado interno produtor de mercadorias agrícolas para o mercado e ao mesmo tempo um enorme mercado consumidor por parte dos camponeses, que agora com renda monetária compram bens de origem industrial.

Essas reformas agrárias capitalistas clássicas tiveram três características fundamentais: a) foram feitas de forma massiva, ou seja, atingiram a todas as grandes propriedades do país; b) em alguns lugares impuseram inclusive tamanho máximo da propriedade (caso da França, dos Estados Unidos, na lei de colonização e no Japão); c) foram rápidas, em um ou dois anos se realizaram. (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 158).

Ao fazer essa leitura o MST lança mão de seu projeto de Reforma Agrária Popular, como proposta advinda do seu VI Congresso Nacional, instância máxima do movimento, “tal programa é construído a partir da análise da realidade agrária atual, dominada pelo projeto do capital: o agronegócio.” (PAMST, 2015, p. 51)³⁸. Além disso,

³⁸ PAMST - Programa agrário do MST. Nas referências se encontra: MST. A Cartilha “Programa agrário do MST – Texto em construção para o VI Congresso Nacional”. 4ª Ed. – São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2015.

Nosso Programa não se destina apenas aos trabalhadores e trabalhadoras sem terra ou aos povos que vivem no campo. A reforma agrária é Popular, porque abrange a todas as forças e sujeitos que acreditam e necessitam de mudanças na sociedade. E somente poderá se realizar se construirmos uma grande aliança de toda classe trabalhadora. É uma reforma agrária para todo o povo. (PAMST, 2015, p. 52).

A partir das contradições geradas pelo agronegócio entre outras contradições, provocou o MST a incluir em seu programa agrário, o princípio da Soberania Alimentar como um dos fundamentos da Reforma Agrária Popular, ou seja, quando se fala da organização da produção agrícola, “priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicos;” (PAMST, 2015, p. 42). De acordo com os textos mais atuais da “*La Via Campesina (LVC)*”, que é um movimento internacional de unidade de movimentos socioterritoriais do campo de todas as partes do mundo, sendo os pioneiros no desenvolvimento do conceito de Soberania Alimentar,

La Soberanía Alimentaria consiste en un cambio sistemático en -el que los seres humanos tienen el control directo y democrático de los elementos más importantes de su sociedad- sobre cómo comemos y nos alimentamos; cómo usamos y mantenemos la tierra, el agua y otros recursos en nuestro entorno para el beneficio de las generaciones actuales y futuras; y cómo interactuamos con los demás grupos, personas u culturas. (LA VIA CAMPESINA, 2018, p.3).

Nesse processo de mudança sistêmica de acesso ao alimento como consumidor e produtor, e de como usar a terra de maneira a preservá-la e não o contrário é que, “a menudo, Soberanía Alimentaria significa construir una nueva realidad -nuevos sistemas de producción, intercambio y consumo- juntos y juntas, desde cero, mientras retamos las estructuras existentes de poder y control corporativo.” (LA VIA CAMPESINA, 2018, p.13). Essa proposta, através de seus pilares fundamentais, responde a contradição levantada pelo Regime Alimentar Corporativo. Os seis pilares da Soberania alimentar de acordo com a declaração de Nyéléni de 2007, são: 1. Priorizar os alimentos para os povos; 2. Valorizar quem produz os alimentos; 3. Localizar os sistemas de alimentação; 4. Promover o controle local; 5. Desenvolver conhecimento e habilidades; e 6. Trabalhar com a natureza. (LA VIA CAMPESINA, 2018, p.16).

No caso do Regime Alimentar corporativo ou terceiro regime alimentar, conforme McMichel (1996), “carrega legados dos regimes anteriores, embora expresse um novo momento na história política do capital, que pode ser conceituado como o “projeto de globalização” neoliberal.” E como prática da proposta neoliberal:

Em essência, esse projeto reverteu a ordem do “projeto de desenvolvimento” anterior por meio do qual Estados regem mercados. Agora, Estados servem a mercados. A regra de mercado foi consolidada pela financeirização: um processo com várias vertentes e viabilizado por uma profunda crise de endividamento incubada e, então, gerida por novos instrumentos financeiros. (MCMICHAEL, 2016, p. 72).

A alteração pertinente aos nossos estudos neste trabalho, tem sido entender que, “fundamental ao regime alimentar corporativo tem sido uma ampla espoliação de pequenos proprietários de terras e sua conversão em trabalhadores informais em escala mundial.” (MCMICHAEL, 2016, p. 69), e já que estamos falando de contradição, advinda da leitura da realidade para a formação da estratégia da Reforma Agrária Popular do MST, diga-se que:

É essa contradição fundamental, em um regime alimentar agora global, que define o regime alimentar corporativo. A medida disso é a politização desse regime pelo movimento de soberania alimentar e a renovação dos debates referentes à segurança alimentar na “crise alimentar” que desenrola – indicando uma crise de alerta de governança e, talvez, uma crise terminal de sustentabilidade. (MCMICHAEL, 2016, p. 88).

Esse Regime Alimentar Corporativo ou Terceiro Regime Alimentar, tem acelerado o processo de “descampesinação”, a saída da população do campo, tem provocado uma necessidade de recorrer a trabalhos informais em periferias urbanas ou em áreas rurais menos afetadas pelo agronegócio para sobreviver, tem provocado um aumento do desmatamento das áreas de proteção ambiental, o aumento da produção de monoculturas para fins de exportação “commodities”, o aumento do uso de agrotóxico e de sementes transgênicas, que afetam diretamente a saúde da população e da terra, entre outros problemas e conflitos agrários e urbanos, haja vista que essas consequências citadas repercutem nas cidades do mundo, inclusive neste estado, como temos analisado nesta avaliação histórica, e seguiremos nas próximas páginas.

No mês de junho de 2014, mais de 2000 pessoas participaram de um ato público organizado pelo MST-MS no Projeto de Assentamento Itamarati em Ponta Porã divisa com o Paraguai. Estavam presentes o Ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o presidente do INCRA e outras autoridades estaduais e municipais, assim como as lideranças do movimento, que comemoravam a colheita do feijão, que já vinha sendo comercializado em larga escala e alçavam a importância da reforma agrária no estado. Os militantes apontaram que é necessário continuar assentando as famílias que se encontravam acampadas e fizeram convênios com a prefeitura e o MDA para a recuperação de estradas e a liberação de tratores para as cooperativas.

Durante a jornada de lutas de julho de 2014 o MST mobilizou 19 estados, e participaram também da jornada dezenas de universidades, assim como países da Europa e América. Foram realizadas 60 ocupações de terra, de prédios públicos e trancamento de rodovias. No Mato Grosso do Sul, foi ocupada a sede do INCRA em Campo Grande e o Banco do Brasil em Aquidauana, também foram trancadas as rodovias 163 em Itaquiraí e 267 em Nova Andradina. A jornada denunciava a paralização da Reforma Agrária nos últimos três anos, e exigia o assentamento das 100 mil famílias acampadas. O programa de habitação rural também se encontrava parado, e os Sem Terra reivindicavam ampliação do crédito para a agricultura familiar, e ampliação do PAA e PNAE, outrossim a retirada da proposta de titulação dos assentados pela MP 636. (JORNADA..., 2014, p. 8).

Também foi ano de eleições federais e estaduais, no segundo turno de 27 de outubro de 2014, foi reeleita Dilma Vana Rousseff (PT) com 51,64% dos votos em relação a Aécio Neves da Cunha (PSDB) com 48,36% dos votos. No Mato Grosso do Sul Aécio Neves obteve 56,35% dos votos e Dilma 43,65%. Enquanto para governador do MS foi eleito Reinaldo Azambuja Silva (PSDB) com 55,34% dos votos, contra Delcídio do Amaral Gomez (PT) com 44,66% dos votos (TSE, 2020). A política nacional estava polarizada, Dilma havia se reeleito com uma pequena diferença de votos, isso foi suficiente para os setores conservadores começarem investidas explícitas contra seu novo governo do Partido dos Trabalhadores.

Na primeira quinzena de dezembro o MST-MS realizou seu 29º Encontro Estadual no Centro de Pesquisa e Capacitação Geraldo Garcia (CEPEGE) no Projeto de Assentamento Geraldo Garcia, no município de Sidrolândia. O encontro foi organizado com muita atividade de formação, seminários, palestras, com reuniões dos setores e das regionais do MS, e contou com a presença de autoridades locais responsáveis pelas ações que podem agilizar a Reforma Agrária no estado. Logo depois do encontro estadual, no dia 15 de dezembro de 2014 o MST bloqueou a rodovia BR-262 pela demarcação das terras indígenas e pela Reforma Agrária, no trecho que liga o município de Terenos com a capital Campo Grande, esse trancamento da BR fez parte dos protestos contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 que feria gravemente os direitos indígenas referente a demarcação de seus territórios tradicionais e seguia sendo como pauta unitária dos movimentos socioterritoriais do MS.

O ano de 2014 não tem registros de ocupações de terra pelo MST-MS e nem de criação de novos assentamentos da reforma agrária conquistados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Aliás não foi criado nenhum assentamento no MS esse ano e nos seguintes até 2020.

4.2.4 A resistência ativa (2015-2019)

O MST-MS iniciou o ano de 2015 fazendo um trancamento das rodovias federais do estado, no dia 05 de janeiro foram trancadas as rodovias BR 163 em Itaquirai na microrregião do Conesul do estado e em Anhanduí que é distrito de Campo Grande capital do estado. A BR 267 em Casa Verde na microrregião Leste do estado e na BR 262 no município de Terenos centro do estado próximo a capital. São pontos onde se encontravam acampamentos e assentamentos do MST. Foram mobilizadas para essas ações cerca de 200 pessoas por bloqueio.

Os manifestantes Sem Terra protestavam contra a nomeação de Kátia Abreu (PMDB) para o Ministério da Agricultura, conhecida defensora do agronegócio. Fazia parte de uma jornada nacional de lutas, reivindicando o assentamento de 120 mil famílias para esse ano de 2015 em todo Brasil, no Mato Grosso do Sul haviam cerca de 3 mil famílias acampadas naquele ano, a espera dos projetos de assentamento. O

MST-MS cobrava a continuidade das vistorias para desapropriação pelo INCRA, também cobrava mais recursos para o órgão cada vez mais sucateado. Os bloqueios só foram liberados após o INCRA confirmar uma reunião com o movimento, para encaminhar as demandas dos acampados e assentados do MS. (VILAS BOAS, 2015)

No dia 10 de janeiro de 2015, 100 famílias do MST-MS ocuparam uma área improdutiva da falida Usina Sucroenergética Agrisul Agrícola, no distrito Quebra Coco do município de Sidrolândia centro do estado, as famílias cobravam a desapropriação da área que “ao todo, a área tem 9 mil hectares, sendo 4 mil de terras públicas que foram griladas.” A usina estava desativada a 3 anos, com dívidas trabalhistas envolvendo cerca de 700 funcionários, o descaso com os direitos trabalhistas gerou uma crise econômica e social no município com o grande número de trabalhadores e trabalhadoras desassistidos. E a área se encontrava abandonada. (MST, 2015).

No entanto, não demorou muito para que o Estado tomasse as providências para mais uma desocupação violenta. Alguns dias depois ainda no mês de janeiro com aproximadamente 150 barracos construídos no local, chegaram 100 policiais militares da tropa de choque do MS. Com uma ordem de despejo e sem notificar as famílias acampadas, apareceram de surpresa ainda no amanhecer do dia com um grande aparato de armamentos, escudos e uma “patrola” ameaçando passar por cima dos barracos. Estava um pouco frio e chovendo no dia, as famílias resistiram e a pressão foi aumentando assim como aumentava a chuva. Foram horas de negociação e ameaças, enquanto isso o movimento buscava outra área para transferir o acampamento, pois as famílias com crianças e idosos não poderiam ficar por muito tempo naquela situação, foi um dia extremamente tenso, e aos poucos os Sem Terra foram tentando se organizar para desmontar seus poucos pertences como um fogão e ferramentas de trabalho, lona e madeira para montar outro barraco. Seus objetos foram embarcados em um caminhão e seguiu para as margens da rodovia estadual MS 162 ainda no distrito Quebra-Coco. Após negociação com a prefeitura de Sidrolândia foi acordado um espaço ao lado da escola do distrito, pois estava em período de férias escolares e poderia ser utilizado a água da escola para beber e higiene por uns dias. Foi montado outro acampamento que teve o nome de *Acampamento João Luís de Lima* em homenagem a um dos fundadores do MST-MS. Esse acampamento cresceu, outros movimentos socioterritoriais se juntaram a ele,

ampliando o número de famílias acampadas naquela rodovia. Em função desses acontecimentos o Encontro Estadual da Juventude do MST-MS que estava previsto para acontecer no centro de formação do MST no assentamento Geraldo Garcia, foi transferido para o recém criado Acampamento João Luís, em solidariedade com as famílias despejadas os jovens do MST-MS se juntaram com cada família para reconstruir os barracos naquele local, fizeram seminários de formação política e noites culturais, levaram alimentos para doações, e aos poucos foram amenizando o sentimento de tristeza da desocupação e fortalecendo o espírito e a mística da luta pela terra e do MST.

Na primeira semana de abril de 2015 o MST-MS abriu um acampamento no município de Japorã, inicialmente com 300 famílias, naquela data o MST contava com 11 acampamentos no estado e cerca de duas mil famílias acampadas.

Poucos dias depois o acampamento aberto inicialmente com 300 famílias contava com mais de 1500 famílias cadastradas, como ficava na fronteira com o Paraguai, no distrito de Jacareí do município de Japorã, microrregião do Conesul do estado, esse acampamento retomou a participação dos Brasiguaios no MST-MS. Como era uma quantidade significativa de famílias acampadas em um pequeno distrito a reunião de organização do acampamento teve que ser feita no ginásio de esportes local, lá foram tratados temas como a organicidade do MST-MS, as bandeiras de luta do movimento, as possibilidades de assentamento naquela região e como traço cultural da mística do MST, foi escolhido o nome do acampamento. Foi feita uma homenagem ao militante falecido em novembro de 2010 dando seu nome ao *Acampamento José Márcio Zóia*, que era assentado no *PA Che Guevara* em Sidrolândia e havia atuado nos setores de saúde e formação do MST-MS, agora era o nome do maior acampamento dos anos mais recentes do MST no Mato Grosso do Sul. Com esse acampamento o número de acampados no MS em 2015 passou de 3000 famílias. (VILAS BOAS, 2015b).

O ano de 2015 estava se tornando um dos anos mais efervescentes da luta pela terra no MS, desde dezembro de 2014, janeiro, fevereiro, março, e abril as ações e manifestações da luta pela terra e por direitos não cessavam no estado, foram dezenas de bloqueios de rodovias, protestos, manifestações, atos, abertura de

acampamentos, ocupações de terra e de prédios, atos coordenados e conjuntos com outros movimentos, jornadas nacionais e atividades locais, o MST-MS não estava relaxando sua luta, pois já eram anos de redução do número de assentamentos criados e as metas não eram cumpridas³⁹, em vez disso os direitos dos trabalhadores estavam sendo retirados cada vez mais rápido.

Foi assim que no dia 1 de maio o MST-MS, junto com os povos indígenas e outros movimentos do campo e da cidade deram início a Marcha Unitária pela Reforma Agrária Popular, pela Demarcação das Terras Indígenas e pelos Direitos da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que saía a marcha da BR 163 entre Anhanduí e Campo Grande, eram realizados bloqueios de rodovias em Terenos e Mundo Novo.

A marcha seguiu seu trajeto com paradas estratégicas, até chegar à capital com cerca de 1000 militantes do MST e de vários movimentos populares. Quando a marcha seguia pelas ruas e avenidas da capital várias pessoas foram juntando-se às suas colunas, a luta continuou com atos no centro da cidade, caminhadas pelas principais ruas do centro, ocupação do INCRA e outros bloqueios de rodovias no interior do estado.⁴⁰

A marcha da classe trabalhadora fez daquele 1º de maio de 2015 um resgate importante da simbologia dessa data que se estendia já por 7 dias, com trancamentos de BR em Nova Alvorada do Sul, em Japorã, em Itaquiraí, enquanto 1000 pessoas marchavam cerca de outras 1000 paralisavam as estradas do estado em vários pontos. As mobilizações só foram reduzidas quando os Sem Terra confirmaram a vinda da presidenta do INCRA: Maria Lúcia Falcón. Mesmo assim ainda foi necessária uma atuação forte em conjunto do MST-MS, FETAGRI e MCLRA, que no dia 20 de maio trancaram a BR 262 em Terenos, a BR 163 em Nova Alvorada do Sul, em Itaquiraí e Mundo Novo, a BR 267 em Casa Verde e a BR 060 em Sidrolândia, por Reforma Agrária, reestruturação do INCRA e crédito para os camponeses assentados.

³⁹ A “pá de cal” na reforma agrária, em Mato Grosso do Sul, ocorreu no Governo Dilma, pois somente um assentamento foi realizado em Sidrolândia no ano de 2013, nos seus quase seis anos no poder, caracterizando o que Oliveira (2007) denomina de contrarreforma agrária. (NARDOQUE, 2018, p. 253).

⁴⁰ Ver em Vilas Boas (2015c).

No dia 21 de agosto o MST-MS reuniu seus acampados e com cerca de 1000 famílias vindas de 10 acampamentos de vários municípios do estado, ocuparam a Fazenda Saco do Céu, no Distrito Nova Casa Verde no município de Nova Andradina na microrregião Leste do estado. A fazenda Saco do Céu era um latifúndio de quase 6 mil hectares e já havia sido vistoriada pelo INCRA em 2014, todavia, por erros cometidos pelo órgão e pela lentidão do poder público estava paralisada a sua desapropriação e a mesma permanecia arrendada.

Isso fez com que os Sem Terra tomassem a iniciativa de ocupar a terra para pressionar o governo federal a executar as providências necessárias para o assentamento das inúmeras famílias acampadas, algumas a mais de 12 anos. Essa ocupação fez parte também da jornada nacional de lutas do MST. Em poucos dias o MST-MS organizou o espaço ocupado com secretaria, setor de saúde com farmácia no local, produção, infraestrutura, ciranda infantil, segurança e uma rádio comunitária local que animava a ocupação. Além da terra para assentamento dos Sem Terra, o movimento pautava a reestruturação do INCRA e a nomeação de um superintendente regional, cargo que estava desocupado naquele momento, tudo isso e o sucateamento do INCRA prejudicava o atendimento das demandas dos camponeses no estado, ainda havia ocorrido o corte de recursos públicos para o órgão e para a reforma agrária naquele período por parte do governo federal.

No mês seguinte o MST-MS já denunciava a presença de milícias armadas em volta da ocupação, com jagunços andando pelas áreas próximas a Fazenda ocupada e fazendo disparos de arma de fogo. Esse tipo de conflito violento na luta pela terra e disputas por território no estado, não era nenhuma surpresa com o passar dos anos e os inúmeros assassinatos e episódios de violência contra Sem Terra e contra indígenas, sendo que nesses mesmos dias haviam assassinado o indígena Guarani Kaiowa Simão Vilhalva no município de Antônio João na microrregião Sul-fronteira do MS, e os pistoleiros e ruralistas assassinos continuavam a vontade para cometerem seus atos de terrorismo e violência contra os povos da terra do MS.

Em meio a esses confrontos e reuniões com o INCRA e autoridades locais o MST-MS vai conquistando melhorias e recursos para os seus territórios, no dia 2 de outubro de 2015 foi feita uma parceria com a prefeitura de Sidrolândia no valor de R\$

1,5 milhões para implantar uma rede de água no Projeto de Assentamento *Joaquim Pereira Verás* (Nazareth), que havia sido conquistado pelo MST-MS em dezembro de 2013. Outro ponto debatido nessa reunião foi a destinação de R\$ 2 milhões para recuperação de estradas do complexo de assentamentos Itamarati no município de Ponta Porã, onde o MST-MS havia conquistado os PAs *Conquista da fronteira* e *Nova Conquista* nos anos 2000 e 2004 respectivamente.⁴¹

Foi uma boa conquista para os assentados da reforma agrária de Sidrolândia e Ponta Porã onde se encontram a maioria das áreas de assentamento do MST depois de Itaquiraí, no entanto, os setores do agronegócio do MS, além da violência armada com suas milícias paramilitares, faziam também ataques por meio das instituições e dos três poderes, através do poder legislativo iniciaram uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e por meio de caça institucional aos missionários e apoiadores do CIMI e seus parceiros como o MST-MS, fizeram inúmeras acusações formais e informais na assembleia legislativa e na mídia difamando e caluniando as organizações populares de luta pela terra e por direitos humanos, sem lograrem êxito, ou seja, depois de muita injustiça não conseguiram provar nada, além de desviar o foco de suas atrocidades. Em resposta a essas ações os movimentos em unidade lançaram uma campanha internacional de Boicote ao Agronegócio de Mato Grosso do Sul, demonstrando que,

Por que pedimos o Boicote ao Agronegócio do Mato Grosso do Sul?
 “A carne, a soja e a cana que saem do Mato Grosso do Sul têm sangue indígena e não podemos mais aceitar nenhum modelo econômico, ou de ‘desenvolvimento’, que se baseie na morte e no genocídio de populações tradicionais”, afirma o Cimi. (CIMI, 2015).

Essa denúncia teve impacto direto nas exportações comerciais de produtos primários do MS que é o ponto forte do agronegócio, de sua produção de *commodities* para exportação, com isso houve um recuo do setor ao ataque aos povos da terra do estado, não foi por muito tempo, mas foi a forma encontrada pelos movimentos sociais do estado de se apoiar em uma luta além das fronteiras do Mato Grosso do Sul já que as autoridades locais estavam coniventes com a morte e a violência contra esses povos. Essa reflexão é importante como metodologia de luta, com o mercado

⁴¹ Ver em Vilas Boas (2015d).

financeiro global, as vezes é mais eficaz atacar a origem do dinheiro do que a origem da mercadoria, já que o objetivo da produção dessa é o lucro por meio daquela, assim se interrompe momentaneamente o nexo do objetivo rentista da terra, por meio da exposição dos fatos que ceifam vidas e o meio ambiente por negócio, o agronegócio.

Passados pouco mais de três meses da ocupação da Fazenda Saco do Céu os Sem Terra não conseguiram evitar a reintegração de posse de uma área considerada improdutiva pelo próprio INCRA, esse tipo de situação reforça a tese de que o Poder Judiciário, também colabora com as injustiças contra os povos da terra no MS, seja pelo atraso nas demarcações das terras indígenas ou não demarcação com ações na justiça dos fazendeiros e seus sindicatos, seja pelos mesmos motivos contra o INCRA e contra o MST contra a reforma agrária e obtenção de terras para projetos de assentamentos, a ocupação como forma de luta pela terra é criminalizada e o Poder Judiciário facilmente autoriza a uso de forças policiais do Poder Executivo para retirar os Sem Terra e os Indígenas das áreas ocupadas ou retomadas, como aconteceu em mais essa ocupação, com uso de 150 policiais militares e máquinas para destruição dos barracos, os poderes e autoridades do estado se uniram para fazer o segundo despejo de famílias do MST naquele ano de forma violenta, o mesmo não acontece com as denúncias de milícias e capangas armados que atacam os Sem Terra com armas de fogo e assassinam os indígenas, nesses casos, a justiça é muito lenta, quando ela se movimenta, o que muitas vezes não acontece.

Entre os dias 11 a 13 de dezembro de 2015 o MST-MS realizou seu 30º Encontro Estadual que homenageou o companheiro Egídio Brunetto, que havia falecido em um acidente de carro em novembro de 2011, foi um dos fundadores do MST e da Via Campesina, é uma grande referência internacional para o militantes da luta pela terra no mundo e atuou no MST-MS por vários anos, constituindo família neste estado.

Neste encontro, participaram 300 Sem Terra do MS e convidados de outros estados, representantes do INCRA, dos povos indígenas e de outros parceiros do MST-MS. Foi debatido a conjuntura agrária, política, econômica e foram feitas discussões sobre as necessidades da organização do MST-MS. O novo superintendente do INCRA escolhido pelos movimentos do estado Humberto de Mello

Pereira, ressaltou uma importante conquista da luta do MST-MS que foi a entrega do Fomento Mulher para as camponesas do estado, uma pauta que foi fortalecida pelas lutas daquele período e foi conquistada por elas. (FERREIRA, 2015).

As atividades do MST-MS em 2015 não pararam por aí, ainda em dezembro 300 Sem Terra e diversas organizações populares e entidades de classe, fizeram uma caminhada e um ato no centro de Campo Grande, pedindo um Fora Cunha! Que iniciava um golpe contra a presidenta Dilma Rousseff no Congresso Nacional, assim como, os movimentos protestavam contra o ajuste fiscal proposto pela presidenta e Joaquim Levy que foi o Ministro da Fazenda de Dilma naquele ano, sendo substituído por Nelson Barbosa no dia 18 de dezembro de 2015.

E nesse mês foram confirmados os créditos do fomento mulher e os recursos que haviam sido negociados para as estradas do Assentamento Itamarati que já tinha seu próprio núcleo urbano desenvolvido e que passava a fazer parte da administração da prefeitura de Ponta Porã. O MST-MS no início de 2016 ainda em janeiro foi a Brasília (DF) para se reunir com o INCRA e com o MDA, para além das pautas da Reforma Agrária havia um problema pontual nos assentamentos que foram os meses de chuvas ininterruptas que gerou transtornos econômicos e materiais aos assentados, sendo assim, no seu retorno da capital federal o movimento fez reuniões no MS com o governo estadual, prefeitos e representantes do INCRA e MDA regional para que fossem tomadas algumas providências em função do excesso de chuvas naquele ano.

Já em fevereiro as mulheres camponesas do MST-MS estavam à frente da organização das Jornadas de Lutas do 8 de março. E como foi planejado em março 400 mulheres Sem Terra, juntas com as mulheres camponesas da CUT e do MCLRA, trancaram a rodovia MS 162 em Maracaju, com o lema Mulheres na Luta em Defesa da Natureza e Alimentação Saudável, contra o Agronegócio. A escolha do local foi em função do município de Maracaju ser um grande polo do agronegócio e de empresas transnacionais que fazem um uso enorme de agrotóxicos, sementes transgênicas e causam danos ao meio ambiente. Além disso a violência contra as camponesas, camponeses e indígenas também continuava na pauta.

No dia 15 de abril participando de mais uma ação nacional do MST, o MST-MS bloqueou as principais rodovias do estado, pautando ser contrário a paralização da Reforma Agrária, em função da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), em solidariedade e protesto contra os ataques e violências sofridas pelos Sem Terra do Paraná dias antes. Em memória ao Massacre de Eldorado dos Carajás e contra o Golpe que estava em andamento no processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff.

As rodovias bloqueadas são a BR 262, entre Terenos e Anastácio, a BR 163, entre Mundo Novo a Eldorado e a BR 267, próximo a Casa Verde, estrada que liga MS a SP. Os acampamentos do MST que fazem parte da ação são: na BR 262, o Dorcelina Folador, na BR 163, o Antônio Irmão e o José Marcio Zoia e na BR 267, os acampamentos Florestan Fernandes, Teixeira, Zumbi dos Palmares, Graciano e 12 de Abril. (MST, 2016).

Eram cerca de mil famílias participando destas ações nas rodovias do estado de Mato Grosso do Sul.

No dia 17 de abril as manifestações continuaram, para além da memória do Massacre de Eldorado dos Carajás, o que estava em pauta era o avanço no processo de impedimento de Dilma Rousseff, que passara na Câmara Federal e fora encaminhado ao Senado. Membros da Frente Brasil Popular (FBP)⁴² a qual o MST compõe com outras forças populares se juntaram à Frente do Povo Sem Medo (FPSM)⁴³ também composta por organizações populares de esquerda e fizeram um ato na praça central de Campo Grande chamando de Virada Democrática, conclamando a classe trabalhadora para lutar contra o Golpe que estava em andamento.

⁴²A Natureza da Frente Brasil Popular

1. Quem somos?

Somos um campo político de forças sociais que votamos na Dilma no segundo turno de outubro de 2014.

Os movimentos populares, sindicais, políticos e pastorais que se formaram no último período histórico na luta contra o neoliberalismo.

Uma aliança popular, que possa aglutinar (diferente de apenas representar) todas as formas do povo se organizar: partidos, sindicatos, centrais sindicais, movimentos populares, sociais, pastorais das igrejas, movimentos de mulheres, jovens, negros, povos indígenas, campanhas, frentes, fóruns, entidades de DH, homoafetivos, movimentos culturais, de comunicação social, intelectuais, artistas, parlamentares e militantes sociais em geral. (FBP, 2015, p. 5, grifos do original)

⁴³ CARTA CONVOCATÓRIA LANÇAMENTO DA FRENTE POVO SEM MEDO. [2015]. Disponível em: <https://cut.org.br/system/uploads/ck/files/CARTA-CONVOCATRIA-LANAMENTO-DA-FRENTE-POVO-SEM-MEDO.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

No dia 1 de maio os Sem Terra ocuparam uma área com a participação de 500 famílias, localizada na BR 163 entre os municípios de Naviraí e Itaquiraí na microrregião do Conesul de MS. Além de reforçar o Acampamento Olga Benário às margens da BR 262 entre Campo Grande e Terenos, com 100 famílias.⁴⁴

No dia 28 de junho de 2016 os movimentos socioterritoriais do campo em Mato Grosso do Sul que compõe uma articulação unitária entre o MST, FETAGRI, MSTB, CUT, MCLRA, NOVO e OLT, fizeram uma mobilização de encontro com a vinda do novo presidente do INCRA que foi nomeado por Michel Temer quando presidente interino, ainda como vice de Dilma Rousseff, Leonardo Góes Silva que chegou em Campo Grande com a recepção dos movimentos articulados e com as rodovias do estado bloqueadas em diversos pontos contra a paralização da Reforma Agrária e contra a exoneração do superintendente do INCRA no MS Humberto de Melo que havia sido escolhido em consenso com os movimentos de luta pela terra no estado e em poucos meses havia apresentado resultados positivos e diálogo com os movimentos.

No dia 27 de julho de 2016, vários movimentos de luta pela terra, unificados com o MST-MS, paralisaram as principais rodovias do estado: BR 060 em Sidrolândia, BR 267 em Casa Verde, BR 163 em Rio Brilhante e em Naviraí, BR 262 em Terenos e em Três Lagoas, os movimentos que participaram foram, o MST, MCLRA, NOVO, FETAGRI, CUT, MSTB, CTB, LIGAS CAMPONESAS, OLT e LUTAS. No panfleto da FBP-MS dizia que a mobilização era pela Reforma Agrária Popular, pela Reforma Política, contra o fechamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), contra a Reforma da Previdência, e em Defesa da Democracia.

No dia 24 de agosto de 2016, o ex-presidente Lula, visitou o Assentamento Itamarati, conquistado pelo MST-MS, em 2000 e 2004. A visita culminou com um grande ato nacional, em defesa da reforma agrária e da democracia. Principalmente pela mobilização contra o impedimento de Dilma Rousseff que não foi possível evitar, pois o poder legislativo federal, o Supremo Tribunal Federal (STF) e a grande mídia

⁴⁴ Ver em Vilas Boas (2016).

já estavam finalizando o processo. E no dia 31 de agosto de 2016, assumiu a presidência, o “golpista” Michel Temer (PMDB), após o impedimento “golpe” em Dilma Rousseff. Nessa conjuntura o grito dos excluídos de 7 de setembro de 2016 em Mato Grosso do Sul também gritou Fora Temer.

O golpe neoliberal acabou com a fase pós-neoliberal e inicia a segunda fase neoliberal. Esta transformação beneficia o agronegócio e prejudica ainda mais o campesinato. O agronegócio, representado pelas parcerias entre capital nacional e internacional, será o maior beneficiário das políticas neoliberais. Para o campesinato restará o que puder conquistar com sua perseverante resistência ao modelo hegemônico. Esta é a conflitualidade central das disputas territoriais e por modelos de desenvolvimento. Há um fato novo na questão agrária brasileira: o campesinato ultrapassou a barreira da visão setorial de luta por uma reforma agrária distributivista. A luta pela terra foi dimensionada e multiplicada e transformou-se também em luta por políticas de desenvolvimento, por um modelo alternativo, criando perspectivas de superação do modelo hegemônico que avança ultrapassando seus próprios limites e criando problemas sociais, ambientais, econômicos e políticos, com a concentração territorial, de riquezas. Vivemos em uma fase de transição entre políticas neoliberais e pós-neoliberais. O campesinato tem um papel importante para mudar essas tendências por meio de seu protagonismo, mudando a correlação de forças e seguindo na luta pela terra, condição de sua existência. (FERNANDES, 2018, p. 78).

Como era esperado, a luta pela terra ficou ainda mais complicada, difícil, injusta e violenta contra os movimentos do campo principalmente, ao ponto que, no dia 04 de novembro de 2016, policiais civis e militares invadiram a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema-SP, essa operação foi coordenada com outras no Paraná e no Mato Grosso do Sul, com mandados de prisão contra militantes do MST.

Com todo esse processo e o aumento da violência o MST-MS organiza nos dias 09 a 11 de dezembro de 2016, o 4º Encontro dos Assentados e Assentadas do MST-MS, em Sidrolândia-MS. Com a proposta de refletir o momento histórico político, econômico, social com a base do movimento para organizar suas forças e seguir na luta pela transformação social. Já que as percas de direitos retirados pelo então governo golpista já eram enormes, e a tendência era piorar.

No último período, a agenda agrária brasileira foi duramente atacada pelo conservadorismo político. As alterações no Código Florestal (em 2012), na lei agrária e na legislação trabalhista (ambas em 2016) atenderam interesses do agronegócio e de setores agroexportadores e multinacionais. Tais agressões foram ampliadas depois do golpe de 2016, quando forças conservadoras pautaram suas agendas históricas com mais robustez no Congresso Nacional e no Poder Executivo. (LEITE, TUBINO, SAUER, 2019, p. 171).

Podemos observar que a luta pela democracia tomou a agenda do MST no Brasil, inclusive no Mato Grosso do Sul, com avanços na articulação entre os movimentos populares do campo e da cidade com a FBP e a FPSM, que realizaram dezenas de atos e ações conjuntas, o que por outro lado, marcou que no ano de 2016 o MST-MS não possui registros de ocupação de terra e não foram criados assentamentos rurais no estado. No entanto aconteceram 25 ocupações no MS em 2016, sendo entre elas 22 retomadas do movimento indígena e 3 ocupações da coalizão da Frente Nacional de Luta (FNL) incluindo o MAF e o MPL. As retomadas indígenas foram marcadas por grande reação violenta por parte do agronegócio e do Estado, enquanto foi havendo uma redução do número de ocupações de terra dos movimentos camponeses, o número de retomadas dos Movimentos Indígenas do Mato Grosso do Sul foi aumentando, e já era maior que o número de ocupações dos Sem Terra desde 2008, com pico em 2013 que foram 47 retomadas e 0 ocupações de terra no MS, sendo que 2013 também foi um ano de muita agitação política no país, com as mobilizações de junho de 2013 e outras. Temos o fato que os anos de 2013 e de 2016 foram anos marcantes para a política brasileira e para os movimentos populares do campo e da cidade. (CPT, 2017; DATALUTA, 2017).

No dia 15 de março o MST-MS participou com outras 20 mil pessoas no centro de Campo Grande-MS, de um ato contra a reforma da previdência proposta pelo então Presidente Michel Temer. O MST-MS também se somou às 8 mil pessoas que fizeram manifestação em Dourados-MS.⁴⁵

Mas o futuro é incerto e sombrio para os camponeses e indígenas, pois, no ano de 2016, houve o golpe parlamentar-jurídico-midiático, que depôs Dilma Rousseff e empossou seu vice, Michel Temer, que, até neste início de inverno de 2017, fez mais do pior, sobretudo pelo desmonte de muitas políticas construídas historicamente, como extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o aparelhamento de outros órgãos do Estado via nomeações de figuras políticas das mais conservadoras e ligadas ao capital e aos latifundiários, sobretudo na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e no INCRA. Mas é certo, os pobres da terra, sobretudo os camponeses, continuaram e continuarão cotidianamente resistindo a despeito do abandono do Estado intrincado às ações perversas do grande capital. (NARDOQUE, 2018, p. 269).

Com todo esse processo de retirada de direitos e a falta de perspectiva de criação de novos assentamentos pelo Estado brasileiro, fez com que a visibilidade do

⁴⁵ Ver em Ferreira (2017).

MST passasse a ser pelo diálogo com a sociedade por meio de sua produção, a ferramenta utilizada com sucesso para isso foram as feiras nacionais e estaduais. As feiras faziam com que o movimento permanecesse organizado e na terra, fortalecendo a luta contra o agronegócio com a materialização dos resultados das conquistas da reforma agrária camponesa, e a comercialização dos produtos da agricultura familiar dava condições de continuar a luta por direitos e pela terra.

No dia 25 de julho de 2017, dia do trabalhador rural, o MST-MS ocupou a Fazenda Perobal, no município de Itaquiraí, com a participação de 200 famílias Sem Terra. Essa ação fez parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, e chamou a atenção para a área de monocultivo de cana-de-açúcar e da enorme quantidade de veneno usada na fazenda, prejudicando os assentamentos da região.

Foi um ano de uma mescla por um lado, de retirada de direitos e violência por parte do Estado e do agronegócio e por outro de produção camponesa, formação política e luta pela terra. Demonstrando uma reorganização do MST-MS em diferentes frentes de atuação e dimensões sociais.

Quanto as ocupações, nessa última década, realizadas pelo MST-MS, foram 2 em 2010, uma em 2011, uma em 2012, 2 em 2015, uma em 2017 e uma em 2018. Essas 8 ocupações, aconteceram em 6 municípios, e tiveram a participação de 2.390 famílias somadas, conforme a tabela 14.

Nos dias 08 a 10 de fevereiro de 2018, foi realizado o 31º Encontro Estadual do MST-MS, o encontro homenageou o militante Tiãozão, e aconteceu no CEPEGE em Sidrolândia-MS, área coletiva do Assentamento Geraldo Garcia, conquistado pelo MST-MS no ano 2000.

O militante do MST-MS já havia sido homenageado também com seu nome Sebastião Bilhar, quando escolhido como nome do acampamento aberto em 9 de julho de 2017, que em 2018 contava com 240 a 260 famílias morando no acampamento, que ficara em frente a Fazenda Correntes na BR-162, no município de Dois Irmãos do Buriti a cerca de 100 km de Campo Grande (FERREIRA, 2018). Os acampados do

Sebastião Bilhar participaram de todas as mobilizações que o MST-MS fez parte nos últimos anos mantendo o legado de Tiãozinho presente e vivo.

E no dia 13 de março para alegria dos Sem Terra e da luta pela reforma agrária, a Resolução Nº 26, de 28 de fevereiro de 2018, da Superintendência Regional do INCRA-MS, foi publicada na página 36 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU), oficializando a aquisição do imóvel denominado Correntes localizado em Dois Irmãos do Buriti, *in verbis*,

[...]

Considerando os termos do Voto/Incra/CDR/Nº 02/2018/Relatório/INCRA/SR - 16 (T)/Nº 002/2017, Processo Administrativo nº 54290.000573/2017-09 o qual se refere a aquisição do imóvel rural denominado Fazenda Correntes, localizado no município de Dois Irmãos de Buriti-MS, pelo valor constante do arbítrio superior de R\$ 55.019.991,42 (cinquenta e cinco milhões, dezenove mil, novecentos e noventa e um reais e quarenta e dois centavos), segundo a alçada de competências da Instrução Normativa 83/2015, Capítulo II, Das Alçadas de Competências, art. 49 I e II, acordado e assinado pelos proprietários o Sr. Luis Carlos de Oliveira e sua Esposa e Angélica de Oliveira, resolve:

Art. 1º Aprovar a aquisição do imóvel rural denominado Fazenda Correntes, localizado no município de Dois Irmãos de Buriti-MS pelo valor constante do arbítrio superior de R\$ 55.019.991,42 (cinquenta e cinco milhões, dezenove mil, novecentos e noventa e um reais e quarenta e dois centavos) constantes do Processo Administrativo nº 54290.000573/2017-09 beneficiando 260 (duzentas e sessenta) famílias

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura

HUMBERTO CÉSAR MOTA MACIEL

Coordenador do Comitê. (BRASIL, 2018).

Apesar disso, essa alegria meses depois se transformou em frustração, pois, não foi efetivada a proposta de compra da área que chegava a quase 6 mil hectares para fins de reforma agrária e assentamento das famílias acampadas, nada mudou, isso desmotivou muitas famílias e foi mais um golpe para a luta pela terra no MS.

No dia 06 de abril de 2018, o MST-MS trancou rodovias no estado, em três pontos: Dois irmãos do Buriti, Casa Verde e em Itaquirá, a mobilização foi em apoio contra a prisão do ex-presidente Lula, que havia sido ordenada no dia anterior. Mobilizações pró-Lula livre, continuaram acontecendo em todo País.

O MST-MS participou em todas as atividades contra a eleição de Jair Bolsonaro inimigo declarado do MST, que chegou a afirmar que tinha que atirar nos Sem Terra, e liberou armas, o uso de armas de fogo por fazendeiros pouco tempo depois de eleito.

Assim como, o MST-MS participou de todas as atividades pró Lula livre, participando também do Acampamento Lula livre construído em frente a superintendência da polícia federal onde o ex-presidente se encontrava preso, acampamento que permaneceu até a liberdade de Lula. Essas atividades se prolongaram por meses e foram intensas.

Assim como Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil, inimigo dos Sem Terra e aliado do agronegócio. Aqui no Mato Grosso do Sul o governador do estado foi reeleito Reinaldo Azambuja (PSBD) explicitamente representante da Bancada Ruralista e de tudo que a oligarquia rural deste estado representa, junto com ele os deputados estaduais do MS, sem nenhuma mulher eleita, formam uma barreira intransponível contra a Reforma Agrária e a Luta pela terra no MS, como falamos no capítulo 2 deste trabalho, são representantes e defensores do Paradigma do Capitalismo Agrário em sua plenitude. Portanto, não é tão surpreendente que a Fazenda Correntes ainda não foi transformada em projeto de assentamento.

Mesmo assim o MST-MS resistia com as famílias assentadas, e com 8 acampamentos que até esse ano de 2018 contavam com cerca de 800 famílias acampadas nas margens de rodovias em 6 municípios do estado, conforme a tabela 13.

Tabela 13 – Acampamentos do MST-MS no ano de 2018

Acampamento	Município	Nº de Famílias
Sebastião Bilhar	Dois Irmãos do Buriti	260
Antonio Irmão	Itaquirai	80
Florestan Fernandes	Casa Verde/Nova Andradina	120
Jose Marcio Zóia	Japorã	150
Jatobá	Sidrolândia	70
João Luis	Sidrolândia	50
Iris Ribeiro	Nova Andradina	30
Nisia Floresta	Dourados	50

Fonte: Elaboração própria, com base em MST-MS (2018).

Em pouco tempo o presidente Michel Temer (PMDB), ainda durante e pós golpe, conseguiu emplacar uma série de medidas prejudiciais para o campo e para a classe trabalhadora,

O governo Temer (2016-2018) pode ser caracterizado, em síntese, como o retorno da agenda econômica neoliberal e o desmonte profundo, veloz e

abrangente do estado democrático de direito (Cardoso Jr., 2018). Fruto de um golpe parlamentar-jurídico-midiático, Temer implementou uma agenda econômica, não só questionável e impopular, mas neoliberal. Os destaques são a Emenda Constitucional (EC 95), que estabeleceu um teto para os gastos sociais, e a reforma trabalhista. Mudanças na CLT foram justificadas e realizadas para flexibilizar as relações e gerar empregos. No entanto, o resultado foi precarização das relações de trabalho, persistindo as altas taxas de desemprego, pois a média foi de 12% da população economicamente ativa em 2018, o que significou mais de 12 milhões de pessoas desempregadas. (LEITE, TUBINO, SAUER, 2019, p. 173).

Essas alterações nas leis trabalhistas e agrárias evidenciam os objetivos do impedimento da presidenta Dilma, assim como da prisão do ex-presidente Lula, que foi impedido de concorrer às eleições de 2018 em função do processo judicial liderado pelo ex-juiz Sérgio Moro em tempo recorde e sem provas contundentes como alegaram inúmeros juristas processualistas e criminalistas. Assim, a passagem do bastão presidencial das mãos de Michel Temer para as mãos de Jair Bolsonaro se deu de forma suave pois os encaminhamentos pós golpe já estavam sendo tomados e seriam continuados quando assumiu o governo federal em 1º de janeiro de 2019.

Foi nesse cenário que o MST completou 35 anos em janeiro de 2019, e no dia 26 de janeiro, a Coordenação Nacional do MST, reunida na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema-SP, publicaram uma Carta ao Povo Brasileiro, ressaltando seus compromissos diante daquela conjuntura,

A subordinação das questões indígenas, fundiárias e ambientais aos interesses da bancada ruralista e do agrotóxico no Ministério da Agricultura; o desmonte da previdência social; a ameaça da entrega das empresas e bancos nacionais, como Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal; a liberação da posse de armas são algumas das políticas mortíferas adotadas por esse (des)governo, que colocam em risco a nossa biodiversidade e acirram os conflitos no campo atingindo frontalmente os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, assentados e acampados da Reforma Agrária e evidencia a característica antinacional e antipopular do atual governo. COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST, 26 de janeiro de 2019⁴⁶

Destarte se fortalece a proposta de continuar fazendo uma Resistência Ativa, “Lutaremos pela democracia, pela justiça, pela igualdade, pela defesa dos bens da natureza, pela democratização da terra e pela produção de alimentos saudáveis para alimentar o povo brasileiro.”, esse foi o compromisso fechado do Movimento dos

⁴⁶ COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST (2019).

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pós 35 anos de existência e de lutas ininterruptas pela Reforma Agrária no Brasil. (Idem).

No dia 16 de novembro foi o ato de lançamento da III Feira Estadual da Reforma Agrária, o ato foi em Dourados-MS. A feira estava agendada para acontecer nos dias 12 a 15 de dezembro, em Campo Grande-MS, no entanto, acabou sendo adiada. E nos dias 13 a 15 de dezembro de 2019, foi realizado o 33º Encontro Estadual do MST-MS, homenageando a companheira Valdirene Lérias de Oliveira, o encontro foi no CEPEGE, em Sidrolândia-MS.

Em janeiro de 2020 no 36º aniversário do MST, já era mais que evidente o aumento das contradições na conjuntura brasileira, e o que estava ruim podia piorar, em reunião da coordenação nacional do MST em Sarzedo-MG, em sua Carta ao Povo Brasileiro de 25 de janeiro de 2020 o MST aponta que,

[...]

O capital, sob profunda crise, impõe aos povos do mundo desemprego, fome, retirada de direitos sociais, precarização do trabalho, violência, extermínio, privatizações, destruição do meio ambiente, expropriações, saque dos bens naturais e dos recursos estratégicos. Promove guerras de todo tipo e ameaça a existência humana, seja por seu projeto destrutivo à natureza, mas também por sua agenda ultraliberal que acentua a desigualdade social e aumenta os privilégios da classe dominante.

Este projeto de morte é neofascista, odeia a democracia e a participação popular. Produz governos de extrema direita e Estados serviais aos interesses dos mais ricos. Promove golpes, desestabiliza economias e incita o caos social.

No Brasil, o governo Bolsonaro entrega o país aos interesses dos Estados Unidos, nossas terras aos estrangeiros e quebra a economia nacional em detrimento do capital. Atenta contra a soberania dos povos e sobre os bens naturais existentes. Bolsonaro é um gerente do projeto de poder das elites, age sob a tutela militar, em conluio com uma parte significativa do judiciário e do congresso, governa com as milícias e com os corruptos.

Impõe o medo, despreza a Constituição e pratica o terrorismo de Estado contra os povos, especialmente indígenas, negros, mulheres e LGBTs.

No campo, promove a regularização do crime de grilagem e quer entregar 70 milhões de hectares de terras públicas, especialmente na Amazônia, a quem desmatou, destruiu, sonegou impostos e assassinou povos. Pretende premiar quem se autodeclara dono de terras roubadas dos brasileiros e brasileiras.

Bolsonaro legitima a ação dos jagunços do agronegócio, autoriza o extermínio, desmata a floresta e destrói a biodiversidade. Tudo para expandir a fronteira agrícola, a mineração e o lucro das empresas transnacionais. Defender a Amazônia é defender o Brasil, os povos, seus territórios, a vida e o meio ambiente.

[...]

Tanto as interferências do capital no mundo, e de Bolsonaro no Brasil e no campo, iam de encontro a tudo que o MST sempre lutou e continuava lutando, 2019 havia marcado uma ofensiva contra a classe trabalhadora que atacava de vários ângulos causando uma sensação de sufocamento na luta de classes, foram retirados direitos consolidados em poucos meses como se nada significassem e foram elaborados Decretos, Leis, Medidas Provisórias, Resoluções, e até Emendas à Constituição Federal que feriam pontos vitais dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil da maneira mais covarde como poderia acontecer, isso tudo com um grande aumento da criminalização dos movimentos sociais e de apoiadores da luta por direitos e pela terra. Essa interpretação dos fatos pelo MST não era isolada como podemos ver em Fernandes, *et al*,

Nesta parte, analisamos a conjuntura agrária do primeiro ano do governo Jair Bolsonaro. A eleição de Bolsonaro está associada ao crescimento da extrema direita em diversos países do mundo e tem desafiado cientistas da área de humanidades em interpretar as ações desses governos. O governo Bolsonaro tem se caracterizado de ultradireita, defendendo o uso de armas contra o campesinato, indígenas e quilombolas que lutam pela terra e territórios. A extrema direita tem propagado o ódio contra a esquerda, principalmente com difusão do antipetismo, com notícias falsas, xenofobia, homofobia, aporofobia e aversão às relações sociais não capitalistas. (FERNANDES *et al*, 2020, p. 4).

E,

Desde o início, o governo está demarcando uma postura de destruição de políticas de educação, pesquisa, saúde e, no campo, extinguindo, descontinuando ou reduzindo políticas criadas nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, como o PRONERA, PAA, PNAE, Planapo, Ater, dos Programas Terra Sol e Terra Forte etc. (FERNANDES *et al*, 2020, p. 5).

Para esses autores da rede DATALUTA BRASIL, 2019 havia sido considerado o pior ano para a reforma agrária, por esses motivos apontados e pelas comparações entre os governos federais do Brasil pós ditadura militar, ou seja,

O gráfico 1, do Relatório DATALUTA BRASIL, demonstra que 2019 foi o pior ano para a reforma agrária. Evidente que esta leitura é desde a compreensão da importância da reforma agrária para o desenvolvimento do país. Todavia, para o perspectiva pós-fascista, este pode ser considerado um resultado regular, porque mesmo estes dois territórios quilombolas não fizeram parte de uma política do governo Bolsonaro. Observe que os primeiros governos neoliberais Sarney, Collor e Itamar foram medíocres em resultados de criação de assentamentos. Fernando Henrique Cardoso se sobressai sob a pressão

dos movimentos camponeses, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tendência que continua nos governos pós-neoliberais de Luiz Inácio Lula da Silva, mas o governo Dilma Rousseff retomou a mediocridade anterior. A reforma agrária afunda na segunda fase neoliberal com o governo de Michel Temer e praticamente desaparece a partir de 2019 (GIRARDI & SOBREIRO FILHO, 2019). (FERNANDES *et al*, 2020, p. 6).

Contudo o que foi exposto os movimentos socioterritoriais não ficaram parados a espera de tempos melhores, têm analisado esse período na expectativa de construir novas formas de luta que vão de encontro com a situação desta nova década de 2020, e a proposta da Reforma Agrária Popular está mais atual que nunca, pois engloba em sua amplitude social, política, econômica, ambiental muito além da questão agrária, mas um projeto de sociedade que dialoga com esse tempo e pode fazer frente às contradições vivenciadas nos últimos anos. Como podemos observar nas afirmações da Carta ao Povo Brasileiro do MST.

[...]

Nosso dever é atuar sobre as contradições deste projeto das elites, pois eles não têm solução para os principais problemas que afetam o povo brasileiro. Devemos nos mobilizar diante do desmonte dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Diante da generalização da violência, das perseguições e assassinatos de lutadores e lutadoras. Devemos nos indignar perante o envenenamento em massa do povo através da comida e da água, promovido pelo agronegócio.

Nos comprometemos a ocupar os latifúndios do campo e das cidades. Lutar pelos direitos sociais e não permitir retrocessos nas conquistas. Estamos de pé e dispostos a contribuir no legítimo levante das massas populares.

Reafirmamos nosso compromisso com a terra, com a vida, garantindo alimentação saudável para todo o povo. Defendemos um Projeto Popular para o Brasil. Seguiremos lutando em defesa da Soberania Nacional e Popular.

Nos solidarizamos com todos os trabalhadores e trabalhadoras em luta do mundo. Rechaçamos os golpes e intervenções. Defendemos a legítima soberania dos povos.

Estaremos nas ruas com as mulheres, com a juventude, com os educadores, as educadoras e com a classe trabalhadora. Conclamamos o povo brasileiro à travar as batalhas necessárias, manter a luta permanente e construir uma sociedade justa e igualitária. Uma sociedade socialista!

Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!

Coordenação Nacional do MST

Sarzedo (MG), 25 de janeiro de 2020⁴⁷

No Mato Grosso do Sul, a situação não é diferente, a luta pela terra e por direitos continua avassaladora, no entanto, ela segue viva e constante em várias frentes, na educação, na produção de alimentos saudáveis, nas questões de gênero,

⁴⁷ COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST (2020).

pela saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, em novas formas de organização e ampliando a unidade na luta de classes e dos povos da terra.

Nesse subtítulo vimos que foram realizadas 59 ocupações de terra pelo MST-MS entre os anos 2000 a 2019, em 52 latifúndios improdutivos localizados em 25 municípios do Mato Grosso do Sul, com a participação de 16.705 famílias fora as não informadas (N.I.), aos longo desses 20 anos de século XXI, conforme a tabela 14.

Tabela 14 – Ocupações de terra realizadas pelo MST-MS nos anos de 2000 a 2019

MUNICÍPIO	ÁREA OCUPADA	FAMÍLIAS	DATA
Japorã	Fazenda Remanso Guaçu	250	14/01/2000
Naviraí	Fazenda La Reina / Araçatuba	211	28/02/2000
Ponta Porã	Fazenda Santa Helena	350	04/03/2000
Itaquiraí	Fazenda Aliança	300	16/03/2000
Batayporã	Fazenda Cajurú	100	16/03/2000
Rio Brilhante	Fazenda Ramallete	N.I.*	21/04/2000
Nova Andradina	Fazenda Santa Letícia	50	22/04/2000
Eldorado	Fazenda Santa Terezinha	1000	11/06/2000
Aquidauana	Fazenda Santa Lúcia	70	23/08/2000
Terenos	Granja Córrego Fundo	50	10/09/2000
Novo Horizonte do Sul	Fazenda Vitória de Invinhema	200	09/10/2000
Eldorado	Fazenda Junqueira	450	01/10/2000
Ponta Porã	Fazenda Nova Era	90	31/12/2000
Miranda	Fazenda Sanguessuga / Estância Caimã	N.I.	22/01/2001
Paranhos	Fazenda Santa Rita I	95	19/02/2001
Angélica	Fazenda Guassu	N.I.	31/05/2001
Anastácio /			
Dois Irmãos do Buriti	Fazenda Fortaleza	200	17/05/2001
Rio Brilhante	Fazenda Santa Edwirge	N.I.	01/06/2001
Iguatemi	Fazenda Estrela Velha	51	21/10/2001
Anastácio	Fazenda Fortaleza	200	22/10/2001
Ponta Porã	Fazenda Bonanza	150	27/01/2002
Novo Horizonte do Sul	Fazenda Ponteio	200	01/05/2002
Rio Brilhante	Fazenda Santa Maria	100	24/03/2003
Eldorado	Fazenda Santa Terezinha/ Agrop. Macuco	100	01/03/2003
Eldorado	Fazenda Santa Terezinha	100	01/04/2003
Itaquiraí/Naviraí	Fazenda Nova Espadilha	580	09/05/2003
Bonito	Fazenda Aruanã / Mutum	380	11/05/2003
Dourados	Área Próxima ao Assentamento Amparo	20	15/06/2003
Itaporã	Fazenda Coimbra 3M	850	24/08/2003
Eldorado	Chácara São José	140	17/09/2003
Sidrolândia	Fazenda Boa Vista	500	28/03/2004
Jardim	Fazenda Figueira	N.I.	29/03/2004

Caarapó	Área em Caaparó/Acamp. 1º de Agosto	1000	30/03/2004
Angélica	Fazenda Santa Rosa	200	28/03/2004
Ivinhema	Fazenda Vista Alegre	220	03/04/2004
Itaquiraí	Fazenda Nova Espadilha	200	03/04/2004
Dourados	Área a15Km de Dourados	N.I.	18/04/2004
Bonito	Fazenda Aruanã/Mutum	350	06/08/2004
Ponta Porã	Fazenda Itamarati II	600	05/10/2004
Nova Alvorada do Sul	Fazenda São João	150	30/11/2004
Naviraí	Santo Antônio	48	10/11/2004
Jardim	Fazenda Figueira/Aurora	350	26/11/2004
Itaquiraí	Fazenda Santo Antônio	750	10/11/2004
Angélica	Fazenda Santa Rosa	250	12/11/2004
Ivinhema	Gleba Piraveve/Empresa Someco	50	17/12/2004
Ponta Porã	Fazenda Itamarati II	2000	04/05/2005
Ponta Porã	Fazenda Patata	500	01/06/2005
Ponta Porã	Fazenda Tapera	250	04/07/2005
Ponta Porã	Fazenda Tapera	150	24/10/2005
Angélica	Fazenda Macaco	400	18/10/2006
Jardim	Fazenda Meira Fernandes	60	03/09/2007
Batayporã	Fazenda Primavera	250	15/04/2010
Angélica	Fazenda Guassu/Acampamento Padre Aquelino	200	27/08/2010
Itaquiraí	Fazenda Mestiço	240	14/10/2011
Batayporã	Fazenda Boa Esperança	250	14/04/2012
Sidrolândia	Fazenda Olinda	100	10/01/2015
Nova Andradina	Fazenda Saco Do Céu	1000	21/08/2015
Itaquiraí	Fazenda Perobal	200	25/07/2017
Dois Irmãos do Buriti	Acamp. Sebastião Bilhar BR 262	150	31/03/2018

*N.I. – Não Informado.

Fontes: Elaboração própria, com base em CPT (2018) / DATALUTA (2017) / MST-MS (2019).

O MST-MS se territorializou em 27 projetos de assentamento da reforma agrária no Mato Grosso do Sul entre os anos de 2000 a 2019, localizados em 15 municípios e com capacidade para 6.222 famílias em uma área de 121434,0506 hectares de acordo com a tabela 15, o mais recente projeto de assentamento conquistado foi em 2013.

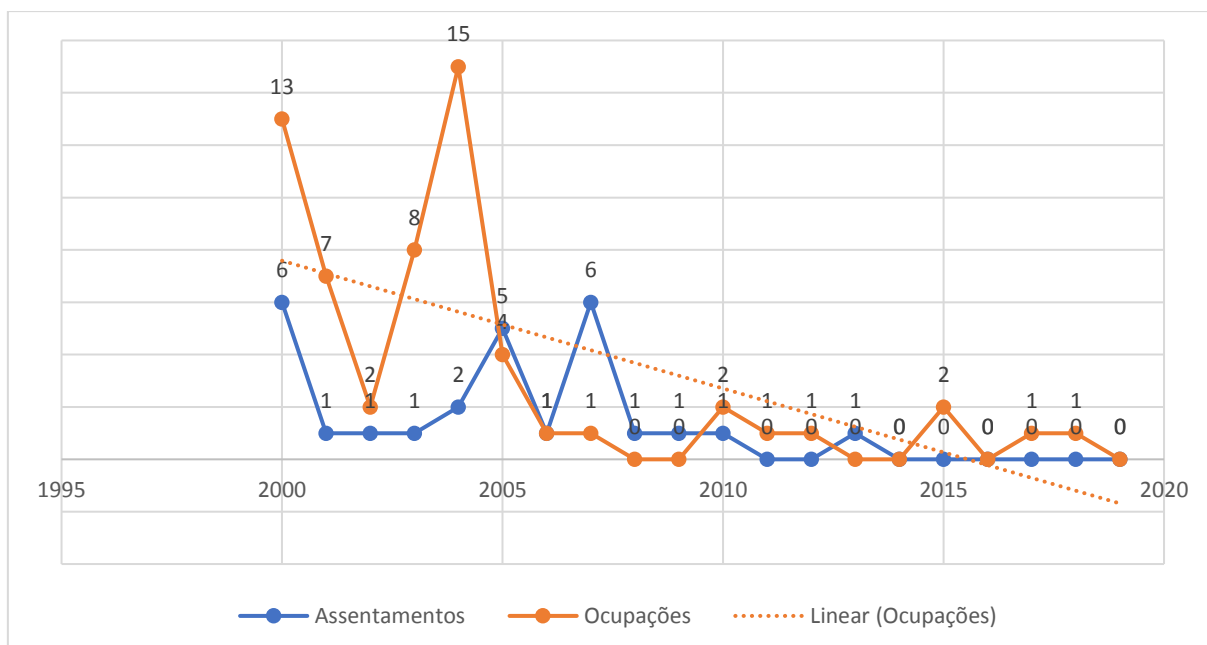
Tabela 15 – Assentamentos conquistados pelo MST-MS nos anos 2000 a 2019

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CAPACIDADE	ÁREA DO PA	DATA DE CRIAÇÃO
PA Vacaria	Sidrolândia	48	1067	27/03/2000
PA Dorcelina Folador	Ponta Porã	270	8011,8525	27/11/2000
PA Aliança	Itaquiraí	38	1162,4674	29/12/2000
PA Itamarati - MST	Ponta Porã	324	7226,5044	29/12/2000
PA Margarida Alves	Rio Brilhante	120	3166,1577	29/12/2000
PA Geraldo Garcia	Sidrolândia	182	5775,2132	29/12/2000
PA Silvio Rodrigues	Rio Brilhante	120	3202,4106	14/09/2001
PA Teijin	Nova Andradina	1094	28497,8194	26/07/2002
PE São Francisco	Maracaju	7	140	04/06/2003
PE Paulo Freire	Dois Irmãos do Buriti	61	1525,3456	12/03/2004
PA Itamarati II MST	Ponta Porã	568	8551,2089	30/09/2004
PA Angélica	Angélica	120	1825,151	12/07/2005
PA Eldorado	Sidrolândia	640	9983,8056	15/07/2005
PA Ranildo Da Silva	Nova Alvorada do Sul	176	2842,1468	10/08/2005
PA Barra Nova	Sidrolândia	269	3940,3969	27/12/2005
PA Santa Mônica - MST	Terenos	166	2153,7647	07/12/2005
PA Barreiro	Anaurilândia	88	3570,71	23/10/2006
PA Santo Antonio	Itaquiraí	813	9627,8274	17/07/2007
PA Santa Luzia	Nova Alvorada do Sul	70	1168,7425	30/10/2007
PA Piuva V	Dois Irmãos do Buriti	109	1417,206	05/12/2007
PA Indaia IV - MST	Aquidauana	51	1636,1332	28/12/2007
PA Corguinho	Corguinho	220	3633,6039	28/12/2007
PA Jacob Franciozi / Princesa Do Sul	Japorã	251	4495,422	28/12/2007
PA Rancho Alegre	Corguinho	25	518,7557	30/12/2008
PA Sete De Setembro	Terenos	174	2874,6622	04/12/2009
PA Patativa Do Assare	São Gabriel do Oeste	47	928,0112	08/12/2010
PA Nazareth	Sidrolândia	171	2491,7318	18/12/2013

Fontes: Elaboração própria, com base em INCRA (2017) / MST-MS (2019).

Podemos observar no gráfico 20 uma linha descendente com relação ao número de ocupações a partir do ano de 2005, haja vista que em 2004 foi o ano que o MST-MS realizou mais ocupações no Mato Grosso do Sul, foram 15 ocupações de terra naquele ano. Depois entramos no período de refluxo da luta pela terra no que se refere às ocupações e as conquistas de territórios que foram reduzindo até chegar a zero em 2014, em 2016, em 2019, momentos que se encaixam com o pós manifestações de 2013 e eleições de 2014, golpe de 2016 e o primeiro ano do governo Bolsonaro em 2019.

Gráfico 20 – Ocupações e conquistas de territórios do MST-MS de 2000 a 2019



Fontes: Elaboração própria, com base em CPT (2018) / DATALUTA (2017) / MST-MS (2019).

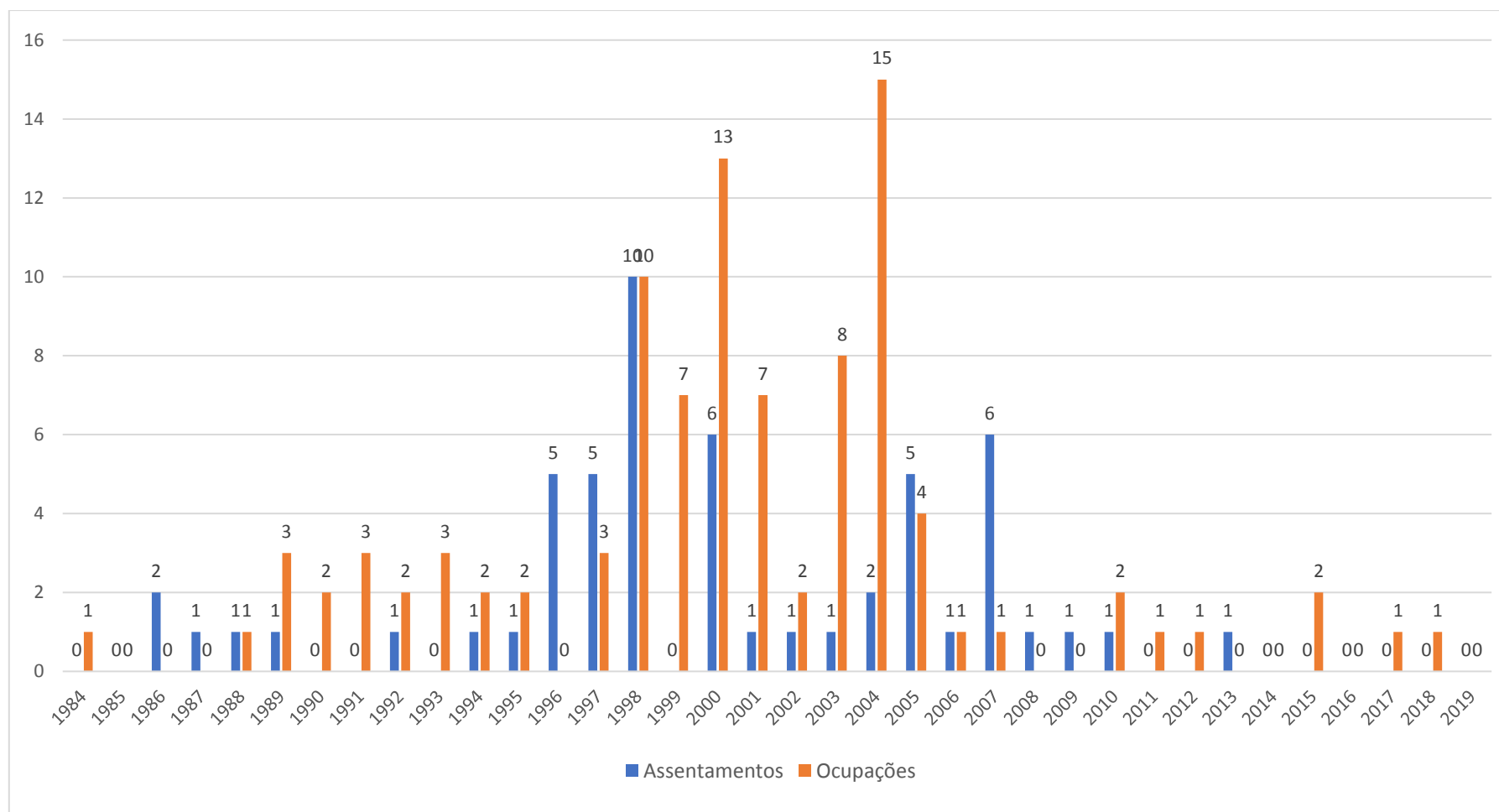
Então temos uma continuidade do crescimento da força e experiência do MST-MS até 2005, quando inicia o período de refluxo contundente da luta pela terra. Até o ano de 2014 o MST desenvolve o Projeto de Reforma Agrária Popular isso amplia a proposta inicial que era a Reforma Agrária que Queremos, e nesse período o MST se desenvolve nos territórios da educação, da produção agroecológica, da formação política, por isso denominados esse período como de conquista de novos territórios, mesmo com a paralização da reforma agrária. Quando entra-se no período da resistência ativa, é um momento de desterritorialização das conquistas da luta pela terra dos anos anteriores que teve uma aceleração a partir do golpe de 2016 e piorou ainda mais com a eleição de Jair Bolsonaro para presidente, com isso estamos no momento da resistência ativa para resistir com todas as forças que foram conquistadas e as experiências, fortalecendo as alianças da classe trabalhadora para ultrapassar esse ciclo de refluxo atual ou como classifica o MST de descenso da luta da classe trabalhadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST-MS realizou, ao longo desses 36 anos (1984 a 2020) mais de 100 ocupações de terra no Mato Grosso do Sul em no mínimo 31 municípios do MS, com a participação de cerca de 35 mil famílias. Registradas 98 ocupações, no entanto algumas áreas foram reocupadas até 8 vezes para que fossem definitivamente desapropriadas e transferidas aos Sem Terra, dessas 98 ocupações seis foram em conjunto com outros movimentos, porém com atuação direta do MST, como podemos observar nas tabelas 10 e 14 das ocupações de 1984 a 2019.

Observamos um avanço do número de ocupações do MST-MS a partir de 1984 com um auge no período que denominamos “*Os reflexos do MST do século XX no século XXI (2000-2004)*” entre os anos de 2000 a 2004, pois o MST-MS realizou 13 ocupações de terra em 2000 e 15 em 2004, porém a partir de 2004 o número de ocupações caiu a 4 em 2005, 1 em 2006, e não passou de duas em 2010 e em 2015, a mais recente foi em 2018 registrada pela CPT que no entanto já existia em 2017 com o Acampamento Sebastião Bilhar na área da Fazenda Correntes no município de Dois Irmãos do Buriti, de acordo com o gráfico 21.

Gráfico 21 – Ocupações e conquistas de territórios do MST-MS de 1984 a 2019



Fontes: Elaboração própria, com base em CPT (2018) / DATALUTA (2017) / MST-MS (2019).

Com relação às conquistas de territórios da reforma agrária, primeiramente é importante dizer que desde 1984 indiretamente o MST-MS contribuiu e teve relativa relação com a criação dos 204 Projetos de Assentamentos existentes no Mato Grosso do Sul e reconhecidos pelo INCRA. Segundo, que nos foi possível traçar uma relação direta histórica do processo de territorialização do MST-MS em 55 assentamentos rurais da reforma agrária no MS. Terceiro, que inicialmente até o período que denominamos *“Assumindo o protagonismo da luta pela terra (1985-1989)”* as ações e conquistas do MST e da CPT estavam de certa forma mescladas ou confusas, até a ocupação da Fazenda Itasul em 1989, onde foi possível diferenciar a atuação do MST-MS e da CPT, inclusive nessa ocupação a bandeira vermelha do MST causou um importante conflito interno nesse momento, conforme Oliveira (2020). Com essas ressalvas podemos dizer que o MST-MS foi responsável diretamente pela conquista de 55 assentamentos rurais da reforma agrária no Mato Grosso do Sul, com capacidade para 12.067 famílias em uma área de 262402,1821 hectares, localizados em 25 municípios do MS, conforme as tabelas 11 e 15.

É importante também ressaltar que nesses territórios foram assentadas famílias que lutaram com o MST, fizeram ocupações, foram acampadas, atuaram na organicidade do movimento, não quer dizer que foram somente essas pessoas assentadas nessas áreas, pois havia uma política de dividir as organizações e misturar as famílias em vários projetos muitas vezes distantes da origem das famílias, como foi o caso dos assentamentos do município de Corumbá, onde desde os primeiros assentamentos foram levadas famílias do Cone-sul do MS e brasiguaios, essas famílias estavam organizadas com o MST, no entanto a distância é larga entre a fronteira com o Paraguai para a fronteira com a Bolívia, são duas regiões bem diferentes e distantes uma da outra, além disso também foram assentadas as famílias dos atingidos por barragens que haviam sido organizadas pela CPT na época e povos pantaneiros locais da própria microrregião do Pantanal sul-mato-grossense. Com isso, alguns assentamentos perderam o vínculo direto com o MST com o tempo, mais pela distância do que por outra coisa, foi por esse motivo que foram organizadas as regionais do MST-MS ainda no período que denominamos *“O acúmulo de forças e de experiência (1995-1999)”*, entre os anos de 1995 a 1999. (BISSOLI, 2020).

O MST-MS está territorializado e organizado em 7 Regionais, são elas: Regional Centro; Regional Centro-sul; Regional Cone-sul; Regional Fronteira; Regional Norte; Regional Pantaneira; e a Regional Vale do Ivinhema. Na tabela 16 podemos identificar os municípios e o número de assentamentos localizados em cada Regional.

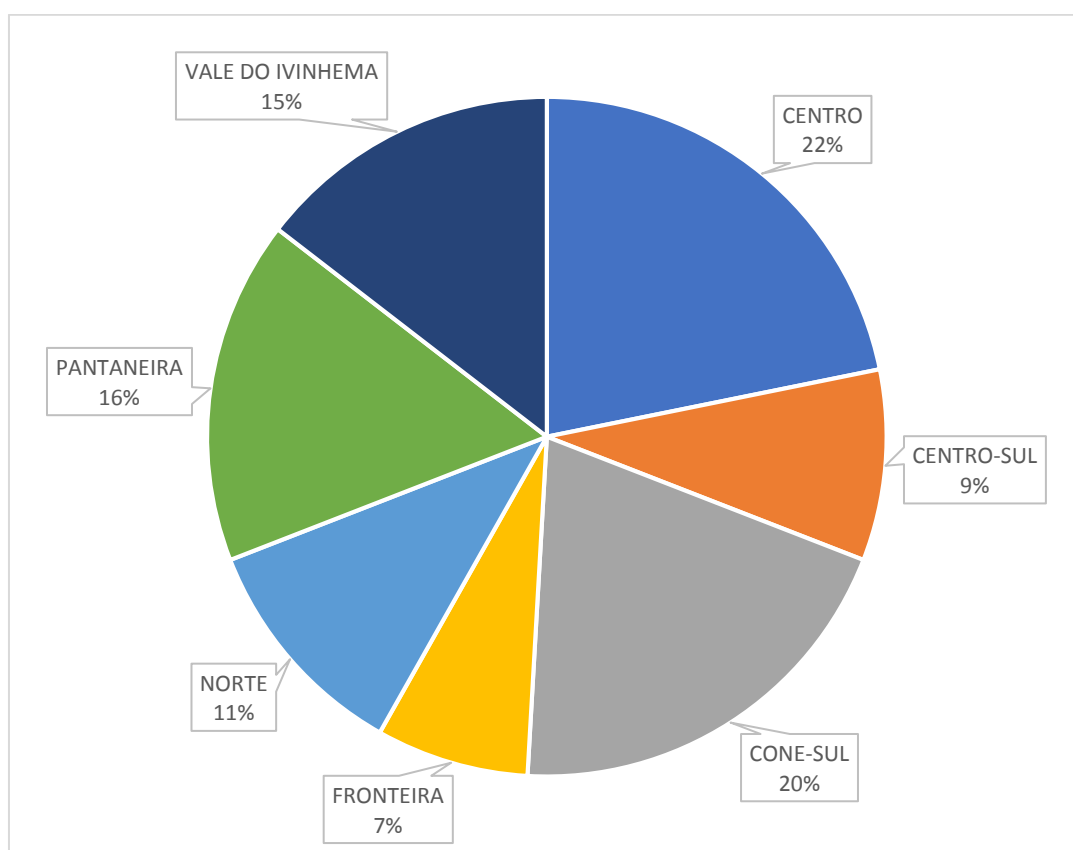
Tabela 16 – Número de assentamentos por regional do MST-MS

Regional Centro	12
Sidrolândia	7
Dois Irmãos do Buriti	2
Maracaju	1
Terenos	2
Regional Centro-sul	5
Nova Alvorada do Sul	2
Rio Brilhante	3
Regional Cone-sul	11
Itaquiraí	8
Eldorado	1
Japorã	2
Regional Fronteira	4
Ponta Porã	3
Aral Moreira	1
Regional Norte	6
Corumbá	2
Jaraguari	1
Corguinho	2
São Gabriel do Oeste	1
Regional Pantaneira	9
Aquidauana	1
Anastácio	3
Nioaque	4
Guia Lopes da Laguna	1
Regional Vale do Ivinhema	8
Nova Andradina	1
Bataguassu	1
Anaurilândia	1
Angélica	1
Bataiporã	3
Novo Horizonte do Sul	1

Fonte: Elaboração própria, com base em MST-MS (2019).

A Regional Centro é a que possui maior número de assentamentos conquistados pelo MST-MS com 12 áreas de assentamento territorializado pelo MST-MS, são 22% do total de assentamentos do MST localizados nessa regional, seguida pela Regional Cone-sul com 11 territórios, ou seja 20% conforme o gráfico 22. Como vimos nas pesquisas de Nardoque e Kudlavic (2019), são regiões onde se localizam os municípios de Sidrolândia e de Itaquiraí onde foi possível reverter o número da população rural em comparação com a população urbana com cerca de 60% de sua população vivendo e trabalhando no campo e na terra, e em Sidrolândia que aumentou significativamente o tamanho de sua população rural nos últimos anos, fatores que vão de encontro com as médias estaduais, onde fica claro a redução da população rural nos últimos anos no Mato Grosso do Sul que era de 14% em 2010 segundo o IBGE.

Gráfico 22 – Porcentagem de territórios do MST-MS por regional

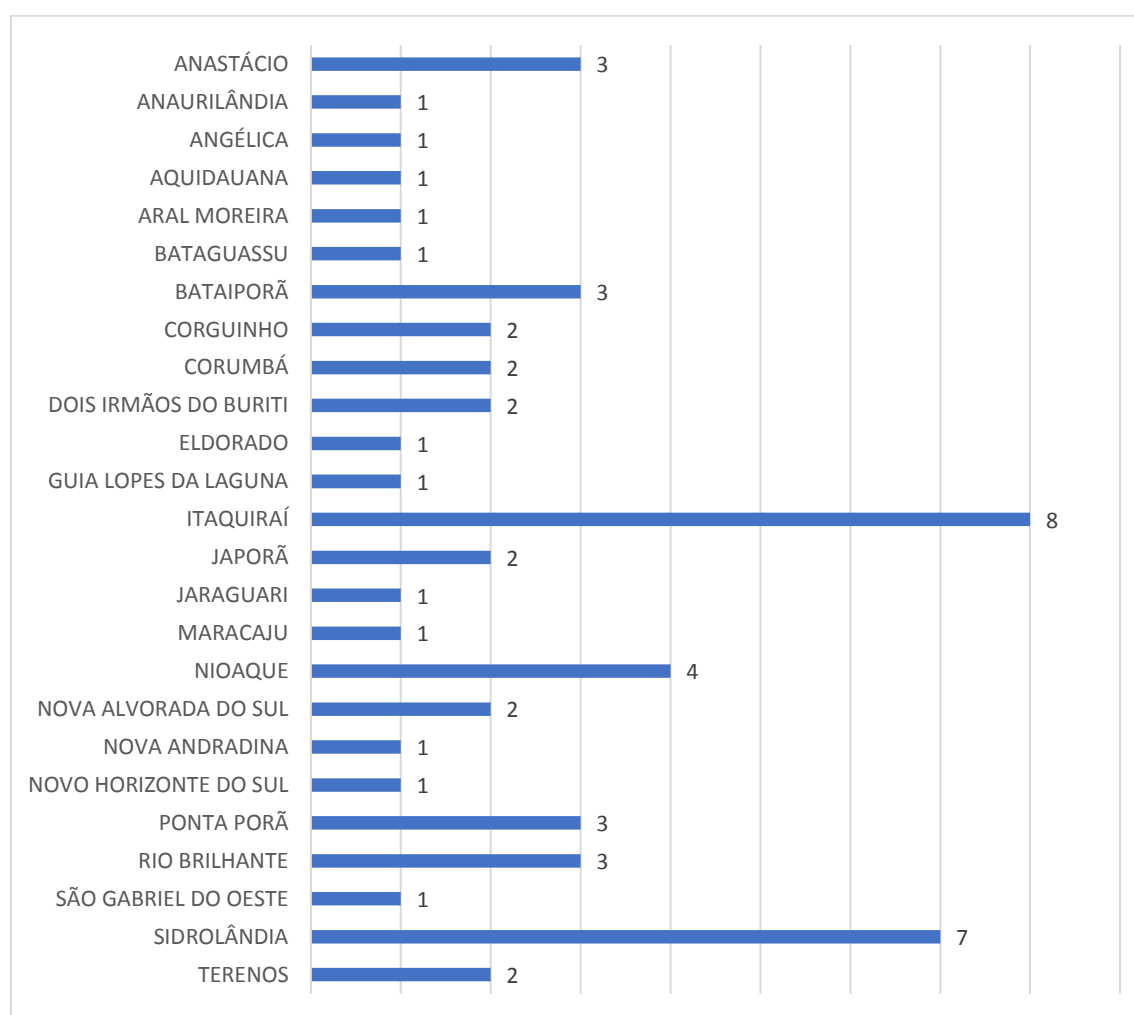


Fonte: Elaboração própria, com base na tabela 16.

Quando observamos o gráfico 23 podemos concluir que o MST-MS teve influência direta nessas alterações de aumento da população do campo em Itaquiraí que possui 8 Projetos de Assentamentos conquistados pelo MST e em Sidrolândia

que possui 7 Projetos de Assentamentos conquistados pelo MST, com isso podemos dizer que o MST-MS foi responsável por grande parte da territorialização camponesa nesses municípios, assim como em Ponta Porã, que apesar de ser menor a quantidade de assentamentos, as áreas e o número de famílias assentadas são maiores por território na Regional Fronteira. Outrossim na Regional Vale do Ivinhema com 8 assentamentos conquistados pelo MST-MS, 15% do território do MST no Mato Grosso do Sul.

Gráfico 23 – Número de assentamentos conquistados pelo MST-MS por município



Fonte: Elaboração própria, com base na tabela 16.

A partir do período em que denominamos *“Dos conflitos espontâneos ao nascimento da organização (1979-1984)”* entre os anos de 1979 a 1984 temos o resultado da primeira ocupação de terra do MST-MS na Fazenda Santa Idalina que originou o PE Padroeira do Brasil ou *“Assentamento Venceremos”* como denominou a militância em 1986, em seguida com o grande acampamento de *“brasiguaios”* em

Mundo Novo se deu origem ao PA Novo Horizonte que foi responsável pela emancipação do município Novo Horizonte do Sul. Em 1987 no PA Marco Freire em Anastácio foram amontoados os 13 acampamentos existentes na época com o objetivo do governo estadual de acabar com as ocupações mas o resultado ficou conhecido como “*Favelão Rural do MS*” o que gerou mais conflitos com tanta gente em pouca terra e sem estrutura. Daí algumas famílias foram transferidas para o PA Monjolinho em Anastácio também depois de ocupações na Fazenda de mesmo nome em agosto e em dezembro de 1988 o assentamento foi criado. Então tivemos a ocupação da Fazenda Santa Idalina em 1984 que se desdobrou em três assentamentos até 1988 com a ocupação da Fazenda Monjolinho. Concomitante com o nascimento do MST em 1984 no primeiro Encontro Nacional, o primeiro Congresso Nacional e o segundo Encontro Nacional em 1985, e o terceiro e quarto Encontros Nacionais em 1987 e 1988. A bandeira do MST foi escolhida em 1987 no terceiro Encontro Nacional, esse fato simbólico foi suficiente para demarcar os espaços do MST e da CUT, lembrando que a CUT-MS foi criada em 1986 então também havia uma ligação com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) como reforça Ferrari (2020). Assim o MST-MS a partir do dia 13 de agosto de 1989 data da ocupação da Fazenda Itasul com cerca de 1200 famílias no município de Itaquirai, foi quando passa a ser possível detectar a atuação de cada organização MST, CPT, CUT, mesmo que ainda com conflitos entre si, fizeram muitas parcerias e ações conjuntas. No mesmo ano de 1989 então temos mais duas ocupações do MST-MS na Fazenda Santa Lúcia em Jateí e na Fazenda Mercedina, São Luiz e São João em Batayporã e a criação do PA Indaiá na área da fazenda Itasul em Itaquirai. Dessa forma é possível compreender como foi a territorialização do MST-MS entre os anos de 1984 a 1989, ano em que foi realizado o 5º Encontro Nacional do MST onde foram definidas as normas gerais dos assentamentos e o Hino do MST, também foi apresentado o 1º Plano Nacional do MST 1989-1993, foi assim que a partir daí o MST-MS entrou no período que denominamos a “*A construção do plano nacional (1990-1994)*” entre os anos de 1990 a 1994, pois o movimento havia definido seus objetivos e a forma de lutar pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social.

De acordo com Fernandes (1999, 2008c), foi na década de 1990 que o MST se territorializou e se consolidou nacionalmente no Brasil. No Mato Grosso do Sul

esse processo foi no período em que denominamos “*O acúmulo de forças e de experiência (1995-1999)*” entre os anos 1995 a 1999, foi o período em que o MST-MS realizou 22 ocupações com destaque para 1998, ano em que realizou 10 ocupações e conquistou 10 assentamentos rurais, dos 21 territórios conquistados nesse período. Assim como a organização das regionais e a organicidade dos setores do movimento, outro ponto importante é que os acampamentos eram todos internos, ou seja, os acampados moravam e viviam nos acampamentos, saindo somente para trabalhar também de forma organizada pois como a violência era tangente o acampamento não podia ficar com um número pequeno de pessoas pois corria o risco iminente de ataques por jagunços, despejos pela polícia, ou outras formas de violência das que muito aconteceram em toda trajetória do MST.

Essa organicidade do MST-MS se manteve até o período que denominamos “*Os reflexos do MST do século XX no século XXI (2000-2004)*”, entre os anos de 2000 a 2004. Anos em que o MST-MS realizou quase 50% de todas as ocupações que realizou em 36 anos de existência no Mato Grosso do Sul, com destaque para 2000 com 13 ocupações e 2004 com 15 ocupações de terra, uma média de 9 ocupações por ano, sendo que em 2002 ano de eleições presidenciais e estaduais foram realizadas 2 ocupações. Então percebemos uma curva convexa nesse período no ano de 2002, e uma curva côncava nesse período como parte do todo dos 36 anos do MST-MS. Haja vista, temos as extremidades 2000 e 2004 e as extremidades 1984 e 2019, ou seja, entre 2000 e 2004 temos um ponto baixo em 2002 e entre 1984 e 2019 o ponto alto do número de ocupações do movimento, número que passou a cair a partir de 2005, período que inicia o ciclo ou fase que denominamos “*O refluxo da luta pela terra (2005-2009)*” entre os anos de 2005 a 2009 do MST no Mato Grosso do Sul.⁴⁸

As mudanças foram determinadas por um lado na redução das ocupações que foram reduzindo de 4 em 2005, 1 em 2006, 1 em 2007 e 0 (zero) nos anos de

⁴⁸ Segundo Fernandes (2008c) esse refluxo se iniciou entre 1999 a 2002 nacionalmente, no entanto, compreendemos que esse reflexo foi posteriormente no Mato Grosso do Sul, haja vista os impactos sofridos neste estado no período de 2005 a 2009. Já em Fernandes (2018) o autor entende que houve um período de refluxo da luta pela terra no segundo mandato do governo FHC e no segundo mandato do governo Lula, mesmo que em “proporções e causas distintas”, entendemos que a extensão ou desdobramentos desses refluxos nas regiões acontecem em tempos diferenciados, mesmo que, por causas parecidas.

2008 e 2009. Por outro lado, os resultados das ocupações do período anterior chegaram com a conquista de 14 territórios da reforma agrária conquistados pelo MST-MS. Foi um raro momento em que o número de ocupações (6) foi menor que o número de assentamentos conquistados (14) pelo movimento, sendo que em 36 anos foram 98 ocupações (mais de 100) para 55 territórios conquistados (6 em conjunto), foi uma invertida de padrão, que como conclusão desembocou no período “*A conquista de novos territórios (2010-2014)*” territórios da educação, da produção e comercialização, da saúde, da formação, da agroecologia, da soberania alimentar, das relações de gênero, e todo o complexo de dimensões dos territórios imateriais da Reforma Agrária Popular.

Podemos dizer que alguns fatores como as medidas provisórias editadas pelo governo FHC e reafirmadas nos governos posteriores que punia as ocupações de terra e os ocupantes de prédios públicos influenciaram na redução das ocupações de terra. Que as políticas públicas de assistência social como o Bolsa Família entre outras influenciaram no aumento da paciência dos Sem Terra. E que os programas como o PAA, PNAE, PRONAF, entre outros exigiam um olhar interno para a organicidade do movimento na terra, com os assentados da reforma agrária, que a partir daí precisavam resolver outros problemas como a estrutura dos assentamentos, a comercialização da produção por meio da organização das associações, cooperativas, agroindústrias e outras formas de garantir e comercializar a produção dos assentamentos. Podemos dizer também que, como o MST apoiou todas as eleições do PT, isso também influenciou com o aumento do diálogo com o governo nos períodos em que o os governantes eram do Partido dos Trabalhadores em comparação com os outros (PSDB, PMDB, PSL) principalmente, inclusive no MS.

A partir do IV Congresso Nacional em 2014, com a ratificação da proposta da Reforma Agrária Popular como programa agrário do MST. O MST-MS entrou no período que denominamos “*A Resistência Ativa (2015-2019)*” entre os anos de 2015 a 2019, ou seja, atualmente. Nesse período não houveram mais criações de assentamentos nem conquistados pelo MST nem por outro movimento no Mato Grosso do Sul, o mais recente território da reforma agrária conquistado pelo MST-MS foi em 2013, área da Fazenda Nazaré no município de Sidrolândia. Apesar de

termos registro de 4 ocupações de terra realizadas pelo MST-MS nesse período, o número de manifestações teve um aumento exponencial e foram ininterruptas nesses últimos anos, não só realizadas pelo MST mas em conjunto com os movimentos do campo e da cidade, contra as reformas trabalhistas e da previdência, contra o “Golpe!” que impediu a presidenta Dilma Rousseff (PT) de terminar seu mandato, contra a prisão do ex-presidente Lula (PT) que foi impedido de disputar as eleições de 2018, e contra as políticas neofascistas (FERNANDES, *et al*, 2020) do eleito Jair Bolsonaro (SEM PARTIDO) atual carrasco dos povos da terra e da classe camponesa e trabalhadora.

Diante desta leitura, temos como construir uma avaliação histórica e mapear o processo de territorialização do MST no Mato Grosso do Sul a partir das ocupações de terra e conquistas de territórios da reforma agrária desde o nascimento do MST-MS até 2020, ou seja, 36 anos de MST no Brasil e no Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

23 ESTADOS mobilizam-se pela Reforma Agrária. **Jornal Sem Terra**, ano 20, n. 214, set. 2001. Jornada nacional de luta. p. 8-9.

A REFORMA Agrária que queremos. **Jornal Sem Terra**, ano 13, n. 133, jan./fev. 1994. Especial. p. 10-11.

ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Orientadora: Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley. 1990. 373 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

ABRAMOVAY, Ricardo. Trecho da entrevista publicada no site Ricardo Abramovay | Para juntar economia e ética, sociedade e natureza – Entrevista feita pelo Grupo de Interesse de Pesquisa em Agricultura Familiar e Meio Ambiente (GIPAF) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) [2010]. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/entrevistas-agricultura-familiar/> Acesso em: 09 de ago. de 2019.

ACAMPADOS reocupam áreas desapropriadas. **Jornal Sem Terra**, ano 14, n. 153, nov. 1995. Estados: Mato Grosso do Sul. p. 12.

ACAMPAMENTO 8 de março: luta e resistência. **Jornal Sem Terra**, ano 16, n. 174, nov. 1997. Estados. p.6.

ACAMPAMENTO se mobiliza. **Jornal Sem Terra**, ano 17, n. 181, ago. 1998. Estados: Mato Grosso do Sul. p. 8.

ACORDO garante desocupação pacífica. **Jornal Sem Terra**, ano 16, n. 173, out. 1997. Estados: Mato Grosso do Sul. p. 8.

AGRONEGÓCIO e agricultura familiar travam embate em torno do Código Florestal. **Jornal Sem Terra**, ano 30, n. 313, jun./jul. 2011. Especial. p. 8-9.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. In: SILVA, Edima Aranha; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Orgs.). **Território e Territorialidades em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. 391 f. Tese

(Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003.

ALMS. **Assessoria de Imprensa da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul**. 2006. <https://al.ms.gov.br/Noticias/77325/ze-teixeira-volta-cobrar-politica-de-reforma-agraria-pacifica> Acesso em: 01 de novembro de 2019.

ALMS. **Frente Parlamentar em Defesa do Agronegócio**. 2019. Disponível em: <https://al.ms.gov.br/Paginas/730/frente-parlamentar-em-defesa-do-agronegocio> acesso em 15 de out. de 2019.

ALMS. **Marcio Fernandes - MDB**. ACESSIBILIDADE. 2019b. Disponível em: <https://al.ms.gov.br/Deputados/Visualizar/19> Acesso em: 15 de out. de 2019.

AMARAL, Luciana. Bolsonaro Anuncia líder da bancada ruralista como ministra da Agricultura. Brasília (DF), 07 de novembro de 2018. **UOL Notícias/Política**. Sítio da UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/11/07/bancada-ruralista-deputada-dem-tereza-cristina-ministerio-agricultura.htm> Acesso em: 06 de out. de 2019.

APIB. **ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL**. [2019]. Disponível em: <http://apib.info/apib/> Acesso em: 21 de out. de 2019.

APÓS queima de pneus e bloqueios de rodovias, Incra se reúne com agricultores. Mato Grosso do Sul: **Midiamax**, 19 abr. 2016. Sítio do Midiamax. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2016/apos-queima-de-pneus-e-bloqueios-em-rodovias-incra-se-reune-com-agricultores> Acesso em 01 de nov. de 2019.

APROSOJA. **Institucional**. Quem Somos. 2016. Disponível em: <http://sistemafamasul.com.br/aprosoja-ms/a-aprosoja-ms/> Acesso em: 14 de out. de 2019.

AS ARTIMANHAS do governo para destruir movimentos sociais. **Jornal Sem Terra**, ano 20, n. 217, jan. 2002. Especial. p. 10.

ASSASSINADOS dois militantes do MST. **Jornal Sem Terra**, ano 19, n. 204, set./out. 2000. Direitos humanos. p. 14.

ASSENTADOS exportam 500 toneladas de feijão à Venezuela. **Jornal Sem Terra**, ano 30, n. 319, set./out. 2012. Estados. p. 7.

ASSENTAMENTO Conquista da Fronteira colabora com o Programa Fome Zero. **Jornal Sem Terra**, ano 22, n. 232, ago. 2003. Estados. p. 6.

AVELINO JUNIOR, José Francisco. "A Geografia dos conflitos pela terra em Mato Grosso do Sul". In: ALMEIDA, Rosimeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p. 113-137.

BARBOSA, L. P.; ROSSET, P. M. Movimentos Sociais e Educação do Campo na América Latina: Aprendizagens de um Percorso Histórico. **Revista Práxis Educacional**, v. 13, n. 26. 2017.

BATISTA, José. José Batista. **Jornal Sem Terra**, ano 12, n. 127, jul. 1993. Liderança. p. 4.

BISSOLI, Marcio. **Como foi sua trajetória no MST?** [3 mai. 2020]. Fagner Lira Bizerra. Terenos, 2020.

BORGES, Maria Celma; KUDLAVICZ, Mieceslau. História e vida da CPT em Mato Grosso do Sul: contribuição na luta pela terra e para nela permanecer. *In*: ALMEIDA, Rosimeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p. 81-111.

BRAND, Antônio Jacó; COLMAN, Rosa Sebastiana; SIQUEIRA, Eranir Martins. Território e Sustentabilidade entre os Kaiowá e Guaraní no Mato Grosso do Sul. *In*: **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História** – Londrina, 2005.

BRASIL. Decreto n. 566, de 10 de junho de 1992. Aprova o Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0566.htm Acesso em: 15 de out. de 2019.

BRASIL. **Diário Oficial da União**: seção 1, n. 26, p. 36, 28 fev. 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/181580218/dou-secao-1-13-03-2018-pg-36> Acesso em: 26 abr. 2020.

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Assinada por JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA; Fernando Haddad; Paulo Bernardo Silva. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm Acesso em: 04 de out. de 2019.

BRASIL. Lei n. 8.315, de 23 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Assinada por Fernando Collor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8315.htm Acesso em: 15 de out. de 2019.

BRASIL. Lei n. 8.315, de 23 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Assinada por Fernando Collor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8315.htm Acesso em: 15 de out. de 2019.

BRASIL. Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629compilado.htm Acesso em: 01 mai. 2020.

BRASIL. Medida Provisória n. 2.027-38, de 4 de maio de 2000. Reeditada pela Mpv nº 2.027-39, de 2000. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nos 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas/2027-38.htm Acesso em: 01 mai. 2020.

BRASIL. Medida Provisória n. 2.183-56, de 24 de agosto de 2001. (*Vide* ADI nº 2.260-1, de 2000) (*Vide* ADIN Nº 2332) Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nos 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2183-56.htm Acesso em: 01 mai. 2020.

BRUNETTO, Atiliana da Silva Vicente. **Como foi sua trajetória no MST?** [31 mai. 2020]. Fagner Lira Bizerra. Campo Grande, 2020.

BRUNETTO, Egídio. Distribuir terra é resolver pobreza no campo. **Jornal Sem Terra**, ano 29, n. 311, abr. 2011. Entrevista. p. 4.

BRUNETTO, Egídio. Ocupações, a resposta dos trabalhadores. **Jornal Sem Terra**, Ano 6, n. 68, dez. 1987. p. 17.

BRUNO, Regina; LACERDA, Elaine; CARNEIRO, Olavo B. Organizações da classe dominante no campo. *In*: CALDART, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. *In*: CALDART, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago E. A. A recriação dos territórios camponeses por meio da produção de alimentos e energia: a experiência do MPA em Frederico Westphalen-RS. *In*: **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 15, p. 4-44, 2011.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 388 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia,

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, 2012.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza; FERNANDES, Bernardo Mançano. O conceito de paradigma na Geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da geografia agrária. **Campo – Território**, v. 6, p. 21-52, 2011.

CARTA do 5º Congresso Nacional MST. **Jornal Sem Terra**, ano 25, n. 273, jun. 2007, p. 15.

CCJC. Encontro reúne 400 assentados em Ponta Porã. **Jornal Sem Terra**, ano 30, n. 314, ago. 2011. Estados. p. 6.

CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. **Ocupações / Retomadas**. 2017.

CEDOC Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Comissão Pastoral da Terra – CPT, Goiânia, 2019.

CIMI. **Observatório da violência contra os povos indígenas no Brasil**. O Relatório. 2016. Disponível em: <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/o-relatorio/> Acesso em: 21 de out. de 2019.

CIMI. **Por que pedimos o Boicote ao Agronegócio do Mato Grosso do Sul?** 19 de outubro de 2015. Sítio do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/10/19/por-que-pedimos-o-boicote-ao-agronegocio-do-mato-grosso-do-sul/> Acesso em: 21 de abril de 2020.

CIMI. **Relatório: Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2018**.

CNPQ. **Grupo de pesquisa GRUCOA-Grupo de Competitividade de Organizações Agroindustriais**. 2019. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1006489654968965> Acesso em: 15 de out. de 2019.

CNPQ. **Grupo de pesquisa Sustentabilidade dos Agronegócios**. 2017. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5623409779381127> Acesso em: 15 de out. de 2019.

CONAQ. **Nossa história**. [2019]. Disponível em: <http://conaq.org.br/nossa-historia/> Acesso em: 25 de out. de 2019.

CONTAG. **A Contag**. [201-?]. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1> Acesso em: 28 de out. de 2019.

CONTRAF-BRASIL/CUT. **Quem somos**. 201?. Disponível em: <https://contrafbrasil.org.br/conteudo/quem-somos/> Acesso em: 28 de out. de 2019.
COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST. **Carta ao povo brasileiro**. 26 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/01/26/mst-celebra-35-anos-de-luta-e-resistencia/> Acesso em: 26 abr. 2020.

COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST. **Coordenação Nacional do MST lança Carta ao Povo Brasileiro.** Movimento firmou compromissos na luta pela Reforma Agrária, contra a retirada de direitos do povo brasileiro, em defesa do meio ambiente e da soberania nacional. 25 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/01/25/coordenacao-nacional-do-mst-lanca-carta-ao-povo-brasileiro/> Acesso em: 28 abr. 2020.

CORRADO, Elis Fernanda. **Terra entre sentidos. Reflexões a partir das retomadas Guarani e Kaiowá em Dourados-MS.** Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF, 2018.

CPT. **Histórico.** 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico> Acesso em: 28 de out. de 2019.

CPT-MS. **Comissão Pastoral da Terra.** 2016. Disponível em: <http://cptms.org/site/equipes-locais/> Acesso em: 28 de out de 2019.

CRUZ, Valter do Carmo. Povos e Comunidades Tradicionais. *In*: CALDART, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

CUT. **Central Única dos Trabalhadores.** [2019]. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico> Acesso em: 28 de out. de 2019.

CUT-MS. **Central Única dos Trabalhadores.** [201-?]. Disponível em: <https://ms.cut.org.br/conteudo/sindicatos-filiados> Acesso em: 28 de out. de 2019.

CUT-MS. **Central Única dos Trabalhadores.** 2009. Disponível em: <https://ms.cut.org.br/conteudo/historia> Acesso em: 28 de out. de 2019.

DALPÉRIO, Lara Cardoso. **A luta pela terra no Mato Grosso do Sul - Brasil: o caso das ocupações entre 2000 e 2013.** XV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomicas/Geografiaagricola/53.pdf> Acesso em: 28 out. de 2019.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta Pela Terra.** 2017.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA BRASIL – 2016.** Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, 2017.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA BRASIL – 2017.** Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, 2018.

DELLAZERI, Dirlete. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Mato Grosso do Sul (1984 a 1993).** Ijuí, Monografia (Curso de História). Instituto

de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 1995.

DIREÇÃO NACIONAL DO MST. Por um 2012 de lutas e conquistas. **Jornal Sem Terra**, ano 30, n. 316, nov./dez. 2011. Editorial. p. 2.

FABRINI, João E. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. *In*: ALMEIDA, Rosimeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p. 53-79.

FAMASUL. **Institucional**. Em busca do desenvolvimento sustentável do agronegócio. Sem Data. Disponível em: <https://portal.sistemafamasul.com.br/institucional> Acesso em: 14 de out. de 2019.

FAMASUL. **Plano Safra 2019/2020**: Com recursos de R\$ 8,2 bilhões disponíveis para financiamento no estado, medida entra em vigor nessa segunda. Fonte: Assessoria de Comunicação do Sistema Famasul - Ellen Albuquerque. Campo Grande-MS, 08 de julho de 2019. 2019b. Disponível em: <https://portal.sistemafamasul.com.br/noticias/plano-safra-20192020-com-recursos-de-r-82-bilh%C3%B5es-dispon%C3%ADveis-para-financiamento-no-estado> Acesso em: 17 de out. de 2019.

FAMÍLIAS comemoram conquista de assentamento. **Jornal Sem Terra**, ano 25, n. 271, abr. 2007. Estados: Mato Grosso do Sul. p. 7.

FAZENDEIROS armados ameaçam famílias acampadas. **Jornal Sem Terra**, ano 22, n. 232, ago. 2003. Estados. p. 6.

FBP. **A Cartilha nº 1 “Frente Brasil Popular: Documentos Básicos”**. São Paulo: Secretaria Operativa Nacional, 2015.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, 2011.

FELÍCIO, Munir Jorge. Paradigma da questão agrária e paradigma do capitalismo agrário. *In*: CAMPOS, Janaina Francisca de Souza; COCA, Esteban Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento**. São Paulo: Outras Expressões, 2014. P. 17-38

FERAESP – **Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo**. 2014. Disponível em: <https://www.feraesp.org.br/resolucao-2014/> Acesso em: 28 de out. de 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 27 anos do MST em luta pela terra. *In*: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Orgs.). **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008c. p. 27-52.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. 2ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Tese (livre-docência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: v. 1-2, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**. Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. 1979-1999. 1999. 318 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Luta pela reforma agrária nos governos neoliberais e pós-neoliberais: a reforma agrária nos governos FHC, Lula e Dilma. *In*: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O CAMPO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**: do governo FHC aos Governos Petistas (questão agrária e reforma agrária – vol. I) – Curitiba: CRV, 2018, p. 61-80.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas Públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. *In*: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva, et al. (org.). **Estado, políticas públicas e território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. P. 17-37

FERNANDES, Bernardo Mançano. Soberania Alimentar como Território. *In*: **Conflitos Agrários**: Seus Sujeitos, seus direitos. 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. 2008b. Disponível em:
<http://acciontierra.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf
> Acesso em: 01 mar. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew e GONÇALVES, Elianai Constantino. **Os usos da Terra no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

FERRARI, Carlos Aparecido. **Como foi sua trajetória no MST?** [13 mai. 2020]. Fagner Lira Bizerra. Itaquiraí, 2020.

FERREIRA, Janelson. **Em defesa da Previdência, milhares de pessoas se manifestam em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande-MS, 16 de março de 2017. Sítio do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/03/16/em-defesa-da-previdencia-milhares-de-pessoas-se-manifestam-em-mato-grosso-do-sul/> Acesso em: 23 abr. 2020.

FERREIRA, Janelson. **MST conquista área para construção de assentamento em Mato Grosso do Sul**. Brasil: MST, 16 mar. 2018. Sítio do MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/03/16/no-ms-mst-conquista-area-para-construcao-de-assentamento.html> Acesso em: 01 de nov. de 2019.

FERREIRA, Janelson. **No Mato Grosso do Sul, MST homenageia Egídio em seu 30º Encontro**. Brasil: MST, 12 mar. 2015. Sítio do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/12/12/no-mato-grosso-do-sul-mst-homenageia-egidio-em-seu-30encontro/> Acesso em: 21 abr. 2020.

FETAESP. **História da FETAESP**. 2015. Disponível em: <http://www.fetaesp.org.br/novo/sobre-nos/> Acesso em: 28 de out. de 2019.

FETTAR-MS. **Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais do Estado MS**. 2017. Disponível em: <http://www.fettarms.org.br/> Acesso em: 28 de out. de 2019.

FETTAR-MS. **Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais do Estado MS**. 2016. Disponível em: <http://www.fettarms.org.br/> Acesso em: 28 de out. de 2019.

FIEMS. **Quem Somos/Institucional**. [2019]. Disponível em: <http://www.fiems.com.br/quem-somos/institucional> Acesso em: 15 de out. de 2019.

FIEMS. **Sindicatos**. [2019b]. Disponível em: <http://www.fiems.com.br/sindicatos/index/page:3?url=sindicatos> Acesso em: 15 de out. de 2019.

FNL. **Frente Nacional de Luta Campo e Cidade**. 2014. Postagem na página do Facebook da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade na data de 01 de março de 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/Frente-Nacional-de-Luta-Campo-e-Cidade-219088421625513/> Acesso em: 28 de out. de 2019.

FRAZÃO, J. P. Câmara de Anastácio se une à Federação de Pescadores em prol dos piloteiros turísticos. Anastácio-MS, 12 de janeiro de 2019. **Sítio da Câmara Municipal de Anastácio-MS**. Disponível em: <https://camaraanastacio.ms.gov.br/2019/01/12/camara-de-anastacio-se-une-a-federacao-de-pescadores-em-prol-dos-piloteiros-turisticos/> Acesso em: 25 de out. de 2019.

FREITAS, André Alexandre Ricco de. **A Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul: os dilemas e as possibilidades nos assentamentos rurais a partir da análise dos dados do INCRA**. Orientadora: Profa. Dra. Alzira Salete Menegat. 2020. 190f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2020.

GASPARIN, Geraldo José. **A Formação política como necessidade da classe trabalhadora: a experiência do MST**. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na

América Lati-na e Caribe (TerritoriAL), Universidade Estadual Paulista, São Paulo. 2017.

GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustácio Ribeiro; NAVARRO, Zander (orgs). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, IPEA, 2010.

GOMES, Acácio. Movimento Sem Terra Brasileiro monta acampamento em Nova Andradina. Nova Andradina-MS: **Jornal Nova News**, 23 de set. 2017. Sítio do Nova News. Disponível em: <https://www.novanews.com.br/noticias/cidades/movimento-sem-terra-brasileiro-monta-acampamento-em-nova-andradina> Acesso em: 01 de nov. de 2019.

GOVERNO FHC mente e manipula os dados. **Jornal Sem Terra**, ano 19, n. 207, fev. 2001. p. 9.

GURGEL, Anahi. Acampamento com 600 famílias sem-terra surge a beira do anel rodoviário. Campo Grande-MS: **Jornal Campo Grande News**, 18 de mar. 2017. Sítio do Campo Grande News. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/acampamento-com-600-familias-sem-terra-surge-a-beira-do-anel-rodoviario> Acesso em: 01 de nov. de 2019.

IBGE. **Distribuição espacial da população indígena**. População indígena nas Terras Indígenas 2010. 2010. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/verso_mapa_web.pdf Acesso em: 21 de out. de 2019.

IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito com ou raça**. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf acesso em 21 de out. de 2019.

INCRA. **Assentamentos**. 2020. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html> Acesso em: 11 mai. 2020.

INCRA. **Dados sobre estrutura fundiária do Brasil - julho de 2018**. 2018b. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/estatisticas-de-imoveis-rurais.html> Acesso em: 01 de nov. 2019.

INCRA. **Dados sobre estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul - julho de 2018**. 2018. Disponível em: <http://portal.incra.gov.br/?q=tree/info/file/17056> Acesso em: 01 de nov. 2019.

INCRA. **Projetos de Assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS**. 2010. (Documento em PDF)

JORNADA de abril tranca mais de 60 rodovias e realiza ocupações de prédios públicos e prefeituras. **Jornal Sem Terra**, jun. 2013. Especial. p. 8. Disponível em: <https://issuu.com/paginadomst/docs/jst321> Acesso em: 19 abr. 2020.

JORNADA de lutas mobiliza Sem Terra na luta por Reforma Agrária. **Jornal Sem Terra**, ano 25, n. 272, mai. 2007. Estados especial. p. 6-7.

JORNADA mobiliza 19 estados, dezenas de universidades e países estrangeiros. **Jornal Sem Terra**, ano 33, n. 325, jul./ago. 2014. Especial. p. 8-9. Disponível em: https://issuu.com/paginadomst/docs/jst_325 Acesso em: 19 abr. de 2020.

LA VIA CAMPESINA. **SOBERANIA ALIMENTAR JÁ!** Um guia para a soberania alimentar. Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/Food-Sovereignty-a-guide-ES-version-low-res.pdf>> Acesso em: 15 out. 2018.

LEITE, Acácio Zuniga; TUBINO, Nilton Luís Godoy; SAUER, Sérgio. Políticas públicas para a terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. *In*: AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de; POCHMANN, Marcio. (Orgs.). **Brasil: incertezas e submissão?** – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 171-190.

LEITE, Sérgio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. *In*: CALDART, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

LIMA, João Luis de. **Como foi sua trajetória no MST?** [29 abr. 2020]. Fagner Lira Bizerra. Anastácio, 2020.

LUTAR, Construir Reforma Agrária Popular! **Jornal Sem Terra**, ano 30, n. 323, fev. 2014. Memória. p. 4. Disponível em: <https://issuu.com/paginadomst/docs/jst323> Acesso em: 18 de abr. 2020.

MAIA, Mateus; BRITO, Ricardo. Deputada Tereza Cristina será ministra da Agricultura de Bolsonaro. Tereza Cristina é a ministra da Agricultura do governo de Bolsonaro, Brasília (DF), 07 de novembro de 2018. Política e economia. Sítio do **Notícias agrícolas**. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/politica-economia/224692-tereza-cristina-e-a-ministra-da-agricultura-do-governo-de-bolsonaro.html#.XeUqSINKi7A> Acesso em: 06 de out. de 2019.

MAPA. **Acesso a informação**. Institucional. A ministra. 90 de ago. 2019. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/ministro> Acesso em: 06 de out. de 2019.

MATO GROSSO DO SUL. **Governador, vice e secretários**. Transparência pública, notícias/servidor/transparência. 2019. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/governador-vice-e-secretarios/> Acesso em: 11 de out. de 2019.

MATO GROSSO DO SUL. Lei n. 5.151, de 27 de dezembro de 2017. Aprova a segunda revisão do Plano Plurianual para o período de 2016/2019. **Diário Oficial**,

ano XXXIX n. 9.562, 28 de dezembro de 2017. Disponível em:
<http://doc.orcamento.ms.gov.br/1-LEIS%20DE%20PLANOS%20PLURIANUAIS%20-%20PPA/2016-2019-LEI%20n%C2%BA%205.151%20de%2027%20de%20Dez%20de%202017..pdf>
 Acesso em: 13 de out. de 2019.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 5.151, de 27 de dezembro de 2017. Aprova a segunda revisão do Plano Plurianual para o período de 2016/2017. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**: Campo Grande, MS, ano XXXIX, n. 9.562, p. 1-357, 28 dez. 2017. Disponível em: <http://doc.orcamento.ms.gov.br/1-LEIS%20DE%20PLANOS%20PLURIANUAIS%20-%20PPA/2016-2019-LEI%20n%C2%BA%205.151%20de%2027%20de%20Dez%20de%202017..pdf>
 Acesso em: 13 out. de 2019.

MATOSO, Filipe; SALOMÃO, Lucas; SOUSA, Yvna. Ruralistas indicam, e Bolsonaro anuncia Tereza Cristina como ministra da Agricultura. Brasília (DF), 07 de novembro de 2018. Política. **G1 e TV Globo**. Sítio do G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/07/tereza-cristina-assumira-ministerio-da-agricultura-no-governo-bolsonaro-informa-gabinete-de-transicao.ghtml> Acesso em: 06 de out. de 2019.

MAURO, Gilmar. In: TAVARES, Joana. O descenso e a luta do MST. **Jornal Sem Terra**, ano 29, n. 309, jan. 2011. Realidade brasileira. p. 10.

McMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo/Porto Alegre: Unesp/UFRGS, 2016.

MEC. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior** - Cadastro e-MEC. Acesso à informação. Sistema e-MEC. 2019. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 15 de out. de 2019.

MELO, Danilo Souza. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: O MST e o protagonismo da luta na atualidade. **NERA**, Ano 20, n. 39, p. 133-160, 2017. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4204/3971>
 Data de acesso: 28 de novembro de 2018.

MEURER, Lúcio Kuhnen. In: "FHC entrega o país ao capital estrangeiro". **Jornal Sem Terra**, ano 16, n. 177, mar. 1998. Liderança. p. 3.

MMC. **Movimento de Mulheres Camponesas**. [200-?]. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44> Acesso em: 01 de nov. de 2019.

MOBILIZAÇÕES de 60 mil Sem Terra demonstram impaciência com o governo na Jornada de Abril. **Jornal Sem Terra**, ano 30, n. 318, mar./abr./mai. 2012. Especial. p. 8-9.

MORETI, Júlio. **Como foi sua trajetória no MST?** [27 abr. 2020]. Fagner Lira Bizerra. Sidrolândia, 2020.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO camponês debate questão agrária neste final de semana em Campo Grande. Campo Grande-MS: **Diário Digital** organização Ivan Paes Barbosa, 25 jul. 2015. Sítio do Diário Digital. Disponível em: <http://www.diariodigital.com.br/geral/movimento-campones-debate-questao-agraria-neste-final-de-semana-em/133142/> Acesso em: 01 de nov. de 2019.

MOVIMENTOS sociais de MS vão a Brasília pedir por reforma agrária. Campo Grande-MS: **Globo Comunicação e Participações S. A.**, 08 set. 2015. Sítio do G1 MS; TV Morena. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/09/movimentos-sociais-de-ms-vao-brasilia-pedir-por-reforma-agraria.html> Acesso em: 01 de nov. de 2019.

MPF. **Comunidades sem procedimento administrativo no Incra**. [2019]. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ms/atuacao/mapa-quilombolas/comunidades-sem-procedimento-administrativo-no-incra> Acesso em: 22 de out. de 2019.

MPL abre novo acampamento em Campo Grande: Mais de 600 famílias por Reforma Agrária Popular. Campo Grande-MS: **A Crítica**, 15 de mar. 2017. Sítio do Jornal a crítica. Disponível em: <http://www.acritica.net/editorias/geral/mpl-abre-novo-acampamento-em-campo-grande/193825/> Acesso em: 01 de nov. de 2019.

MPL. **Movimento Popular de Luta**. 2017. Essa informação consta em uma publicação de 04 de março de 2017, na página do Facebook do MPL. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/msmpl/posts/?ref=page_internal Acesso em: 01 de nov. de 2019.

MST mobiliza 19 estados e faz mais de 70 ocupações de latifúndios. **Jornal Sem Terra**, ano 30, n. 312, mai. 2011. Especial. p. 8-9.

MST. 1989 MST se consolida em todo país. **Jornal Sem Terra**, ano 9, n. 90, dez. 1989. p. 10-11.

MST. **A Cartilha “Programa agrário do MST – Texto em construção para o VI Congresso Nacional”**. 4ª Ed. – São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2015.

MST. **MST bloqueia principais rodovias do Mato Grosso do Sul**. 15 de abril de 2016. Sítio do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/04/15/mst-bloqueia-principais-rodovias-do-mato-grosso-do-sul/> Acesso em: 22 abr. 2020.

MST. **Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2016.

MST. Nossas reivindicações. **Jornal Sem Terra**, ano 11, n. 120, out. 1992. Conjuntura. p. 4.

MST. **Plano Nacional do MST: 1989-1993**. Caderno de Formação nº 17. São Paulo: MST, 1989.

MST. **Sem Terra ocupam usina falida em Mato Grosso do Sul.** Mato Grosso do Sul, 12 de janeiro de 2015. Sítio do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/01/12/sem-terra-ocupam-usina-falida-em-mato-grosso-do-sul-3/> Acesso em: 20 abr. 2020.

MST. Uma longa luta contra o modelo agrícola do FHC. **Jornal Sem Terra**, ano 19, n. 204, set./out. 2000. Agricultura. p. 10-11.
MULHERES em luta. **Jornal Sem Terra**, ano 26, n. 280, fev./mar. 2008. Estados. p. 6-7.

NARDOQUE, Sedeval. Expansão Geográfica do Capital e Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul nos Governos FHC e Lula. *In*: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O CAMPO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: do governo FHC aos Governos Petistas (questão agrária e reforma agrária – vol. I)** – Curitiba: CRV, 2018, p. 243-272.

NARDOQUE, Sedeval; KUDLAVICZ, Mieceslau. Reforma agrária e desconcentração fundiária em Mato Grosso do Sul: proposta de ensaio metodológico. *In*: **Geografia em questão**. V. 12, N 2, p. 110-123, 2019.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza; KUDLAVICZ, Mieceslau. Questão Agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **Revista OKARA: Geografia em debate**, [João Pessoa], v. 12, n. 2, p. 624-648, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/41333> Acesso em: 02 de nov. de 2018.

NAVARRO, Zander. Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. *In*: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustácio Ribeiro; NAVARRO, Zander (orgs.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, IPEA, 2010, p. 185-209.

OCB/MS. **Quem Somos**. [2019]. Disponível em: <http://www.ocbms.org.br/ocb-ms/quem-somos/1/> Acesso em: 14 de out. de 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. “O nó da questão agrária em Mato Grosso do Sul”. *In*: ALMEIDA, Rosimeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p. 5-14.

OLIVEIRA, José de. **Como foi sua trajetória no MST?** [15 mai. 2020]. Fagner Lira Bizerra. Bataiporã, 2020.

PADOVAM, Denise Soares da Silva; *et al.* Estrutura do agronegócio no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. *In*: DEFFACI, Fabrício Antônio; SOUZA, Edson Pereira de; FACHIN, Viviane Scalon (orgs.). **Desenvolvimento Regional fronteira sul-matogrossense em perspectiva**. 1. Ed. Jundiaí, SP: Paco, 2019.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *In*: Eldorado dos Carajás: impunidade à vista. **Jornal Sem Terra**, ano 15, n. 158, mai. 1996. Estudo. p. 3.

PROCÓPIO, Sandra. **Como foi sua trajetória no MST?** [18 mai. 2020]. Fagner Lira Bizerra. Dourados, 2020.

PROGRAMA de reforma agrária popular. **Jornal Sem Terra**, ano 28, n. 305, jul./ago. 2010. p. 18.

PRONKO, Marcela; FONTES, Virgínia. Hegemonia. *In*: CALDART, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

PROTESTOS no Incra. **Jornal Sem Terra**, ano, 18, n. 198, mar. 2000. Estados. p. 6.

REGINA, Jesus Eurico Miranda; KUDLAVICZ, Mieceslau; JESUS, Sebastiana Almire. **Lutas dos Trabalhadores Rurais em Mato Grosso do Sul (1978-1992)**. A participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). CPT, Campo Grande, MS. 1994. Revisado em 17 de maio de 2000. 2000.

REZENDE, Graziela. Manifestantes ocupam sede do Incra em MS e reivindicam reforma agrária. Mato Grosso do Sul: **Globo Comunicações e Participações S.A.**, 01 de fev. de 2016. Sítio do G1 MS e TV Morena. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/02/manifestantes-ocupam-sede-do-incra-em-ms-e-reivindicam-reforma-agraria.html> Acesso em: 01 de nov. de 2019.

RIBEIRO, Marcos. Usina de Bumlai é ocupada por trabalhadores sem-terra em MS. Mato Grosso do Sul: **Globo Comunicações e Participações S.A.**, 06 de mar. de 2017. Sítio do G1 MS e TV More-na. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2017/03/usina-de-bumlai-e-ocupada-por-trabalhadores-sem-terra-em-ms.html> Acesso em: 01 de nov. de 2019.

RODRIGUES, Nair Guedes. O governo FHC está perdido. **Jornal Sem Terra**, ano 18, n. 194, out. 1999. Liderança. p. 3.

RUIZ, Alexandra Souza; MORENO, Rafael Gonçalves; MARTINS, Romildo Camargo. A geração de emprego e renda no agronegócio e na indústria de Mato Grosso do Sul. *In*: DEFFACI, Fabrício Antônio; SOUZA, Edson Pereira de; FACHIN, Viviane Scalón (orgs.). **Desenvolvimento Regional fronteira sul-matogrossense em perspectiva**. 1. Ed. Jundiaí, SP: Paco, 2019.

SANTOS, José Jusceli dos. **Como foi sua trajetória no MST?** [2 mai. 2020]. Fagner Lira Bizerra. Nova Andradina, 2020.

SANTOS, José Jusceli dos; VIEIRA, Maria de Fátima M. In: Casas em mutirão, vida melhor para assentados. **Jornal Sem Terra**, ano 28, n. 308, nov./dez. 2010. Estados. p. 6.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 3º ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SEM TERRA denunciam repressão policial ao governador. **Jornal Sem Terra**, ano 14, n. 144, jan./fev. 1995. Estados: Mato Grosso do Sul. p. 6.

SEM TERRA saem às ruas pela Reforma Agrária e contra a política econômica. **Jornal Sem Terra**, ano 24, n. 254, ago. 2005. Especial. p. 8-9.

SEM TERRA se mobilizam pela Reforma Agrária. **Jornal Sem Terra**, ano 24, n. 257, nov. 2005. Estados: Mato Grosso do Sul. p. 6.

SENAR/MS. **Missão, Visão e Valores**. Sem data. Disponível em: <http://senarms.org.br/senar-ms/o-senar-ms/> Acesso em: 14 de out. de 2019.

SENAR/MS. **O Senar/MS**. Sem data. Disponível em: <http://senarms.org.br/senar-ms/o-senar-ms/> Acesso em: 14 de out. de 2019.

SENAR/MS. **Programas e Projetos Especiais**. Agrinho. [20??]. Disponível em: <http://senarms.org.br/senar-ms/o-senar-ms/> Acesso em: 14 de out. de 2019.

SOCORRO, M. Fazenda Andalúcia é ocupada pela sétima vez. **Jornal Sem Terra**, ano 13, n. 140, set. 1994. Estados: Mato Grosso do Sul. p. 6.

SPRANDEL, Marcia Anita. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais**. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1992.

STEDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: CALDART, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

TERRA, crédito e habitação. **Jornal Sem Terra**, ano 26, n. 282, mai. 2008. Especial. p. 8-9.

TONHATI, Wendy. Grupo de sem-terra inicia caminhada de 100 km rumo a Campo Grande. Mato Grosso do Sul: **Jornal Midiamax**, 05 de set. 2015. Sítio do Midiamax. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2015/grupo-de-sem-terra-inicia-caminhada-de-100-km-rumo-a-campo-grande> Acesso em: 01 de nov. de 2019.

TRE-MS. **Resultado eleições 2018 no MS**. 2018. Disponível em: <https://producao-app.tre-ms.jus.br/sdr2018/consulta.html?p={filtro:%22resultado-no-estado%22,titulo:%22no%20Estado%22}#> Acesso em: 11 de out. de 2019.

TRE-MS. **Propostas de governo dos candidatos ao cargo de Governador.** Eleições/Eleições 2018/Portal do Candidato. 2018b. Disponível em: <http://www.tre-ms.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/portal-do-candidato/propostas-de-governo-dos-candidatos-ao-cargo-de-governador> Acesso em: 11 de out. de 2019.

TSE. **Divulgação de Resultados de Eleições.** 2019. Disponível em: <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html> Acesso em: 06 de out. de 2019.

TSE. **Estatísticas Eleitorais.** 2020. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais> Acesso em: 19 abr. 2020.

TURMA EDUARDO GALEANO. **História do MST: A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente.** Construção coletiva do Curso de História ITERRA/UFFS, Veranópolis, RS, 2016.

UCDB. **Grupos e Núcleos de Pesquisa. CeTeAgro. 2019.** Disponível em: <https://site.ucdb.br/pesquisa-e-inovacao/6/grupos-e-nucleos-de-pesquisa/596/ceteagro/2595/> Acesso em: 15 de out. de 2019.

UFGD. **Mestrado e Doutorado em Agronegócios.** O Curso. 2019. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-agronegocios/index> Acesso em: 17 de out. de 2019.

UFMS. **Projetos de Pesquisa.** 2019. Disponível em: <https://ppgad.ufms.br/projetos-de-pesquisa/> Acesso em: 15 de out. de 2019.

UNC. **Luta pela Reforma Agrária em 24 estados.** Somos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares. [2019]. Disponível em: <https://twitter.com/ucamponesa> Acesso em: 02 de dez. de 2019. O site oficial se encontra indisponível há alguns meses.

VALENTINI, D. Demétrio. Lições da Marcha. **Jornal Sem Terra**, ano 23, n. 251, mai. 2005. Estudo. p. 3.

VI ENCONTRO Estadual do MST de MS. **Jornal Sem Terra**, n. 122, jan. 1993. Estados. p. 7.

VIA CAMPESINA mobiliza 20 estados em jornada de lutas. **Jornal Sem Terra**, ano 30, n. 315, set./out. 2011. Especial. p. 8-9.

VII ENCONTRO Nacional do MST marca dez anos de luta. **Jornal Sem Terra**, ano, 13, n. 133, jan./fev. 1994. p. 8-9.

VILAS BOAS, Karina. **1º de Maio é marcado pela luta dos Sem Terra no Mato Grosso do Sul.** Campo Grande-MS, 3 de maio de 2016. Sítio do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/05/03/1-de-maio-e-marcado-pela-luta-dos-sem-terra-no-mato-grosso-do-sul/> Acesso em: 22 abr. 2020.

VILAS BOAS, Karina. **Com 1.500 famílias Sem Terra criam o maior acampamento do Mato Grosso do Sul.** Brasil, 25 de abril de 2015. 2015b. Sítio do Diário Liberdade. Disponível em: https://www.diarioliberalidade.org/brasil/reportagens/55542-com-1-500-fam%C3%ADlias,-sem-terra-criam-o-maior-acampamento-de-ms.html?fbclid=IwAR0-85gUaM3XppbT-iKXe9_G_ovawL02uxXtXsrprbLY2PnVVMZQQShVuNE Acesso em: 20 abr. 2020.

VILAS BOAS, Karina. **Movimentos sociais de Mato Grosso do Sul seguem em marcha rumo a capital.** Campo Grande-MS, 2 de maio de 2015. 2015c. Sítio do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/05/02/movimentos-sociais-de-mato-grosso-do-sul-seguem-em-marcha-rumo-a-capital/> Acesso em: 20 abr. 2020.

VILAS BOAS, Karina. **MST começa o ano trancando rodovias federais no Mato Grosso do Sul.** Campo Grande-MS, 5 de janeiro de 2015. Sítio do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/01/05/mst-comeca-o-ano-trancando-rodovias-federais-no-mato-grosso-do-sul-2/> Acesso em: 20 abr. 2020.

VILAS BOAS, Karina. **Sem Terra conquistam liberação de recursos Mato Grosso do Sul.** Campo Grande-MS, 5 de outubro de 2015. 2015d. Sítio do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/10/05/sem-terra-conquistam-liberacao-de-recursos-mato-grosso-do-sul/> Acesso em: 21 abr. 2020.